

Jacques Verger

# HOMENS E SABER NA IDADE MEDIA



V5867h Verger, Jacques  
 Homens e Saber na Idade Média / Jacques Verger;  
 tradução Carlota Boto. - Bauru, SP: EDUSC, 1999.  
 284 p.; 21 cm (Educar)

ISBN 85-86259-46-2

Tradução de: Les Gens de Savoir dans l'Europe de la fin  
 du Moyen Age

Inclui bibliografia.

1. Idade Média. 2. Civilização Medieval I. Título. II. Série.

CDD 940.1

ISBN 2 13 048764 5 (original)

Copyright © Press Universitaires de France, 1997

Copyright © (tradução), EDUSC, 1999

Tradução realizada a partir da 1ª ed. (1997)

Direitos exclusivos de publicação em língua portuguesa  
 para o Brasil adquiridos pela

EDITORA DA UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

Rua Irmã Armanda, 10-50

CEP 17011-160 - Bauru - SP

Fone (14) 3235-7111 - Fax (14) 3235-7219

e-mail: edusc@edusc.com.br

## sumário

|                                                                     |     |
|---------------------------------------------------------------------|-----|
| Apresentação .....                                                  | 7   |
| Introdução .....                                                    | 13  |
| <b>PRIMEIRA PARTE</b>                                               |     |
| Os fundamentos da cultura .....                                     | 21  |
| Capítulo I: Os saberes .....                                        | 23  |
| 1. As bases: o latim e Aristóteles .....                            | 23  |
| 2. Saberes legítimos e saberes marginais .....                      | 38  |
| 3. As disciplinas superiores: teologia,<br>medicina e direito ..... | 47  |
| 4. Utilidade social ou cultura geral? .....                         | 56  |
| 5. Cultura erudita, cultura popular .....                           | 61  |
| Capítulo II: Os estudos .....                                       | 69  |
| 1. As escolas elementares .....                                     | 72  |
| 2. A universidade .....                                             | 81  |
| 3. As novas instituições .....                                      | 104 |
| Capítulo III: Os livros .....                                       | 111 |
| 1. O acesso ao livro .....                                          | 112 |
| 2. O conteúdo das bibliotecas .....                                 | 122 |
| 3. Do manuscrito ao impresso .....                                  | 128 |
| <b>SEGUNDA PARTE</b>                                                |     |
| O exercício das competências .....                                  | 135 |
| Capítulo IV: Serviço de Deus, serviço do príncipe ..                | 137 |
| 1. <i>Docere aut applicare</i> .....                                | 139 |
| 2. Homens de saber, homens de Igreja .....                          | 144 |
| 3. Uma idade de ouro dos leigos? .....                              | 156 |
| 4. Conclusão: alguns matizes necessários .....                      | 165 |
| Capítulo V: Saber e poder .....                                     | 169 |

|                                                                                                |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1. Saber e ideologia .....                                                                     | 170 |
| 2. Do serviço ao conselho .....                                                                | 179 |
| 3. Espírito de corpo .....                                                                     | 190 |
| Capítulo VI: O mundo da prática .....                                                          | 195 |
| 1. Cultura erudita e prática privada .....                                                     | 196 |
| 2. Os intelectuais intermediários .....                                                        | 199 |
| 3. O alcance social dos saberes: contestação ou integração? .....                              | 203 |
| TERCEIRA PARTE                                                                                 |     |
| Realidades sociais e imagem de si .....                                                        | 221 |
| Capítulo VII: Homens novos ou herdeiros? .....                                                 | 223 |
| 1. Questões de fontes e de método .....                                                        | 223 |
| 2. A vereda dos estudos .....                                                                  | 229 |
| 3. Reconversão, adaptação, reprodução .....                                                    | 237 |
| Capítulo VIII: Ambições e representações .....                                                 | 245 |
| 1. Clero .....                                                                                 | 246 |
| 2. Nobreza .....                                                                               | 249 |
| 3. Um "quarto estado" .....                                                                    | 258 |
| Capítulo IX: À guisa de conclusão: dos doutores aos humanistas - continuidade e inovação ..... | 267 |
| 1. Dominadores e confiantes em si .....                                                        | 268 |
| 2. Idéias novas, homens novos .....                                                            | 270 |
| Bibliografia .....                                                                             | 279 |

## apresentação

Há mais de uma década, Jacques Le Goff produziu um livro que modestamente chamou de um "esboço". *Os intelectuais na Idade Média*, obra já clássica, onde este inquieto e brilhante medievalista resgatava o pensamento dos mestres das escolas de pensamento medievais. Apesar da relutância e o pudor de Le Goff de denominar este trabalho de *Introdução a uma Sociologia histórica do intelectual ocidental*, é exatamente nisso que esta pequena obra consiste: o estudo dos "humanistas cristãos", suas reflexões e a difusão de seu pensamento, do século XII à Renascença.

Jacques Verger retoma este universo com um outro olhar. Na mesma trilha de uma sociologia histórica, amplia o horizonte de investigação, para além dos "clérigos intelectuais", para as profissões intelectuais e para os burocratas do Estado, tentando medir o peso que as várias disciplinas - religiosas, literárias e jurídicas - adquirem na formação da consciência de "si-mesmo" do Ocidente europeu. Verger abandona os mestres, os formadores e produtores de idéias, para concentrar-se nos que estudavam, tentando entender o *que* estudavam e *como* estudavam, para depois voltar-se para o seu *fazer*, para a aplicação e o exercício do que haviam aprendido.

O tema, contudo, não é novo, nova é a forma de abordagem. A começar pelo título *Gens de Savoir*, que intenta precisar a real dimensão do saber, da sua produção e a sua circulação. Os "homens de saber" não se restringem a uma erudição latina, a uma cultura livresca, ao final da Idade Média. Mas sim, constituem os detentores de valores culturais, que lhes permitem o exercício de profissões, a participação no poder e até mesmo a atividade erudita.

Na tentativa de resgatar e entender esses homens, esta obra é dividida em três partes. A primeira é preparatória, diz respeito à qualidade do saber e suas diferentes formas, onde Verger investiga os limites e as possibilidades de apreensão - e, por que não dizer, *produção* do saber? Para isso, examina o caráter das disciplinas e o seu relacionamento, entre si e com a doutrina cristã, limite irredutível para toda forma de conhecimento medieval. A seguir, analisa os estudos: das simples escolas de gramática até as Universidades. Somos colocados, então, frente a uma população socialmente conformista, respeitosa à ordem estabelecida, que estuda e se aprofunda em disciplinas pertencentes a uma *ordem legítima dos saberes* e em completa sintonia com a ordem social e política dominante. Homens de saber, homens do poder, homens do livro. Os livros eram a sua marca, a sustentação de seu poder e os fornecedores da justificativa de seu papel social. Por isto, o autor volta o seu olhar para o instrumental por excelência deste saber: os livros, o acesso a eles e o acervo das bibliotecas, caminhando do incunábulo ao livro impresso. Através de um excelente inventário do conteúdo das bibliotecas e o seu significado, demonstra a persistente unidade da cultura erudita e a sua forte tendência conservadora. E é nessa estrutura cultural de preservação e conservação que reside a força dos homens de saber, pois eram os detentores e reprodutores de uma cultura forte e coerente que, apesar de suas limitações e de seus sintomas de esclerose ao final da Idade Média, ainda possuía alento para criar uma consciência de si neste grupo social.

A segunda parte está dedicada ao exame da sua prática intelectual, bem como sua prática social, inventariando as funções que as competências intelectuais permitiam a esses homens desempenhar na sociedade da época. Homens destina-

dos a servir a Deus ou aos príncipes, constituem um grupo novo que ultrapassa a antiga divisão clérigos-laicos, distanciando-se os primeiros dos simples sacerdotes e aproximando-se os segundos - bastante apartados dos burgueses comuns - tanto socialmente quanto intelectualmente dessa camada dos "doutores" da Igreja, formando um segmento nobilitado pelo saber que se sobrepõe como uma cunha à primitiva clivagem social medieval.

A relação deste grupo com o poder, diz respeito a uma problemática, que Verger desvendará ao longo desta parte, colocando-se questões fundamentais para a sua compreensão. Qual a natureza exata dos 'serviços' prestados pelos homens de saber à Igreja e ao Estado? Eles os serviam, mas não se serviram também deles? Haveria uma relação funcional entre a sua competência intelectual e as tarefas cumpridas? A sua *praxis* social era sempre direcionada ao serviço de Deus ou do Príncipe? Perguntas que nortearão os próximos capítulos, onde nós não encontraremos os grandes e orgulhosos doutores, mas o verdadeiro representante do grupo, o modesto *magister*, o simples mestre em artes, possuidor de conhecimentos rudimentares, fundados em uma prática social específica, mas que constituíam uma bagagem comum socialmente reconhecida.

A relação destes homens com o poder e sua inserção no mesmo, serão objeto de análise. Homens que desenvolveram um sólido espírito corporativo, que irão compor a retaguarda do poder real, participando de algum modo de sua majestade e protegidos por salvaguardas especiais, tirando o máximo proveito de um processo no qual constituíram simultaneamente os instrumentos e, em larga medida, os atores. E aqui insere-se a sua prática: as gentes de saber percebiam que a sua afirmação passava pela aceitação de um papel integrador. Integrando o aprendido com as novas regras do jogo social e político, estes homens ocupam um território privilegiado na nova sociedade que se afirma, e a sua prática cotidiana fornecerá os meios ao nascente Estado moderno de se fazer aceitar e de se fazer obedecer, ou mesmo de se fazer conhecer.

Por outro lado, o estudo de Verger não considera estes homens como abstrações, definidas pela posse de uma determinada competência ou por sua ligação a um ofício. Mas sim,



tenta percebê-los, para melhor entender o papel que desempenhavam na sociedade de seu tempo, como seres de carne e sangue, com suas ambições, seus interesses e suas amizades. Homens que criaram novos papéis sociais e lhes deram uma forma através de seu próprio *fazer*.

A última parte, que lamentavelmente é a menos desenvolvida e no entanto possui uma riqueza de idéias, algumas apenas esboçadas, remete às representações sociais e à imagem de si mesmas que têm as elites intelectuais ao final da Idade Média.

Aí a problemática se adensa, ao tratar das representações que forjaram para si os homens de saber, e que projetavam para a sociedade. Questões como a sua reprodução como grupo e o deslocamento social, produzido pelo novo enquadramento social e político, serão instigantemente tratadas. A nova possibilidade de ascensão social e a nobilitação pelo saber, destes "clérigos-leigos", serão objeto de reflexão. Os papéis eram novos, mas os homens também o eram? A emergência dos homens de saber teria possibilitado aos homens oriundos de estratos populares mais modestos se elevarem na hierarquia social? Ou será que ocorreu apenas uma reconversão das antigas elites sociais, assegurando a continuidade das hierarquias?, pergunta-se Jacques Verger. E através de uma mensuração e de uma posterior análise do significado destes dados, busca encontrar as pistas que levam à imagem desses homens, sua maneira de viver, seus hábitos, gestos, maneirismos e valores, que lhes garantiam uma demarcação social, pela diferença com que se comportavam, assegurando-lhes um *olhar* específico por parte do restante da sociedade. E o livro termina mostrando a chegada destes homens à modernidade, colocando em xeque a idéia de uma ruptura e apontando para a continuidade, para a permanência junto ao poder desses mediadores e reguladores da nova ordem política e social nascente. Personagens essencialmente urbanos, homens 'novos' e nobres, surgem na sociedade para normatizá-la e para mantê-la, formando uma nova nobreza, que fornecerá os meios para a consolidação das emergentes monarquias feudais em Estados orgânicos e possíveis.

Contribuição relevante para medievalistas e educadores, este livro ultrapassa as frágeis compartimentações do conhecimento, inserindo-se em um contexto mais amplo. Um

estudo leve, instigante e não menos profundo, que permite aos leitores uma melhor compreensão do local da ciência e do saber *lato sensu* e de seu papel social enquanto agente transformador de indivíduos, e mais particularmente de seus próprios agentes, de suas relações com o poder e a sua real dimensão como poder.

Enfim, uma obra absolutamente atual, pois ao estudar este mundo dos profissionais do saber, remete à própria perplexidade que vivem os profissionais da cultura em um mundo neo-liberal, perplexidades estas que podem encontrar similitudes e alguns parâmetros de análise neste rico ensaio, que analisa antropológicamente o papel dos homens de saber nos séculos XIV e XV, e as mudanças impostas pela nova realidade que se inicia: o mundo moderno.

Carlos Roberto F. Nogueira

## introdução

O próprio título deste livro convida a alguns esclarecimentos, para definir simultaneamente seus propósitos e limites.

O quadro cronológico e geográfico escolhido não coloca, ao que me parece, maiores dificuldades. Por "final da Idade Média" nós compreendemos essencialmente os séculos XIV e XV, considerando que essa época foi precisamente marcada pela emergência, ou, de qualquer modo, pela afirmação do grupo social que nós desejamos estudar, e ao mesmo tempo pelo surgimento de uma documentação que torna possível esse gênero de estudos. Se os anos 1500 constituem um marco que, à exceção do capítulo de conclusão, de modo geral nos abstermos de transpor, é menos, na verdade, por eles representarem um momento de mutação decisiva do que pelo fato de que, apesar de haver continuidades inequívocas antes e depois dessa data, era necessário, para respeitar o volume concernente a este livro, fixar-lhe um termo. Em compensação, não deixamos de remontar, à medida que o tema exigisse, até o século XIII, e por vezes ao século XII, já que muitos dos fenômenos observáveis no final da Idade Média encontram aí sua origem e mesmo suas primeiras manifestações, pelo menos nos países atingidos desde essa época por um grande movimento de renovação social, religiosa, política

e cultural designado, muitas vezes, sob a denominação global de "Renascimento do século XII".

Quanto ao limite geográfico deste livro, nós desejaríamos estendê-lo ao conjunto da Europa Ocidental ou, se preferir, da Cristandade latina desse tempo; uma vez que essa sua história nos parece fixada até o fim da Idade Média, apesar da emergência dos primeiros Estados Nacionais, com vigorosos traços unitários. Infelizmente, o desigual desenvolvimento das pesquisas, os limites de nossas próprias competências históricas e linguísticas e, na própria época em si - cabe dizer -, os padrões variáveis de avanço na evolução social, política e cultural dos diversos países europeus, não nos permitiram realizar plenamente nossa ambição inicial. Desejaríamos, contudo, desculpar-nos por haver com frequência recorrido a exemplos franceses, mais familiares para nós e, sem dúvida, para a maioria de nossos leitores. Procuramos, todavia, sempre recolocar o caso francês em uma perspectiva mais ampla, tentando mostrar aquilo que, segundo as circunstâncias, o aproximava ou separava de seus países vizinhos, estivessem eles também já engajados no caminho da monarquia nacional (Inglaterra, reinos ibéricos) ou ao contrário, ainda presos à multiplicação das cidades-estados e dos principados independentes (Itália, Alemanha). Em contrapartida, é verdade, os exemplos mais distantes (Escócia, Hungria, Boêmia, Polônia, monarquias escandinavas) não serão evocados, nas páginas seguintes, a não ser marginalmente. Contudo, apesar das imperfeições, nosso projeto neste livro reside na descrição, por uma perspectiva comparada, de um fenômeno observável em escala europeia (naturalmente, com múltiplas variantes locais e deslocamentos cronológicos de um país para outro).

Mas na verdade, o que, em nosso título, coloca mais problemas é evidentemente a expressão "*gens de savoir*". Sem nos fecharmos *a priori* em uma definição rígida, urge delimitar desde já o que nós compreendemos por essa idéia e por que consideramos que ela correspondia, naquela época, a um grupo humano específico a merecer um estudo histórico.

A expressão "*gens de savoir*" não pertence à língua medieval. As palavras utilizadas então - e que nós retomaremos na sequência deste livro - *vir litteratus* (em castelhano *letrado*), *clericus*, *magister*, *philosophus* - coincidem apenas parcial-

mente com o que se entende por "*gens de savoir*", e nós, portanto, optamos por não adotá-las.

A expressão "*gens de savoir*", há que se admitir, também não é muito corrente no francês moderno. Mas a palavra "intelectuais", que poderia ser empregada mais à vontade, comportando, por sua origem recente, um quê de anacronismo - anacronismo outrora voluntária e brilhantemente assumido por Jacques Le Goff no título de um livro clássico e sempre estimulante<sup>1</sup> -, não seria suficientemente apropriada para designar o conjunto de homens dos quais desejamos falar aqui. Somente o alemão *die Gelehrten* seria, de fato, correspondente à idéia exposta.

Poderíamos pensar em outras formulações. Algumas como "diplomados" ou, para permanecer ainda mais próximos do vocabulário medieval, "graduados" (*graduati*), no sentido de titulares de graus universitários (bacharelado, licenciatura ou doutorado), seriam excessivamente restritivas porque, se é verdadeiro que todos os graduados pertenciam efetivamente ao grupo que nos interessa e que, mais amplamente, a existência de uma formação de tipo escolar é um dos mais pertinentes critérios de definição desse grupo, nós veremos, entretanto, que este último incluía também muitos antigos estudantes que não haviam obtido nenhum grau e muitos outros indivíduos que teriam feito seus estudos, embora jamais houvessem freqüentado instituições habilitadas a emitir diplomas.

"*Gens du livre*", expressão usada às vezes pelos historiadores, seria, sem dúvida, mais adequada. A aptidão não somente para ler e escrever mas também para utilizar livros, fosse para conservar certos tipos de conhecimentos, fosse para informar esta ou aquela prática social ou política, era, com efeito, uma das características mais importantes dos homens que nós desejávamos estudar nesta obra. O inconveniente dessa denominação

1 - A palavra "intellectuel" só se torna um substantivo ao final do séc. XIX. Cf. C. Charle, *Naissance des intellectuels* (1880-1900). Paris: 1990.

2 - J. Le Goff, *Les intellectuels au Moyen Age*, 2ª ed., Paris, 1985.

seria, no entanto, fazer crer que esses homens tinham o absoluto monopólio do livro, o que não era o caso, e, sobretudo, privilegiar um aspecto - certamente essencial - de suas atividades, em detrimento de outros, ligados à oralidade, que não devem ser negligenciados.

"*Gens de savoir*" impõe-se, a despeito de sua relativa imprecisão, como a fórmula mais neutra, aquela que menos prejudica os resultados da investigação histórica.

Esta fórmula recobre, em nosso espírito, dois elementos: primeiramente, o domínio de um certo tipo e de um certo nível de conhecimento; em seguida, a reivindicação, geralmente admitida pela sociedade circundante, de certas competências práticas fundadas precisamente sobre os saberes previamente adquiridos. A existência de indivíduos condizentes com esse duplo critério não é, sem dúvida, uma novidade absoluta no fim da Idade Média, mas, como veremos na sequência deste livro, acreditamos que somente nesse momento os "homens de saber" obtiveram numérica e qualitativamente um peso social suficiente para que possamos considerá-los, de uma vez por todas, como um grupo específico e como agentes eficazes de evolução, não somente intelectual, mas religiosa, social e política, das civilizações ocidentais.

Na Alta Idade Média, efetivamente - talvez generalizando, ou seja, deixando de lado algumas personalidades excepcionais -, o homem erudito era simplesmente o *vir litteratus*, quer dizer, o homem que sabia ler e escrever em latim de maneira mais ou menos correta; aliás, por outro lado, havia nessa época uma identidade praticamente completa entre o grupo dos *litterati* e aqueles dos clérigos e dos monges, sendo que podemos dizer que os leigos eram, por definição, percebidos como "iletrados" (mesmo que, na realidade, sempre existisse, pelo menos na aristocracia, alguns laicos *litterati* e, ao contrário, inúmeros clérigos e monges ignorantes).

A partir dos séculos XII e XIII, esse esquema simplista perde todo seu valor. Não somente o número de laicos *litterati* aumentara consideravelmente, mas o progresso simultâneo dos saberes e das instituições de ensino acarretou, pelo menos para uma elite - precisamente aquela da qual nos deveremos ocupar neste livro - um aumento geral do nível dos conhecimentos, o que nos

impede de continuar a considerar agora como eruditos aqueles que possuem apenas o nível mínimo representado pela capacidade de ler e de escrever. Nós não trataremos, contudo, aqui, em princípio, do problema da alfabetização na Idade Média nem das categorias sociais - por exemplo, o baixo clero e os monges comuns - que, regra geral, possuíam um nível mínimo, o qual não ultrapassavam.

Em nossa época, com efeito, tornou-se possível, para quem a isso se dedicou e contou com recursos intelectuais e financeiros, adquirir os conhecimentos considerados então como de nível superior. Na primeira parte deste livro, procuraremos verificar quais eram os componentes reconhecidos dessa cultura letrada, ou, dito de outro modo, os conhecimentos que constituíam, no final da Idade Média, a bagagem normalmente requerida para um homem culto (capítulo 1). Buscaremos também verificar concretamente graças a que tipo de escolas (capítulo 2) e de livros (capítulo 3) esses homens eruditos podiam se formar e alcançar aqueles conhecimentos cujo domínio era o elemento essencial de sua definição social.

Se nos limitássemos a isso, observaríamos apenas um aspecto do temário, concernente talvez a uma certa sociologia do conhecimento; caberia, por seu turno, a seguinte questão: o que é um intelectual na Idade Média?

Julgamos, contudo, ser útil completar esse percurso com um outro, que ocupará a segunda e a terceira partes do presente livro: nós nos interrogaremos sobre as competências que eram reconhecidas aos eruditos e sobre o lugar que lhes era, definitivamente, reservado no seio de uma sociedade, ela própria envolvida por um processo de diversificação e de complexidade cada vez mais vigoroso.

A que tipo (capítulo 4) e, mais precisamente, a que nível (capítulos 5 e 6) de funções sociais as competências dos eruditos, fundadas sobre o domínio de saberes teóricos e abstratos, lhes dariam acesso? Em seguida, procuraremos passar do exercício das competências para a realidade sociológica: os eruditos se repartiriam simplesmente no seio de categorias tradicionais (clero, aristocracia, burguesia), exercendo em cada uma delas um certo papel funcional, ou eles teriam alcançado um nível suficiente de consciência de si - além de reconhecimento social e

político - para se retirarem (e segundo quais processos?) das estruturas sociais preexistentes e formarem pelo menos o início de uma categoria autônoma (embora, naturalmente, não monolítica, pois tinha forçosamente suas hierarquias internas e suas especificidades nacionais ou regionais)? Essas são as questões que nós abordaremos nos últimos capítulos deste livro, onde nos esforçaremos por levar em conta simultaneamente os elementos objetivos de diferenciação social, tais como a riqueza, as estruturas familiares, os desníveis das uniões, etc. (capítulo 7) e as representações pelas quais os próprios contemporâneos tentavam apreender as mudanças sociais, sendo a precisão maior ou menor dessas representações, sem dúvida, um dos critérios mais pertinentes do estágio de consciência de si dos próprios grupos em vias de constituição (capítulo 8). Uma breve conclusão (capítulo 9) recordará, enfim, que o fenômeno estudado se prolonga para bem depois da data convencional de 1500 e que, nesse domínio como em muitos outros, a oposição entre Idade Média e Renascimento, embora não totalmente desprovida de significado, não deve ocultar, contudo, poderosas continuidades.

Um último detalhe deve ser oferecido ao leitor, sob a forma de desculpas. Por razões que remontam sobretudo aos limites de minhas próprias competências científicas, eu abordarei neste livro apenas os homens eruditos cristãos, ortodoxos em sua maioria, heterodoxos algumas vezes, na medida em que nos foi possível capturar sua existência. Na mesma proporção, eu não ignoro a existência, no Ocidente desse tempo, de minorias religiosas que tiveram, elas também, seus homens letrados. É verdade que, a partir do século XIII, as comunidades muçulmanas da Espanha, da Sicília e do sul da Itália rapidamente desapareceram, o que, sem dúvida, foi acompanhado, mesmo antes de sua desaparecimento, pelo deslocamento de suas estruturas sociais e pelo declínio de suas atividades intelectuais, tão brilhantes em época anterior.

Em contrapartida, as numerosas comunidades judaicas presentes em quase todos os países do Ocidente medieval conservaram uma vida intelectual bastante ativa até o final da Idade Média. Pode-se mesmo pensar que seu nível médio de educação e de conhecimento era freqüentemente mais elevado que o das

populações cristãs circundantes. Contudo, tratar dos eruditos judeus do fim da Idade Média requer conhecimentos históricos e lingüísticos que eu não possuo. Esta é a principal desculpa por essa lacuna, pois, além do mais, teria sido bastante discutível tirar um tema de uma célula isolada no seio da sociedade maior, situação que certamente foi agravada de forma considerável nos séculos XIV e XV pela escalada quase geral de antijudaísmo cristão, o qual, contudo, não chegou a eliminar qualquer contato, como têm mostrado trabalhos recentes tanto sobre personalidades como Gersonide (1288-1344), filósofo judeu fortemente ligado a clérigos e religiosos de seu tempo, quanto sobre o papel dos médicos judeus, por vezes ouvidos das universidades cristãs e, ao mesmo tempo, práticos bastante respeitados pelo conjunto das populações de todas as confissões religiosas.

---

3 - Cf. J. Shatzmiller, "Étudiants juifs à la faculté de médecine de Montpellier, dernier quart du XIV<sup>e</sup> siècle", *Jewish History*, 6 (1992), p. 243-255.

primeira parte

## OS FUNDAMENTOS DA CULTURA

O próprio termo "homens de saber", que constitui o título da presente obra, já diz o suficiente. Os homens de que tratamos aqui se distinguem do restante da sociedade tanto pela posse de um certo tipo de cultura quanto por uma certa idéia acerca da noção mesma de cultura. Trata-se, antes de mais nada, de procurar compreender os contornos e o estatuto dessa cultura que era a deles.

Sobre o domínio de quais saberes - com exclusão de outros - fundava-se tal cultura? Mediante quais condições ela era adquirida? Seria ela preciosa herança transmitida de geração em geração pela palavra dos mestres ou tratar-se-ia de territórios novos conquistados pelo espírito, este mesmo estimulado pelas expectativas da sociedade? Sua bagagem seria exclusivamente confiada à mera memória ou os livros também teriam algum papel na conservação, circulação e mesmo nos eventuais enriquecimentos desses saberes?

Essas são as principais questões às quais procuraremos responder nos três capítulos da primeira parte deste livro.

## capítulo I

### OS SABERES

Como já dissemos na introdução, nós gostaríamos de falar neste livro dos indivíduos que têm em comum o domínio, mais ou menos completo, de um certo número de disciplinas intelectuais, as quais englobariam tudo o que pudermos conceber como cultura erudita daquele tempo. Sem dúvida, não podemos dar de tal cultura uma definição verdadeiramente clara e simples, dado que, nos últimos séculos da Idade Média, ela já se revestia, segundo o momento e o lugar, de aspectos diversos. Podemos, porém, considerar que ela conservava ainda, através dos principais países do Ocidente, uma relativa unidade que se apagará progressivamente na época moderna. Torna-se, então, possível destacar-lhe os grandes traços característicos, com a condição de não se esquecer de assinalar certas particularidades nacionais e certas evoluções.

#### I. AS BASES: O LATIM E ARISTÓTELES

Uma das características fundamentais da cultura erudita da Idade Média é o lugar essencial que nela possuía a língua latina. Por vezes, dizemos que a civilização medieval é uma civilização

bilingüe, marcada pela coabitação, em todos os países do Ocidente, do latim e de uma ou até mais línguas vernáculas. Deve-se, entretanto, compreender de que se tratava, de fato, esse bilingüismo, ou, se preferirmos, essa "diglossie" medieval. Desde a Alta Idade Média, com efeito, não se falava mais o latim em parte alguma do Ocidente, uma vez que o latim deixara de ser a língua materna, ou mesmo a língua predominante de qualquer grupo numericamente importante. Por todo lado, novas línguas vernáculas se impunham, freqüentemente elas mesmas divididas em vigorosos subgrupos de dialetos. Nos países da Antigüidade romana, falavam-se diversas línguas: italiano, catalão, castelhano, português, *langue d'oc* e *langue d'oïl*; em outros lugares, triunfavam as línguas anglo-saxônicas ou germânicas; na Europa central, havia a reunião de países de língua eslava ou húngara; enquanto que, na direção do Atlântico, as línguas célticas eram já de alguma forma marginalizadas.

No final da Idade Média, essas línguas vernáculas já haviam alcançado seu período áureo, comportando, inclusive, um longo passado e múltiplos títulos de glória. Socialmente, elas eram faladas tanto pela mais alta aristocracia quanto pelo povo comum; muitos nobres, e até príncipes, não falavam outras línguas e ignoravam o latim. Seu papel cultural era igualmente bem estabelecido. Mesmo se algumas (o bretão, o basco...) fossem ainda essencialmente línguas orais, a maior parte, desde há muito, dispunha da escrita e se alimentava de uma produção abundante e diversa. Visto que essas línguas vernáculas não eram exclusivamente aquelas da comunicação usual: eram também línguas literárias que, na maior parte dos países, haviam já proporcionado - ou começavam a fazê-lo - obras-primas em múltiplos gêneros: poesia épica, cortesã ou satírica, romances, teatro, história, etc. Enfim, línguas de prática cotidiana, as línguas vernáculas tornavam-se, mais cedo ou mais tarde, em proporções variáveis de acordo com o país, línguas de gestão, administração e até governo; elas eram usadas para contabilidade, redigir estatutos ou regulamentos, editar leis ou emitir sentenças, discursar em assembléias ou advogar diante de tribunais.

A despeito de tudo isso, o estatuto da língua vernácula mantinha-se discutível e sua dignidade contestada. Os gramáticos presumiam ignorar sua existência, pelo menos até o século XV, e ela

não era, para falar com sinceridade, ensinada como tal e de maneira autônoma<sup>1</sup>. Relativa pobreza no léxico, pelo menos em certos registros, incertezas morfológicas, talvez sintáticas, e instabilidade ortográfica eram o vestígio dessa ausência de dimensão teórica (que, de fato, tinha pelo menos a vantagem de colocá-la ao abrigo dos riscos do purismo e do academicismo).

Completamente diferente era o estatuto do latim. Seu prestígio persistente tinha longínquas origens, que remontam ao Renascimento carolíngio (séculos VIII e IX). Foi, com efeito, nessa época que, não somente as línguas vernáculas (pelo menos as línguas romanas) se haviam definitivamente separado do latim, como também este, restabelecido pela renovação do escrito e das práticas escolares em sua relativa pureza, permanecia confinado, de alguma maneira, na posição privilegiada de língua erudita e elitista. Posição que se tornava ainda mais privilegiada pelo fato de não ter concorrência, dado que as outras línguas antigas - notadamente o grego e o hebraico - haviam sido quase completamente esquecidas no Ocidente cristão e eram conhecidas exclusivamente por um pequeno número de indivíduos isolados.

O latim medieval era, antes de tudo, a língua sagrada, aquela da Escritura, aquela da liturgia, do culto e dos sacramentos; em outras palavras, era a língua dos padres e monges. No domínio religioso, a língua vernácula restringia-se praticamente à pregação oral destinada aos leigos. A redação ou a tradução em língua vernácula de obras religiosas, a começar pela própria Bíblia, ainda que não fosse completamente desconhecida ou proibida, não era praticada sem muita parcimônia e suscitava facilmente a desconfiança da Igreja, sobretudo quando os autores eram, eles também, leigos.

O latim era, por outro lado, a língua portadora de toda a herança da Antigüidade. Quer se tratasse de obras latinas originais ou de obras gregas traduzidas em latim desde a Antigüidade ou durante a Idade Média (diretamente ou pela mediação de intermediários árabes), quase tudo aquilo que o Ocidente possuía no fim da Idade Média em matéria de gramática, de filosofia, de ciência

1 - Cf. S. Lusignan, *Parler vulgairement. Les intellectuels et la langue française aux XIII<sup>e</sup> et XIV<sup>e</sup> siècles*, Paris-Montreal, 1986.



cia (ciências naturais, matemática, astronomia, cosmologia, etc.), de direito, de medicina, de história antiga, sem falar nos Padres da Igreja, era tudo ainda em latim. Efetivamente, o legado assim transmitido era incompleto: toda a obra da cultura antiga havia sido esquecida no Ocidente, em particular tudo aquilo que, da literatura grega, não houvesse sido traduzido para o latim. Mas para o que restara disponível, o latim desfrutava de um quase monopólio. Até o final da Idade Média, pouquíssimas obras originais haviam sido produzidas em língua vernácula nas disciplinas de cultura erudita. Julgavam-se essenciais as traduções e mesmo essas teriam sido tardias, pouco numerosas e frequentemente mediocres. Além dos mais, essas traduções não eram exatamente destinadas aos homens de cultura, conhecedores do latim, mas a um público laico, um pouco difícil de ser delimitado, sem dúvida bastante restrito, provavelmente recrutado, sobretudo, na alta aristocracia e nos ambientes de corte.

Na França, é no século XIII que aparecem as primeiras traduções de obras latinas antigas, mas será necessário esperar meados do século XIV e as solicitações explícitas dos reis João II, o Bom (1350-1364) e, sobretudo, de Carlos V (1364-1380) para que os empreendimentos mais sistemáticos e de maior envergadura sejam lançados. São então traduzidos para o francês, ao mesmo tempo, inúmeros clássicos como Cícero ou Tito Lívio, inúmeras enciclopédias medievais (Barthélemy l'Anglais, Thomas de Cantimpré), a *Cidade de Deus*, de Santo Agostinho, o *Policraticus* de Jean de Salisbury; mas a principal peça de tal movimento foram as primeiras traduções de Aristóteles por Nicolas Oresme, realizadas entre 1369 e 1377: a *Ética*, a *Política*, a *Economia*, bem como o *Livro do céu e do mundo*.

Esses textos, todos destacando a cultura erudita, não eram, de fato, aqueles que seriam correntemente estudados nas escolas. Era esse em particular o caso de Aristóteles, representado apenas por um aspecto bem peculiar de sua obra, pouquíssimo difundida na universidade, mas particularmente suscetível de interessar diretamente aos homens de poder. Pelo menos, tratava-se, nesse último caso, de traduções cuidadosamente elaboradas, apesar de inúmeras falhas que revelavam a que ponto um letrado do porte de Oresme, doutor em Teologia e antigo grande mestre do colégio de Navarra, tinha dificuldade para verter para língua

vernácula um saber que ele, entretanto, dominava perfeitamente em latim. Além do mais, Oresme havia acompanhado a tradução de importantes comentários originalmente escritos em língua vulgar. Por aí, ele abria caminho para os primeiros tratados políticos em francês, como o *Songe du vergier* do canonista Évrard de Trémaugon, obra praticamente contemporânea.

Mas os outros domínios da cultura erudita permanecem o apanágio quase exclusivo do latim. E foi igualmente em latim que foram redigidas as obras modernas que, nesses domínios, vieram completar a herança antiga. Mesmo as disciplinas mais recentes e mais específicas da cultura medieval, tal como o direito canônico e a escolástica, permaneceram exclusivamente latinas.

Língua das Escrituras e da cultura erudita, o latim foi também, como seria natural, a língua do ensino. Estudar era, antes de mais nada, estudar "as letras" (*litterae*), quer dizer, o latim. Aquele que havia estudado era considerado *litteratus*, o que significava, fundamentalmente, que ele sabia latim.

Para dizer a verdade, trata-se de um tema complexo, onde nem tudo parece claro. Seria possível ensinar unicamente em latim, inclusive para crianças pequenas que ignoravam completamente essa língua? Existiam, nos séculos XIV e XV, inúmeros indivíduos que possuíam um melhor domínio da língua vernácula do que do latim, mesmo no tocante à leitura e à escrita. Seria possível admitir que tais indivíduos tivessem outrora aprendido a ler e a escrever exclusivamente em latim? Como explicar, ao mesmo tempo, sua boa prática na língua materna escrita e sua ignorância ou seu esquecimento do latim? Mesmo que nada nos permita afirmar a existência de escolas puramente vernáculas, parece-nos difícil não admitir que ao menos uma parte do ensino elementar era dada em língua vernácula. Mas nosso parco conhecimento desse ensino não nos permite afirmar mais nada.

Em contrapartida, é verdade que, para os níveis mais elevados, o latim mantinha o uso universal, em todo o Ocidente. Isso significa que qualquer um que tivesse frequentado a escola com alguma assiduidade na Idade Média, não apenas teria aprendido o latim enquanto tal, mas deveria dele se servir também para estudar as outras matérias ensinadas na escola, porque o latim era, nós já vimos, a língua de todas as disciplinas eruditas. Ora, essas disciplinas eram essencialmente livrescas. Elas repousavam

sobre as "autoridades" que remontavam à Antiguidade, pagã ou cristã, e eram redigidas em latim. Não seria possível ter acesso a tais autoridades, cujo comentário formava o essencial do ensino medieval, ignorando-se o latim. E esse mesmo comentário era dado em latim, fosse sob a forma de um ensino oral, fosse sob a forma escrita de "aparatos" e de "leituras", desde então promovidas ao posto de autoridades secundárias e tornadas, por seu turno, fontes de saber. Era igualmente em latim que eram redigidos os instrumentos de trabalho - tabelas, concordâncias, dicionários - que facilitavam o domínio dos textos e dos comentários eruditos.

Em resumo, praticamente não seria possível, durante a Idade Média, pertencer ao grupo de pessoas de saber - que são o objeto do presente livro - sem ser latinista.

Isso quer dizer que as pessoas de saber eram as únicas, no fim da Idade Média, a conhecer o latim? Certamente não. De fato, eu já disse, qualquer um que tivesse àquela época um suficiente domínio da leitura e a *fortiori* da escrita, havia, sem dúvida, recebido, pelo menos, uma tintura de latim. Evidentemente, era possível que não se guardasse disso grande lembrança, mas esse não era, pelo menos, o caso de uma categoria bem precisa, a dos clérigos e religiosos, cujas obrigações litúrgicas conduziam a utilizar quase cotidianamente o latim. Nós já explicamos, na introdução deste livro, por que utilizamos a expressão homens de saber para designar uma categoria de pessoas nos últimos séculos da Idade Média. Mas é fato que, naquela época, a maior parte dentre eles possuía um conhecimento ao menos sumário do latim, o qual era requisitado para a celebração de missas, a distribuição de sacramentos, a recitação do ofício. Os bispos desse tempo lamentavam-se bem menos que seus predecessores da Alta Idade Média sobre a ignorância crassa e os barbarismos escandalosos dos padres. Talvez estes últimos não fossem, de fato, capazes de escrever ou de falar latim, mas compreendiam praticamente tudo o que diziam os textos das Escrituras e dos ofícios, os rituais sacramentais e as prescrições correntes do direito canônico retomadas nos estatutos sinodais.

Se nós retomarmos nossa gente de saber, qual seria a natureza do seu conhecimento do latim? Aqui, conviria recordar que se o latim medieval pode ser considerado como uma língua

viva (e, enquanto tal, suscetível de certas particularidades locais e de algumas evoluções), ele era, entretanto, uma língua aprendida e que nós podemos conceber como artificial, nesse sentido de não mais corresponder à língua materna de ninguém.

O nível de conhecimento do latim deveria variar de um indivíduo para outro. Os mestres da universidade eram teoricamente capazes de escrever e mesmo de falar com facilidade (visto que os estatutos lhes fizessem interdição de ditar um curso previamente redigido); cabe ainda observar que se tratava do latim escolástico, quer dizer, de uma língua bem particular, bastante técnica, quase um jargão, com vocabulário estereotipado e sintaxe elementar, indiferente a qualquer busca de elegância literária. Mas os simples estudantes estavam, sem dúvida, menos à vontade, apesar da obrigação que lhes era oficialmente cobrada, de não falar outra língua que não o latim, pelo menos em público e até mesmo no interior dos colégios. Seu latim deveria assemelhar-se provavelmente à língua pretensiosa e ridícula que Rabelais colocará na boca de seu "escolar limousin".

As mesmas diferenças de nível se reencontram na prática administrativa. Certas chancelarias, notadamente a chancelaria pontifical, possuíam, entre seus secretários latinistas de grande qualidade, retóricos impecáveis capazes de redigir em longos períodos ritmados os preâmbulos majestosos das cartas mais solenes. Mas, ao lado disso, os estatutos, os diplomas correntes, as enquetes administrativas, os documentos fiscais, as sentenças judiciárias, para não falar de simples atos notariais ou de contas, mesmo quando escritos em latim, eram elaborados em uma língua infinitamente menos cuidada, "um latim grosseiro, acessível aos leigos" (*latnum grossum, pro latcis amicis*) como dizia, por volta de 1440, um manual de uso dos conselheiros do Parlamento de Paris intitulado *Style de la chambre des enquêtes*, escrito em uma língua bastante próxima da língua vernácula pela estrutura das frases e pela escolha do vocabulário. As desinências latinas nem mesmo procuravam mais, aqui, escond-

---

2 - Citado à página 335 em E. Autrand, "L'apparition d'un nouveau groupe social". *Histoire de la fonction publique en France*, dirigida por M. Pinet, t. I, *Des origines au XV<sup>e</sup> siècle*, Paris, 1993, p. 311-443.

der que o latim era apenas uma espécie de máscara que fantasiava um pensamento cujas verdadeiras categorias eram doravante aquelas da língua vernácula. Muitos desses atos foram, por outro lado, copiados em formulários existentes na maior parte das chancelarias, dos cartórios e dos ofícios de tabelães, o que apenas acentuava seu caráter estereotipado e sua pobreza lingüística.

Não concluíamos, entretanto, tão rapidamente sobre o abastardamento do latim no final da Idade Média. A escolha, nos documentos administrativos, dessa língua tão elementar correspondia, como vimos, ao desejo de ser inteligível para o maior número possível, mesmo para os mais medíocres latinistas (*pro laicis amicis*), sem renunciar ao prestígio (e às comodidades) do latim. Mas outros redatores de atas – ou mesmo em outras ocasiões – permaneceram perfeitamente capazes de ler tratados latinos ou de escrever em uma língua mais pura. A partir de meados do século XIV, o humanismo, nascido a princípio na Toscana e depois difundido por toda a Itália e para além dos Alpes, especificamente em Avignon no tempo do papa Benedito XIII e em Paris, de Carlos VI, encontrou no mundo dos escrivães de justiça e dos secretários de chancelaria seus melhores partidários. Mais ainda que os universitários, foram esses profissionais da escrita pública os que buscaram nas cartas e nos discursos de Cícero os modelos capazes de dar a seus escritos aquela elegância e aquela força de convicção que haviam caracterizado os melhores oradores da Antiguidade. Uma carta de Coluccio Salutati (1331-1406), o grande humanista de Florença, então em guerra contra Milão, era mais temível – dizia-se – que um esquadrão de cavalaria.

De fato, o sucesso do humanismo não deve diminuir a lenta e irresistível progressão das línguas vernáculas em todos os domínios, desde a literatura até a prática política, administrativa e judiciária. Acima das simples razões de comodidade e de inteligibilidade, as línguas vernáculas beneficiaram-se, sobretudo, do

---

3 - Citado em E. Garin, *La Renaissance. Histoire d'une révolution culturelle*, trad. fr. Paris: 1970, p.30.

crescimento quase geral dos sentimentos nacionais que começavam a ver nelas um dos componentes da identidade nacional ou étnica. Ao universalismo cristão e erudito do latim, elas opunham sua suposta adequação ao próprio gênio da raça.

umas vezes com reticência, outras, com determinação – dado que o purismo humanista começava ridicularizar o latim rude ou incorreto que muitos dentre eles eram incapazes de ultrapassar –, os próprios homens cultos cada vez mais se depa-  
ravam com o uso da língua vernácula. Alguns chegaram mesmo a tornar-se seus propagandistas, escrevendo, sob o exemplo de Dante (*De vulgari eloquentia*, c. 1305), as primeiras “defesas e ilustrações”. Temos, como exemplo, o que fez Nicolas Oresme no prefácio da já citada tradução de Aristóteles: por reconhecer as deficiências de tais traduções, atribuindo-as ao fato de que essa matéria “jamais teria sido tratada e exercida em tal linguagem”, ele acrescenta, com arrogância, que “traduzir tais livros em francês e oferecer em francês as artes e as ciências é um trabalho profundamente proveitoso; porque o francês é em si uma linguagem nobre e comum dirigida a pessoas de grande engenho e boa prudência. E como diz Cícero em seu livro *Academiques*, as coisas de peso e de grande autoridade são do deleite e do agrado das pessoas e da linguagem de cada país.”

Na prática cotidiana, as pessoas cultas e letradas eram, portanto, impulsionadas sem cessar a utilizar prioritariamente a língua vernácula. Por toda a parte, nos séculos XIV e XV, o latim recuava maciçamente nos arquivos dos nobres ou das cidades. A partir de 1380-1400, para além das disciplinas estritamente escolares ou universitárias, eram cada vez mais raros os autores, mesmo os oriundos de escolas, que houvessem deixado uma obra exclusivamente latina. Tomemos o grupo dos ditos primeiros humanistas franceses: se Nicolas de Clamanges (c. 1363-1437) escreveu exclusivamente em latim, se a obra francesa de Laurent de Premierfait (?-apr. 1418) restabelece as traduções (Cícero, Bocage), Jean de Montreuil (1354-1418) ofe-

---

4 - Maître Nicole Oresme, *Le livre de Ethique d'Aristote, published from the Text of Ms. 2902, Bibliothèque royale de Belgique*, editado pela A. D. Menut, New York, 1940, p. 100-101.

receu duas versões - uma latina e uma francesa - de seus principais tratados de propaganda política (primordialmente seu *Traité contre les anglais*), como já havia feito antes Evrard de Trémaugon para o *Songe du vergier*, e, no caso do chanceler Jean Gerson (1363-1429), a obra latina ligada à universidade tem como contrapartida sua obra em francês onde os sermões dirigidos à corte juntam-se aos pequenos tratados espirituais destinados às "pessoas simples".

Não se pode, entretanto, dizer que o progresso das línguas vernáculas no final da Idade Média acarretou, sobretudo nas elites cultivadas, um verdadeiro recuo do latim. Podemos até mesmo sustentar que o que ocorreu foi, antes, um reforço da *diglossie* medieval, nesse sentido em que, deixando de corresponder às clivagens sociais simples (erudito - popular; clerical - laico; *litteratus* - *illitteratus*), esta foi transportada para o próprio coração das disciplinas escolares e de práticas, tanto orais quanto escritas, da vida política, jurídica e administrativa. A escolha da língua, para os indivíduos que dominam cada vez melhor o duplo registro do vernáculo e do latim (para não falar aqui da renascença ainda tímida e essencialmente italiana do grego), criaria doravante estratégias cada vez mais refinadas: a preocupação com a eficácia política e com a afirmação lingüística do sentimento nacional continuava a se opor ao apego a um universalismo cristão e cultural, cuja garantia era o latim, ao mesmo tempo que a reivindicação de identidade daqueles cujos estudos e gostos podiam constituir-se como castas profissionais. À medida que perdia sua legitimidade cultural, o latim, sempre corajosamente sustentado pela Igreja e pela escola, terá seu valor acrescido como sinal de reconhecimento social e elemento constitutivo da ordem estabelecida. O latim permanecia como a língua da memória.

A formação inicial das pessoas cultas não se limitava, na Idade Média, à aprendizagem do latim; ela era normalmente complementada, por qualquer um que ultrapassasse o nível elementar, pela iniciação à "filosofia". Esse hábito se manteve até o século

5 - Cf. H. Grundmann, *Litteratus - illitteratus. Der Wandel einer Bildungsnorm vom Altertum Zum Mittelalter*, *Archiv für Kulturgeschichte*, 40 (1958), p. 1-65.

lo XV, para designar o conteúdo dos ensinamentos de base, como se dizia, à moda antiga, das "sete artes liberais", repartidas entre o *trivium* (gramática, retórica, dialética) e *quadrivium* (aritmética, música, geometria, astronomia). De fato, essa classificação tradicional deixara de ser, desde o século XIII, verdadeiramente, operatória. Efetivamente, o ensino do latim correspondia, em certa medida, à gramática, eventualmente complementada pela retórica, quando a leitura dos clássicos adquiria uma dada importância. Mas, em seguida, vinha - o que não calhava tão bem no esquema tradicional - a iniciação à dialética, digamos mais simplesmente, à lógica, que completava, em geral, algumas noções emprestadas às disciplinas do *quadrivium* (no essencial, um pouco de aritmética e de cosmologia elementar) e, sobretudo, as lições de filosofia natural e moral não previstas no curso original de artes.

Para as matérias científicas, utilizavam-se menos os autores antigos em si do que pequenos manuais, bastante simples, compostos na Idade Média, como o *De sphaera* de Jean de Sacrobosco, que data dos primeiros anos do século XIII, em Astronomia. Mas, no restante, tudo, ou quase tudo, repousava sobre Aristóteles. De Aristóteles, possuíam-se, há tempos, tratados de lógica, cujo conjunto formava o *Organon*. A primeira parte deste último, ou *Logica vetus*, traduzida desde o final do século V por Boécio, sempre fora conhecida e estudada no Ocidente; os tratados seguintes (*Logica nova*), traduzidos na primeira metade do século XII, eram ensinados nas escolas parisienses desde os anos 1150. No final da Idade Média, esse conjunto havia já adquirido um uso quase universal: ao texto mesmo de Aristóteles se haviam juntado alguns manuais mais recentes, sendo que o mais propagado destes eram as *Summulae logicae* de Pierre d'Espagne (c. 1210-1277).

Contudo, para os ocidentais do final da Idade Média, Aristóteles não era mais somente um mestre de Dialética. A partir dos anos 1200, já se tinha à disposição, em tradução latina, a quase totalidade de suas obras filosóficas: *Física*, *Metafísica*, pequenos tratados de ciência natural (*Parva naturalia*), *Tratado da alma*, *Livro do céu e Livro do mundo*, *Meteorologia*, *Ética*, *Política*. A princípio, formalmente proibido (1210-1215), o ensino da filosofia de Aristóteles foi progressivamente tolerado e, enfim, oficialmente admitido na Universidade de Paris (estatuto

da faculdade de artes de 1255). A partir de então, ele passou a ser assumido pela maior parte das faculdades de artes criadas posteriormente, ainda que pareça que, em algumas universidades meridionais (Bolonha, Montpellier, Toulouse), a gramática e a retórica tenham permanecido como matérias dominantes e que a filosofia não tenha jamais ocupado mais do que um lugar secundário. Também não se tem certeza de que nas escolas de níveis mais baixos, o conjunto da obra de Aristóteles fosse estudado de maneira sistemática. No entanto, pode-se supor que qualquer pessoa que houvesse recebido na Idade Média uma formação de um certo nível, fosse na Universidade ou em alguma escola pré-universitária, teria sido, por essa mesma razão, iniciada na lógica de Aristóteles ou, pelo menos, nos aspectos mais conhecidos de sua filosofia.

Essa vasta difusão contrasta evidentemente com o desconhecimento praticamente completo que se tinha então de Platão, cuja principal obra traduzida em latim, o *Timeu*, praticamente cessara de ser estudada no Ocidente desde o século XII.

Isso não significa que todos os intelectuais medievais houvessem aderido ao aristotelismo, tomado como sistema filosófico coerente. Houve, de fato, na Idade Média os aristotélicos e até, como dizemos às vezes, os "aristotélicos integrais". A faculdade de artes de Paris nos anos 1260-1270, a de Pádua durante os séculos XIV e XV, haviam sido as principais forças dessa corrente, mais espontaneamente designada pelos contemporâneos sob o epíteto de "averroísta", cujos adeptos eram, com frequência, expostos à hostilidade de seus colegas teólogos e às condenações pela Igreja. O aristotelismo "integral" ou "heterodoxo", sobretudo compreendido à luz dos comentários de Averroes (1126-1198), os quais teriam sido traduzidos do árabe para o latim nos anos 1220, voltava-se, por sua vez, para uma exposição de doutrinas dificilmente conciliáveis com a revelação cristã. Eternidade do mundo e unidade do intelecto (em outras palavras, negação da existência da alma como substância espiritual, individual e imortal) eram as mais visíveis pedras do caminho. Juntamos a isso, a crença aris-

---

6 - Cf. L. J. Paetow, *The Arts Course at Medieval Universities with Special Reference to Grammar and Rhetoric*, Champlain, 1910.

totélica no determinismo astral e uma definição puramente humana da felicidade e da virtude, identificadas com contemplação bem aventurada do filósofo desfrutando de seu próprio conhecimento. A despeito dos cuidados, afetados ou sinceros dos "averroístas", a metafísica, bem como a moral cristã, estavam longe de terminar e compreende-se - sem que, para tanto, necessariamente aproveamos - a desconfiança alimentada pela Igreja com relação àqueles ensinamentos.

Contudo, o aristotelismo corrente dos letrados medievais era, de fato, outra coisa. Tratava-se muito mais de um tipo de *koiné*, de maneiras de dizer e de raciocinar, de definições e de conceitos, de conhecimentos diversos, explícitos ou implícitos, inculcados desde a escola e admitidos praticamente por todos com força de evidência.

O aristotelismo era, antes de tudo - repitamos isso -, uma lógica, a arte do silogismo concebida como técnica demonstrativa por excelência. O letrado medieval tinha naturalmente tendência a expor seu pensamento sob forma de silogismo e a remeter às figuras - corretas ou incorretas - do silogismo os argumentos de seus interlocutores ou adversários. Ofereçamos apenas um exemplo entre centenas de outros: na França, durante os Estados Gerais de 1357, nós observamos o bispo Robert le Coq, principal porta-voz dos opositores, e os oficiais do rei posto em acusação por ele se afrontarem com uma rajada de silogismos:

"O dito bispo utilizava o argumento: É fato notório que o rei foi mal aconselhado e governado; os abaixo-nomeados [oficiais] o aconselharam mal; Ergo etc. [isto é, tais oficiais devem ser destituídos].  
Resposta [dos oficiais]: A maior é falsa, ou pelo menos não tão notória, sendo, pois, obscura e duvidosa; e a menor é ainda mais falsa, mais obscura e mais pobre em conhecimento de causa."

Para além da dialética, arte do raciocínio rigoroso e irrefutável, o aristotelismo era também uma retórica, arte do

---

7 - Citado à p. 380 no L. Douët d'Arcq, "Acte d'accusation contre Robert le Coq", *Bibliothèque de l'École des Chartes* (1840-1841), p. 350-388.

provável e do verossímil, fundada sobre a procura dos "lugares comuns" (em grego *topoi*), aos quais seria possível reduzir as situações concretas a fim de alcançar a convicção do auditório. Os princípios dessa matéria eram ensinados nos oito livros dos Tópicos.

Do estudo de Aristóteles, os letrados medievais não retiravam apenas as técnicas de exposição e de raciocínio. Eles retiravam também esquemas explicativos e hábitos classificatórios aplicáveis a toda espécie de fenômenos. O princípio da não-contradição, a procura por causas (materiais, formais, eficientes, finais), a distinção da matéria e da forma, da substância e dos acidentes, da potência e do ato, a identificação dos gêneros e das espécies, eram todos meios racionais que tanto definiam o objeto do saber quanto pensavam a transformação. Disso resultava uma percepção de mundo coerente, que, embora se tenha tornado bem distante para nós, possibilitava que todos os homens daquele tempo, providos dos mesmos instrumentos analíticos, pudessem se reconhecer sem muita dificuldade.

Essa percepção comum era, em primeiro lugar, ligada ao universo físico. A teoria dos quatro elementos e uma cosmogonia geocêntrica que colocavam uma Terra imóvel no centro de um sistema de esferas celestes constituíam a base. Reteve-se também de Aristóteles, especialmente de seu Tratado da Alma, uma fisiologia e uma psicologia que davam conta das características maiores dos seres vivos, tanto da flora e da fauna, quanto do próprio homem. Enquanto os movimentos dos planetas e suas influências sobre o mundo sub lunar davam uma justificativa científica para a astrologia e balizavam o sucesso inesgotável das predições e dos horóscopos, o jogo dos elementos e dos humores determinava a compleição de cada indivíduo (sangüíneo, bilioso, fleumático ou melancólico). Por outro lado, a definição de diversas funções da alma - da função vegetativa, a mais primitiva, comum a todos os seres vivos, à função cognitiva e racional própria do homem - permitia aproveitar, ao mesmo tempo, a continuidade e as hierarquias do universo biológico, bem como o laço, em alguma medida, orgânico da alma e do corpo.

O edifício intelectual aristotélico era coroado por sua filosofia moral e política cujos textos maiores (a Ética e a Política) foram difundidos em escolas e universidades a partir da segunda metade do século XIII, antes de serem - como já vimos anteriormente - traduzidos para o francês por Oresme nos anos 1370. Sem seguir fielmente todas as suas particularidades, muitas vezes dificilmente conciliáveis com a revelação cristã, os letrados do fim da Idade Média retiveram desse conhecimento, pelo menos, a definição de virtude como prática do justo meio, da moderação e da medida e, sobretudo, um certo número de conceitos políticos que, muitas vezes associados àqueles do direito romano, vieram a constituir uma espécie de vulgata aceita por todos e, aliás, suscetível de utilização divergente, se não contraditória<sup>8</sup>. A essa vulgata política aristotélica, nós podemos relacionar noções também difundidas no final da Idade Média acerca das distinções entre a lei natural, a lei divina e a lei humana, do caráter primitivo e orgânico da comunidade política (o homem como "animal social"), da tipologia das formas de governo (monarquia, aristocracia, democracia) e de sua possível degenerescência e, finalmente, da noção de "bem comum" como finalidade da ação política.

Tudo isso - há que se repetir - não constituía um corpo de doutrina coerente. Enquanto tal, o aristotelismo foi, nos séculos XIV e XV, alvo de críticas cada vez mais mordazes, por parte de numerosos filósofos, humanistas, juristas e teólogos; alguns colocavam em causa, em nome da retórica e das belas artes, a tirania do silogismo; outros valiam-se da liberdade divina para contestar uma construção francamente determinista, talvez materialista, de modo a privilegiar uma visão mais atomista, senão empírica, do homem e da natureza. Mas aqui, nossa proposta é simplesmente a de sublinhar o peso conservado - durante tão longo tempo que ele talvez pudesse ser já inconsciente - pelos esquemas e conceitos aristotélicos inculcados desde a infância. Realizando com sucesso - nas palavras

---

8 - Ver, por exemplo, a demonstração de Th. Renna, "Aristotle and the French Monarchy", 1260-1303, *Viator*, 9 (1978), p.309-324.

de Alexandre Koiré - uma espécie de "união entre uma metafísica finalista e a experiência do senso comum", eles guardaram, por muito tempo, a força de evidência que era trazida pelos fundamentos desse racionalismo fundamentalmente qualitativo por meio do qual nós podemos, sem dúvida, melhor definir a atitude intelectual de todos aqueles que haviam recebido um certo tipo de formação escolar na Idade Média.

Os homens cultos e os letrados do final da Idade Média não eram forçosamente aristotélicos, embora todos eles se situassem em um universo ainda largamente percebido através das definições e das categorias de Aristóteles.

## 2. SABERES LEGÍTIMOS E SABERES MARGINAIS

A cultura dos letrados medievais não se limitava, evidentemente, a tais elementos de base. Estes se integravam em um conjunto mais amplo cujos contornos, sob a forma de classificações sistemáticas do saber, os teóricos haveriam tentado desenhar.

Tais classificações, inspiradas por modelos antigos ou árabes, teriam particularmente obtido sucesso em autores dos séculos XII e XIII<sup>9</sup>. Elas podiam ser mais ou menos complexas, embora, em última análise, se remetessem todas a um esquema genérico que conhecia apenas as ciências preparatórias (*scientiae primitivae*) - articuladas de maneira mais ou menos complexa a partir de um sistema, que então já era ultrapassado, das sete artes liberais -, e a ciência sagrada, quer dizer, o estudo do texto revelado (*sacra pagina*), como finalidade última, de acordo com *A doutrina cristã* de santo Agostinho, de uma educação cristã.

9 - Citado à página 625 de G. Beaujouan, "La science dans l'Occident médiéval chrétien", na *Histoire générale des sciences*, dirigida por R. Taton, t. I *La science antique et médiévale*, Paris, 1966, p. 582-652.

10 - G. Dahan, "Les classifications du savoir aux XII<sup>e</sup> et XIII<sup>e</sup> siècles", *L'enseignement philosophique*, 40/4 (1990), p. 5-27.

Uma tal concepção, da qual a *Didascalicon* de Hugues de Saint-Victor dava já por volta de 1130, uma expressão bastante completa,<sup>11</sup> justificava plenamente o papel primordial reservado ao latim e a Aristóteles, apesar de deixar ostensivamente um grande número de disciplinas à margem dos saberes legítimos.

Algumas razões para esse desprezo, entre os partidários de uma educação ao mesmo tempo "liberal e religiosa", são claras, assim como o são suas origens, tanto antigas quanto cristãs. Trata-se de recusar, por um lado, as "artes mecânicas", quer dizer, o saber-fazer excessivamente técnico, implicando trabalho manual e contato imediato e degradante, senão servil, com a matéria; por outro lado, a recusa também das "ciências profanas" ou "lucrativas", quer dizer, as disciplinas que tinham como finalidade (pelo menos aos olhos dos autores eclesiásticos) satisfazer as ambições puramente mundanas e o gosto pelo lucro de seus detentores.

Outras ausências são mais difíceis de serem explicadas. Tratar-se-ia de saberes que não se acreditava prestarem para nada além da "mera curiosidade", um gosto gratuito da fantasia intelectual e dos jogos do espírito que se esquecem das finalidades cristãs do estudo? "Deve-se aprender apenas para a própria edificação ou para ser útil aos outros; o saber pelo saber é apenas uma vergonhosa curiosidade", já havia dito são Bernardo em seu sermão 36 do Cântico dos cânticos<sup>12</sup>.

A tais motivações inconscientes, deve-se, sem dúvida, acrescer o peso também bastante forte das tradições escolares e dos reflexos corporativos da parte dos especialistas dessa ou daquela disciplina, pouco inclinados a dar lugar ao ensino de seus eventuais concorrentes.

Seja como for, certos domínios rapidamente escaparam da posição subalterna à qual os teóricos haveriam desejado confiná-los, embora outros, como contrapartida, tenham sofrido duramente tais rejeições que, por vezes, os perseguiriam ainda para

11 - Hugues de Saint-Victor, *L'art de lire: Didascalicon*, introdução e tradução francesas de M. Lemoine, Paris, 1991.

12 - *Sunt namque qui scire volunt eo fine tantum, ut sciunt: et turpis curiositas est* (*Sancti Bernardi Opera*, éd. Par. J. Leclercq, C. H. Talbot, H. Rochais, vol. II, Rome, 1958, p. 5).



além do período medieval. Não deixaria de haver interesse, mesmo com o risco de algum anacronismo, em buscar reconstituir a lista de tais rejeições e das ignorâncias que se desenhavam como limite último da cultura erudita medieval, antes de tecer considerações sobre o conteúdo positivo desta última.

Antes de mais nada, como já vimos acima, tudo que dissesse respeito à língua vernácula era imediatamente excluído, qualquer que fosse o domínio. Ainda, com maior força, tudo o que nós chamaríamos hoje em dia as "belas letras", mesmo latinas, não tinham seu lugar nas escolas, pelo menos a partir do Renascimento do século XII quando a "batalha das sete artes" teria sido finalmente vencida pela dialética às expensas da poesia e da eloquência. Utilizavam-se ainda alguns clássicos para ilustrar as lições de gramática ou iniciar os estudantes em determinados procedimentos retóricos, mas já não se procurava oferecê-los uma verdadeira cultura literária. Os humanistas dos séculos XV e XVI serão profundamente tributários de autores gregos e latinos, de cujas lições eles apreenderão não somente o estilo, mas a estética e moral. Não aconteceu nada disso com seus predecessores medievais. Estes eram efetivamente capazes de citar algumas sentenças de Cícero ou algum verso de Virgílio ou Horácio, aprendidos em compêndios escolares de *autores*, mas não havia neles nem o amor à bela língua clássica, nem a desinteressada curiosidade pelas civilizações antigas. Quanto ao vernáculo - como já destacamos anteriormente - não se pode dizer, pelo menos a partir de meados do século XIII, que os homens cultos fossem propriamente incapazes de usá-lo, tanto por escrito quanto oralmente em diversos registros. Mas a prática que para tanto se estabelecia provinha antes de esforços pessoais ou de aprendizagens puramente profissionais. Não parece possível designar, em seu conjunto, uma verdadeira cultura literária, no sentido que nós hoje utilizamos.

Será que eles tinham uma cultura histórica? O problema é suficientemente complexo e requer, sem dúvida, uma resposta negativa, embora se devam admitir nuances<sup>13</sup>. O grande século da

13 - Sobre a cultura histórica dos homens da Idade Média, recomenda-se, de maneira geral, o livro fundamental de B. Guenée, *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval*, 2<sup>a</sup> éd., Paris, 1991.

historiografia medieval foi incontestavelmente o século XII. Os mosteiros, como Saint-Denis na França ou St. Alban na Inglaterra, e as cortes principescas eram, naquele tempo, os principais focos de uma produção da qual a maior parte dos autores era constituída por monges ou clérigos. A história não era ensinada nas escolas, mas ela beneficiou-se largamente do lugar de honra conferido aos textos antigos, compreendendo-se nestes os textos históricos, divulgados pelo Renascimento do século XII; e os *intelectuais* oriundos do mundo das escolas igualmente fizeram uso de obras de historiadores, como Jean de Salisbury (c. 1115-1180), autor de uma importante *Historia pontificalis*, consagrada à história da Igreja e do papado de seu tempo.

Em compensação, a época seguinte viu alargar-se o fosso que separa a história dos outros domínios da cultura erudita. Não apenas a história não encontrou seu lugar nos programas das novas universidades, como também o triunfo da filosofia de Aristóteles, às custas da gramática e da retórica, privilegiou um tipo de pensamento no qual a dimensão historiográfica era praticamente ausente. Até mesmo o direito romano e a exegese bíblica, disciplinas históricas aos nossos olhos, eram pouquíssimo abordados nas escolas medievais sob o ângulo da historicidade. Seja como for, a história praticamente não está presente, a não ser sob a forma ornamental de alusões e de *exemplos*, entre os grandes mestres da teologia escolástica; ela quase não inspira os comentadores do *Corpus iuris civilis*, atentos, sobretudo, a colocar em posição de destaque a majestade imutável da *lex romana*.

A produção historiográfica, porém, não deixou de existir por isso. Se ela de fato não oferece mais construções tão ambiciosas quanto as vastas teologias da história que haviam sido as crônicas universais de um Sigebert de Gembloux (c. 1030-1112) ou de um Otton de Freising (c. 1111-1158), fornecia em abundância, tanto em latim quanto em língua vernácula, histórias nacionais e regionais, vidas de príncipes e de papas, cronologias de reinos e relatos de batalhas, sem falar de compilações de história antiga, tais como a *Histoire ancienne jusqu'à César*, ou *Les faits des Romains*, resumos cômodos de história grega e romana compostos no princípio do século XIII e cujo sucesso não foi desmentido até o final da Idade Média.



Os autores dessas histórias e dessas crônicas, em geral verdadeiros historiadores oficiais pagos pelos príncipes ou pelas cidades, continuavam a ser recrutados largamente nos meios monásticos; mas encontrava-se também, dentre os historiadores do final da Idade Média, um crescente número de clérigos seculares (como Froissard) e leigos, alguns cortesãos, diplomatas ou conselheiros do rei, outros oficiais ou homens de chancelaria. Tratava-se, portanto, raramente, para se falar a verdade, de graduados ou mestres de universidade. Esses não poderiam ser considerados, então, completamente indiferentes à história. Os numerosos inventários conservados por bibliotecas de colégios ou por graduados, especialmente juristas, mostram que, se a literatura em estrito senso (poesia, teatro, romance), vernácula ou mesmo latina, lhes era praticamente ausente, em compensação a história ali estava representada de maneira modesta, mas regular. Se deixavam para os nobres *Les faits des Romains*, eles dispunham normalmente dos *Faits et dits memorables* de Valère Maxime, do *Speculum historiale* de Vincent de Beauvais, da *Chronique des papes et des empereurs* de Martin de Troppau e de algumas outras obras do mesmo gênero, antigas ou medievais, que iam sendo assim universalmente difundidas. Nós podemos, portanto, admitir que, pelo menos sob a forma de referências factuais, a maior parte dos homens cultos do final da Idade Média - sem haver estudado a história enquanto tal na escola ou na universidade - tinha um conhecimento mínimo de história política, militar e eclesiástica dos principais países do Ocidente desde a Antiguidade, sem dúvida combinando com esta algumas nomenclaturas geográficas. E essa cultura histórica, que eles partilhavam com o próprio príncipe e com os nobres de seu círculo, era, para eles, uma importante fonte de argumentos e de exemplos para apoiar teses jurídicas ou políticas que eles tivessem de defender a serviço de seu mestre.

A vítima principal da estreiteza dos programas escolares e universitários da Idade Média, ainda mais do que as belas letras ou a história, certamente foi a cultura científica ou técnica. As disciplinas do *quadrivium* (aritmética, música, geometria, astronomia) deveriam ser ensinadas na faculdade de artes; contudo, na prática, elas deveriam ser limitadas apenas a algumas lições e, de resto, não reapareciam a não ser sob a forma de ensinamentos

facultativos, reunindo pequenos grupos de estudantes realmente interessados por essas matérias. Mas como elas praticamente não ofereciam perspectivas profissionais asseguradas, mesmo esses últimos geralmente também se entregavam a estudar uma outra disciplina - tal como o direito ou a medicina - onde era muito mais viável se fazer carreira. Além do mais, tratava-se de ciências relativamente abstratas, repousando, antes de tudo, sobre os números e as figuras e não implicando, portanto, praticamente, nem aparelhagem, nem contato com a matéria.

Em contrapartida, aquelas que teriam exigido observação direta da natureza ou, *a fortiori*, a experimentação, não encontraram jamais seu lugar no ensino e, pode-se mesmo dizer, praticamente não existiam para os homens de cultura daquele tempo. Suas curiosidades, em matéria de química, zoologia, botânica, mineralogia, etc., consideradas freqüentemente vãos passatempos, deviam, pois, se satisfazer pela leitura de Aristóteles, para os mais sábios, para outros, de enciclopedistas genéricos, tais como Vincent de Beauvais, Barthélemy l'Anglais ou Thomas de Cantimpré, os quais, na maioria das vezes, se limitavam a compilar seus predecessores antigos, preferindo acumular as interpretações alegóricas a relatar os dados de observações reais.

Quanto ao saber de artesãos e de engenheiros e até dos arquitetos dentre os quais mais eminentes, desde o século XIII, desfrutavam de um real prestígio social -, estes eram saberes a serem essencialmente transmitidos pela relação de "aprendizagem", de patrão para empregado, de mestre para discípulo, de acordo com procedimentos empíricos e orais que deixaram apenas ínfimos traços na documentação (nós pensamos evidentemente na caderneta dos esboços do arquiteto francês Villard de Honnecourt, caso tão célebre quanto isolado, que data de meados do século XIII). No final da Idade Média, os espetaculares progressos de certas técnicas, tais como a extração mineira, a relojoaria e, sobretudo, a artilharia (para não se falar aqui da tipografia), acarretaram o surgimento de verdadeiros especialistas, relativamente considerados e bem pagos e cujo nível de conhecimentos ultrapassava certamente aquele dos simples artesãos; mas eles não souberam, entretanto, formalizar e difundir seus saberes para além da prática concreta que era a deles, de modo a transformar aquele saber em uma verdadeira cultura científica e tecnológica.

A mais clássica alternativa para a cultura do clero era, entretanto, já há muito tempo, não aquela do *homo faber*, mas a do cavaleiro. Nesta, a escrita e, *a fortiori*, o latim, tinham teoricamente um lugar bastante diminuto, normalmente abandonado com condescendência aos bons cuidados de algum capelão. O cavaleiro, dedicava-se, sobretudo, a exercícios físicos e ao treinamento militar; a isto se acrescia a prática de artes mundanas de salão - canto, música e dança - e a tomar prazer em ouvir recitar, e até a ler ele próprio, poemas épicos, romances de amor ou de aventuras. Tudo isso constituía naturalmente um ideal. É bastante duvidoso que todos os nobres tenham assimilado, com perfeição, os refinamentos da cultura cortesã e, em compensação, o cavaleiro que possuía um certo verniz das letras - *miles litteratus* - não era, também assim tão raro; muitos sabiam ler e escrever e até o latim - pelo menos aquele dos diplomas e da Igreja - não lhes era totalmente desconhecido. De resto, no entanto, a idéia de uma cultura completa, que deveria associar os exercícios do corpo àqueles do espírito, a descoberta dos valores cortesões e a iniciação à emoção estética ao mesmo tempo que a preparação para a disputa e para o desenvolvimento da memória, a gratuidade do jogo e a seriedade do estudo, permaneceu suficientemente estranha para os homens de saber da Idade Média. Esse ideal, que havia sido aquele da *palastra* antiga, não reencontrou verdadeiramente seu lugar até a chegada dos pedagogos humanistas, que repreenderão precisamente seus predecessores medievais por seu descuido perante os temas do corpo e, mais ainda, por sua falta de atenção aos aspectos afetivos e morais da educação. Afronta certamente excessiva e que vem se contradizer também tanto com escritos de alguns monges pedagogos da Alta Idade Média, quanto com as concepções educativas de um Raymond Lulle (c. 1232-1315)<sup>14</sup>, de um Pierre Dubois (c. 1250-c. 1320)<sup>15</sup> ou

14 - Ver particularmente sua *Doctrina d'enfant*, versão francesa editada por A. Llinarès, Paris, 1969, e seu *Livre de l'ordre de chevalerie*, ed. V. Minervini, Bari, 1972.

15 - Cf. J. Verger, "Ad studium augmentandum: l'utopie éducative de Pierre Dubois dans son *De recuperacione Terre Sancte* (v.1306)", *Mél. De la Bibliothèque de la Sorbonne*, 8 (1988), p. 106-122.

de um Jean Gerson (1363-1429)<sup>16</sup>; colocava-se porém o acento sobre o caráter bastante restritivo da própria concepção dos saberes sobre a qual se apoiava a definição medieval de cultura.

A lista das lacunas e das falhas da cultura e do saber no final da Idade Média poderia ser indefinidamente prolongada, não sem risco de anacronismos. Nós abordaremos, contudo, antes de terminar, um último ponto que poderíamos chamar de ausência, nas elites intelectuais desse tempo, de uma cultura econômica; ausência que não se dava sem consequência em uma época onde precisamente a aparição do imposto permanente e das barreiras alfandegárias, a tutela dos ofícios e a criação das feiras, o desenvolvimento internacional dos bancos italianos e a multiplicação das mutações monetárias restituía para os príncipes e para as cidades os meios de uma verdadeira política econômica, com efeitos, é verdade, muitas vezes não previstos e mal controlados. É certo que os homens de negócios do fim da Idade Média, pelo menos em certas regiões pioneiras, começaram, então, a elaborar uma verdadeira cultura mercantil e financeira, ultrapassando, nesse sentido, o simples nível das tradições orais e das práticas empíricas. Em certas cidades da Toscana e da Flandres existiam, ao que parece, escolas destinadas aos filhos de mercadores, onde eram ensinadas a aritmética comercial - o ábaco - e as línguas nacionais. Os "manuais de comércio" (*Pratica della mercatura*), os exercícios de cálculo e de escrita, os pequenos tratados de contabilidade, os glossários bi- ou trilingües, chegaram até nós, testemunhando esse tipo de educação. Se acrescentarmos a isso o fato de os homens de negócios não deixarem de comprar livros e de dar para seus filhos, pelo menos para os meninos, uma certa instrução gramatical e religiosa e empregar voluntariamente para esse fim preceptores particulares, percebe-se que é legítimo falar, para esses meios, de uma cultura viva e original, residindo fundamentalmente no vernáculo, que se elabora nos séculos finais da Idade Média. Alguns não hesi-

16 - Ver por exemplo seu tratado *De parvulis ad Christum Trahendis* (publicado em J. Gerson, *Oeuvres complètes*, ed. P. Glorieux, vol. IX, Paris, 1973, p. 669-686).

tavam em debater questões religiosas<sup>17</sup> ou a tomar a pluma para elaborar os "livros da razão", que eram, ao mesmo tempo, esboços de autobiografia, crônicas familiares, e recolhas de reflexões e conselhos morais. Estudando os "comerciantes escritores" de Florença, Christian Bec destacou bastante bem a qualidade de seus *libri di famiglia*, onde a acuidade da observação concreta se alia ao senso agudo das realidades psicológicas e políticas para sustentar um esforço de explicação racional do mundo.<sup>18</sup> Deve-se, contudo, abster-se de generalizar o caso toscano. Em outros lugares, por exemplo dentro do universo da Hansa germânica, a cultura e a técnica mental dos mercadores parecem ter sido muito mais simples e arcaicas. Quanto aos mercadores franceses, o caráter bastante sumário de suas técnicas comerciais e sua evidente falta de gosto para com os livros e para com os estudos - não se encontra entre eles nem possuidores de bibliotecas e nem fundadores de colégios - não permitem que eles sejam considerados, em hipótese alguma, como "gente de saber"; mesmo do mais célebre dentre eles, Jacques Coeur (v.1395-1456), a cultura praticamente nos escapa por completo, se é que havia alguma.<sup>19</sup>

Em todo caso, um fosso quase intransponível continua a separar essas formas modernas mas ainda embrionárias de cultura econômica e a cultura erudita, fundamentalmente latina, reconhecida pela Igreja e difundida pelas escolas e universidades. Mesmo entre o círculo dos príncipes, as duas aproximavam-se sem se misturar. Se os homens de saber abarcaram cada vez mais - nós veremos na sequência deste livro - as funções da administração e da justiça, os reis se dirigiam a homens de negócios e de finanças, freqüentemente os italianos,

17 - Editando a *Disputatio contra Iudaeos* de Inghetto Contardo (autor latino da Idade Média), Paris, 1993, G. Dahan conferiu destaque à notável figura de um mercador genovês do século XIII, capaz de uma assombrosa erudição exegética, talvez assimilada pela escuta de prédica mendicante.

18 - Ch. Bec, *Les marchands écrivains: affaires et humanisme à Florence, 1375-1434*, Paris: La Haye, 1967.

19 - M. Mollat, *Jacques Coeur ou l'esprit d'entreprise au XV<sup>e</sup> siècle*, Paris: 1988.

cujas excepcionais competências eram reconhecidas por todos, quando se tratava de gerir suas finanças e sua moeda.

O *Traité des monnaies* de Nicolas Oresme, composto por volta de 1357 em duas versões, latina e francesa, é, nessa perspectiva, uma obra original mas muito isolada e a serviço de concepções que, além disso, eram conservadoras e tímidas, para que possamos ver nesta o ato de nascimento de uma verdadeira cultura econômica entre os homens de saber provenientes das escolas e das universidades<sup>20</sup>.

### 3. AS DISCIPLINAS SUPERIORES: TEOLOGIA, MEDICINA E DIREITO

Passemos, agora, para os saberes realmente valorizados na imagem e na prática que as elites do final da Idade Média possuíam da cultura erudita. Para tanto, a lista é curta e identifica-se praticamente com aquela das disciplinas efetivamente ensinadas nas escolas, *studia* e universidades daquele tempo: essas últimas jamais conheceram, além da faculdade preparatória das artes, mais que três faculdades superiores: teologia, medicina e direito. Tais eram, portanto, as disciplinas cujo domínio, com maior ou menor impulso, caracterizavam verdadeiramente os homens de saber no Ocidente do fim da Idade Média.

No mais alto degrau se colocava evidentemente a ciência sagrada (*sacra pagina, sacra doctrina*), que se passou a caracterizar como "teologia", sobretudo a partir do século XIII. A teologia ensinada compreendia dois ramos: por um lado, o comentário da própria Bíblia; por outro lado, o estudo sistemático do dogma cristão, fundado tanto sobre os ensinamentos dos Pais da Igreja quanto sobre o raciocínio e os recursos da filosofia, o que não ocorria sem risco de heterodoxia. Os quatro livros das *Sentenças*, compostos, em meados do século XII, por Pedro Lombardo permaneceram até o século XV como o manual de base dos estudos teológicos.

20 - Cf. Nicolas Oresme, *Traité des monnaies, et autres écrits monétaires du XIV<sup>e</sup> siècle* (Jean Buridan, Bartole de Sassoferrato), texto reunidos por Cl. Dupuy, Paris: 1989.

Teoricamente, a teologia permanecia como disciplina mestra, aquela que oferecia aos teólogos uma espécie de direito de olhar sobre todos os outros saberes para controlá-los pela ortodoxia cristã, sendo que as disciplinas preparatórias da faculdade de artes, especialmente a dialética e a filosofia, eram naturalmente as mais diretamente visadas por tais eventuais censuras. Na prática, porém, ninguém jamais imaginaria que a teologia fosse destinada a ter uma vasta difusão. Não somente impedia-se que os leigos a estudassem; mas, mesmo entre os clérigos, os monges e os religiosos, apenas uma pequena minoria poderia receber uma verdadeira formação teológica. Esta - verdade seja dita - era concebida segundo critérios particularmente exigentes. Na universidade de Paris, requeria-se normalmente quinze anos para percorrer o conjunto do curso teológico até o doutorado. Até por isso, estava fora de questão impor esse gênero de formação ao corpo do clero. Nos países mediterrâneos, os membros das ordens mendicantes eram praticamente os únicos, nos finais da Idade Média, a estudar a teologia. Além disso, uma parte considerável dos estudantes eram clérigos seculares mas, de qualquer maneira, tratava-se fundamentalmente de uma pequena elite. Não parece, aliás, que essa elite tenha sido especialmente destinada a ocupar, na Igreja, os postos superiores da hierarquia que de fato - nós veremos - eram geralmente abarcados pelos juristas. Quanto aos teólogos, eles tinham antes a imagem de especialistas intelectuais altamente qualificados, cujo papel era, por um lado, cultivar e enriquecer uma disciplina cujo valor eminente não era contestado por ninguém; por outro lado - pelo menos naquilo que concerne aos mendicantes - deviam consagrar-se a uma prática pastoral bem particular, o sermão, para o qual uma formação teológica superior parecia ser uma preparação adequada.

Menos numerosos ainda que os teólogos eram, na sociedade medieval, os médicos, pelo menos se entendermos por médicos aqueles que houverem feito estudos completos e adquirido graus universitários, excluídos tanto os curandeiros, os magos e outros empíricos, quanto os barbeiros e os cirurgiões, considerados, sobretudo esses últimos, como simples artesãos, fosse pela formação, fosse pela prática.

Para dizer a verdade, a medicina teve certa dificuldade para se fazer reconhecer sua plena dignidade de ciência. Ela ainda não constava das classificações do saber entre os séculos XII e XIII; havia quem declarasse até que ela não passaria de uma oitava "arte liberal" (em outras palavras, não se sustentando por si mesma e preparatória para outra coisa), ou até mesmo uma simples "arte mecânica", visto que se voltava para os cuidados do corpo e para a busca de causas materiais. No entanto, os mestres da escola de Salerno e, depois, de Bolonha, Pádua, Montpellier e Paris rapidamente admitiram o estatuto científico de sua disciplina. Às críticas, eles contrapuseram não apenas a utilidade social evidente da medicina, mas suas bases filosóficas. Antes de ser terapêutico, o conhecimento do médico era, primeiramente, um saber teórico fundado sobre o essencial da filosofia natural de Aristóteles e sua interpretação por Galeno. Ele recolocava o microcosmo do homem no coração do universo criado e lhe aplicava os mesmos princípios de causalidade e mudança que existem no conjunto do mundo físico. Além disso, adotando uma deontologia exigente e subordinando a preocupação com a saúde corporal com a própria saúde da alma, os médicos souberam bem se colocar ao abrigo das críticas dos teólogos.

Elite social ao mesmo tempo que elite intelectual, os mestres de medicina certamente ocuparam um lugar eminente entre os homens de saber da Idade Média. Nós falaremos mais adiante das belas carreiras políticas ou eclesiásticas que, para alguns deles, sua reputação de ciência permitiu realizarem. O que se deve sublinhar aqui é que certos médicos estiveram entre os espíritos mais livres e de maior abertura intelectual de seu tempo. Sem dúvida, eles foram os primeiros, mesmo antes dos filósofos parisienses, a ensinar a filosofia de Aristóteles, desde o final do século XII. No século XIII, Arnaud de Villeneuve (c. 1240-1311), figura bastante excepcional, professor em Montpellier, médico, conselheiro e embaixador de inúmeros papas e de inúmeros reis, era capaz de conciliar um conhecimento aprofundado de textos filosóficos e médicos, tanto gregos quanto árabes, com um interesse marcado por questões de alquimia e de astrologia, mas ao mesmo tempo por debates políticos e religiosos. Influenciado pelo joaqui-

nismo, sensível aos temas milenaristas, próximo da teologia dos Franciscanos espirituais, viajante infatigável, esse catalão cosmopolita parece ter sido um curioso de todos os problemas de seu tempo.<sup>21</sup>

Se teólogos e médicos nos aparecem hoje como os espíritos mais originais dentre os homens de saber que a Idade Média produziu, é, no entanto, assegurado ter sido o direito, tanto do ponto de vista numérico quanto por sua consideração social, a disciplina dominante entre os diversos componentes possíveis da cultura erudita. Os últimos séculos da Idade Média representaram uma idade de ouro para os juristas, o que, em inúmeros países, prolongou-se até o final do Antigo Regime e mesmo para além dele.

Aqui não é lugar para se opor direito civil e direito canônico. De fato, um e outro distinguem-se prontamente quanto a seu conteúdo, mas ambos se constituem quase simultaneamente como disciplinas eruditas.

Talvez seja um pouco redundante dizer que o direito romano foi "redescoberto" na Itália, a partir de velhos manuscritos esquecidos, nos últimos anos do século XI. Desde cerca do Ano Mil, alguns juizes do reino da Itália, sempre utilizando e comentando o direito lombardo, pareciam possuir um dado conhecimento da legislação de Justiniano, especialmente do Código<sup>22</sup>, mas foi apenas por volta do ano 1100, em Bolonha e em algumas cidades vizinhas como Ravena, Modena ou Placência, que se recomeçou a estudar sistematicamente o direito romano. Se nós ignoramos toda a obra do enigmático Pepo, sabemos que Irnerius (morto por volta de 1125) compôs as primeiras glosas e sobretudo levou a cabo uma "reedição" em cinco volumes do conjunto do *Corpus iuris civilis* (*Codice, Digesto, Institutas et Novela*) que permanecerá em uso até o fim da Idade Média. Na geração seguinte, a escola dos comentaristas bolonheses tomou pleno impulso, ao mesmo tempo que seus alunos começavam a

se espalhar por toda a Itália e para além dos Alpes, especialmente em Provença, Languedoc e Catalunha. Foi, igualmente, no segundo terço do século XII e também em Bolonha, que o direito canônico tornou-se verdadeiramente uma disciplina acadêmica. Não sabemos infelizmente quase nada de Gratiano que, por volta de 1140, ou talvez um pouco antes, compilou a *Concordia discordantium canonum* (mais conhecida sob o nome de *Decreto*), coletânea de textos canônicos de diversas origens, de uma amplitude até então desconhecida e, sobretudo, apresentada de maneira temática, sendo as aparentes contradições nas fontes resolvidas pelo recurso ao método dialético. O *Decreto* não era, até então, nada além de uma compilação "privada", embora desfrutasse de uma excepcional autoridade. A partir do século XIII, ele foi complementado por coleções oficiais de decretos pontificais (os cinco livros de Gregório IX, o *Sexto*, de Bonifácio VIII, os *Clementinas*, de Clemente V, as *Extravagantes* de João XXII), que no conjunto constituíam o *Corpus iuris canonici*, braço eclesiástico do *Corpus iuris civilis*. O parentesco entre os dois *Corpus* era tão reconhecidamente grande que os compiladores e os comentaristas do direito canônico fizeram muita referência às noções emprestadas do direito romano.

Em meados do século XIII, os dois *Corpus* foram providos de sua "glosa ordinária", atribuída em direito romano a François Accurse, em direito canônico a Jean, o Teutônico. Sintetizando a produção dos comentaristas bolonheses já há um século, as glosas ordinárias tornaram-se, de qualquer modo, o aparato oficial do direito erudito, ensinadas com o mesmo título deste e, portanto, conhecidas de todos os que estudavam aquelas disciplinas. Isso não terminou naturalmente com a atividade dos comentaristas, mas estes passaram a se orientar, de agora em diante, cada vez mais, para a redação tanto de questões particulares quanto, ao contrário, de vastos tratados com títulos variados (leitura, summa, etc.). Nessa produção, os italianos - estivessem eles ensinando em Bolonha ou em outros lugares - guardaram a parte do leão: o papa Inocêncio IV (c. 1190-1254) e Jean d'André (1270-1348) para o direito canônico, Bartolo (1314-1357) e Baldus (1327-1400) para o direito civil, forneceram, sem dúvida, os comentários mais difundidos, embora outras escolas jurídicas houvessem aparecido no final do século XIII. A mais fecunda foi

21 - Cf. J. A. Paniagua, *El maestro Arnau de Villanova médico*, Valence: 1969.

22 - Cf. Ch. M. Radding, *The origins of Medieval Jurisprudence: Pavia and Bolonha (850-1150)*, New Haven-Londres: 1988.

dos juristas do Languedoc, provindos das universidades de Montpellier e de Toulouse. Além disso, houve alguns autores importantes em Paris e em Orléans. Em contrapartida, os outros países da Europa não parecem ter oferecido contribuição verdadeiramente importante para o comentário das matérias do direito antes do século XV. Essas diferentes escolas poderiam possuir uma certa coloração específica, mais concreta no Midi da França, mais filosófica em Orléans, mas, de modo geral, o ensino de um e de outro direito guardou na Europa, até o final da Idade Média, uma notável uniformidade, que vinha ao mesmo tempo da superioridade incontestada, por todos reconhecida, da *lex romana* e da forte marca pontifical imposta ao direito da Igreja depois da reforma gregoriana.

Nós temos, por vezes, a tendência de pensar que o direito erudito deve, para se desenvolver, lutar contra o direito consuetudinário, de origem bárbara e feudal, preexistente. O sentimento de que os direitos romano e romano-canônico seriam direitos estrangeiros, impostos em detrimento de costumes ancestrais, pode ter existido algumas vezes nas populações mas, sem dúvida, não era algo partilhado pelos juristas. Para estes, os direitos eruditos eram, para falar com propriedade, os únicos direitos possíveis, por serem os únicos a quem sua antigüidade e estrutura racional conferia uma autoridade verdadeiramente universal face à diversidade e ao empirismo dos costumes. Eles, entretanto, não desconheciam, por isso, a utilidade destes mesmos costumes. Sua intenção não era a de abolir os em proveito do direito romano, mas antes a de render ao direito enquanto tal sua dignidade de disciplina doura e, em seguida, impor, em todos os níveis – tanto no que diz respeito aos procedimentos quanto no tocante às decisões positivas –, um espírito (*mens legis*) de tipo científico, repousando sobre a racionalidade das demonstrações e a universalidade dos princípios.

Foi igualmente essa reivindicação de racionalidade que permitiu aos juristas conseguirem rapidamente eliminar as reticências da Igreja. No século XII, esta fingia ver, no direito, a própria personificação da ciência ao mesmo tempo lucrativa e enganadora. Pela esperança do lucro, o direito desviaria os melhores espíritos da ciência sagrada; permitiria aos hábeis enganarem os simples, à argúcia triunfar sobre a verdade.

Conseqüentemente, a Igreja interditava especialmente aos clérigos e aos religiosos o estudo do direito romano. Oficialmente, tais interdições foram mantidas até o século XIII e talvez até depois dele; em 1219, pela bula *Super speculam*, o papa Honório III proibiu o ensino do direito civil em Paris, por medo da concorrência que tal ensino poderia fazer às escolas de teologia<sup>23</sup>. Essa proibição era particularmente vigorosa em relação aos membros das ordens religiosas, a quem era efetivamente proibido o estudo do direito canônico. Mas se essa interdição foi corretamente respeitada pelas ordens mendicantes, nós vemos multiplicarem-se, no século XIV, as dispensas autorizando Cirtercienses e Cluniacenses a estudar o direito, pela própria demanda das autoridades de suas respectivas ordens. Quanto aos clérigos seculares, eles se debruçaram, dali em diante, nas lições de direito romano. No século XIV, 40% dos cardeais de Avignon portadores de um diploma universitário eram graduados em direito civil<sup>24</sup>; a porcentagem era ainda superior (46%) entre os que participaram da Rota, tribunal supremo da cristandade, na época do Grande Cisma (1378-1417)<sup>25</sup>.

Os argumentos que permitiram aos juristas reduzirem um pouco a oposição da Igreja são expostos desde o final do século XII em diversos textos, dos quais um dos mais explícitos foi o *Sermo de legibus* datado de 1186 e atribuído a Placentinus, um célebre jurista italiano que ensinara também em Montpellier<sup>26</sup>: o direito, dizia ele, não é uma ciência de oportunismo e de dissimulação, ele é construído apenas pela própria razão (*ratio*

23 - G. Giordanengo, *Résistances intellectuelles autour de la Décrétale Super speculam* (1219), em *Mélanges offerts à George Duby*, volume III, Aix-en-Provence 1992, p. 141-155.

24 - B. Guillemin, *La cour pontificale d'Avignon (1309-1376): étude d'une société*, 2ª edição, Paris: 1966, p. 217.

25 - H. Gilles, *Les auditeurs de Rote au temps de Clément VII et Benoît XIII (1378-1417)*, *Mélanges d'archéologie et d'histoire*, publicado pela Éc. Fr. de Rome, 67 (1995), p. 321-337.

26 - Ed. em H. Kantorowicz, *The poetical sermon of a mediaeval jurist. Placentinus and his Sermo de Legibus*, *Journal of the Waburg Institute*, 2, (1938), p. 111-135.

*scripta*); os princípios da lei humana não contradizem nem aqueles da lei da natureza nem aos da lei divina, mesmo se eles fossem atualizados em função das circunstâncias; o direito é a instância reguladora suprema da sociedade; ciência do justo e do injusto, ele se confunde com a equidade e dá a cada um aquilo que lhe pertence.

Por seu turno, os canonistas souberam mostrar que, longe de se opor à teologia, o direito eclesiástico lhe era o complemento necessário no seio da Igreja militante; eles tiveram, além do mais, a habilidade de associar os teólogos ao seu ensino, confiando-lhes o comentário de certos decretos que continham mais diretamente questões de dogma e de sacramento.

Esses argumentos, como é óbvio, possuíam a dupla vantagem de legitimar o direito como disciplina erudita ao mesmo tempo que criavam nos juristas a pretensão de ocupar um lugar eminente na sociedade e na Igreja como conselheiros dos príncipes e dos prelados. Em breve, os doutores em direito não hesitariam em retomar em proveito próprio o versículo de Daniel 12,3, que São Bernardo havia aplicado aos mestres de teologia: "Os que são esclarecidos resplandecerão, como o resplendor do firmamento; e os que ensinam a muitos a justiça hão de ser como as estrelas, por toda a eternidade."<sup>27</sup>

Isto posto, a consideração tanto social quanto intelectual da qual se beneficiaram os direitos romano e romano-canônico na Idade Média não era igualmente intensa em todo o Ocidente. Ela era, por assim dizer, compartilhada nos países mediterrânicos: Itália, França central, Pensínsula Ibérica. Aqui, desde o século XII, multiplicavam-se as escolas de direito e os comentários eruditos. Os diplomas, por seu turno, testemunham a ascensão social dos juristas (denominados *doctores legum*, *judices*, *causadici*, etc.). A partir do século XIII, nesses países, as faculdades de direito dominam fortemente as universidades, nas quais, ao contrário, as

---

27 - *Qui docti fuerint, fulgebunt quasi splendor firmamenti, et qui ad iustitiam erudunt multos, quasi stellas in perpetuas aeternitates* (cf. G. Le Bras, *Velut splendor firmamenti: le docteur dans le droit de l'Eglise médiévale*, dans *Mélanges offerts à Etienne Gilson*, Toronto-Paris, 1959, p. 373-388)

faculdades de artes e de teologia, quando elas existiam, ficavam em uma posição secundária ou marginal, assim como os graduados que delas saíam. Os juristas adornavam-se aqui, sem moderação, com os atributos mais lisonjeiros: *circumspectus*, *venerabilis*, *magnificus*, *sapientissimus*, etc. Em síntese, todos os sinais do reconhecimento social e do prestígio político eram acumulados em seu proveito para atestar o esplendor do direito na cultura meridional.

Embora mais tardiamente e em proveito das elites mais restritas, os países germânicos do Império tiveram igualmente boa acolhida, ao que parece, do direito romano e dos juristas capazes de ensiná-lo e praticá-lo. Em contrapartida, no norte da França e na Inglaterra, o prestígio atribuído ao direito erudito foi, sem dúvida, menor ou, de qualquer modo, menos exclusivo. Em Paris e em Oxford, a filosofia e a teologia, sustentadas por uma longa tradição, eram também tidas em alta consideração. E se, por seu turno, o direito consuetudinário francês não opôs verdadeira resistência organizada ao direito romano - mas dele se impregnou, ainda que de bom grado, como se vê já no século XIII, mediante o *Coutumes de Beauvaisis* de Philippe de Beaumanoir -, na Inglaterra, ao contrário, a *Common Law*, unificada e sistematizada no *Tractatus de legibus et consuetudinibus regni Angliae* de Glanvill (fim do século XII) e na coleção do mesmo título de Henri de Bracton (c. 1216-1268), não sem alguma contribuição romana de fora, acantonou o direito erudito, pelo menos o *Corpus iuris civilis*, no estatuto estimável mas marginal de uma disciplina estrangeira e estritamente acadêmica.

Não importa. No final da Idade Média, por todo o Ocidente, o homem culto era, com bastante frequência, um jurista. Um bom latinista, é certo, leitor de Aristóteles e capaz de encadear silogismos, mas fundamentalmente imbuído de citações do *Decretum*, do *Código* e do *Digesto*: as práticas mnemotécnicas, fortes no prestígio que desfrutavam nas escolas medievais, permitiam-lhe, se nós acreditarmos na *Ars et doctrina studentis et docendi* do canonista espanhol Juan Afonso de Benavente (1453)<sup>28</sup>, saber de

---

28 - Juan Alfonso de Benavente, *Ars et doctrina studentis et docendi*, editado por B. Alonso Rodriguez, Salamanca, 1972, p. 84-86



cor até mil artigos de leis, disponíveis, a todo instante, em seu espírito para reforçar uma argumentação, enriquecer uma dissertação ou ornar um discurso.

O peso considerável do direito na cultura e nas mentalidades do fim da Idade Média não parecia ser exagerado. Ele era a própria medida do sucesso social e político dos juristas.

#### 4. UTILIDADE SOCIAL OU CULTURA GERAL?

Ainda que se restringisse às disciplinas que acabamos de indicar, a cultura erudita do final da Idade Média não escondia suas finalidades práticas e a sua pretensão de utilidade social. Sem dúvida, seria anacrônico conceber essa noção de utilidade social mediante a categoria de perspectivas profissionais precisas, mas é fato que se considerava, então, que os conhecimentos sustentados pelos homens cultos conduziam, com muita naturalidade, ao exercício de tarefas socialmente legítimas, sempre melhor desempenhadas por aqueles que demonstrassem possuir maior competência intelectual. Estudava-se a teologia para pregar, a medicina para cuidar dos doentes, o direito para tornar-se juiz ou advogado. Apenas as artes liberais poderiam não designar tão claramente sua função social (mesmo assim, os mestres em artes podiam, no mínimo, tornar-se mestre-escolas ou secretários) mas isso era precisamente porque se tratava, pelo menos em tese, de simples disciplinas preparatórias para o curso superior. A idéia de uma cultura desinteressada, sem outros fins que não o desabrochar da personalidade e da pura fruição do saber por si mesmo, era estranha para os intelectuais daquele tempo. O sucesso individual não era para eles matéria de educação e de cultura, mas de fé, de submissão a Deus, de prática de virtude e de obras pela esperança de merecer a salvação. Quanto ao prazer estético que poderia ser proporcionado pela arte ou pelo saber, ele parecia suspeito; seria melhor limitá-lo ao domínio, no mínimo, inofensivo ou, no máximo, perigoso, da diversão: as artes mundanas e a literatura vernácula lhes eram absolutamente suficientes. A cultura erudita era, enquanto tal, coisa excessivamente séria para ser abandonada a si própria: "Para que serve a ciência desinteressada? *Scientia abscondita et*

*thesaurus invisus, que utilitas in utrisque?* Nós não aprendemos apenas para investigar, mas para revelar e fazer", observava Gerson<sup>29</sup>; dito de outro modo, para que servem os bons conhecimentos se eles não dão margem a uma atividade concreta, útil tanto para aquele que a produz quanto para a sociedade em que ele vive? Como contrapartida, o homem de saber esperava que sua utilidade social fosse reconhecida e recompensada em seu justo valor, ou seja, que fosse aceita sua admissão à elite, talvez até mais precisamente, nós o veremos, sua assimilação, pelo menos a título individual e vitalício, na nobreza.

Esse aspecto utilitarista da cultura erudita nos últimos séculos da Idade Média, que lhe fez muitas vezes privilegiar, por preocupação com a eficácia social, os procedimentos concretos e técnicos às expensas da curiosidade de espírito e da elegância intelectual, certamente alimentou mal-entendidos que a opuseram, em breve, aos humanistas da Renascença. Mesmo que não se partilhe dos preconceitos destes, o historiador moderno mantém-se tentado a imputar a essa concepção dos saberes a insuficiência do senso crítico e a efetiva ausência de espírito de investigação, que aparecem, pelo menos retrospectivamente, como traços maiores da cultura erudita dessa época. Trata-se, de fato, de um julgamento muito genérico ao qual se poderia opor múltiplos indícios de um certo sentido de progresso intelectual, perceptível em diversos autores desde a célebre fórmula do teólogo Bernard de Chartres, no início do século XII, sobre "os anões levantados sobre os ombros dos gigantes" e que, desse modo, viam mais longe que esses. Contudo, tais referências, permanecendo pouco numerosas, datam, no essencial, dos séculos XII e XIII. Depois de 1300, uma concepção conservadora e bloqueada do saber parecia predominar.

A visão da cultura medieval que nós aqui delineamos, confronta-se, entretanto, ao que parece, com uma dupla objeção.

A primeira, a menos pertinente, é a de que a utilidade social da cultura erudita, da qual nós falamos aqui, estava longe de ser unanimemente reconhecida. Nenhuma função na sociedade medieval (salvo talvez algumas formas de exercício da medicina)

29 - Num discurso de 1405 (J. Gerson, *Oeuvres complètes*, ed. P. Glorieux, volume VII/1, Paris, 1968, p. 1145)



era estritamente reservada aos titulares dessa ou daquela graduação; tanto quanto a competência intelectual, o nascimento, a antiguidade ou o simples acaso muitas vezes comandavam as nomeações e promoções. A sociedade medieval jamais deixou de ser imperfeitamente meritocrática. E os próprios homens de saber praticamente não o ignoravam, sendo que, muitas vezes, eles não desdenhavam de fazer valer a seu favor as circunstâncias da sorte, do nepotismo e do clientelismo para obter mais seguramente os conhecimentos que pudessem por si mesmos abrir-lhes o acesso. Mas isso não impede - e aqui está o ponto essencial, sobre o qual nós retornaremos na sequência deste livro - que a idéia das competências intelectuais pudesse assumir o papel de fator de regulação social, idéia praticamente desconhecida na Alta Idade Média, e que não cessou de progredir a partir do século XII, mesmo que ela jamais tenha podido desembaraçar-se, por completo, do peso dos fatores concorrentes.

Mais embaraçoso é o fato de que, tal como elas eram praticadas e ensinadas no final da Idade Média, as principais disciplinas constitutivas da cultura erudita não pareciam mais se curvar à noção de utilidade social. O que havia de comum entre a teologia escolástica, com suas desagradáveis abstrações e suas intermináveis distinções, e a pregação popular? O que havia de comum entre o discurso teórico dos médicos e as necessidades reais dos doentes? - recordem-se os efeitos cômicos que Molière tiraria disso no século XVII. Qual a finalidade, enfim, de os juristas, chamados a julgar de acordo com o costume, passarem anos a glosar um direito romano velho já há muitos séculos e inaplicável como tal na sociedade medieval?

Na própria época, já existia a sensibilidade para perceber tais distorções. É provável que, em suas práticas cotidianas, mestres e sobretudo estudantes, tenham buscado promover formas de ensinamentos mais simples e menos formalistas, aligeirando os programas tradicionais, introduzindo nas escolas exercícios e textos, até mesmo disciplinas que originalmente não teriam lugar. Tais iniciativas não-organizadas, freqüentemente ignoradas e até combatidas pelas autoridades vigentes, infelizmente deixaram poucos rastros na documentação. Alguns projetos reformadores, alguns estatutos de colégios, sem dúvida, lhes faziam eco. Sob uma forma ou outra, nós encontraremos neles as

mesmas tendências: revalorização da gramática, abandono de certas disputas, trabalho em pequenos grupos, introdução do uso de manuais simplificados, encurtamento da duração dos estudos, lugar maior dado para a teologia e para os estudos bíblicos, na medicina para os estágios clínicos, no direito para o direito moderno e para os textos dos costumes. Como contrapartida, bem pouco se arriscava, ao que parece, no tocante à substituição do latim pela língua vernácula.

Aqui ou lá, à margem das antigas universidades, mas sempre sob seu controle, criaram-se novos tipos de escolas. Em Oxford, um conjunto de verdadeiras escolas de gramática, de bom nível, desenvolveram-se ao lado das faculdades de artes. Em Bolonha, foram as escolas do notariado que apareceram à sombra da universidade jurídica. Em outros lugares ainda surgiram as escolas de cirurgões, mais ou menos supervisionadas pelas faculdades de medicina. Em Salamanca, já eram distribuídos títulos em música, enquanto a faculdade de direito se punha a ensinar, sem dúvida em língua vernácula, a legislação real castelhana - *Stete Partidas* e *Fuero real* - paralelamente ao *Corpus iuris civilis*. Na Inglaterra, também a *Common Law* tornou-se matéria de ensino, mas isso ocorreu completamente fora da universidade; as escolas especiais, privadas - as *Inns of Court* - apareceram no século XV em Londres onde estudavam os futuros "advogados", associando lições magistrais, proferidas por profissionais da vara, e estágios no tribunal.

Poderíamos dar outros exemplos. Os ensinamentos, eles também mal conhecidos, que se desenvolveram, sobretudo, no século XV, no próprio seio dos colégios universitários, testemunham, sem dúvida, a mesma face doente do caráter esclerosado e inadaptado do ensino universitário.

No conjunto, porém, tais inovações não chegariam muito longe. É verdade que as autoridades, professores "regulares" das universidades e poderes públicos, associariam geralmente seus esforços para contê-las e impor, com isso, a manutenção do *status quo*. Mas há que se dizer que não se tratava também de tendências de grande porte cultural. Nós somos até tentados a dar razão àqueles que lhes quiseram refrear o desenvolvimento. Resultando menos de uma reflexão global sobre a natureza dos saberes que da pressão dos estudantes e de suas famílias cuida-

dosas em programar melhor o tempo e o custo dos estudos, esses esforços para promover uma aproximação mais prática e menos formal de disciplinas não agravaram algumas das tendências mais contestáveis da cultura medieval: o primado da autoridade, o pavor da heterodoxia, a substituição das fontes originais pelos florilégios, sinopses e manuais, a hipertrofia da memória.

A defesa das disciplinas e dos métodos tradicionais era, a princípio, indubitavelmente, o efeito de uma reação corporativa por parte dos mestres em suas cátedras, dos doutores convictos de sua ciência e pouco dispostos a colocar em discussão sua autoridade e seu prestígio. Mas ela traduzia também uma certa consciência dos valores específicos da cultura erudita medieval. Esta, de fato, não era uma cultura livre e desinteressada, dominada pelo espírito de pesquisa. Mas pelo menos ela tinha a pretensão de repousar sobre saberes suficientemente amplos e sobre as "autoridades", suficientemente ricas para oferecer àqueles que a praticassem mais do que saberes técnicos. O letrado medieval se reconhecia tanto por sua capacidade de ministrar em seu conjunto um dado campo disciplinar quanto por uma certa maneira de raciocinar, de abordar os problemas, de descortinar os textos, de conduzir uma discussão, de extrair os princípios gerais que o tornassem apto, no seio da disciplina escolhida, e até para além dela, a assumir de fato uma real diversidade de funções sociais conexas. Os conteúdos e as atitudes intelectuais eram definidos de maneira rigorosa e até bastante rígida, mas no interior desse quadro os homens de saber das sociedades medievais (tanto mais - repitamos - pelo fato de tal cultura ser ainda largamente internacional) podiam se reconhecer não somente como capazes de exercer certos ofícios que eles consideravam social e politicamente úteis, mas também como formando eles próprios uma comunidade cultural definida por um certo número de referências partilhadas.

Isso não quer dizer que não houvesse, no final da Idade Média, crise da cultura erudita no Ocidente. Detonada na Itália desde meados do século XIV, perceptível na França por volta de 1400, essa crise não se fez sentir, de maneira geral, em outros lugares até os últimos decênios do século XV. A obsolescência de certos conteúdos e a descoberta de novos textos obrigaram a rever a definição e a própria lista das disciplinas. As disciplinas superiores passaram para um primeiro plano, Platão tornou a

fazer concorrência a Aristóteles. Mas foi, sem dúvida, o distanciamento da perspectiva utilitária anteriormente exposta que foi a mutação mais importante. A noção de cultura, tão fortemente ligada na Idade Média, como já bem demonstrou Jacques Le Goff, àquela do trabalho, foi progressivamente, e não sem polêmica, derrubada por aquela do lazer e da gratuidade, rejeitando os saberes profissionais voltados para estrita funcionalidade.<sup>30</sup> É evidente não apenas que a transição ocorre lentamente, mas tratava-se fundamentalmente da tradução, no domínio propriamente cultural, das mudanças sociais e políticas que marcaram a passagem das sociedades européias para a idade moderna.

## 5. CULTURA ERUDITA, CULTURA POPULAR

Uma última questão se coloca. A cultura erudita da qual acabamos de tratar, era evidentemente uma cultura elitista. Mais adiante, nós voltaremos aos problemas estatísticos, mas é bem claro que as pessoas cultas não representaram nada além de uma pequena minoria, antes de tudo, masculina, da população. Sua cultura era composta por disciplinas bem precisas, de difícil acesso, talvez pelo indispensável domínio prévio do latim. Longos estudos eram quase sempre necessários, bem como a custosa posse de livros. Uma viva consciência dos méritos e do seu valor habitava, aliás, geralmente os homens cultos, cuja qualidade dominante mais parecia ser a modéstia. Numa palavra, todas as condições não estariam reunidas para que eles se constituíssem em uma casta fechada, definida pela detenção de saberes inacessíveis ao homem comum?

A resposta a essa questão é, antes de mais nada, social. É verdade que uma casta de homens cultos será tão mais facilmente constituída quanto se fizer capaz de formar um grupo endógeno caracterizado por funções e um modo de vida específicos; pelo contrário, enquanto os homens de saber permanecem indivíduos isolados no seio de famílias que continuam a se entregar a outras atividades, eles permanecem verdadeiramente mais próximos

30 - J. Le Goff, *Les intellectuels au Moyen Age*, 2ª ed., Paris, 1985, p. 187-188.

das preocupações e das representações do resto da sociedade. Encontraremos adiante algumas indicações, por vezes bastante matizadas, sobre esse assunto.

Mas a questão também é cultural. Os homens de saber e o resto da população efetivamente se opunham como dois universos culturais distintos? Certos aspectos, pelo menos, da cultura dos letrados não seriam já difundidos por camadas mais largas da sociedade? E, inversamente, para além dos saberes que lhes eram próprios, os letrados não continuavam a partilhar com o conjunto de seus contemporâneos um certo número de crenças e de conhecimentos, explícitos ou implícitos, que pertenciam àquilo que nós chamaremos - à falta de algo melhor e sem nos furtar à ambiguidade da expressão - cultura popular?

Esses são os pontos difíceis para se compreender com precisão porque essa cultura "popular" tem deixado, por definição, infinitamente menos traços escritos do que a cultura erudita.

Uma questão fundamental quanto a taxa de alfabetização no seio das sociedades medievais nos escapa totalmente. Naturalmente tal taxa deveria ser bastante baixa, mas suspeitamos, apesar de tudo, mediante escassos indícios, de que ela seria talvez maior, pelo menos a partir dos séculos XII e XIII, do que nós anteriormente imaginávamos. Em diversas regiões existiram, nas cidades e até mesmo nos campos, redes não desprezíveis de pequenas escolas de gramática que podiam atender a um público verdadeiramente popular. Do século XIII ao XV, o número de localidades inglesas identificadas como locais de abrigo de uma ou várias escolas desse tipo progressivamente se elevou de 32 para 85<sup>31</sup>. Outras regiões, é verdade, eram pior aquinhoadas. Mesmo se as crianças que freqüentavam essas escolas não lhes extraíssem nenhuma atitude para além de uma certa compreensão de textos simples (contas, créditos, atos de locação ou de venda, arbitragens e sentenças, contratos de casamento ou testamentos, etc.), isso lhes proporcionava uma certa familiaridade

31 - 32 para o período 1200-1249, 48 para 1250-1299, 62 para 1300-1349, 72 para 1350-1399, 82 para 1400-1449, 85 para 1450-1499, de acordo com N. Orme, *English Schools in the Middle Ages*, Londres, 1973, p. 294.

para com as práticas administrativas e jurídicas que regulavam a existência cotidiana.

Michael T. Clanchy mostrou bem que, no final da Idade Média, muitos camponeses ingleses possuíam em seus cofres títulos de propriedade ou sentenças judiciais, os quais eles não apenas eram capazes de compreender, como ainda podiam utilizar esses papéis nos litígios com seus senhores ou os oficiais do rei.<sup>32</sup>

O caso inglês, ilustrado pelos dois trabalhos que acabo de citar, seria em si excepcional? Qualquer um que tenha trabalhado sobre os registros de notários dos países mediterrânicos, confrontado com uma massa de transações muitas vezes minúsculas e contratos passados pelas pessoas mais comuns para os casos aparentemente mais fúteis, não se pode impedir de acreditar que, em tais regiões, também a maior parte dos habitantes era capaz de compreender a penetração de um ato escrito e que eles tinham até a tendência de atribuir ao direito uma confiança pelo menos igual àquela dos próprios juristas. Enfim, é inútil insistir; enquanto algo conhecido, sobre o caráter extraordinariamente demandista dos homens desse tempo, que não cessavam de sobrecarregar de múltiplos afazeres os tribunais que então existiam e de maneira hábil jogavam freqüentemente com a superposição e a eventual concorrência das diversas instâncias judiciárias.

Tudo isso implica, ao que parece, a existência de um hábito de cultura jurídica popular. Os simples indivíduos sujeitos à ação da justiça não possuíam evidentemente os conhecimentos dos juristas de profissão, mas partilhavam com esses de uma certa idéia da força do direito e de seus grandes princípios. Os juristas não teriam podido, nessas sociedades, elevar-se à posição e ao prestígio que desfrutavam, se não se beneficiassem de uma espécie de consenso sobre a legitimidade e a eficácia de sua disciplina. Desse consenso, participavam também os príncipes, as cidades, as ordens religiosas etc., que tinham todos e freqüentemente com grandes despesas, de se cercarem de procuradores e conselheiros jurídicos cuja ajuda lhes parecia indispensável para

32 - M. T. Clanchy, *From memory to written record*, England, 1066-1307, 2ª edição, Oxford, 1993.

defender as liberdades e privilégios sem os quais as instituições, bem como os indivíduos, se sentiriam, na Idade Média, como que desprovidos de existência legal e expostos a todas as cobranças e todas as violências<sup>33</sup>.

Será difícil fazer a mesma demonstração para os outros domínios da cultura erudita (filosofia, teologia, medicina). O fosso aqui era, sem dúvida, maior entre os saberes das elites e os conhecimentos da maior parte da população. O processo de Joana d'Arc, deixando de lado suas implicações políticas, permanece um exemplo famoso da incompreensão que poderia separar uma mulher do povo, embora devota, e os mestres em teologia da universidade.

Seria recíproca essa incompreensão? A cultura popular tornava-se, ela mesma, impermeável aos letrados, isolados na lógica de seus saberes e na certeza de sua superioridade intelectual?

Nós não podemos oferecer a essa questão uma resposta simples. Talvez obtivéssemos tantas respostas quantos fossem os casos pessoais, sobretudo se recordarmos que, sob a etiqueta de homens de saber, nós classificamos indivíduos que possuíam diferentes níveis de conhecimentos e práticas sociais que, apesar de tudo, diferiam entre si.

Havia em todo caso um domínio que, evidentemente, era comum a todos: aquele da fé cristã. Nós estamos em uma época de unanimidade religiosa. Queria isso dizer que a cultura religiosa de todos era a mesma? Deixemos de lado o caso dos teólogos. Sua formação era bastante estimulada, mas eles eram, como já dissemos, pouco numerosos. Deixemos também de lado o caso dos religiosos, que supostamente se beneficiavam das conferências (*collationes*) cotidianas de seu abade. Para os outros, quer dizer, os leigos e mesmo o simples clero secular, a Igreja medieval não previa uma forma específica de educação religiosa. Ela remetia tal tarefa às famílias, especialmente às mulheres, para inculcarem desde a infância os rudimentos, em particular as principais

33 - Ver por exemplo A. Rigaudière, "L'essor des conseillers juridiques des villes dans la France du bas Moyen Age", *Revue historique de droit français et étranger*, 62 (1984), p. 361-390 (reimpressão em A. Rigaudière, *Gouverner la ville au Moyen Age*, Paris, 1993, p. 215-251).

preces; ela mesma não oferecia aos fiéis, sem distinção de idade e de sexo, nada além da mensagem mais ou menos inteligível da liturgia, da iconografia (a decoração das igrejas) e sobretudo da prédica em vernáculo. Os homens de saber tirariam melhor aproveitamento desses ensinamentos que as "pessoas simples"? É possível. Alguns deles deixaram traços particulares de sua piedade religiosa. As bibliotecas dos membros do Parlamento de Paris, compreendendo inclusive seus conselheiros leigos, continham livros de espiritualidade, ao lado dos indispensáveis livros de direito<sup>34</sup>. Mas o desenvolvimento da devoção laica é um fenômeno geral no final da Idade Média que tocava tanto homens e mulheres de meios modestos e de cultura medíocre quanto os letrados. E, por outro lado, existiram pessoas cultas quanto aos conhecimentos e à cultura religiosa de quem nós nada sabemos. Uma vez colocadas de lado algumas fórmulas introdutórias sempre feitas de recomendações a Deus, seus escritos, excessivamente técnicos, são praticamente mudos sobre esse ponto, como eles também são mudos, mais amplamente, sobre os interesses que eles poderiam despertar na cultura popular oral, para não dizer folclórica, de seus contemporâneos. Um provérbio proferido a respeito de uma frase, uma reflexão pessoal que aflora aqui ou lá, nos deixam à própria sorte. Nós geralmente revelamos grande consideração pelos *exempla* (anedotas moralizadoras) com os quais pregadores, compreendendo-se neles eminentes teólogos, semearam seus sermões presumindo que eles poderiam servir de empréstimos feitos de maneira consciente à cultura popular (e reinterpretados em uma acepção condigna com a ortodoxia religiosa) para melhor reter a atenção dos fiéis<sup>35</sup>. Na realidade, e mesmo que se negligencie o fato de que muitos dos *exempla* teriam, de fato, uma origem erudita, esse procedimento pode testemunhar sobre a informação dos teólogos, mas não forçosamente sua adesão a essa cultura popular à qual eles se referiam.

34 - F. Autrand, *Culture et mentalité: les bibliothèques des gens du Parlement au temps de Charles VI*, *Annales ESC*, 28 (1973), p. 1219-1244.

35 - Cf. Cl. Bémont, J. Le Goff, J.-Cl. Schmitt, *L'exemplum* (Typologie des sources du Moyen Age occidental, 40), Turnhout, 1982.

Poderíamos também dizer outro tanto dos documentos judiciais, notadamente da inquisição. Os canonistas e os teólogos, que tinham de conhecer as práticas de heresia e de feitiçaria, essas manifestações extremas de uma cultura popular em aberta ruptura com a ordem estabelecida, apareciam, de maneira geral, não somente como pessoas malévolas, mas também mal informadas. Sua incompreensão se mede pelo caráter paradoxal de sua atitude, que consistia simultaneamente em tratar os heréticos e feitiçeiros como "grosseiros ignorantes" e em procurar identificar atrás de tais práticas o ressurgimento de doutrinas errôneas outrora condenadas pelos Pais da Igreja (maniqueísmo, arianismo, sabelianismo, etc.).

A questão foi particularmente colocada a propósito de processos de bruxaria que se multiplicavam por toda a Europa no século XV. Os juízes que interrogavam e condenavam as feitiçeiras, participavam, a seu modo e em seu papel (aquele de agentes da repressão), de um movimento geral de medo coletivo (que durará até o século XVII)? "Acreditariam eles", como todo mundo, no sabá e nas cavalgadas noturnas? Ou dever-se-ia antes ver nessa fogueira demonológica o sinal de uma ruptura entre uma cultura popular há muito tempo tolerada, mas doravante reprovada e uma cultura erudita, aquela dos juristas e dos homens da Igreja, incapaz de compreender e, *a fortiori*, de aceitar as manifestações que lhe eram completamente estranhas?<sup>36</sup>

Eu não pretendo travar aqui um debate que oponha especialistas. Sustento apenas que, se os aspectos específicos da cultura dos homens de saber são relativamente fáceis de se alcançar, em virtude de serem abundantes os textos que lhes prestam testemunho, é muito mais difícil reencontrar aquilo

---

36 - É essa última explicação que me faz privilegiar o excelente estudo de P. Parvy, "A propos de la genèse médiévale des chasses aux sorcières: le traité de Claude Tholosan, juge dauphinois" (c. 1436), *Mélanges de école française de Rome, Moyen Age, Temps modernes*, 91 (1979), p. 333-379, que refere-se à "cruzada das pessoas letradas contra aquelas da tradição sincretista do mundo aldeão" e do "antagonismo cultural".

que, sob a proteção da língua oficial, dos saberes especializados, de pretensões públicas, esses homens de estudo e de ciência guardavam em comum com a massa de seus contemporâneos. Isso será obra de análise social e política e, na medida do possível, do estudo dos comportamentos, que revelarão aquilo que os interessados, sem dúvida, preferiam, mais ou menos inconscientemente, ocultar.

## capítulo 2

### OS ESTUDOS

Do que dissemos no capítulo anterior, depreende-se claramente que a quase totalidade de pessoas cultas, no final da Idade Média, havia feito, de maneira geralmente prolongada, estudos do tipo escolar. Não podemos evidentemente excluir a existência de autodidatas. Contudo, nem o contexto social e político, nem as condições materiais de acesso à cultura lhes favorecia. O auto-didatismo moderno será filho do livro impresso.

Para todos os que por ela passavam, a escola, na Idade Média como em qualquer outra época, era a princípio o local de aprendizagem de saberes. Lá eram inculcados, segundo preceitos pedagógicos característicos da época, ao mesmo tempo, os conhecimentos e os métodos de raciocínio e de trabalho que constituiriam para cada um o essencial da bagagem intelectual de que se disporia até o fim da vida. Mas a escola era bem mais do que isso, ainda que na Idade Média ela não tenha pretendido tanto quanto em outros séculos tomar a totalidade da formação social, moral e religiosa dos indivíduos. A escola era um lugar de sociabilidade e de descoberta. Aprendia-se ali a se comportar, a afirmar sua personalidade e a avaliar os outros sempre se curvando

## capítulo 2

### OS ESTUDOS

Do que dissemos no capítulo anterior, depreende-se claramente que a quase totalidade de pessoas cultas, no final da Idade Média, havia feito, de maneira geralmente prolongada, estudos do tipo escolar. Não podemos evidentemente excluir a existência de autodidatas. Contudo, nem o contexto social e político, nem as condições materiais de acesso à cultura lhes favorecia. O autodidatismo moderno será filho do livro impresso.

Para todos os que por ela passavam, a escola, na Idade Média como em qualquer outra época, era a princípio o local de aprendizagem de saberes. Lá eram inculcados, segundo preceitos pedagógicos característicos da época, ao mesmo tempo, os conhecimentos e os métodos de raciocínio e de trabalho que constituiriam para cada um o essencial da bagagem intelectual de que se disporia até o fim da vida. Mas a escola era bem mais do que isso, ainda que na Idade Média ela não tenha pretendido tanto quanto em outros séculos tomar a totalidade da formação social, moral e religiosa dos indivíduos. A escola era um lugar de sociabilidade e de descoberta. Aprendia-se ali a se comportar, a afirmar sua personalidade e a avaliar os outros sempre se curvando

a uma disciplina coletiva. Nela, travavam-se relações duráveis de amizade. Passava-se a integrar grupos ou clientela. Essa experiência existencial, inseparável da aquisição de saberes, contribuía sem dúvida, tanto quanto estes últimos, para traçar o contorno coletivo dos letrados medievais.

Enfim, a escola era - a par da própria utilidade reconhecida aos estudos - uma aposta política. Houve certamente formas de educação e até de escolas puramente familiares ou privadas. Mas, no conjunto, a Igreja em suas diversas instâncias (ordens religiosas, bispos, papas), as cidades, os príncipes preocuparam-se em criar escolas e em controlá-las. Essa aposta política era, antes de tudo, de ordem ideológica. Tratava-se de garantir a conservação e a difusão de um certo número de saberes, sempre resguardando a ortodoxia e se opondo ao desenvolvimento de outros saberes julgados ilegítimos ou perigosos. Mas tratava-se, ainda mais, de garantir as condições favoráveis para a formação de gente instruída e competente das quais a Igreja, as cidades ou os príncipes julgavam ter necessidade, fosse diretamente para seus serviços, fosse, ao menos, para um funcionamento harmonioso da sociedade.

As redes escolares de que o Ocidente dispunha nos últimos séculos da Idade Média não eram nem completas nem perfeitamente coerentes. De acordo com os países, elas possuíam uma desigual densidade, não seguindo as mesmas regras de funcionamento, não difundindo exatamente a mesma educação. No conjunto, eram, contudo, bem mais homogêneas que na época moderna. Pode-se portanto, sem muito exagero, estudá-las de maneira global, com a condição de não se negligenciar certas especificidades regionais ou nacionais.

Por toda a parte, podem-se distinguir três níveis de estabelecimentos de ensino.

Havia inicialmente aquilo que chamarei de um nível elementar, que nós poderemos fazer corresponder, sob o custo de algum anacronismo, ao nosso ensino primário e, em certa medida, secundário da educação. Geralmente abandonado à iniciativa privada ou pelo menos local, beneficiando-se apenas de uma limitada consideração social e política, era o nível mais diversificado e o menos coerente. Ele não deixou na documentação nada além de traços muito dispersos. Sobre tudo, no atual estado das pesquisas históricas, é, de longe, o menos conhecido. Apenas al-

guns casos regionais tornaram-se objetos de monografias suficientemente substanciais, a partir dos quais não se deve apressadamente generalizar as conclusões.

A peça mestra do sistema educativo medieval, o elemento central, era constituído, a partir do século XIII, pelas universidades ou, como se dizia então, pelos *studia generalia*. Nós estudaremos mais adiante seu funcionamento em detalhes. Limitemo-nos, neste momento, a sublinhar que as universidades eram, de longe, os estabelecimentos de ensino que possuíam a infra-estrutura institucional e econômica mais sólida (o que explica que elas tenham deixado abundantes arquivos), aqueles que desfrutavam de maior prestígio social e intelectual - o que foi, diga-se de passagem, por muito tempo incontestado -, aqueles, enfim, que monopolizavam, ou quase, a atenção, os favores, mas também por vezes os esforços, para colocá-los sob tutela dos poderes públicos, tanto eclesiásticos quanto laicos.

As primeiras universidades apareceram por volta de 1200, herdeiras diretas das principais escolas do século XII. Existiam, para o conjunto do Ocidente, quinze universidades no princípio de 1300 e quatro vezes mais, dois séculos mais tarde. Apesar desse rápido crescimento, que diz muito sobre a popularidade da instituição, parece claro que as universidades medievais, que eram, além do mais, de importância muito variável, acolheram apenas uma pequena elite de estudantes e conferiram diplomas apenas para uma elite ainda mais restrita de graduados. Os homens de saber, dos quais falamos neste livro, não se identificavam com o grupo de graduados da universidade embora este constituísse para eles o núcleo primeiro, e, em larga medida, a referência e o modelo.

Apesar disso, as universidades e os graduados das universidades não escaparam, à medida que passavam os anos, a toda espécie de crítica. Crítica, aliás, que, em geral, vinha antes implícita do que abertamente formulada. O resultado disso foi então - e aqui está o terceiro nível que nós levamos em consideração - a aparição de um certo número de estabelecimentos educativos que se apresentavam como alternativas possíveis para a instituição universitária. Em geral, não eram mais do que criações recentes, locais, dispersas, mais ou menos bem-sucedidas. Muitos desses novos estabelecimentos possuíam um nível modesto, enquanto ou-



tros já faziam abertamente concorrência a certos ensinamentos universitários. Em suma, tratava-se do prólogo daquilo que - a partir da fórmula do "colégio interno" - se tornará o elemento chave da educação na Europa da época moderna, a ponto de frequentemente relegar as universidades a um segundo plano. Cabe, portanto, interpretá-los desde sua aparição, ou seja, desde os séculos XIII ou XIV, destacando fundamentalmente, o século XV.

Nós iremos estudar sucessivamente esses três tipos de instituições de ensino por onde passaram, com maior ou menor intensidade, praticamente todos os homens de saber do Ocidente nos últimos séculos da Idade Média.

## 1. AS ESCOLAS ELEMENTARES

As aprendizagens elementares, em primeiro lugar aquelas da leitura e da escrita, podiam ser feitas de diversas formas. Poderiam ocorrer em casa, fundamentalmente - o que constituía caso raro - quando a mãe sabia, ela mesma, ler e escrever. Poderiam ser confiadas a um preceptor. O preceptorado privado certamente desfrutou de uma real importância no final da Idade Média até nas boas famílias do patriciado urbano, embora a documentação praticamente não permita identificá-lo para além das práticas estabelecidas para com os filhos da mais alta nobreza ou das famílias principescas. Ainda nesse último caso conhecemos, sobretudo, o nome do cavaleiro responsável pela educação militar e mundana de seu aluno, em sua família e na corte, enquanto as aprendizagens intelectuais eram abandonadas a qualquer clérigo ou capelão, em geral, anônimo<sup>1</sup>. Com algumas exceções, foi apenas no século XV que se passou a considerar que, mesmo para um futuro príncipe ou um jovem nobre destinado ao ofício das armas, uma sólida formação literária podia ser vantajosa, se não indispensável, merecendo, um cuidado particular.

A todos aqueles que, desejando oferecer aos seus filhos certa educação literária, não queriam ou não podiam recorrer aos

1 - Cf. N. Orme, *From childhood to chivalry: the education of the english kings and aristocracy, 1066-1530*, Londres/New York, 1984, p. 1-80.

serviços de um preceptor, restava a solução da escola primária latina.

Nós somos, a *priori*, tentados a pensar que os cidadãos eram aqui favorecidos, porque não existia praticamente nenhuma cidade de alguma importância que não possuísse no final da Idade Média uma ou várias escolas de gramática. Tem-se mesmo a impressão de que, pelo menos nas grandes cidades, a oferta de escola era, naquela época, relativamente importante. Para Paris e seus arredores, um documento de 1380 trazia nomes de quarenta e um regentes de escolas de gramática, clérigos e leigos, e de vinte e uma mestras de escolas para as meninas<sup>2</sup>; essa lista, sem dúvida, não estava completa porque dela constam apenas aqueles que dependiam do côro da Catedral Notre-Dame, enquanto outras igrejas e abadias parisienses deviam também igualmente patrocinar algumas escolas. Em Gênes, o colégio dos mestres de gramática, que parecia haver excluído de uma só vez os regentes das escolas eclesiásticas e os simples repetidores ou sub-mestres associados a um mestre da praça, contava com treze membros no final do século XIII, vinte e dois em fins do século XV<sup>3</sup>. Em Londres, o ensino da gramática permanecia ainda nas mãos da Igreja, mas, às importantes escolas antigas da Catedral *St Paul* e das velhas paróquias *St Martin's le Grand* e *St Mary le Bow*, vieram, no final da Idade Média, agregar-se duas ou três outras escolas eclesiásticas, os *studia* dos Mendicantes, sem dúvida abertos a discípulos externos, e um número indeterminado de escolas puramente privadas<sup>4</sup>. As cidades de menor importância não tinham freqüentemente mais do que duas ou três escolas, por vezes uma só ligada a um cabido local de cônegos. Mas, como bem mostraram tanto Nicholas Orme para o Sudoeste da Inglaterra quanto Giovanna Petti Balbi para a Liguria<sup>5</sup>, não havia praticamente ne-

2 - *Chartularium Universitatis Parisiensis*, editado por H. Denifle e É. Châtelain, tomo III, Paris, 1894, n° 1446.

3 - G. Petti Balbi, *L'insegnamento nella Liguria medievale: scuole, maestri, libri*, Gênes: 1979, p. 75-76.

4 - W. J. Courtenay, "The London Studia in the Fourteenth Century", *Medieval and Renaissance Culture*, 13 (1985), p. 127-141.

5 - N. Orme, *Education in the West of England, 1066-1548*, Exeter: 1976, e G. Petti Balbi, *L'insegnamento nella Liguria medievale*, op. cit.

nhuma cidade, mesmo as menores, que não tivesse sua escola de gramática.

Ainda que certamente não fossem tão bem aquinhoados, na zona rural, pelos menos os meninos, não eram irremediavelmente condenados à ignorância ou ao analfabetismo. De fato, não havia escolas em todos os vilarejos. Longe disso. A coisa não era, entretanto, assim tão excepcional, sem falar do ensino estritamente elementar, que deveria ser oferecido por alguns curas. E desde que nós chegássemos às aldeias de alguma importância, a existência de uma pequena escola tornava-se praticamente normal. É verdade que, carentes de um financiamento regular, muitas dessas escolas primárias funcionaram apenas de maneira episódica e seu nível deveria ser bastante modesto. Mas as pequenas crianças do campo, ao manifestarem gosto pelo estudo, poderiam estudar na cidade, sob condição de encontrarem um alojamento. Certos mosteiros urbanos parecem ter acolhido, até o final da Idade Média, escolares a quem eles asseguravam alimentação e abrigo; o jovem Gerson, filho de camponês e nascido na pequena vila ardennais da qual ele traz o nome, havia começado, digamos, seus estudos no mosteiro *Saint-Remi* em Reims<sup>6</sup>. Por outro lado, existiam verdadeiros colégios, destinados especificamente a alojar uma parte dos alunos da escola catedral; havia dois em Reims desde o princípio do século XIII, oferecendo vinte e quatro lugares e, em meados do século XIV, a cidade vizinha de Soissons, embora claramente menor, possuía três colégios capazes de albergar uma centena de estudantes<sup>7</sup>. Enfim, era freqüente que os mestres de escolas privadas cobrassem pensão de alguns alunos vindos do exterior.

---

6 - P. Glorieux, "La vie et les oeuvres de Gerson: essai chronologique", *Arch. D'histoire doctrinale et littéraire du Moyen Age*, 18 (1950-51), p. 149-192 (p. 150).

7 - Ver em *Enseignement et vie intellectuelle (IX<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)* (Actes du 95<sup>e</sup> congrès nat. des Soc. savantes - Philologie et histoire jusqu'à 1610, t. I), Paris: 1975, os estudos de P. Desportes "L'enseignement à Reims aux XIII<sup>e</sup> et XIV<sup>e</sup> siècles", p. 107-122, e Carolus-Barré, "Les écoles capitulaires et les collèges de Soissons au Moyen Age et au XV<sup>e</sup> siècle", p. 123-226.

No total, é difícil dizer qual era, nos séculos XIV e XV, a densidade dessa rede de escolas de gramática. As grandes cidades, como vimos, eram geralmente muito bem providas. Em uma escala maior, podem ser observadas intensas desigualdades regionais. A Inglaterra medieval parecia haver sido relativamente escolarizada e, mesmo nos seis condados pouquíssimo povoados e urbanizados no Sudoeste do país, N. Orme - em seu já citado estudo - identificou cerca de quarenta e cinco localidades como tendo abrigado uma escola em um momento ou outro entre os séculos XIII e XV (sem falar dos trinta e três mosteiros, igrejas ou conventos que mantinham também uma escola, embora, sem dúvida, com uso, sobretudo, interno). Por outro lado, na Champagne medieval, apenas uma aldeia sobre dez teria possuído uma escola<sup>8</sup>; e, na Liguria de G. Petti Balbi, nem as aldeias de pescadores da costa nem aquelas do interior montanhoso do país pareciam haver atraído mestres de gramática. Tais disparidades são, entretanto, talvez acentuadas pelo estado atual da documentação ou simplesmente por aquele das pesquisas. Convém, portanto, ser prudente.

As pequenas escolas latinas, urbanas e rurais, caracterizavam-se por sistemas institucionais variados. As mais antigas eram escolas eclesásticas que existiam desde a Alta Idade Média na dependência das catedrais, dos mosteiros e de certas abadias de cônegos regulares. A partir do século XIII, muitos conventos de novas ordens mendicantes possuíam um *studium* onde ensinavam um ou dois leitores. As escolas mendicantes eram, a princípio, destinadas aos jovens irmãos, mas, embora seja abusivo qualificar as ordens mendicantes - como anteriormente se fazia - de "ordens ensinas", é possível que elas também tenham aberto seus *studia*, em uma proporção que nos é infelizmente desconhecida, para discípulos externos.

Frente às escolas eclesásticas, outras escolas eram, ao contrário, puramente privadas, abertas com ou sem licença episcopal

---

8 - S. Guilbert, "Les écoles rurales en Champagne au XV<sup>e</sup> siècle: enseignement et promotion sociale", em *Les entrées dans la vie: initiations et apprentissages (XII<sup>e</sup> congrès de la Soc. des historiens médiévistes de l'ens. sup. public)*, Nancy: 1982, p. 127-147.

por mestres-escolas com qualificação frequentemente incerta e que cobravam vencimentos das famílias dos alunos. Esses mestres de gramática eram, por vezes, padres pobres, que buscavam no ensino um complemento para as fontes insuficientes de sua magra prebenda ou de uma pequena capelania. Mas tratava-se, na maioria das vezes, de leigos. Eles não pareciam desfrutar de uma grande consideração social. Em sua maioria, eram um pouco itinerantes e passavam ao cabo de alguns anos de uma escola para outra; certamente não faziam fortuna.

Essa situação parece haver sido um pouco alterada no final da Idade Média. Quer isso se deva à crise econômica geral ou, mais provavelmente, ao fato de as classes dirigentes e as elites municipais haverem começado a apresentar um interesse um pouco maior pelo ensino elementar, nós verificamos em diversas regiões, a partir de meados do século XIV, multiplicarem-se as fundações públicas ou caritativas de escolas doravante dotadas de um financiamento assegurado (embora praticamente não dispusessem de edifícios próprios e adaptados: a escola continuava a funcionar na casa do professor).

Na Inglaterra, os piedosos fundadores instituíram, em geral, *chantries* combinando uma escola e uma capela comemorativa da qual o titular era, ao mesmo tempo, mestre-escola e capelão. Além disso, e particularmente nos países mediterrânicos, foram muito comuns as municipalidades que se encarregaram tanto de recrutar os mestres quanto de responsabilizar-se, total ou parcialmente, por sua remuneração e seu alojamento. A Igreja não via sempre com bons olhos tal laicização das escolas e procurava habitualmente, como em Aix-en-Provence, reservar-se pelo menos o direito de confirmar o *magister grammaticus* escolhido pelos consules<sup>9</sup>. Esse início de municipalização foi talvez a ocasião de modernizar o ensino, instaurando uma certa seleção que era favorável àqueles mestres partidários do humanismo. Porém, antes do século XVI, tanto os auditórios dirigidos aos "leitores públicos" quanto o esforço financeiro dispendido para retribuí-los per-

9 - Vide J. Pourrière, *Les commencements de l'école de grammaire d'Aix-en-Provence, 1378-1413, d'après documents inédits*, Aix-en-Provence, 1970.

maneciam excessivamente modestos para atrair outros candidatos além dos regentes principiantes de medíocre envergadura.

Mais do que o sistema institucional, seria útil para nosso propósito conhecer, concomitantemente, os efetivos dessas escolas, os métodos, o conteúdo e o nível dos ensinamentos que eram oferecidos, os cursos seguidos pelos alunos. Nossa informação continua infelizmente muito insuficiente sobre todos esses pontos.

No que concerne à frequência das escolas de gramática, os documentos apresentam cifras bastante contrastantes. Algumas escolas urbanas de gramática teriam acolhido inúmeras centenas de estudantes com idades e níveis variáveis. Em 1469, a escola do velho mosteiro Saint-Gilles de Nuremberg não recebia menos do que 230 alunos<sup>10</sup>; cifras dessa mesma ordem teriam como precedentes certas escolas urbanas italianas. Elas implicam quase necessariamente que o efetivo seja repartido em várias classes ou que o mestre seja auxiliado por repetidores<sup>\*</sup> ou recorra, de acordo com a fórmula pedagógica que perdurará praticamente até o século XIX, ao "ensino mútuo", com os alunos mais adiantados ajudando os mais novos. Além disso, como contrapartida, os efetivos reunidos ao redor do *grammaticus* parecem ter sido poucos, dificilmente mais do que dez, o que possibilitava um ensino quase individual, próximo da aprendizagem.

Em todas essas escolas, a base do ensino é evidentemente a gramática, quer dizer, o latim. Aprendizagem, inicialmente passiva, por vezes associada àquela do canto, e na qual o mestre, sem dúvida, não se proibia o recurso à língua vulgar. As crianças aprendiam os textos de cor, particularmente os do saltério e de outros livros litúrgicos que tinham a vantagem de serem acessíveis mesmo nas escolas mais modestas, porque era suficiente em-

10 - J.W. Miner, "Change and continuity in the schools of later medieval Nuremberg, *The catholic historical review*, 72 (1987), p. 1-22.

\* Traduzimos como repetidor a palavra francesa *repetiteur* que designa um tipo muito específico de professor particular, sendo, portanto, o mestre que exerce seu ofício em ambiente doméstico. (N.T.)

prestá-los à igreja vizinha. Depois, vinha o estudo da gramática propriamente dita, que permitia o treino de curtos exercícios de tema ou de composição latina. O velho manual do Donato, em certa medida complementado pelos mais recentes *Doctrinale* d'Alexandre de Ville-Dieu et *Grecismus* d'Évrard de Béthune, eram os livros de base desse ensino, ao mesmo tempo que algumas seletas de pequenos textos simples, como os *Disticos* ditos de Catão, a *Églogue* de Theodule, a *Chartula*, as *Fábulas* de Esopo, o *Floretus*, etc., onde a criança encontrava provérbios, fábulas e outros pequenos poemas, catecismo elementar, historietas moralizantes, maneiras de se comportar à mesa<sup>11</sup>. Esse material pedagógico bastante heterogêneo, que datava tanto da Alta Idade Média, quanto do século XII, não tinha evoluído em nada do século XIII ao XV e nós o reencontraremos, com uma assombrosa uniformidade, em todas as escolas do Ocidente, desde a Inglaterra até a Itália.

A qualidade do ensino era indubitavelmente função correspondente ao nível de qualificação dos mestres. Nesse sentido, estes não se pareciam ter sujeitado a um controle mais rigoroso, mesmo lá onde existia uma licença episcopal ou um exame pelas autoridades municipais. Entre os *magistri grammatici*, era pequena a proporção dos graduados na universidade - sendo estes, na maior parte das vezes, mestres em Artes; N. Orme calculou-os em cerca de 25% para a Inglaterra do final da Idade Média e, na já citada lista parisiense de 1380, não se encontra, apesar da proximidade da mais importante universidade da época, mais do que nove graduados sobre quarenta e um nomes, ou seja 22%<sup>12</sup>.

De qualquer modo, tanto quanto a qualificação dos mestres - colocando-se à parte a questão do acesso dos jovens estudantes aos livros, provavelmente bem reduzido, até mesmo inexistente, na maior parte das escolas - deveria ser considerado o tempo passado na escola de gramática e, sobretudo, aquilo que os próprios estudantes ou, mais provavelmente, suas famílias esperavam.

11 - Veja-se em particular N. Orme, *English schools in the Middle Ages*, Londres: 1973, p. 87-115.

12 - N. Orme, *Education in the west of England*, op.cit., p. 19. Vide supra nº 2.

É fato que aqueles que chegavam à escola primária latina com oito ou nove anos e não permaneciam nela mais do que dois ou três anos não podiam esperar apreender mais do que uma prática elementar de leitura (talvez escrita) e algumas vagas referências religiosas e morais extraídas do saltério e dos outros livros que serviam para os exercícios escolares. Em contrapartida, aqueles que estudavam nessas escolas por oito ou dez anos, sem interrupção, deveriam alcançar um nível nitidamente superior e poderiam se iniciar, se o mestre lhes oferecesse essa oportunidade, em inúmeros outros saberes para além da gramática latina de base.

Ainda falta agora aquilo que era verdadeiramente seu objetivo. De maneira significativa, em Gênese, onde o grande humanista Enea Silvio Piccolomini (o futuro papa Pio II) deplorará a falta de gosto dos habitantes pelo estudo ("Eles praticamente não são ávidos de saber, eles não estudam a gramática a não ser o que é nela indispensável e fazem pouco caso de todos os outros gêneros de estudos")<sup>13</sup>, determinados contratos de aprendizagem exigiam que a criança estudasse a gramática "tanto quanto convém a um mercador" (*grammatica ad usum mercatorum lanue*)<sup>14</sup>, o que significa que a iniciação na gramática derivaria diretamente da arte de redigir contratos e de algumas noções de contabilidade; essa última disciplina era usualmente ensinada por um mestre particular, o "mestre de ábaco", melhor pago, aliás, que o mestre de gramática. Isso deveria bastar, pensava-se, para a formação de um mercador, que não teria necessidade de estudos suplementares.

Contudo, fora o caso excepcional dessas grandes cidades comerciais, a aprendizagem da gramática prolongava-se mais naturalmente pelo estudo das disciplinas escolares tradicionais, aquelas repertoriadas nas velhas classificações do saber. Por aí, o ensino das escolas de gramática parecia-se com aqueles das universidades (ainda que fosse simplificado) e eventualmente poderia mesmo preparar estes últimos. Depois da gramática, vinha,

13 - *Scientie parum cupidi, grammaticam ad necessitatem student, cetera studiorum genera parvi pendunt* (citado por G. Petti Balbi, *L'insegnamento nella Liguria medievale*, op. cit. p. 94).

14 - G. Petti Balbi, *L'insegnamento nella Liguria medievale*, op. cit., p. 57.

portanto, a lógica seguida da iniciação aos clássicos (a influência do humanismo italiano reforçará evidentemente, de maneira considerável, essa parte do ensino a partir do século XV); as ciências do *quadrivium* não eram mais totalmente negligenciadas e, por vezes até, particularmente nas escolas eclesiásticas fiéis às suas tradições pré-universitárias, os cursos de teologia ou direito canônico eram oferecidos aos alunos, pelo menos aos futuros clérigos; mas, nessas disciplinas, o ensino universitário teria doravante bastante aceitação e o que se poderia ensinar fora dele não era mais do que um pálido reflexo, e com menor valor, pelo fato de os estudos não serem, nesse caso, coroados pela colação de um diploma. Apenas os Mendicantes, nós já salientamos isso, foram capazes de proferir em seus próprios *studia* os ensinamentos de teologia organizados em curso coerente e com nível verdadeiramente equivalente àquele das universidades.

Tudo parecia orientar em direção a essas últimas o aluno realmente dotado e desejoso de tornar-se homem de notório saber.

Seria, no entanto, injusto não reconhecer nas escolas de gramática do final da Idade Média um duplo papel: dar uma vaga tintura literária a uma certa parcela da população, preparar os melhores ou os mais ambiciosos para o acesso à universidade. Além disso, certas escolas, principalmente aquelas situadas nas grandes cidades não-universitárias mas providas de uma antiga escola catedral e de uma sólida tradição de ensino - nós já citamos exemplos de Reims ou de Londres -, podiam apresentar um nível bem razoável (sobretudo comparadas com aquele das universidades secundárias); é certo que alguns alunos provenientes dessas escolas de gramática puderam-se tornar, mesmo sem ter passado pela universidade, verdadeiros letrados, mas com a condição de ter de prolongar seus estudos iniciais com a aprendizagem seguida de uma prática profissional que os mantivesse no domínio das atividades intelectuais.

Esse foi particularmente o caso de inúmeros notários, de escrivães, de secretários de chancelaria. Trata-se - nós retomaremos isso - de ambientes nos quais os verdadeiros graduados na universidade são sempre raros. É provável que a maioria começasse seus estudos secundários em uma escola de gramática, a partir dos quais eles passariam ao serviço de um notário instalado ou

até eram mesmo incluídos como escreventes dos homens de lei em um tribunal qualquer ou escritório de escrita, no qual se formariam em contato com o mestre ou os escribas mais antigos que lhes ensinariam, ao mesmo tempo, o uso de formulários e, mais diretamente ainda, as técnicas da bela escrita que, diga-se o que quiser<sup>15</sup>, a escola privilegiadora dos suportes efêmeros das ardósias ou tabuletas de cera não parece ter jamais ensinado de maneira sistemática.

## 2. A UNIVERSIDADE

No conjunto das instituições educativas medievais, as universidades são, de longe, aquelas que deixaram os arquivos mais ricos (ainda que eles não satisficam a todas as nossas curiosidades) e aquelas que se beneficiaram das mais vigorosas pesquisas históricas. De uma certa maneira, essa historiografia abundante e declaradamente comemorativa carrega ela mesma o testemunho de um prestígio persistente de uma instituição que tem sido, há tempos, reconhecida como uma das criações mais originais e mais fecundas da civilização do Ocidente medieval. Nosso propósito não é aqui o de procurar resumir os múltiplos trabalhos que foram recentemente concluídos em uma síntese à qual é suficiente remeter<sup>16</sup>. Trata-se simplesmente de se tentar identificar em que medida, entre os séculos XIII e XV, a instituição universitária contribuiu para modelar os contornos, a composição, da consciência de si do grupo de pessoas de saber que são propriamente o objeto deste livro.

As primeiras universidades apareceram em Bolonha, em Paris, em Montpellier, em Oxford nos primeiros anos do século XIII. Derivadas de escolas preexistentes (mas não necessariamente de escolas catedrais), essas primeiras universidades, para além da di-

---

15 - A tese, já exposta em I. Hajnal, *L'enseignement de l'écriture aux Universités médiévales*, 2ª edição, Budapeste, 1959, de um ensino de escrita específico das escolas e universidades medievais, não parece ter mais partidários hoje em dia.

16 - *A history of the university in Europe*, volume I, *Universities in the Middle Ages*, editado por H. de Ridder-Symoens, Cambridge, 1992.

versidade das instituições, tinham em comum serem organismos autônomos de natureza corporativa. Ser autônomo significa ser mestre de seu recrutamento, poder dotar-se de estatuto, poder impor a seus membros o respeito a uma certa disciplina coletiva e a regras de cooperação mútua, ser reconhecido como uma pessoa moral pelas autoridades exteriores, tanto eclesiásticas quanto laicas, poder, enfim, organizar livremente aquilo que era a própria razão de ser da cooperação universitária, quer dizer, o ensino, os programas, a duração dos estudos, as modalidades de exames que sancionavam esses estudos e a colação dos graus que coroavam o êxito nos ditos exames. As universidades eram, em alguma medida, federações de escolas. Ensinava-se nelas por vezes uma única daquelas disciplinas expostas no capítulo precedente, definidas estas como as disciplinas superiores da cultura erudita da época: o direito em Bolonha, a medicina em Montpellier. Por vezes, ao contrário, uma mesma universidade poderia reunir, repartidas em faculdades distintas, as escolas de disciplinas diferentes: tanto em Paris quanto em Oxford, encontravam-se, ao mesmo tempo, uma faculdade preparatória de artes (liberais) e as faculdades superiores de medicina, de direito<sup>17</sup> e de teologia. De qualquer maneira, não era certamente possível atingir o nível exigido pelas faculdades universitárias, mesmo pela faculdade de artes, quando esta existia, sem haver previamente recebido, de uma maneira ou de outra, uma formação inicial, particularmente na gramática. Como contrapartida, se esta era suficiente, ela poderia mesmo permitir - sobretudo em países meridionais onde as faculdades de artes sempre foram mediocres - aceder diretamente a uma faculdade "superior", em particular, uma faculdade de direito<sup>18</sup>.

Não tendo precedentes históricos, as primeiras universidades são constituídas de maneira empírica e de acordo com esquemas bastante diversos. Foi apenas em meados do século XIII que o papado, que desde o princípio sustentara o desenvol-

17 - Como eu já havia indicado no capítulo precedente, em Paris, a partir de 1219, apenas o ensino do direito canônico foi autorizado, em virtude da bula *Super speculam* do papa Honório III.

18 - Vide Jacques Verger, "Remarques sur l'enseignement des arts dans les universités du Midi à la fin du Moyen Âge", *Annales du Midi*, 91 (1979), p. 355-381.

vimento dessas novas instituições educativas, unificou-as em um conceito de *studium generale*, que tinha por efeito principal o de fazer delas instituições da cristandade, conferindo os graus de validade universal e diretamente protegidas, ao mesmo tempo que controladas pela Santa Sé.

Quanto às causas profundas que estão na origem da instituição universitária, as interpretações dos historiadores divergem<sup>19</sup>. Duas teses essenciais, mais complementares do que verdadeiramente opostas, são expressas. Para alguns, seria a própria renovação do saber, engendrada pela redescoberta da filosofia de Aristóteles, e o entusiasmo intelectual suscitado pelas novidades, que teriam estimulado mestres e estudantes a organizarem tais instituições autônomas, as únicas capazes de lhes garantir a liberdade de expressão e de ensino necessária. As outras, antes, conferem prioridade à pressão social exercida por todos aqueles que aspiravam obter, nas melhores condições, a qualificação e os diplomas que conduziam às carreiras cada vez mais numerosas abertas pela reforma da Igreja e, fundamentalmente, pelo renascimento do Estado. Seja como for, uma coisa é certa: o surgimento das primeiras universidades não foi um fenômeno espontâneo, simplesmente uma pura criação de mestres e de estudantes. Mesmo que a ação pessoal destes possa ter sido indispensável, ela sempre foi sustentada por uma vontade política que permitiu conseguir vencer as resistências (principalmente aquelas dos poderes locais, do bispo e de seu chanceler em Paris, da cidade em Bolonha) e oferecer à nova instituição sua legitimidade e seu estatuto jurídico. Essa vontade política foi, ao mesmo tempo, aquela do príncipe (particularmente visível na Inglaterra, mais discreta, mas real em Paris) e aquela do papa (especialmente ativo em Paris e em Bolonha).

O apoio dos poderes superiores, eclesiásticos e laicos às primeiras universidades não era puramente desinteressado. Es-

19 - Apresentação de conjunto do debate em Jacques Verger, "A propos de la naissance de l'université de Paris: contexte social, enjeu politique, portée intellectuelle", em *Schulen und Studium im sozialen Wandel des hohen und späten Mittelalters*, hg. v. J. Fried (Vorträge und Forschungen, XXX), Sigmaringen, 1986, p. 69-96.

perava-se delas uma contribuição para o desenvolvimento de disciplinas sobre as quais tais poderes fundavam sua própria legitimidade: o direito romano era um instrumento essencial para o renascimento do Estado; o direito canônico e a teologia, tal como eles eram ensinados na universidade, davam especial atenção para a *plenitudo potestatis* pontifical e ajudavam o papado a fazer face às resistências das Igrejas locais, à contestação dos heréticos, à vontade de independência dos príncipes laicos. Além do mais, as universidades formavam, também, homens competentes capazes de se colocar a serviço dos poderes e de fazer triunfar tais idéias. A prova crucial produziu-se, ao menos em Paris, enquanto o papado impunha à universidade o acolhimento em seu seio de escolas de teologia das ordens mendicantes, dominicanas e franciscanas. Esses recém-chegados, cujo papel na igreja da época nós conhecemos, e que devotavam fidelidade às finalidades próprias de suas ordens e a obediência ao papa antes da solidariedade universitária, não foram sempre bem recebidos, embora, ao termo da crise que atingia seu paroxismo no anos 1250-1259, a universidade tivesse que ceder ante a vontade pontifical<sup>20</sup>.

Esse episódio não compromete, porém, o sucesso da nova instituição. Ainda sumária e oscilante no princípio do século, sua organização se fixa pouco a pouco; estatutos detalhados são redigidos, novos privilégios outorgados pelas autoridades. Não é possível dar as cifras de frequência para o século XIII, mas praticamente não há dúvida de que os efetivos de mestres e estudantes não paravam de crescer, pelo menos até a primeira metade do século XIV. Novas universidades apareciam. Existiam por volta de quinze *studia generalia* em 1300, e mais de vinte em 1346.

---

20 - O livro essencial sobre o tema é o de M. M. Dufeil, *Guillaume de Saint-Amour et la polémique universitaire parisienne, 1250-1259*. Paris: 1972.

Nessa data - cabe notar - o fenômeno universitário era ainda majoritariamente mediterrânico<sup>21</sup>. Os *studia generalia* meridionais inspiravam-se quase sempre, com maior ou menor intensidade, no modelo bolonhês. Isso significa, do ponto de vista institucional, que aqui eram os estudantes que tomavam para si, na totalidade ou em parte, a organização e a gestão da universidade. Mas, sobretudo, do ponto de vista cultural, isso significa que nós temos lá universidades nas quais as disciplinas predominantes eram o direito civil e o direito canônico. As faculdades de medicina tinham também algum lugar (Montpellier, Pádua, Bolonha). Como contrapartida, o ensino das artes atraía, nessas universidades, apenas uma minoria de estudantes e tratava-se antes de ensinamentos de gramática, de nível geralmente modesto, do que de lógica e de filosofia. Quanto à teologia, ela permanece ausente dessas universidades meridionais até os anos 1360. Em poucas palavras, estando todas sob a supervisão da Igreja, tais universidades meridionais possuíam já, pelo conteúdo de seu ensino e pelo tipo de carreiras para as quais elas preparavam, uma forte coloração laica.

Muito diferente era evidentemente a situação na metade norte da Europa. Os *studia generalia* eram ali pouco numerosos e o modelo parisiense, imitado com bastante fidelidade em Oxford e em Cambridge<sup>22</sup>, afirmava-se aqui sem rival. Este modelo era aquele da "universidade de mestres", quer dizer, uma federação de escolas onde cada professor conservava plena autoridade sobre seus próprios estudantes e onde todos

---

21 - De acordo com *A history of the university in Europe*, volume I, *op. cit.*, p. 62-63, os *studia generalia* ativos em 1300 eram aqueles de Bolonha, Paris, Oxford, Montpellier (medicina e direito), Cambridge, Salamanca, Pádua, Nápoles, Vercell, Toulouse, a Cura Pontifical, (*studium curiae*), Lisboa e Lérida; em 1346, havia de se subtrair dessa lista Vercell e acrescentar Avignon; Roma, (*studium urbis*), Orléans, Pérouse, Trévise, Cahors, Pisa, Angers, Valladolid e talvez Grenoble.

22 - Cambridge nascera por volta de 1209 da secessão de um grupo de mestres e de estudantes de Oxford.



os órgãos de direção da universidade estavam nas mãos dos mestres eleitos por seus pares. Contudo, o essencial situava-se sem dúvida, mais ainda, na diferença da orientação intelectual. Nas escolas parisienses e inglesas, com efeito, o ensino do direito ocupava apenas um lugar limitado e tratava-se, sobretudo, do direito canônico. O direito romano, nós o vimos, havia sido proibido em Paris desde 1219 enquanto que na Inglaterra a existência precoce do direito consuetudinário unificado, a *Common Law*, lhe havia retirado uma boa parte de seu prestígio e de sua utilidade. Essas universidades guardaram uma forte coloração eclesiástica, centrando-se sobre o estudo da teologia, tendo ela mesma como alicerce aquele das artes liberais confiadas a uma faculdade preparatória que sempre reuniu os mais numerosos efetivos. Desde o primeiros anos do século XIII, sob efeito da difusão maciça do aristotelismo, a faculdade de artes deixou de ter, entretanto, por vocação principal o ensino de certa forma propedêutico da gramática e da lógica e se elevou ao nível de uma verdadeira faculdade de filosofia onde se ensinavam a física, a metafísica, a psicologia e a moral, sobre a base dos textos de Aristóteles e dos comentários de Averróis, aos estudantes que já haviam recebido uma formação inicial em pequenas escolas pré-universitárias. Esse alargamento - que, em compensação praticamente não se valia das disciplinas científicas do *quadrivium* - suscitou muito naturalmente, sobretudo em Paris, uma reivindicação de autonomia tanto intelectual quanto profissional dos regentes em artes, desejosos de comentar livremente o conjunto de textos filosóficos que eles conheciam sem ter que sofrer o controle e a eventual censura dos teólogos. Essa tendência, cujos representantes mais decididos receberam a denominação pejorativa e, sem dúvida, excessiva de "averroístas", atribuía real importância, talvez mesmo majoritária, à faculdade de artes de Paris nos anos 1260. Através dela, esboçava-se inclusive uma nova figura social do intelectual profissional que, embora não fosse ainda anticristão, era, de certo modo, mais laico, definido por sua diligência desinteressada de sua vocação de pensador e professor, e apresentando, no próprio exercício desta, a atitude superior de um tipo de felicidade terrestre e de uma certa aptidão natural para a virtude. Beneficiando-se, antes de

tudo, de uma certa tolerância, o "averroísmo latino" logo suscitou reações polêmicas dos teólogos (o *Contra Averroístas* de Tomás de Aquino, em 1270)<sup>23</sup>. Depois vieram os tempos das condenações eclesiásticas lançadas pelo bispo de Paris e arcebispo de Canterbury<sup>24</sup>. A corrente averroísta foi, se não destruída, pelo menos bastante enfraquecida, embora o problema das relações entre teologia e filosofia permanecesse postó, bem como, no plano social, o das relações entre mestres da faculdade de artes e mestres das faculdades superiores (teólogos e canonistas) cuja autoridade não era sempre aceita sem resistência pelos primeiros, enquanto estes últimos, bem como seus alunos, não se destinavam forçosamente, na realidade, a seguir seus estudos em uma faculdade superior.

Durante muito tempo, a historiografia, retomando por sua conta os agravos acumulados desde o século XVI pelos humanistas, opôs o dinamismo criador das universidades do século XIII - nas quais os próprios conflitos internos que nós acabamos de recordar eram a marca - ao declínio que essas mesmas universidades teriam conhecido nos séculos XIV e XV. Tal declínio teria afetado tanto o conteúdo em si dos ensinamentos (com a dessecação das doutrinas e a esclerose do método escolástico) quanto seu funcionamento institucional: o encerramento geográfico e social do recrutamento (regionalização e aristocratização), a desorganização dos cursos e a passagem para a tutela dos príncipes teriam então ocorrido em virtude do antigo universalismo cristão, apoiado sobre um alto grau de autonomia, que consistia na primitiva força da universidade.

Os trabalhos recentes repõem amplamente em questão essas apreciações.

Antes de tudo, ao que parece, há que se distinguir desde logo o século XIV, que, em muitos aspectos, especialmente em

23 - Tomás de Aquino, *L'unité de l'intellect contre les averroïstes, suivi des Textes contre Averroës antérieurs à 1270*, editado e traduzido por Libéra, em Paris, 1994.

24 - 10 de dezembro de 1270 e 7 de março de 1277 em Oxford (Vide L. Bianchi, *Il vescovo e i filosofi: la condanna parigina del 1277 e l'evoluzione dell'aristotelismo scolastico*, Bergamo, 1990).



Paris e em Oxford, aparece como um prolongamento do século XIII e parece haver marcado o apogeu da universidade medieval, tanto quanto o final da influência intelectual dos efêvos, da autonomia e até da autoridade doutrinal, política e moral, e o século XV onde as dificuldades sensivelmente se acumulam sobre as instituições derivando das mutações ligadas à emergência do Estado moderno.

A seguir, convém opor ao julgamento negativo dos historiadores, a imagem explicitamente favorável que, com raríssimas exceções, as universidades guardaram junto aos homens da época.

É verdade que alguns puderam ser sensíveis ao peso do ensino escolástico. Um estoque de autoridades tornadas quase imutáveis, uma pedagogia essencialmente oral e repetitiva, o uso exclusivo do latim, a duração de estudos excessivamente longos (três ou quatro anos em artes, seis em medicina, oito a doze em direito, até quinze em teologia), o custo cada vez mais elevado dos graus, sobretudo nas faculdades superiores onde um doutorado em direito ou em medicina terminava por custar uma fortuna, o que, sem dúvida, desencorajava os candidatos até mais do que as provas bastante convencionais; tudo isso constituíam fatores que impulsionavam alguns a abandonar a rota, outros a buscar as possibilidades de dispensa ou de fraude, o que possibilitava chegar mais rapidamente e com menores esforços aos cobiçados diplomas. A desorganização dos cursos, o absentismo dos professores, o lento abandono de determinados tipos de exercícios (por exemplo, as disputas) são, sobretudo no século XV, realidades incontestáveis<sup>25</sup>.

Porém isso não deve esconder o fato de haver existido, em todo caso, nas grandes universidades, uma real renovação de doutrinas, pelo menos até o princípio do século XV. Não é nosso propósito estudar em detalhe essa questão já mencionada no capítulo precedente. Será suficiente, portanto, recor-

25 - Vide Jacques Verger, "Prosopographie et cursus universitaires", em *Medieval lives and the historian: studies in medieval prosopography*, publicado por N. Bulst e J. Ph. Genet, Kalamazoo, 1986, p. 313-331.

dar, em filosofia e teologia, o movimento geral de crítica ao aristotelismo e ao tomismo por vezes designado, de uma maneira cômoda e algo excessiva, sob a nomeação de "nominalismo". Dinamismo análogo em outras faculdades durante todo o decorrer do século XIV: em medicina, as obras dos doutores de Montpellier e de Pádua, em direito, tanto público quanto privado, aquelas dos comentaristas italianos (Jean d'André, Bartolê, Balde) e de Toulouse conheceram um sucesso considerável e durável; nós os reencontraremos em todas as bibliotecas européias, o que mostra bem que o ensino universitário estava longe de haver esgotado sua fecundidade. É verdade que as universidades adotaram mais tardiamente o princípio do humanismo, quer dizer, o retorno aos clássicos, a redescoberta do grego e de Platão, a renovação da retórica e, no domínio religioso, o despertar de um evangelismo fundado sobre a recorrência aos textos originais da Bíblia. Alguns contatos travados aqui e lá, particularmente nas faculdades de artes italianas, não podem esconder que, no curso do século XV, começou a ser criado um fosso cada vez mais largo entre a tradição da cultura medieval expressa pelas universidades e certas aspirações novas. Mas, há que se notar, se essa evolução suscitou em Francisco Petrarca (1304-1374) e Lorenzo Valla (1407-1457) algumas críticas severas contra a escolástica, sempre favorecendo, por todo lado, a aparição de alguns novos tipos de instituições de ensino sobre as quais nós discorreremos, ela não foi suficientemente bem-sucedida, nem antes nem mesmo depois de 1500, para desacreditar seriamente as antigas universidades e tampouco para desvalorizar os graus que elas conferiam.

Basta, pelo contrário, percorrer a documentação daquela época para constatar que os titulares de graus universitários faziam questão de mencionar estes últimos de maneira sempre mais sistemática e precisa em todos os documentos que lhes concerniam. Os indícios são múltiplos do peso social e político cada vez mais reconhecido às universidades e àqueles que eram delas advindos nas sociedades ocidentais do final da Idade Média. A primeira e mais evidente é a multiplicação das

fundações universitárias a partir de meados do século XIV: dez entre 1340 e o início do Grande Cisma (1378)<sup>26</sup>, dez durante este último (1378-1417)<sup>27</sup>, cerca de trinta entre 1417 e 1500<sup>28</sup>. Levando em conta as fundações mais ou menos rapidamente fracassadas (porque os fracassos, aliás, sempre significativos não faltaram) e aquelas cujo caráter universitário é discutível, pode-se estimar que havia, em 1500, sessenta e três ou sessenta e quatro *studia generalia* realmente ativos na Europa.

O mapa universitário do final do século XV, comparado com aquele do princípio do século XIV, fez aparecer uma rede muito mais densa. Isto não significa evidentemente que se tratasse de uma rede homogênea. Não somente essas diversas universidades apresentavam-se como modelos institucionais e culturais muito diversos (mais bolonhês ao Sul, mais parisiense ao Norte), como elas possuíam uma importância muito desigual. Não havia praticamente medida comum entre as mais antigas universidades, Paris, Oxford, Bolonha, Salamanca, que, apesar de um certo recuo, conservavam o maior prestígio, a mais larga irradiação e os efetivos mais altos (de ordem de alguns milhares de estudantes) e certas fundações recentes, estritamente locais, que vegetavam com algumas centenas, às vezes algumas dezenas de membros. Houve alguns verdadeiros sucessos entre as universidades novas (Praga, Cracóvia, Louvain, Cologne, Caen), mas muitas, especialmente na Península Ibérica, permaneceram muito modestas, tanto no tocante aos efetivos quanto no que diz respeito ao nível de ensino. No Império, algumas universidades se resumiam no essencial às suas faculdades de artes, e as faculdades superiores ficavam nelas freqüentemente esqueléticas.

26 - Pisa, Praga, Florença, Perpignan, Huesca, Pávia, Cracóvia, Orange, Viena, Pécs (de acordo com *A history of the university in Europe*, volume I, op. cit., p. 63)

27 - Erfurt, Heidelberg, Cologne, Buda, Ferrare, Wurzburg, Turin, Leipzig, Aix-en-Provence, St-Andrews (*Ibid.* p. 64)

28 - Rostock, Dole, Louvain, Poitiers, Caen, Bordeaux, Catane, Barcelona, Glasgow, Valença (França), Trêves, Greifswald, Fribourg-en-Brisgau, Bâle, Ingolstadt, Nantes, Bourges, Pozsony, Veneza, Saragoça, Copenhagem, Mayence, Tübingen, Uppsala, Palma de Majorque, Sigüenza, Aberdeen, Alcalá, Valença (Espanha). (*Ibid.*, p. 64-65)

Apesar de tais reservas, as criações universitárias dos séculos XIV e XV tiveram importante influência nas condições de formação das elites letradas européias. Elas generalizaram, por todo o Ocidente, uma instituição que, no começo (e colocando-se à parte os casos de Paris e Oxford) era essencialmente meridional. Houve certamente novos *studia generalia* estabelecidos nos países mediterrânicos (sobretudo na França central e na Espanha), mas os grandes beneficiários da nova vaga de criações eram os países germânicos, que haviam até então ignorado completamente ou até recusado a instituição universitária, e nos quais os candidatos aos estudos deveriam empreender longas viagens até a França ou a Itália. Notamos também a emergência no mapa universitário de diversos reinos um pouco periféricos (Escócia, Escandinávia, Polônia, Boêmia, Hungria) que marcavam também, entre outras, a integração mais dinâmica na vida cultural do Ocidente.

As novas universidades ofereciam geralmente, pelo menos no papel, uma gama praticamente completa de ensinamentos. Algumas universidades antigas haviam sido, aliás, complementadas na mesma época, pela criação de faculdades novas, notadamente a de teologia. Isso significa que, nas novas fundações, as faculdades de medicina permaneciam com freqüência quase inexistentes, enquanto a teologia era, mais ou menos, monopolizada pelas ordens religiosas. Foram, portanto, as faculdades de artes, pelo menos nos países do Norte da Europa, e as faculdades de direito, por toda a parte, que se tornaram as mais importantes. A consequência foi, ao mesmo tempo, maior difusão dessa cultura literária e filosófica de base que nós definimos no capítulo precedente - ainda que isso ocorresse em um nível modesto, que nada tinha a ver com aquele da *alma mater* parisiense - e a multiplicação de juristas eruditos, canonistas, ou civilistas, mas sempre, de uma certa maneira, imbuídos do direito romano. Foram sobretudo, praticamente por toda parte, os docentes de direito, reagrupados em colégios, que assumiram o papel principal na direção nas novas universidades.

O predomínio que então era dado ao direito permite que se calcule a dimensão política do movimento. Se nenhuma universidade pôde nascer e se desenvolver na Idade Média sem apoio dos poderes externos serão estes que, nos séculos XIV e

XV, muitas vezes tomarão a iniciativa de tal operação. E cabe acrescentar que se tratavam, dali por diante, essencialmente de poderes principescos ou urbanos, nos quais o papado não possuía mais tanta interferência como teriam então os poderes laicos para confirmar, freqüentemente tarde demais, a nova fundação e lhe garantir o estatuto clássico de *studium generale*. Naturalmente, e como mostra um certo conjunto de insucessos ou de falsas iniciativas, o voluntarismo político não era suficiente; era necessário existir também um contexto favorável, o que se expressa quer por uma tradição escolar preexistente, quer por uma demanda social suficientemente forte.

Não obstante, a idéia que cada vez mais se impõe é de que todo Estado ou principado moderno deveria possuir sua própria universidade, para formar as elites religiosas e sobretudo administrativas das quais eles teriam necessidade, sem que se tivesse de recorrer às universidades estrangeiras. Um texto de Toulouse em 1427 proclama: "Todo príncipe deve possuir uma universidade em seus Estados"<sup>29</sup> e o delfim Luís (o futuro rei da França, Luís XI) retomará claramente nos textos de fundação da Universidade de Valença em Delphiné (1452): "... Nós consideramos inteiramente conveniente, indispensável e normal fundar e instituir uma universidade nos países e na terra a nós sujeita (...) com efeito, ao passo que existem poucos príncipes em outros territórios que não tenham fundado uma universidade, não há nenhuma nos nossos"<sup>30</sup>. Essas universidades principescas eram, em geral, instaladas na própria capital do país ou do principado, ou, pelo menos, em alguma cidade que tivesse qualquer ligação particular com o príncipe. Os estatutos que elas receberam desde sua fundação, sempre as caracterizando como instituições autônomas, deixam largas possibi-

29 - *Princeps debet in suo imperio habere universitatem* (M. Fournier, *Les statuts et privilèges des universités françaises depuis leur fondation jusqu'en 1789*, tomo III, Paris, 1892, n° 1915, p. 600).

30 - ... *Valde congruum, necessarium et decens arbitramur in patria nostra seu terra nobis subjecta, unam creare et instituere Universitatem (...) cum vari sint principes, in quorum territoris universitas non sit fundata, in nostris vero nulla* (M. Fournier, *Les statuts et privilèges des universités françaises*, tomo III, n° 1785, p. 362).

lidades de controle e de intervenção aos poderes externos e seus representantes. A mais óbvia foi freqüentemente que os professores (ou pelo menos alguns dentre eles) seriam, dali por diante, pagos pelo príncipe que, como retorno, exerceria o direito de responsabilizar-se por suas nomeações. Na Itália, os magistrados particulares, os *Savi* ou *Reformatori dello Studio*, foram em geral instituídos para se ocuparem dos assuntos universitários.

As universidades antigas não escaparam a essa evolução, ainda que opusessem uma certa resistência. Para nos determos no caso francês, onde o reforço do poder real foi particularmente precoce, nós vemos no século XV as velhas universidades (Paris, Orléans, Toulouse) passarem para a tutela de reis, de seus Parlamientos e de seus oficiais. As reformas foram autoritariamente impostas, os tribunais reais assumiram, dali por diante, processos de mestres e estudantes, os abusos aos quais os antigos privilégios comodamente davam lugar foram severamente reprimidos, o próprio direito de greve foi rapidamente colocado em questão.<sup>31</sup> Essa nova responsabilidade não excluía algum favoritismo. Os "verdadeiros estudantes" continuavam a desfrutar de seus privilégios (sobretudo fiscais) e o rei da França, desde Charles V (1364-1380), adquirira o hábito de chamar a universidade de Paris de sua "filha primogênita". Isso significava reconhecer àquela o prestígio e a autoridade intelectual, moral e política que ela mesma já reivindicara pela boca do chanceler Gerson em 1405 (discurso *Vivat rex* de 7 de novembro)<sup>32</sup>, porém com a condição de que essa autoridade se exprimisse doravante no quadro das instituições nacionais e da lealdade monárquica, e não mais no plano universalista no qual haviam sido colocados os privilégios pontificais primitivos.

A análise estatística e social das populações estudantis confirma que dificilmente se pode falar em declínio das instituições universitárias no final da Idade Média. Uma documentação ainda imperfeita (listas de súplicas universitárias conservadas no Vaticano em registros pontificais, matrículas que infelizmente não eram mui-

31 - Jacques Verger, "Les universités françaises au XV<sup>e</sup> siècle: crise et tentative de réforme", *Cahiers d'histoire*, 21 (1976), p. 43-66.

32 - Editado em J. Gerson, *Oeuvres complètes*, ed. P. Glorieux, volume VII/1, Paris, 1968, p. 1137-1185.

to aplicadas, a não ser para as universidades do Império) permitem antecipar algumas hipóteses pontuais<sup>33</sup>. No início do século XV, apesar dos diversos fatores de crise que haviam provocado a evasão de vários estudantes estrangeiros (a guerra, as pestes, o Grande Cisma), a universidade de Paris devia ainda reunir por volta de quatro mil estudantes, dentre os quais três quartos na faculdade de artes<sup>34</sup>. As principais universidades provinciais (Angers, Orléans, Toulouse, Montpellier, Avignon), que eram, acima de tudo, universidades jurídicas, deveriam, todas elas, atrair mais ou menos outro tanto, entre quinhentos e mil cada uma, de acordo com o caso<sup>35</sup>. Na Inglaterra, uma vez terminada a Grande Peste de 1348, a universidade de Oxford havia rapidamente retomado seus efetivos anteriores<sup>36</sup>, e até continuou a crescer, para atender aproximadamente mil e setecentos estudantes no decorrer do século XV, enquanto Cambridge, superando pouco a pouco seu atraso secular, atendia mil e trezentos estudantes<sup>37</sup>. Não se dispõe de cifras precisas para os países mediterrânicos, mas Bolonha devia possuir três mil estudantes, enquanto Pádua, em pleno vigor no século XV, aproximava-se de mil<sup>38</sup>. O único país para o qual poderia ser tentado um esforço glo-

33 - Vide J. Paquet, *Les matricules universitaires* (Typologie des sources du Moyen Age occidental, 65), Turnhout, 1992.

34 - De acordo com J. Favier, *Paris au XV<sup>e</sup> siècle: 1380-1500* (Nouvelle Histoire de Paris), Paris, 1974, p. 68-73.

35 - Jacques Verger, "Les recrutements géographiques des universités françaises au début du XV<sup>e</sup> siècle d'après les suppliques de 1403", *Mémoires d'archéologie et d'histoire*, publicado por Ec. Fr. De Rome, 82 (1970), p. 85-902.

36 - Vide W. J. Courtenay, "The effect of the black death on english higher education", *Speculum*, 55 (1980), p. 696-714.

37 - T. H. Aston, "Oxford's Medieval Alumni", *Past and Present*, 74 (1977), p. 3-40, e T. H. Aston, G. D. Duncan, T. A. R. Evans, "The medieval alumni of the university of Cambridge", *Past and Present*, 86 (1980), p. 9-86.

38 - A. I. Pini, "Discere turba volens: studenti e vita studentesca a Bologna dalle origini alla metà del Trecento", dans *Studenti e università degli studenti dal XII al XIX secolo*, dirigido por G. P. Brizzi et A. I. Pini (Studi e memorie per la storia dell'Università di Bologna, n. s. VII). Bolonha: 1988. p. 45-136.

bal é a Alemanha. Os resultados da pesquisa de R. C. Schwinges são impressionantes<sup>39</sup>. Nesse país, onde a instituição universitária não se implantou antes do final do século XIV, assiste-se logo a seguir, durante mais de cem anos, a um crescimento mais ou menos contínuo, ainda que afetado por um ritmo cíclico ele próprio ligado, ao que parece, às flutuações da atividade econômica. No total, de 1385 até o início do século XVI, aproximadamente 250.000 estudantes matricularam-se nas universidades imperiais; ao passo que a própria população total, até os anos de 1450, diminuía, depois estagnava para recomençar a crescer apenas no século XVI, o número médio de matrículas anuais foi decuplicado em pouco menos de um século (de 300 para 3000). Ainda que a grande maioria dos estudantes não ultrapassasse o estágio da faculdade de artes e que muitos deles sequer obtivessem os diplomas, houve certamente uma multiplicação dos homens de saber no seio da sociedade alemã (ao passo que, ao mesmo tempo, os mais ambiciosos e os mais abastados dos jovens estudantes alemães continuavam a frequentar as universidades italianas ou, acessoriamente, as francesas).

Dessa forma, mesmo que acontecesse das antigas universidades lastimarem a concorrência das novas (Paris denunciaria com particular vigor a fundação de universidades excessivamente próximas de Caen e de Bourges), é infinitamente provável que o final da Idade Média tenha conhecido, apesar das dificuldades dos tempos e da crise demográfica geral, um forte aumento global do número de estudantes. A possível estagnação, em um nível, mesmo assim, elevado, dos mais veneráveis dentre os efetivos dos *studia generalia* teria sido mais do que compensada pela multiplicação das universidades novas, ainda que muitas destas últimas atraíssem apenas algumas centenas de estudantes.

Quanto aos egressos, o número de graduados provenientes das universidades, especialmente em artes e em direito - o

39 - R. C. Schwinges, *Deutsche Universitätsbesucher im 14. und 15. Jahrhundert. Studien zur Sozialgeschichte des alten Reiches*, Stuttgart: 1986.

que é ainda mais importante para nosso propósito - crescera em proporções comparáveis, mesmo que se deva admitir que, apesar de uma tendência geral de refluxo dos estudos, estas se tornassem fortemente seletivas; nas faculdades de artes germânicas, mais da metade dos estudantes deixavam a universidade sem haver obtido qualquer diploma e nas faculdades superiores de direito ou de medicina, pelo menos no caso da Alemanha e da França central onde o cálculo pôde ser efetuado, as taxas de evasão eram da mesma ordem: um terço dos estudantes chegavam ao bacharelato, menos de dez por cento à licenciatura e, a fortiori, bem menos ainda ao doutorado.

Por estarem globalmente crescendo, as populações universitárias européias teriam visto alterar sua composição durante os séculos XIV e XV? Sem autorizar conclusões radicalmente definitivas, os resultados obtidos pelas recentes pesquisas convidam pelo menos a empregar sérias nuances à dupla tendência tradicionalmente diagnosticada: regionalização e isolamento social.

As universidades recentes geralmente tiveram uma irradiação sobretudo local ou, no máximo, nacional. Isso significa, por outro lado, que o príncipe interditava aos reinóis que frequentassem qualquer universidade que não fosse aquela de seus Estados (assim procedeu em 1444 o feudo de Veneza, obrigando seus súditos a irem para a Universidade de Pádua depois da união dessa cidade ao domínio do território veneziano). Em contrapartida, as antigas universidades, ainda que talvez houvesse baixado a proporção de estudantes de origens distantes, continuaram a ser expoentes de uma *peregrinatio academica* ativa. Como no passado, os estudantes com maior mobilidade eram os estudantes alemães (e, em certa medida, os eslavos e escandinavos) enquanto os principais pólos de atração permaneciam sendo Paris (completada por Orléans, em direito civil), outras universidades italianas (Bolonha, principalmente, e, cada vez mais, Pádua, Pavla, Siena, Pisa, Perúsia, etc.). Pode-se assegurar que, sobretudo a partir dos anos 1440, o retorno de uma conjuntura mais favorável para as viagens e a atração crescente pelo humanismo italiano propiciou uma popularidade excepcional à "viagem da Itália"; aos estudantes germânicos, que tradicionalmente frequentavam a

península, se uniriam, dali para a frente, contingentes crescentes de franceses, ingleses e ibéricos<sup>40</sup>.

Isso quer dizer, no que concerne ao nosso propósito, que, se a maioria dos homens de saber, dali por diante formados nas suas localidades e com despesas menores, deveriam possuir horizontes geográficos e uma experiência de contatos humanos bastante limitados, existiram sempre, pelo menos a título da elite, indivíduos que haviam adquirido em sua juventude, pela prática de grandes viagens de estudos, uma abertura de espírito, de conhecimentos e de relações que convidam-nos a falar, desde o final da Idade Média, em uma "república das letras", pelo menos embrionária. As correspondências eruditas, as missões diplomáticas permitiam a manutenção posterior dos laços assim selados em escala ocidental. Na França, o meio dos notários e secretários do rei, humanistas da época de Carlos VI, em relações constantes com seus homólogos florentinos ou napolitanos, na Europa central os cursos cosmopolitas de um Carlos IV (1346-1378) em Praga, de um Frederico III de Habsbourg (1440-1493) em Viena, de um Mathias Corvin (1458-1490) em Budapeste, de um Casimiro IV Jagellon (1447-1492) em Cracóvia, onde se encontravam humanistas italianos e sábios autóctones há pouco formados em Bolonha ou em Pádua, são algumas ilustrações da abertura universitária que a rede universitária permitia àqueles que pretendiam conservá-la no curso de suas carreiras<sup>41</sup>.

Os estudos universitários favoreciam a ascensão social ou, antes, precipitavam a constituição de pessoas cultas em pequenas castas hereditárias? As fontes não oferecem a esse propósito mais do que informações fragmentárias, que parecem, além do mais, indicar que a situação variava de uma universidade para outra. Por exemplo, entre os estudantes alemães que frequentaram a universidade de Bolonha entre 1400 e 1530, a proporção de nobres elevava-se por volta de 18%, mas em universidades do

40 - Vide Jacques Verger, "La mobilité étudiante au Moyen Age". In: *Histoire de l'éducation*, 50 (1991), p. 65-90.

41 - Vide Jacques Verger, "Les étudiants slaves et hongrois dans les universités occidentales (XIII<sup>e</sup> - XV<sup>e</sup> siècles)". In: *L'Eglise et le peuple chrétien dans les pays de l'Europe du Centre-Est et du Nord (XIV<sup>e</sup> - XV<sup>e</sup> siècles)*. (Coll. de l'Éc. fr. de Rome, 128). Roma: 1990. P. 83-106.

*Midi* francês, ela não alcançava 5% por ocasião de 1400. Em compensação, os estudantes "pobres" (o que, contudo, referia-se sem dúvida tanto a estudantes que temporariamente tinham dificuldades em pagar os custos universitários quanto a estudantes de origem verdadeiramente popular), que representavam em média 15% dos efetivos sobre as matrículas universitárias do país do Império, com os percentuais chegando a 25% em Colômbia, Leipzig, Heidelberg ou Rostock, parecem ter sido muito raros em países mediterrânicos<sup>42</sup>.

De fato, é realmente possível multiplicarem-se os exemplos individuais, que mostram uma grande variedade de situações. O recrutamento social das universidades permanecia dessa maneira aberto, mas não se pode fixar para cada grupo uma proporção precisa nem dizer se o recrutamento se transformou de maneira significativa em uma longa duração. Certamente, continuava a ser possível, até o final da Idade Média, para as pessoas de origem modesta, especialmente rural, conseguirem pelos estudos e pelo diploma galgar uma bela carreira; pensamos evidentemente em Gerson. Mas é claro também que, em algumas famílias, particularmente de médicos e de oficiais, os estudos tornavam-se uma prática normal, com os filhos tomando o lugar de seus pais para assegurar a permanência da vocação familiar. Enfim, também é muito provável que os estudos tenham possibilitado a algumas antigas elites, famílias de velha nobreza ou de mercadores, por vezes, presas dos acasos da crise, garantirem a seus rebentos a salvaguarda de sua posição social por uma certa forma de reconversão e integração ao grupo, em pleno vigor, dos homens de saber.

De qualquer modo, é certo que, independentemente de sua origem social, a quase totalidade dos estudantes estava em busca de uma situação estável que os colocasse ao abrigo de certos riscos postos pela ingerência, direta ou indireta, dos órgãos do poder político. Existiam, efetivamente, entre os estudantes, alguns marginais ou desclassificados - pensamos na figura emblemática de Villon (que aspirava, aliás, ele próprio, periodicamente submeter-se à proteção de algum príncipe) -

42 - Vide J. Paquet, *Les matricules universitaires*, op. cit., p. 128-136.

mas, no conjunto, os estudantes do final da Idade Média representavam uma população socialmente conformista, respeitosa em relação à ordem estabelecida e principalmente preocupada em nela encontrar e conservar seu lugar. Na crônica de cidades universitárias, os incidentes entre os estudantes e a população urbana ou entre estudantes e a polícia do rei tendencialmente rarearam no final da Idade Média. Imputadas mais frequentemente tanto aos excessos juvenis dos estudantes quanto ao aumento das exigências de ordem pública imposta pelos poderes, tais incidentes, que terminavam em geral defronte a tribunais para soluções de compromisso, não colocavam em questão a pertença das universidades à ordem institucional estabelecida; eles traduziam, quando muito, além de um certo endurecimento dessa ordem, a vontade dos universitários em reconhecer suas especificidades e sua dignidade face aos grupos eventualmente concorrentes. Em Paris ou em Toulouse, com efeito, os conselheiros do Parlamento, intérpretes da vontade real, mas também defensores de seus interesses de casta (e, aliás, todos eles titulares de graus universitários), buscavam colocar a universidade sob tutela; em Montpellier, as velhas famílias mercadoras se punham a afastar os juristas do consulado, enquanto a fidalguia de Barcelona se oporia até 1450 à vontade dos reis de Aragão para criar uma universidade, por não acreditar que isso pudesse favorecer o impulso de grupos de clérigos e de oficiais, atrelados ao serviço do príncipe e da Igreja, e pouco apegados às antigas liberdades urbanas<sup>43</sup>.

Por essa vontade de integração aos grupos dirigentes da sociedade, a própria prática dos estudos universitários desfrutava certamente de um papel bastante importante.

Antes de mais nada, porque, como nós já vimos no capítulo precedente, inclusive as disciplinas estudadas nas universidades pertenciam todas a uma ordem legítima dos saberes, em completo acordo com a ordem social e política dominante.

Além disso, pelo fato do estatuto jurídico dos estudantes e dos mestres torná-los, por princípio, privilegiados, o que era um

43 - Vide Cl. Carrère, "Refus d'une création universitaire et niveaux de culture à Barcelone: hypothèses d'explication". In: *Le Moyen Age*, 85 (1979), p. 245-273.

verdadeiro prêmio naquela sociedade de ordens, cada vez mais complexa e rígida, que então se desenhava. Tornar-se estudante: isso significava, no final da Idade Média, independentemente do estatuto anterior de cada um, aceder a uma condição privilegiada; significava poder furtar-se ao imposto e às formas mais rigorosas da justiça ordinária, significava poder pleitear determinados tipos de proventos (proventos dos benefícios eclesiásticos sem obrigação de residência), significava tomar assento sob a direta salvaguarda das mais altas autoridades, laicas ou eclesiásticas, intervindo indiretamente pelos "conservadores privilégios" universitários. Antes mesmo de qualquer obtenção de graus, a mera matrícula universitária era já, de uma certa maneira, promoção social.

Aprendizagem do privilégio, a vida universitária era também aprendizagem da responsabilidade. A universidade efetivamente favoreceu o desenvolvimento do individualismo político no final da Idade Média. A decisão de ir "aos estudos" era fundamentalmente uma decisão individual (qu, no máximo, familiar) cuja ocorrência implicava, ainda que sob a promessa de uma promoção futura, uma etapa inicial de risco e de desorientação. Os estudos por si mesmos exigiam, para serem levados a cabo, que uma atenção passiva às lições magistrais fosse complementada por uma outra parte, de trabalho pessoal em casa e na universidade. As leituras asseguradas por bacharéis e a participação nas disputas habituavam os estudantes a se exprimir e posicionar-se em público, a enfrentar e, se possível, vencer, pela argumentação, os eventuais adversários. Junte-se a isso o fato de, na maior parte das universidades, os estudantes e os jovens mestres em artes poderem tomar a palavra na deliberação das diversas assembléias e conselhos, exercer funções eletivas, representar a universidade diante de autoridades exteriores. Enfim, as provas, sempre orais, os exames, relativamente simples para o bacharelato, bem mais formalizados e solenes para as licenciaturas e o doutorado, eram concebidos um pouco sob o modo de proezas individuais onde cada um deveria fazer exposição de suas qualidades não apenas quanto ao conhecimento científico, mas quanto à memória, ao temperamento e ao tema, para não se falar da generosidade que vinha a se exprimir no contentamento que se seguia ao exame. Pela importância dada a todas essas atividades, a universidade certamente contribuiu

para a formação de homens de saber, dotando-os, não apenas de uma certa bagagem intelectual, mas de saber-fazer e de desembaraço social e politicamente úteis.

O individualismo não era, entretanto, o que de fundamental existia na experiência humana adquirida na universidade. O fundamental era antes a experiência da sociabilidade, integração mais poderosa no entrelaçamento das alianças, de amizade e de clientela que estruturavam vigorosamente toda a sociedade do final da Idade Média. A sociabilidade universitária repousava, antes de tudo, sobre o pertencer a uma comunidade de *scolares*, sobre a fruição comum (e, eventualmente, a defesa coletiva, pela greve ou outros meios) dos mesmos privilégios. Mas ela se exprimia sem dúvida, mais plenamente, no escalão de algumas entidades mais reduzidas. A escola, por vezes, assimilada a uma *societas* constituída pelo mestre e seus estudantes, poderia ser uma dessas unidades. A faculdade, que reagrupava os estudantes da mesma disciplina, e mais ainda, a "nação" onde se reuniam os compatriotas e que assegurava não apenas a responsabilidade administrativa dos recém-ingressados, mas as distrações comuns, o enquadramento religioso e a ajuda caridosa, deviam desempenhar um papel ainda mais importante; os mais brilhantes dos estudantes ou os mais ricos podiam constituir pequenos séquitos de amigos e obrigá-los a lhes permanecer fiéis ao longo de toda sua carreira.

Mas o lugar por excelência da sociabilidade universitária tornou-se, ao final da Idade Média, na maior parte das universidades, o colégio. Ainda que os colégios jamais tenham acolhido mais do que uma minoria de estudantes (por volta de 1450, eram, mais ou menos, um para dez em Paris e em Oxford, um para seis em Cambridge, um para quatro em Toulouse), sua importância deve ser considerada. Os primeiros verdadeiros colégios apareceram, em Paris e em Oxford, por volta de meados do século XIII. Eles, em seguida, multiplicaram-se nos séculos XIV e XV, fundados, na maioria das vezes, por prelados príncipes ou oficiais reais de alto escalão. Deixando de lado as casas religiosas, podemos avaliar em trinta e sete o número de colégios seculares fundados em Paris no século XIV, contra cinco em Oxford e sete em Cambridge. O movimento se afrouxou no século XV, antes por causa da saturação do que por conta do declínio da instituição: doze fundações em Paris, três em Oxford, cin-



co em Cambridge. Sem lhes ser desconhecida, a instituição do colégio se implantou menos maciçamente nas novas universidades alemãs e da Europa central. Ela obteve igualmente um certo sucesso nos países mediterrânicos; havia, no final da Idade Média, quatorze colégios em Toulouse, três em Montpellier, três em Avignon, três em Bolonha; contavam-se também alguns - promissores de um grande futuro - na Península Ibérica.

Teoricamente local de abrigo para estudantes pobres; contudo, mais freqüentemente, reservados aos parentes ou compatriotas do fundador, a longo prazo, os colégios medievais tornaram-se progressivamente locais de ensino que diretamente faziam concorrência às faculdades; mas isso só acontecerá efetivamente no final do século XV. Porém, mesmo sem a presença de lições internas e de um corpo específico de regentes, os colégios, por reunirem todos os membros da vida comum de um internato submetidos a uma disciplina bastante estrita, por serem mais ou menos geridos de forma coletiva pelos próprios bolsistas e, enfim, por oferecerem múltiplas ocasiões de trocas amigáveis, intelectuais ou de trabalho comum (inúmeros colégios contaram bem cedo com uma biblioteca), fizeram com que nascesse em todos os que tiveram a chance de ser nele admitidos (e que nele permaneceriam muitas vezes por inúmeros anos) um forte espírito de corpo. Duradouras solidariedades eram criadas, e os "veteranos" desse ou daquele colégio possuíam, no curso de sua carreira, tendência a favorecer aqueles que eram provenientes de sua própria "escola". O exemplo mais gritante, que ganhará toda sua importância no século XVI, é aquele dos *colegios mayores* de Salamanca, Valladolid e Alcalá (aos quais podemos associar o colégio São Clemente, ou de Espanha, em Bolonha) que se tornou local quase exclusivo de formação das elites administrativas da monarquia espanhola moderna. Tendências análogas observam-se em Oxford, Cambridge ou Paris. Nessa última universidade, se o colégio da Sorbonne, viveiro de teólogos seculares de valor, desempenhou sobretudo um papel de vida intelectual intensa, enriquecido por uma magnífica biblioteca e cioso de se manter um pouco à parte das vicissitudes políticas da época, o colégio de Navarra (fundado em 1305 pela rainha da França Jeanne de Navarra) e aquele de Dormans-Beuvais (fundado em 1370 por Jean de Dormans, cardeal de Beauvais) mantiveram estreitas relações com a monarquia e com seus grandes gabinetes administrativos, Chan-

celaria e Parlamento; uma boa parte das elites tanto políticas quanto intelectuais do tempo de Carlos VI (especialmente os primeiros humanistas franceses, como Pierre d'Ailly, Jean de Montreuil, Nicolas de Clamenges e Jean Gerson) saíram deles<sup>44</sup>. Alguns decênios mais tarde, as quatro grandes "pedagogias" de Louvain começaram a desempenhar um papel comparável aos Países Baixos.

Mas, se cada vez mais, eles tenderam a atrair a elite das populações universitárias, os colégios, ao mesmo tempo, colocavam em causa alguns princípios que haviam originalmente constituído o próprio espírito da pedagogia universitária medieval. Eles restringiam a liberdade do estudante, impondo-lhes uma estrita disciplina e um certo controle de seus cursos; opunham, ao antigo universalismo da universidade, regras particulares que presidiam o funcionamento de cada colégio e verdadeiramente abriam a porta às intervenções dos fundadores, reitores, provedores, visitantes, etc. alheios à universidade, mas responsáveis pelo bom andamento da instituição do colégio. Por essas e outras razões, eles assemelhavam-se mais a outros tipos de estabelecimentos educativos não-universitários que começamos a ver florescer no Ocidente em fins da Idade Média e que eram, por sua vez, novos locais de formação de homens de saber desgostosos com o peso ou com as insuficiências dos estudos universitários tradicionais.

---

44. Vide N. Gorochov, "Le Collège de Navarre de sa fondation (1305) au début du XV<sup>e</sup> siècle" (1418). In: *Histoire de l'institution, de sa vie intellectuelle et de son recrutement*. Paris: 1997.



### 3. AS NOVAS INSTITUIÇÕES

Não se trata aqui de procurar traçar uma lista exaustiva de iniciativas de fato locais e dispares. Simplesmente daremos alguns exemplos dessas fundações novas que tinham em comum propor, ao lado das universidades e, sem forçosamente rejeitar toda a herança destas últimas, formas de ensino abertas às novas disciplinas e métodos pedagógicos supostamente mais adaptados às expectativas e às capacidades dos alunos.

É possível que as ordens mendicantes tenham tido, nessa matéria, um papel pioneiro. Desde os anos 1220-1230 para os Dominicanos, um pouco mais tarde para os Franciscanos, no final do século para os Carmelitas e os Eremitas de Santo Agostinho, essas ordens foram efetivamente dotadas de redes coerentes de *studia* conventuais destinados especialmente aos jovens membros que houvessem manifestado reais aptidões para o estudo (ainda que a presença de alguns alunos externos não fosse excluída). Tais *studia* formavam em cada província um conjunto hierarquizado no seio do qual os estudantes circulavam à medida de suas progressões pessoais: eles começavam a frequentar o *studium* de gramática, depois eram enviados por seus superiores para os das artes (para a lógica), de filosofia natural, de Santa Escritura, de teologia. Instalados em cidades universitárias como Paris ou Oxford e integrados às faculdades de teologia locais, os mais importantes desses *studia*, qualificados de *studia generalia* das ordens, tinham a possibilidade de receber estudantes de todas as províncias da ordem de poder e conferir a eles não somente o título conventual de "leitor", mas verdadeiros diplomas universitários de licenciados e mestres em teologia. Apesar disso, a rede escolar dos Mendicantes era fundamentalmente autônoma, distinta daquela das universidades. Como contrapartida, o modelo de ensino dispensado nesses *studia*, tanto para a formação inicial na gramática e artes, quanto, a seguir, em teologia, parece ter sido muito brevemente alinhado com o das universidades, tão aprofundados e tão modernos quanto elas.

Teria sido sobre esse modelo que se estruturaram os *studia* mendicantes? Sempre que vemos aparecer aqui ou ali no Ocidente, nos primeiros séculos do século XIV, tipos de gran-

des colégios nos quais os estudantes eram abrigados em internato e onde os ensinamentos, orientados antes de tudo sobre a gramática, as artes e a filosofia, que tais colégios tinham por propósito manifesto atenuar, ao mesmo tempo, as insuficiências muito frequentes das escolas de gramática tradicional e o pequeno número das faculdades universitárias de artes. É assim que, de 1363 a 1373, os papas Urbano V e Gregório XI fundaram em Provence e no Baixo Languedoc, em Trets, Saint-Germain-de-Calberte, Saint-Roman-de-l'Aiguille, Gigean, Avignon e Carpentras, enormes colégios (sendo que alguns podiam acolher até duzentos pensionistas), financiados por uma Câmara apostólica, para formar em artes e gramática futuros estudantes (na verdade, em direito) das universidades de Avignon e Montpellier<sup>45</sup>. Apesar do sucesso inicial incontestável, tais estabelecimentos, vítimas tanto de seus custos elevados quanto das epidemias que danificavam os internatos, rapidamente tiveram que fechar suas portas.

Com espírito análogo, embora prometido a uma fortuna infinitamente mais duradoura, foi fundado o colégio em Winchester, em 1382, na Inglaterra, pelo bispo e chanceler do reino William de Wykeham; esse poderoso personagem, que viria a instituir em 1379 o maior dos colégios oxfordianos da Idade Média (*New College*, com setenta vagas), julgava que a fundação instalada em sua cidade episcopal serviria precisamente para garantir boas condições para a formação preparatória dos futuros *fellows* de seu colégio universitário. Esse ancestral de todas as *public schools* inglesas posteriores foi imitado, alguns séculos mais tarde, pelo colégio de Eton, estabelecido pelo rei Henrique VI, em 1440.

Na falta de criações do mesmo gênero, vimos aparecer em Paris pequenos colégios de gramática não diretamente integrados à universidade, embora situados em suas redondezas, e nos

45 - Vide particularmente, L. Stouff, "Une création d'Urbain V: le studium papal de Trets (1364-65)". In: *Provence historique*, 16 (1996), p. 528-539, e L.H. Labande, "Une fondation scolaire du pape Grégoire XI à Carpentras". In: *Mémoires de l'Acad. De Vaucluse*, 2<sup>o</sup>s., 15 (1915), p. 217-232.

quais crianças (de oito a dezesseis anos) estudavam os rudimentos do latim antes de entrar na faculdade de artes propriamente dita; o colégio de Ave Maria fundado desde 1336 por Jean de Hubant, presidente da Câmara de Investigação no Parlamento, é, para tanto, o exemplo melhor documentado<sup>46</sup>.

Não é, entretanto, aí que se devem buscar os verdadeiros precursores do colégio "interno" da época moderna. Este parece possuir uma dupla origem.

Houve primeiramente, desde os últimos anos do século XIV, as escolas fundadas nos Países Baixos pelos Irmãos da Vida Comum e os cônegos de Windesheim. Essas duas congregações religiosas, estreitamente ligadas, surgiram por volta dos anos 1380, reunindo espíritos devotos e enamorados por um misticismo simples. Eles eram a expressão dessa corrente religiosa característica da Europa do Norte no final da Idade Média frequentemente qualificada de *devotio moderna*. Denunciando, de uma só vez, o orgulho dos doutores da universidade e os abusos do clero responsável por todas as mazelas do tempo (nós estamos em plena crise do Grande Cisma), Irmãos e cônegos haviam se estabelecido em comunidades que associavam vida ativa e vida contemplativa. A título de vida ativa, eles se atribuíram desde logo com vocação, entre outras, a abertura de escolas, para uso das crianças, nas quais, submetidas a uma estrita disciplina e a um enquadramento religioso atento, estas seriam instruídas nas bases da gramática e da lógica, e simultaneamente formadas para uma vida religiosa mais pessoal, diretamente alimentada pela leitura da Bíblia e por práticas de oração. As primeiras grandes escolas dos Irmãos da Vida Comum foram as de Deventer e de Zwolle; em seguida, elas se multiplicaram nos Estados bourguignons, e em cidades universitárias como Louvain e até Paris. Encontram-se, entre seus alunos, muitas futuras figuras do humanismo setentrional, a começar por Erasmo. A despeito do caráter bastante tradicional de seu ensino e da austeridade por vezes excessiva da disciplina imposta

---

46 - A. L. Gabriel, *Student life in Ave Maria College, Mediaeval Paris: History and chartulary of the College*, Notre Dame, 1955.

às crianças, pode-se atribuir como crédito do Irmãos de Vida Comum um certo número de inovações pedagógicas das quais a mais marcante foi a criação de verdadeiras classes graduadas. Doravante, aos antigos cursos essencialmente repetitivos, substituiu-se uma progressão racional, na qual a criança aborda textos cada vez mais difíceis, à medida que avança na idade e domina melhor as disciplinas. Essa fórmula se generaliza no século XVI.

O outro berço do colégio moderno foi a Itália do Norte humanista. Foi lá que alguns pedagogos, dos quais o mais conhecido é, sem dúvida, Guarino Guarini de Verona (1374-1460), prepararam a fórmula do *contubernium* humanista. Pensionato não universitário, pago (e caro, o que garantia um recrutamento bastante aristocrático), o *contubernium* humanista dispensava aos alunos um ensino derivado daquele das antigas escolas de gramática, mas enriquecido por contribuições novas: ali, os clássicos eram detidamente estudados por si mesmos, compreendidos neles os retóricos, os poetas e os historiadores; o grego, que Guarino dominava perfeitamente (ele havia estudado na sua juventude em Constantinopla, não era negligenciado. Por outro lado, dava-se maior ênfase ao desabrochar da personalidade do aluno; os exercícios físicos alternavam-se com os exercícios religiosos, o mestre tomava cuidado pessoal de cada um e velava por seu equilíbrio físico e moral<sup>47</sup>. Guarino teve inúmeros concorrentes, em particular Vittorino de Feltre (1378-1446), cuja *Casa Gloriosa* em Mântua foi um outro belo exemplo de *contubernium* humanista.

Um pouco diferentes, ainda que possivelmente comparáveis, foram as escolas novas que apareceram em Veneza no século XV. A escola do Rialto, aberta pouco depois de 1400, situava-se, de início, nas vizinhanças da faculdade de artes de Pádua e de seus filósofos "averroístas". Contudo, a partir de 1441, dirigida por Domenico Bragadin, descendente de uma das maiores famílias de Veneza, e subvencionada pelo Estado, ela se torna um foco de estu-

---

47 - A. Grafton, L. Jardine, "Humanisme and the School of Guarino: a problem of evaluation". In: *Past and Present*, 92 (1982), p. 51-80.

dos humanistas para o patriciado veneziano. Simultaneamente (1446), criou-se a escola de São Marcos para formar nas disciplinas gramaticais e retóricas os jovens que seriam, em seguida, empregados na Chancelaria<sup>48</sup>. Insistência sobre novas disciplinas, adequação às expectativas e necessidades culturais do patriciado local, finalidades cívicas claramente afirmadas, as novas escolas de Veneza inscreviam-se, desse modo, claramente na mesma linha cultural e política dos *conturbentia* de terra firme.

Naturalmente, o objetivo era bem mais laico, senão mundano, nestas instituições italianas do que nas Escolas dos Irmãos da Vida Comum, mas, ao menos, tanto umas quanto outras tinham em comum a mesma preocupação de retornar às fontes (lá a Bíblia, aqui os clássicos) e de levar em consideração as atitudes específicas da infância e da juventude.

Os Irmãos da Vida Comum e os humanistas italianos não estavam em aberto desacordo com a universidade. Eles chegavam, por vezes, até a se integrar a ela. Jan Standonck de Malines (1453-1504), que foi no final do século XV o principal pedagogo da *devotio moderna*, reformou, em Paris, o velho colégio de Montaigu antes de vir fundar em Louvain a *domus pauperum* que depois tomaria seu nome (colégio de Standonck). Na Itália, destacaríamos, por exemplo, o último *contubernium* fundado por Guarino, em Ferrare, e que acabou por ser, em 1442, assimilado à faculdade de artes da universidade há pouco reaberta naquela cidade. Mas, num e noutro caso, tratava-se menos de fórmulas pedagógicas novas e que, por esse motivo, pelo nível de seus ensinamentos, bem como pelas ambições sociais que elas anunciavam – formar as futuras elites sociais, insistindo mais sobre a formação religiosa, nesse primeiro caso; literária, moral e cívica no segundo –, acreditavam também contribuir para a constituição e renovação do grupo de homens de saber.

Deve-se recordar, enfim, que o final da Idade Média também viu aparecer, ainda de modo muito disperso, talvez embrionário, algum ensino profissional, desprendendo-se diretamente

48 - Vide G. Ortalli, *Scuole, maestri e istruzione base tra Medioevo e Rinascimento: il caso veneziano*. Veneza: 1993, p. 24-29.

do sistema tradicional de aprendizagem para se reconciliar, em certa medida, com as práticas e o nível universitário, do qual ainda permanecia muito distante.

Desde a época do genial calculador de Pisa Leonardo Fibonacci (1170- 1240), os mestres de ábaco das cidades comerciais italianas não se contentavam mais em forçosamente ensinar, com sucesso, aliás, a aritmética comercial aos futuros mercadores; alguns eram já tidos por sábios de alto nível em aritmética e em álgebra, sem equivalente entre os mestres universitários do *quadrivium*.

Também na Itália formaram-se, nas dependências de certas faculdades de medicina, as primeiras e verdadeiras escolas de cirurgia. No mesmo país, foi permitido que verdadeiras escolas fossem criadas para a formação dos notários (que, na França, pareciam permanecer, sobretudo, presos ao estilo da aprendizagem).

Em outro espaço geográfico, houve, entretanto, um pouco da mesma tendência que destaca a emergência, na primeira metade do século XV, dos *Inns of Court* ingleses, que nós já assinalamos no capítulo precedente<sup>49</sup>. Designamos sob esse nome (pelo fato de elas haverem sido inicialmente instaladas em albergues) quatro escolas de direito que surgiram não em Oxford ou em Cambridge, mas em Londres, na capital do reino e na proximidade das principais cortes de justiça reais. Ao lado dos *Inns of Court*, existia uma dezena de *Inns of Chancery* de menos importância. Nessas diversas escolas, os futuros juizes e advogados vinham iniciar-se na *Common Law* (isto é, no direito consuetudinário unificado aplicado nos tribunais ingleses) seguindo as lições dadas pelos praticantes de direito que os acompanhavam às sessões judiciais. Na segunda metade do século, os *Inns of Court* londrinos atraíam, ao que parece, até duzentos ou trezentos ouvintes e uma boa parte dos juristas reais saíram deles, tanto ou mais que das próprias faculdades universitárias onde se professava o direito romano. O ensino, a princípio extremamente informal, era, doravante organizado de modo rigo-

49 - Cf. *supra*, p. 41; para uma apresentação de conjunto dos *Inns of Court* do século XV e respectiva bibliografia, vide N. Orme, *From childhood to chivalry*, op. cit., p. 74-79.

roso (para isso praticamente não existiam diplomas concedidos) e o público era constituído principalmente por filhos de cavaleiros ou de escudeiros da *gentry* em busca de formação profissional ou, pelo menos, de relações úteis nos meios da corte e dos ofícios governamentais da capital.

Esse poucos exemplos, cuja lista poderia ser, sem dúvida, ampliada, demonstram que no século XV - mesmo que o modelo universitário tradicional guardasse ainda por toda a parte um peso considerável -, as possibilidades de formação oferecidas para os futuros homens de saber começavam a se diversificar de maneira notável, em virtude da própria importância e até da complexidade sempre crescentes desses homens e das funções sociais que lhes eram designadas.

### capítulo 3

#### OS LIVROS

De tudo o que dissemos nos dois primeiros capítulos deste trabalho, conclui-se que as pessoas cultas, nas sociedades ocidentais do final da Idade Média, eram homens do livro e, mais amplamente, da escrita.

Isso não ocorria de maneira exclusiva. Eles sabiam também usar a palavra. Graças a seus conhecimentos gramaticais, eles poderiam exprimir-se tanto em latim quanto em língua vernácula. Seus estudos de lógica e de retórica lhes teria dado a arte do raciocínio correto e da demonstração convincente. Uma longa aprendizagem da memória lhes permitia convocar, sem se referir a notas escritas, múltiplas citações de "autoridades" que fundamentavam seu saber.

Estudantes, eles haviam aprendido a seguir as lições dos mestres ou a intervir nas discussões sem a ajuda da pluma. Professores, eles teriam, como supunha seu status universitário, pelo menos em teoria, a obrigação de exercer o ensino sem se contentar em ditar um texto redigido previamente. Clérigos, eles possuíam o hábito de pregar; advogados, de pleitear. Homens de conselho, embaixadores ou membros de qualquer assembleia de Estados, eles deveriam ser capazes de discursar para o príncipe ou para a multidão, de se fazer entender no tumulto ou de fazer deslizar pelo ouvido palavras decisivas.

Permanece, contudo, que os homens de saber eram fundamentalmente, e, sobretudo, aos olhos de seus contemporâneos, homens do livro e da escrita, e essa era inclusive, em relação a todos os outros grupos sociais, uma de suas especificidades mais marcantes. Eram, em última instância, os livros que os mantinham por si sós no poder; pela leitura, ou até pelo manuseio correto, eles obtinham seu saber e, portanto, a própria justificação de seu papel social. Era nos livros e nos arquivos que eles tinham, que eles consignavam e conservavam suas decisões e suas opiniões. As pessoas simples sabiam muito bem disso e frequentemente, em motins populares e revoltas urbanas, bibliotecas, livros, registros, papéis foram os primeiros alvos da vingança popular.

Dessa forma, é muito importante para nosso propósito procurar descobrir o lugar que ocupava o livro na vida dos homens de saber.

## I. O ACESSO AO LIVRO

Sem refazer aqui toda a história do livro medieval, convém antes recordar que sua confecção e circulação são sempre cercadas por múltiplos obstáculos que lhes tornavam difícil o acesso.

O primeiro e principal obstáculo era de ordem econômica. O livro custava caro. Esse custo vinha, antes de mais nada, do preço do suporte. Um livro requeria grande quantidade de pergaminho (de acordo com o formato do livro, obtinha-se de dez a dezesseis folhas por pele) e o pergaminho era um material oneroso. A difusão do papel *chiffon*, ocorrida na Espanha desde o século XII, na França no XIII, permitiu baixar o preço. Mas é somente no século XIV e, sobretudo, no XV que o uso do papel se difundiu largamente no domínio do livro manuscrito. Com igual superfície, calculando-se a partir de documentos franceses, o papel podia tornar-se cinco vezes mais barato que o pergaminho no século XIV e até treze vezes mais barato no século XV, graças à melhoria das técnicas da papelaria e à multiplicação das oficinas de papel. Mas em outros lugares, especialmente na Alemanha, a diferença foi, sem dúvida, menor.

De qualquer modo, o ganho sobre o preço total do livro permanecia relativamente limitado, na ordem de 10 a 20% somente em relação às obras em pergaminho. A relativa modéstia desse ganho permitiu a esse tipo de livro guardar uma posição suficientemente sólida, visto que muitos letrados parecem ter tido um preconceito desfavorável contra o livro de papel, julgado, ao mesmo tempo, menos nobre e menos sólido, sobretudo para os textos im-

portantes e para obras pelas quais o dono se apegava, desejando transmiti-las aos descendentes.

Na realidade, o fator principal do elevado preço dos livros era o custo da cópia. Os bons copistas eram raros. No final da Idade Média, os *scriptoria* monásticos haviam perdido o essencial de sua importância e a maior parte dos escribas seriam, doravante, artesãos profissionais que se encontravam principalmente em grandes cidades, especialmente aquelas que abrigavam uma clientela importante, quer dizer, as capitais da nobreza e as cidades universitárias. Mesmo deixando de lado o caso dos livros de luxo ornados de miniaturas, verdadeiras obras de arte destinadas sobretudo aos prelados, aos grandes senhores e aos reis, a confecção de livros tomava tempo. Os bons copistas trabalhavam lentamente: por volta de duas folhas e meia por dia, em média. Por outras palavras, em um ano, um bom copista produzia apenas cinco livros de duzentas folhas; ou ainda, se preferirmos, para chegar a fornecer mil livros deste tipo em um ano, não se poderia ter menos de duzentos copistas trabalhando o tempo inteiro. Nas cidades universitárias, onde mestres e estudantes tinham necessidade de muitos livros, mas dispunham de limitados recursos financeiros, procurou-se reduzir a um mínimo o preço de revenda dos livros: pequenos formatos, linhas apertadas, escrita mais cursiva, multiplicação das abreviaturas permitiam economizar o pergaminho ou o papel, sempre ganhando um pouco de tempo de cópia. A adoção do sistema da *pecia*, que acelerava a rotação dos exemplares a serem reproduzidos, permitia igualmente melhorar a produtividade dos escribas, sempre preservando a qualidade dos textos postos em circulação<sup>1</sup>.

---

1 - O sistema de *pecia*, que apareceu em Bolonha e em Paris durante o século XIII, consistia em confiar aos livreiros da universidade exemplares oficialmente controlados dos principais livros de estudo; tais exemplares eram feitos de cadernos (*pectae*) não ligados, o que permitia serem alocados para inúmeros copistas ao mesmo tempo; estes podiam, então, produzir simultaneamente muitas cópias do mesmo livro. (Vide *La production du livre universitaire au Moyen Age: exemplar e pecia*, editado por L. J. Bataillon, B. G. Guyot, R. H. Rouse, Paris, 1988, que conduzirá para a abundante literatura anterior até o livro pioneiro de J. Destrez, *La pecia dans les manuscrits universitaires du XII et du XIV siècle*, Paris, 1935).

Nessas condições, acredita-se que muitos escolheram uma solução bem menos onerosa - mas que não garantia mais a correção dos textos transcritos -, que consistia em encomendar a qualquer copista "amador" - um capelão necessitado ou um estudante pobre por exemplo - a cópia do livro desejado.

O problema do preço real dos livros medievais é uma verdadeira pedra no caminho dos pesquisadores. Quando se deseja fazer comparações de um país para outro ou seguir evoluções de longa duração, é preciso adotar uma unidade de referência ou converter todos os preços em peso de metal precioso. É necessário, além disso, que se evite tomar os preços estimados dos inventários como preços de venda ou de compra efetivos. Enfim, e sobretudo, há de se ter a estimativa do estado material dos volumes, o que, muito freqüentemente, nos escapa, mas que devia fazer variar os preços em consideráveis proporções: pergaminho ou papel, tipo de escrita, número de fôlios, formato, presença de ilustrações, encadernação, etc.; dois manuscritos, mesmo sendo de uma única obra, nunca eram perfeitamente semelhantes.

Algumas conclusões relativamente seguras, entretanto, impõem-se (deixo aqui de lado, repito, os livros de luxo das bibliotecas principescas).

Inicialmente, os preços dos livros eram extremamente variados. Os mais caros, geralmente as grandes Bíblias ou os volumes glosados do *Corpus iuris civilis* ou do *Corpus iuris canonici*, custavam uma dezena de libras de Tours (para tomar uma unidade de medida francesa). Mas existiam, ao lado disso, inúmeros pequenos volumes, por vezes sob a forma de simples cadernos soltos, nos quais se anexavam "anotações" de cursos, alguns fragmentos de questões disputadas, de sermões, de breves tratados práticos etc. eram vendidos por algumas poucas moedas.

Em seguida, os preços parecem haver variado praticamente do simples ao dobro, conforme se tratassem de livros novos ou livros de segunda mão. O mercado do livros de segunda mão era, com efeito, muito ativo, especialmente nas cidades universitárias, onde ele era alimentado pelas obras colocadas à venda por estudantes em necessidade ou deixando a universidade, por aqueles que emprestavam sob penhor, pelos colégios se

desvencilhando de seus exemplares repetidos, por herdeiros liquidando a biblioteca de algum tio cura ou cônego, etc.

Pode-se, em tais condições, estabelecer o "preço médio" do livro medieval? Baseando-se numa abundante documentação, proveniente da França do Norte nos séculos XIV e XV, Carla Bozzolo e Ezio Ornato asseguraram, para essa região, as cifras de 5 libras 10 sous parisis para o século XIV e duas libras 16 sous parisis para o século XV<sup>2</sup>, devendo-se essa baixa aos progressos já assinalados do papel e ao marasmo econômico geral. Tratava-se evidentemente de cifras absolutamente fictícias, que não têm qualquer sentido para além dos indivíduos específicos que tenham adquirido ou possuído um número relativamente importante de volumes. Talvez seja interessante notar que em Paris, por volta de 1400, o "preço-médio" de um livro correspondia aproximadamente a sete dias de "salário e pensão" de um notário ou secretário do rei; nessas condições, vê-se que qualquer personagem (ora, há que se recordar que os notários e secretários de rei eram em Paris, no final da Idade Média, com os conselheiros do Parlamento e os professores da universidade, os principais donos de bibliotecas privadas) praticamente não teria podido, mesmo considerando a compra de livros em um quarto de seus proventos - hipótese evidentemente otimista - adquirir mais de duzentos e cinquenta volumes em vinte anos de carreira. Na realidade, a mais importante das bibliotecas privadas parisienses cuja composição nós conhecemos, aquela do escrivão do parlamento Nicolas de Baye, nessa época, em 1419, permanecia bem abaixo dessa cifra teórica, com 198 volumes dos quais uma parte foi adquirida por doação ou herança.

Pudemos reconstituir, seja pelo exame dos manuscritos subsistentes, seja pela análise dos inventários e dos testamentos, um número bastante grande de bibliotecas privadas do final da Idade Média.

No caso da França, esses estudos, primeiramente, permitiram mostrar que, uma vez colocados à parte o rei, os príncipes de sangue e os grandes senhores, os homens de saber são prati-

---

2 - C. Bozzolo, E. Ornato, *Pour une histoire du livre manuscrit au Moyen Age. Trois essais de codicologie quantitative*, Paris: 1980, p. 25-26.

camente os únicos a possuírem, até o final do século XV, bibliotecas de alguma importância. Para além delas e, até em meios onde os indivíduos alfabetizados não deveriam faltar - pequena e média nobreza, mercadores, baixo clero - os livros eram praticamente ausentes; aqui um fragmento de crônica, ali um livro de horas e uma vida de santo, acolá ainda uma coleção dos estatutos sinodais não podem evidentemente ser caracterizados como bibliotecas.

Entre os próprios homens de saber, as coleções de livros possuíam importância variável. A biblioteca de um estudante, ainda que abastado, não ultrapassava praticamente, em média, uma dúzia de volumes: os livros de estudos fundamentais, de um lado, uma ou duas coleções de textos religiosos, de outro. Seus professores, que tinham necessidade de uma pequena biblioteca pessoal para preparar seus cursos, eram um pouco melhor aquinhoados e possuíam, para além das "autoridades" de base, um determinado número de comentários e de tratados modernos; isso representava, no mínimo, cerca de trinta livros. Contudo, alguns mestres, mais ricos ou de espírito mais curioso, possuíam bibliotecas que alcançavam ou até ultrapassavam uma centena de volumes<sup>3</sup>. Foi igualmente com essa cifra média de uma centena de volumes que se organizaram as bibliotecas de homens do Parlamento de Paris por volta de 1400, às quais eu retornarei adiante. Tais cifras não eram sensivelmente ultrapassadas, a não ser nos casos de verdadeiros bibliófilos (como o escrivão Nicolas de Baye, ou, cinquenta anos mais tarde, Roger Benoiton, antigo notário e secretário do rei, que se tornara cônego de Clermont e que manteria orgulhosamente o catálogo comentado de 257 livros de sua coleção pessoal), ou de personagens que haviam accedido a altas funções, por exemplo, antigos professores de direito ou dignitários pontificais que se tornaram bispos ou cardeais - tais como Gaucelme de Deux, antigo tesoureiro do papa que se tornara bispo de Maguelone, e que possuía, quando de sua morte (1373), nada

3 - Vide, por exemplo, J. Verger, *"Le livre dans les universités du midi de la France à la fin de Moyen Age"*, em *Pratiques de la culture écrite en France au XV<sup>e</sup> siècle*, editado por M. Ornato e N. Pons, Louvain-la-Neuve, 1995, p. 403-420.

menos que 435 livros ou o cardeal Piero Corsini, antigo auditor de Rota, que deixaria 320 no ano de 1405<sup>4</sup>.

A dimensão média das bibliotecas teria aumentado do século XIV para o XV? Sem fornecer resultados muito precisos, as pesquisas recentes parecem, apesar de tudo, indicar uma tendência nesse sentido. De fato, em estudo já citado, C. Bozzolo e E. Ornato haviam suposto que a produção de livros novos tinha diminuído sensivelmente na França, entre 1350 e 1450, em virtude da crise econômica geral do período, e nós podemos pensar que se tratava de uma tendência comum a toda Europa ocidental. Porém as bibliotecas não continham apenas livros novos. A existência de um ativo mercado de segunda mão e a cuidadosa conservação dos manuscritos antigos - a esperança de vida dos livros medievais, sobretudo os mais úteis e os mais caros, era certamente bem mais do que secular - permitia às coleções aumentarem pelo simples efeito da acumulação. Entretanto, o crescimento, se é que se pode falar em crescimento, não foi considerável. Em um certo número de casos, foi a aparição de belíssimas bibliotecas, com inúmeras centenas de volumes, que parecem ter elevado a cifra média, mais do que um aumento generalizado.

Os proprietários de bibliotecas consideravam-nas verdadeiros tesouros e as tratavam com o maior cuidado. O valor de um livro era, para um homem de saber, simultaneamente simbólico e material. Cuidadosamente conservados dentro de um cofre ou armário, os livros proclamavam a ciência de seu proprietário. Frequentemente adquirido junto a livrarias de universidades, por vezes despachados com altos custos de Paris ou de Bolonha<sup>5</sup>, os livros eram indissoluvelmente ligados aos estudos e aos diplomas.

4 - Eu retiro tais cifras dos estudos de G. Hasenohr, *"L'essor des bibliothèques privées aux XIV<sup>e</sup> e XV<sup>e</sup> siècles"*, e de M. H. Jullien de Pommerol e J. Monfrin, *"La bibliothèque pontificale à Avignon au XIV<sup>e</sup> siècle"*, em *Histoires de bibliothèques françaises*, tomo I, *Les bibliothèques médiévales du VI<sup>e</sup> siècle à 1530*, dirigido por A. Vernet, Paris, 1989, p. 215-263 e 147-169.

5 - Ver, por exemplo, S. Stelling-Michaud, *"Le transport international des manuscrits juridiques bolonais entre 1265 e 1320"*, em *Mélanges d'histoires économique et sociale en hommage au professeur Antony Babel*, tomo I, Genebra, 1963, p. 95-127.



A entrega de um livro ao candidato não era um dos gestos rituais das cerimônias de doutorado? Por outro lado, toda biblioteca de alguma importância possuía um alto valor de mercado. Ela representava uma forma de entesouramento, um capital tanto intelectual quanto financeiro que se pretendia legar aos seus herdeiros, se eles empreendessem seus próprios estudos, fosse num colégio, fosse em alguma igreja. Os juristas sempre se bateram para que os livros não fossem computados quando os oficiais do imposto vinham avaliar seus bens móveis; a seus olhos, esse privilégio não era apenas uma apreciável vantagem fiscal - porque não era raro que tais livros representassem, em valor, a metade ou mais do capital mobiliário - mas também o reconhecimento público da nobreza do seu saber e das atividades que eles exerciam a título de sua competência intelectual. Não mais do que as armas do cavaleiro, os livros do doutor não deveriam recair nas malhas do imposto.

Será que a relativa simplicidade das bibliotecas privadas poderia ser compensada pelo recurso às bibliotecas públicas ou pelo menos - a noção de serviço público sendo evidentemente anacrônica nessa matéria<sup>6</sup> - institucionais? Existiam, na época, três tipos de bibliotecas que poderiam merecer tal qualificação.

Primeiramente, as bibliotecas principescas. Na altura da morte do rei da França Carlos V (1380), sua "livraria" do Louvre contava com pouco menos de 1300 volumes; no século XV, o duque de Bourgogne Filipe, o Bom teria uma biblioteca com cerca de 880 livros. Por seu turno, os papas de Avignon enriqueceram sem cessar suas coleções de livros. Eles possuíam mais de dois mil quando morre Urbano V, de acordo com um inventário de 1369, e apesar dos avatares do Grande Cisma, ao morrer no exílio em Peñíscola, o último papa de Avignon, Benoît XIII (1394-1423), possuía ainda praticamente a mesma quantidade<sup>7</sup>. As bibliotecas dos príncipes e dos pontífices eram abertas ao público? Seu catálogo preciso deixa supor que pelo me-

6 - As primeiras bibliotecas públicas, no sentido moderno da palavra, apareceram no curso do século XV em Florença, em Veneza e em algumas cidades alemãs.

7 - Tais dados foram extraídos dos dois estudos já citados *supra*, p. 90, n.2.

nos os familiares do soberano, seus visitantes distintos e seus conselheiros políticos tinham acesso a elas.

Vinham, em seguida, as bibliotecas das catedrais, dos mosteiros e dos conventos. Tratava-se, em geral, de antigas coleções que, excetuando-se as dos religiosos mendicantes, não foram especialmente enriquecidas no final da Idade Média, mas haviam sido extremamente importantes (mais de 300 volumes em Notre-Dame de Paris em finais do século XV, 486 na catedral de Reims em 1462, e mais ainda nos mosteiros: por volta de 1450-1460, havia cerca de 1600 volumes em Saint-Denis ou em Clairvaux na França, 1100 em Mont-Cassin na Itália, 800 em Melk na Áustria, etc.); a conservação dos manuscritos mais antigos lhes era bem assegurada. Seria lá, como constataram os humanistas italianos "editores" de autores antigos, que teríamos a maior chance de descobrir manuscritos particularmente veneráveis, remontando, algumas vezes, à renascença carolíngia. Mas de resto, tais bibliotecas eclesiásticas eram, sobretudo, ricas em textos religiosos e em livros litúrgicos que não eram necessariamente tão úteis para os homens de saber. Aliás, nem se sabe ao certo se elas eram completamente abertas a outros leitores que não fossem os cônegos e frades que serviam essas Igrejas ou aqueles mosteiros.

As bibliotecas mais "modernas" eram as dos conventos mendicantes, cujos estudantes, leitores conventuais e pregadores, compartilhavam do espaço, sobretudo, no caso dos colégios e universidades.

Os principais colégios universitários tinham uma biblioteca cujo núcleo era geralmente constituído pela própria biblioteca do fundador, que vinha completar as doações posteriores, dos benfeitores ou antigos membros do colégio. Era assim que o colégio da Sorbonne possuiria, desde 1338, uma biblioteca de 1772 volumes que a tornavam então, sem dúvida, a mais bela da França; o colégio de Navarra em Paris e o de Foix em Toulouse deviam, os dois juntos, abrigar cerca de 800 volumes por volta

8 - Tais cifras foram extraídas de M.-C. Garand, "Les anciennes bibliothèques du XIII<sup>e</sup> au XV<sup>e</sup> siècle", em *Histoire des bibliothèques françaises*, tomo I, op. cit., p. 4563.



de 1500<sup>9</sup>. Os outros colégios possuíam coleções muito mais modestas, mas por vezes, preciosas: cerca de 200 livros no colégio d'Autun em Paris (1462), 150 no colégio d'Annecy em Avignon (1435), 78 no colégio de Pélegry em Cahors (1395), etc. Os colégios ingleses parecem oferecer cifras da mesma ordem desde o final do século XIV (500 livros em Merton, 150 em Balliol, 100 em Oriel) e mais ainda no século XV (369 livros na dotação inicial de All Souls em 1438, 800 doados a Magdalen em 1480)<sup>10</sup>. Uma das mais célebres bibliotecas de colégio foi, no final da Idade Média, a do *Collegium Amplonianum* de Erfurt, que recebeu em 1433, de seu fundador, o antigo reitor Amplonius Ratinck, uma extraordinária coleção de 637 livros, rica em clássicos, o que representou uma das vias de ingresso do humanismo na Alemanha<sup>11</sup>. No conjunto, entretanto, as bibliotecas dos colégios continham, sobretudo, livros de estudos, destacando-se as disciplinas tradicionalmente ensinadas nas universidades. Tais bibliotecas eram, então, particularmente bem adaptadas para os homens de saber. Resta averiguar se eles ainda teriam acesso a elas após o fim de seus estudos: os estatutos conservados não parecem indicar que os visitantes externos tenham sido acolhidos com muita facilidade nas bibliotecas de colégios.

O mesmo acontecia com as bibliotecas de universidades, as quais eram, aliás, freqüentemente, muito menos importantes e que praticamente não existiam antes do século XV. Na França, constatamos entre as primeiras bibliotecas universitárias, constituídas somente por algumas dezenas de volumes, aquelas de Orléans (1411), de Avignon (1427), de Poitiers (1446) e as facul-

dades de medicina e de direito canônico de Paris (1395 e 1475). Foi quase exclusivamente em Cahen que um inventário, tardio, é verdade (1515), constatou uma coleção mais substancial (277 volumes)<sup>12</sup>. Outras universidades eram melhor providas, como Oxford cuja biblioteca, fundada em 1412, se desenvolveu principalmente graças às doações do duque de Gloucester (280 livros entre 1439 e 1447)<sup>13</sup>.

No total, é provável que, no exercício cotidiano de suas atividades profissionais ou administrativas, o conjunto dos homens de saber, sobretudo os leigos - fossem eles médicos, advogados, procuradores, juizes ou oficiais do rei -, deveria, antes de tudo, contar com os recursos de sua pequena livreria pessoal... e de sua memória, eventualmente auxiliada por aqueles pequenos cadernos e anotações pessoais que alguns pedagogos os aconselhavam a começar a compor desde o tempo de seus estudos, sugerindo ainda que os mantivessem sempre à mão<sup>14</sup>. Era apenas a título excepcional e para consultar esta ou aquela obra rara em sua versão original que eles deveriam buscar sua admisão em uma biblioteca universitária, eclesiástica ou principesca. Compreende-se, nessas condições, o sucesso que sempre desfrutaram na Idade Média os florilégios, repertórios, dicionários, enciclopédias e todo gênero que permitisse restringir, em alguma medida, o acesso aos livros.

9 - Tais cifras foram retiradas, bem como as que se seguem, de M.-H. Jullien de Pommerol, "Livres d'étudiants, bibliothèques de collèges et d'université", em *Histoire des bibliothèques françaises*, tomo I, op. cit., p. 93-111.

10 - N. Ker, "Oxford College Libraries before 1500", em *Les universités à la fin du Moyen Age*, editado por J. Paquet e J. Ijsewijn, Louvain, 1978, p. 293-311.

11 - Citado à página 175 em H.-J. Martin, "La Révolution de l'imprimé", em *Histoire de l'édition française*, dirigida por Roger Chartier e H.-J. Martin, tomo I, *Le livre conquérant: du Moyen Age au milieu de XVII<sup>e</sup> siècle*, 2<sup>a</sup> edição, Paris: 1989, p. 165-185.

12 - Veja-se o estudo de M.-H. Jullien de Pommerol, *supra* citado, n.1.

13 - Vide M. B. Parkes, "The provision of Books", em *The history of the University of Oxford*, volume II, *Late medieval Oxford*, editada por J. I. Catto e R. Evans, Oxford: 1992, p. 407-483.

14 - Cita-se, como exemplo, Juan Alfonso de Benavente em sua *Ars et doctrina studentis et docendi*, editada por B. Alonso Rodriguez, Salamanca: 1972, p. 90.

## 2. O CONTEÚDO DAS BIBLIOTECAS

Os inventários de bibliotecas antigas, apesar de suas imperfeições, e os manuscritos conservados até nossos dias informam-nos relativamente bem sobre o conteúdo dos livros dos homens de saber em fins da Idade Média. É claro que, de fato, eram estes que, em todo caso e a título privado, detinham a grande maioria dos livros existentes. Sabe-se bem que, ainda hoje, os manuscritos relevantes das disciplinas da cultura erudita - gramática, lógica, filosofia, direito, teologia - sobreviveram às centenas, por vezes aos milhares, enquanto outras obras literárias, históricas ou políticas, inclusive algumas daquelas que nos parecem as mais importantes, são conhecidas apenas por um número reduzido de manuscritos - quantas vezes por um único manuscrito - sobretudo quando se trata de textos em língua vernácula.

Através de toda a Europa do final da Idade Média, as "bibliotecas do saber", como diziam os especialistas, apresentam um incontestável ar de família, quer se tratasse de bibliotecas universitárias ou, em escala mais modesta, fossem bibliotecas pessoais dos homens de saber que mais diretamente aqui nos interessam. Havia até uma confirmação suplementar do caráter universalista guardado pela cultura erudita até o final da Idade Média.

Encontraram-se, a princípio, nessas bibliotecas, os textos de base, as autoridades fundamentais de cada disciplina. Os juristas possuíam os pesados volumes de dois *Corpus iuris* providos de sua glosa ordinária; os teólogos possuíam a Bíblia, freqüentemente ela também glosada, os comentários exegéticos de São Jerônimo e de Santo Agostinho e, entre os modernos, alguns tratados d' Hugues de Saint-Victor, as Sentenças de Pedro Lombardo e uma ou outra *Suma* de São Tomás de Aquino; entre os médicos, encontravam-se traduções de Galieno e os grandes mestres árabes (Avicena, Rhazès); enfim, os mestres em Artes possuíam Donato e Prisciano, mais algumas coleções de *auctores* para a gramática, o *Organon* de Aristóteles para a lógica e, menos sistematicamente, alguns tratados do mesmo Aristóteles (*Da alma*, *Física*, *Metafísica*, *Ética*) para a filosofia natural e moral.

A esses textos fundamentais e presentes por toda parte, vinham juntar-se, em quantidade variável, um certo número de comentários, tratados e "questões" modernas, além de alguns manuais e textos diversos de referência. Aqui aparece mais a personalidade - e os meios financeiros - do proprietário. Algumas bibliotecas parecem muito tradicionais, outras acolheram rapidamente os novos livros. Algumas parecem bastante neutras, outras claramente deixam adivinhar uma orientação doutrinal particular. Algumas, enfim, parecem muito escolares, produtos diretos do ensino recebido ou ministrado, enquanto outras contêm obras completamente alheias ao ensino e expressamente vinculadas a uma prática profissional.

Vem, enfim, a inevitável rubrica "diversos". Ela é por vezes, em algumas bibliotecas austeras, praticamente vazia. Em outras, pelo contrário, pode representar uma porcentagem considerável, ainda que sempre minoritária. Ela traduz então, além dos acasos que podiam presidir o agrupamento de algumas coleções, os interesses e os gostos pessoais do proprietário. Percebe-se que este não se limitava forçosamente a seu domínio de atividade profissional nem às disciplinas aprendidas na escola ou na universidade. A existência de livros religiosos (Bíblia, tratados de espiritualidade, vidas de santos, livros de horas) será tida como sinal de piedade e de devoção, talvez sob a influência das ordens mendicantes. Outros marcam seu interesse pela história (crônicas universais, história antiga, ou história nacional contemporânea). Naturalmente, a presença dos clássicos - até mesmo de alguns italianos: um Dante, um Petrarca, um Boccaccio, um pouco mais tarde, os *Elegantiae* de Lorenzo Valla - mostrará que alguns desses homens de saber, muitas vezes formados na pura tradição escolástica, puderam ser bem cedo sensíveis às novas correntes humanistas. Enfim, um pequeno setor em língua vernácula, infelizmente muitas vezes mal repertoriado, com uma significativa condescendência, pelos redatores do inventário ("*Item*, um pequeno livro em romance"), ou ainda, algumas coleções de "prognósticos" recordam-nos que os homens de cultura essencialmente latina não eram necessariamente alheios a toda forma de literatura vernácula, e nem mesmo à cultura popular.

Alguns exemplos emprestados às recentes pesquisas ilustrarão essa sumária tipologia.

Françoise Autrand estudou, em detalhes, as bibliotecas dos homens do Parlamento<sup>15</sup>. Tratava-se ali, verdadeiramente, da elite dos homens de saber na França em finais da Idade Média. Alguns clérigos, outros leigos, mas quase todos licenciados ou doutores, os conselheiros do Parlamento eram os juristas de alto nível, não devendo nada aos melhores professores de direito de Paris ou de Orléans. Ricos e geralmente nobres ou pelo menos enobrecidos, eles pertenciam à esfera superior da sociedade parisiense. Enfim, constituindo a corte soberana da justiça do rei, exercendo, portanto, a função regalista por excelência, eles se situavam no cume da hierarquia dos ofícios e dos encargos do Estado.

As "livrarias" de trinta e sete dentre eles nos são conhecidas, graças aos inventários ou aos testamentos, para os anos 1389-1419 (mais um de 1362). A homogeneidade do grupo, especialmente sob o plano cultural, é confirmada pelas fortes semelhanças dessas diversas bibliotecas. Em média, uma centena de obras, nós já o dissemos, com uma ligeira tendência de crescimento à medida que se avança no tempo. Elemento maior do capital mobiliário de cada um, tais bibliotecas eram, entretanto, primeiramente bibliotecas de trabalho. É o que explica que os livros de direito lhe ocupassem a parte do leão, oscilando entre um quarto e dois terços do conjunto segundo o caso; apenas o bibliófilo Nicolas de Baye não possuía mais do que 16% de livros de direito (32 sobre 198). Bem mais surpreendente é o fato de o direito canônico - não apenas com os diversos volumes do *Corpus iuris canonici* mas com seus numerosos comentários recentes, com frequência procedentes de autores italianos ou da França central - parecer melhor representado que o direito civil; é verdade que a metade desses conselheiros eram os clérigos e que eles deviam julgar tanto matérias eclesiásticas quanto matérias laicas, sendo estas julgadas normalmente segundo o costume e não segundo o direito romano. Aos textos jurídicos,

15 - F. Autrand, "Culture et mentalité: les librairies des gens du Parlement au temps de Charles VI", *Annales ESC*, 28 (1973), p. 1219-1244.

pode-se, sem dúvida, somar igualmente como testemunhos de preocupações profissionais alguns tratados políticos, todos favoráveis à prerrogativa real (como o *Politricus* de Jean de Salisbury ou o *Songe du vergier*, ou ainda, menos degustáveis do ponto de vista da Igreja, Marsílio de Pádua ou Guilherme de Ockham), os livros de rezas, algumas coletâneas de cartas, os manuais de retórica.

Se nos reportarmos à parte mais pessoal dessas bibliotecas, os livros religiosos prevalecem e não apenas entre os conselheiros clérigos: alguns tratados teológicos, mas sobretudo as Bíblias, os breviários e os livros de devoção e de espiritualidade. Em contrapartida, nem a história, nem os clássicos ocupavam um lugar importante. Junte-se a isso a ausência praticamente total da língua vernácula; tais bibliotecas eram, em geral, exclusivamente latinas.

A conclusão impõe-se, portanto, por si mesma. Em uma época onde o humanismo de Petrarca abria uma brecha importante no colégio de Navarra e no meio dos notários e secretários do rei (o "primeiro humanismo" francês) - onde a biblioteca real do Louvre era, por seu turno, constituída por uma quantidade de 60% de livros em francês -, o meio das pessoas do parlamento, homogêneo e unido por um forte espírito de corpo nascido desde os tempos dos estudos pela própria frequência aos colégios, aparecia como o meio culturalmente mais conservador, e ainda impregnado de uma forte tintura religiosa; um meio de juristas competentes e austeros, onde uma piedade talvez marcada pela influência da "devoção moderna" proveniente dos Países Baixos vinha apenas fazer um contrapeso ao prestígio esmagador do direito, percebido, ao mesmo tempo, como disciplina erudita e vocação política.

As pesquisas mais sumárias igualmente dirigidas aos grupos de clérigos cultos - 41 bibliotecas de cônegos dos séculos XIV e XV, 68 bibliotecas de bispos e cardeais franceses do período avignonense - produziram resultados análogos<sup>16</sup>. Os primeiros praticamente não possuíam, em média, mais do que 25 livros; os segundos, 70 (o que confirma bem, *a contrario*, o alto

16 - Sugere-se o estudo de G. Hasenohr supra citado, página 90, n. 2.

nível de cultura dos homens do Parlamento, com suas livrarias de cento e tantos livros). Entre esses homens freqüentemente provindos das universidades e encarregados de trabalhos administrativos, o direito consistia sempre em um peso opressivo; entre a metade dos cônegos, ele representava mais do que 50% dos volumes e não ficava nunca abaixo dos 20%, a não ser em algumas bibliotecas excepcionalmente importantes e representativas do verdadeiro gosto do letrado e do humanista. Mas no essencial, eram os livros religiosos - breviários e outras obras litúrgicas, coletâneas de sermões e tratados teológicos, aliás, mais do que a Bíblia e os textos espirituais - que vinham completar tais bibliotecas, pouquíssimo abertas, também elas, à língua vernácula.

O estudo comparado dessas diversas séries de bibliotecas coloca, assim, em evidência a homogeneidade cultural do mundo dos homens de saber (fossem estes clérigos ou laicos), e, ao mesmo tempo, os limites de uma cultura na qual as novas correntes não costumavam ter seu caminho franqueado.

Coisa ainda mais notável, outros estudos sugerem que a homogeneidade dessa cultura - jurídica, escolar, latina - verificava-se de fato por toda a cristandade. Em qualquer lugar, eram encontradas as mesmas tendências e praticamente os mesmos livros.

Tomemos, na extremidade meridional do Ocidente medieval, o exemplo da Sicília: velho país de direito romano, de fato, mas também zona em alguma medida marginalizada no final da Idade Média, economicamente dominada por homens de negócios da Itália do Norte, politicamente governada por soberanos aragoneses que não foram bem sucedidos em implantar uma verdadeira administração central, desprovida de universidade<sup>17</sup> e, portanto, coagida a enviar seus futuros juristas e médicos aos *studia generalia* do continente (sobretudo, Bolonha).

17 - Pelo menos até 1444, data da fundação da universidade de Catania, que permaneceria tendo importância secundária.

Apolando-se sobre vasta documentação notarial, Henri Bresc recenseou bibliotecas ou, pelo menos, indicações de livros para a Sicília dos séculos XIV e XV<sup>18</sup>. Em 120 casos, trata-se de bibliotecas privadas e individuais.

Dois traços depreendem-se notoriamente de seu estudo, confirmando, a seu modo, as constatações feitas para a mesma época no caso do reino da França.

Antes de tudo, a posse de livros era aqui praticamente monopolizada pelos homens de saber. Para 2341 volumes, cujo proprietário foi identificado com precisão, somente 1% pertencia a artistas ou a mercadores, 9,2% ao patriciado urbano ou à nobreza; um clero aparentemente pouco instruído e contentando-se com os recursos das bibliotecas das igrejas que detinham apenas 3,2% dos livros localizados. Todo o resto pertencia aos homens de saber. Entre esses distinguiam-se os simples mestres-escolas, notários, cirurgiões, boticários, oficiais menores ou, por outras palavras, aqueles que não haviam passado pela universidade e cujas bibliotecas, mais do que modestas, reagrupavam apenas 12,6% dos livros, e os doutores (em medicina e, sobretudo, em direito) que, mesmo sendo pouco numerosos (27 sobre 120 dos proprietários de livros identificados), possuíam 74% dos ditos livros, com belas bibliotecas apresentando, em média, 65 volumes.

Também não há surpresa no que concerne à composição dessas bibliotecas e, por sua própria autoridade, daquelas dos doutores. O direito, civil e canônico, ocupa com facilidade o primeiro plano (54% dos volumes), possuindo não somente os dois *Corpus*, mas um rico leque de comentários recentes, italianos no essencial, bem como franceses do *Midi*, que testemunham a qualidade daquela cultura jurídica. Seguem-se-lhe as outras disciplinas escolares, em função dos estudos e da especialização do proprietário: a escolástica (filosofia e teologia) representa 12% dos títulos, a medicina 8%, a gramática 5%. As obras religiosas constituíam apenas uma limitada seção (9%), aliás, com uma preponderância do mais banal - pelo menos a nossos

18 - H. Bresc, *Libre et société en Sicile (1299-1499)*, Palermo: 1971.

olhos -, quer dizer, livros litúrgicos e os sermonários sobre a Bíblia e os autênticos tratados de espiritualidade. Enfim, embora a Sicília não tenha sido um dos grandes territórios do humanismo italiano, os clássicos totalizaram, apesar de tudo, 187 exemplares (8% do total), um percentual notável, essencialmente no século XV. Em contrapartida, tanto a literatura recente (principalmente Dante), com 3% do total, quanto as obras técnicas (manuais de comércio), com 1% permaneceram manifestamente marginalizadas.

Outros estudos abarcando bibliotecas da Itália do Norte, principalmente as bibliotecas de médicos, não trouxeram resultados fundamentalmente diferentes<sup>19</sup>. De fato, mais do que além dos Alpes, observa-se, no século XV, um certo crescimento de coleções e uma pronta penetração dos clássicos e dos textos humanistas; mas o grosso dessas bibliotecas - mais que 75% - permanecia constituído por obras de filosofia natural e de medicina; dito de outro modo, hoje como ontem, uma forte coloração latina, universitária e profissional continuava sendo, de longe, a característica maior dos livros de que dispunham os homens de saber.

É inútil multiplicar os exemplos. Com algumas variações regionais, as mesmas constatações se impunham por toda parte, testemunhando, ao mesmo tempo, a unidade persistente da cultura erudita medieval e suas fortes tendências conservadoras.

### 3. DO MANUSCRITO AO IMPRESSO

Teria sido abrandado esse conservadorismo, na segunda metade do século XV, pela invenção da tipografia? Essa invenção, que transformou completamente, tanto em rapidez quanto em quantidade, a circulação da informação escrita no seio da sociedade, foi realmente uma das revoluções técnicas mais importantes da história da humanidade. Teria ela também conse-

19 - D. Nebbiai-Dalla Guardia, *Libres, patrimoine, profession: les bibliothèques de quelques médecins en Italie (XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècle)*; o autor nos permitiu tomar conhecimento desse seu estudo ainda inédito.

guido fazer com que seus efeitos fossem imediatamente sentidos no meio dos homens de saber da sociedade medieval?

Recordemos aqui - naturalmente deixando de lado o problema dos antecedentes chineses - que é difícil apontar para a invenção da tipografia uma data e um autor únicos, o célebre Hâns Gutenberg (c.1400 - c.1468) sendo provavelmente apenas o mais conhecido desses artesãos, geralmente ourives de origem, os quais, nos países renanos, no segundo terço do século XV, conseguiram inaugurar uma nova técnica de impressão por caracteres móveis gravados, os quais a moda das imagens xilográficas fazia, já há algum tempo, pressentir, quer pela possibilidade material, quer pelo interesse prático.

Aquilo que importa para nosso propósito, é primeiramente sublinhar que a difusão da tipografia foi relativamente lenta. Os primeiros livros impressos dos quais foram conservados alguns exemplares - a "Bíblia em 42 linhas", dita de Gutenberg, o *Psautier* de Mayence - datam dos anos 1450. Tratava-se então de uma técnica essencialmente germânica, implantada em Mayence, Cologne, Estrasburgo, Bâle. Além disso, durante uma geração ainda, através de toda a Europa, os impressores serão na grande maioria os alemães. Praticamente, foi apenas em 1470 que eles começaram a emigrar para além de suas fronteiras. Nessa época, apenas cinco ou seis tipografias funcionavam fora da Alemanha, sendo que as únicas que prometiam um certo futuro eram de Veneza, onde Jean de Spire se estabeleceu em 1469, e de Paris, onde Ulrich Gering de Constance e dois companheiros vieram instalar, em 1470, sua oficina próxima da Sorbonne (senão no próprio interior do colégio) por solicitação de dois *socti* desta, estando tanto um como outro fortemente impregnados pelo humanismo, o Saboiano Guillaume Fichet e, da Basileia, Jean Heynlin.

O decênio 1471-1480 viu a imprensa se multiplicar na Alemanha (em 26 localidades novas, tomando conta também da Suíça e dos Países Baixos), mas principalmente na Itália (44 localidades novas). Em compensação, a França, com sete implantações em Albi, Angers, Caen, Lyon, Poitiers, Toulouse e Viena, a Península Ibérica (oito implantações) e, de maneira surpreendente, a Inglaterra (apenas quatro implantações: Londres, Westminster, St Alban's, Oxford) ainda não haviam entrado explicitamente

no movimento; elas farão isso, no caso das duas primeiras, entre 1481 e 1500: 28 novas implantações na França, 19 na Península Ibérica...mas nenhuma na Inglaterra. A Alemanha (21 novas implantações) e Itália (26) conservavam, éntretanto, a vanguarda, que aparece ainda mais nitidamente se considerarmos a quantidade de livros produzidos. Avaliados pelos historiadores em cerca de 27000 edições antes de 1500, correspondendo a mais de dez milhões de livros, tal produção provinha, ao menos em quatro quintos, da Itália (44%) e da Alemanha (35%); em seguida, vinham 15% de edições francesas, e os outros países da Europa simplesmente repartiam os 5% restantes. Se, no total, cerca de 240 localidades européias haviam visto, em 1500, funcionar uma prensa de imprimir, o mapa da tipografia européia apresentava ainda lacunas espantosas (Bordeaux ou Montpellier na França, Cambridge na Inglaterra) e, de qualquer modo, era necessário, para ser preciso, distinguir as localidades onde impressores itinerantes simplesmente haviam passado, deslocando-se com sua prensa e seus caracteres, e cuja modesta atividade não fizera nascer uma produção regular, daquelas onde as oficinas de tipografia se instalaram com atraso, dado que estas podiam se beneficiar dos capitais e dos clientes com segurança. No segundo caso, o único verdadeiramente importante, as grandes cidades alemãs de um lado, Veneza de outro, vinham imediatamente à frente; na França, foi Paris que, de longe, venceu, com uma produção três vezes maior do que aquela de Lyon<sup>20</sup>.

Mais ainda que a reprodução do livro impresso, é sua difusão que nos interessa aqui. Entre uma e outra, havia evidentemente alguns desníveis. Podia-se importar livros alemães ou italianos na França ou na Inglaterra para diminuir as fraquezas da imprensa local. Ao contrário, a aparição da tipografia não terminou de uma vez com as atividades dos copistas de manuscritos; mesmo que a produção destes tenha sofrido inflexões por toda parte e mais claramente após 1470, continuou-se a transcrever livros manuscritos até o início do século XVI. E, de qualquer maneira, os manuscritos mais antigos continuavam a ser utilizados

20 - Tais cifras foram extraídas de J. M. Dureau, "Les premiers ateliers français", em *Histoire de l'édition française*, tomo I, op. cit., p. 186-202.

e a circular. Aqueles que possuíam belas coleções - sendo que, dentre eles, destacavam-se precisamente os homens de saber - tinham tendência a conservá-los e não substituí-los, a não ser progressivamente, pelos livros impressos. Estes, de fato, custavam menos, mas estamos mal informados sobre o ritmo perante o qual aconteceu o distanciamento entre manuscritos e impressos em termos de preços; não se pode esquecer que os primeiros livros impressos freqüentemente tiveram modestas tiragens, por vezes da ordem de cem exemplares, e não eram então necessariamente tão bem comercializados e nem muito acessíveis.

Os estudos bem precisos fazem-nos pensar que, por volta de 1480, a parte da impressão nas "bibliotecas do saber" francesas não passava dos 6% e que foi apenas por volta de 1500 que ela passou para mais de 50%. A evolução pareceu ter sido a mesma por todo lado, anterior em dez ou quinze anos na Itália, mais lenta ainda na Inglaterra<sup>21</sup>.

Aliás, teriam sido os homens de saber os principais clientes da nova invenção? Efetivamente, como se tem observado há tempos, os textos impressos do século XV foram, em sua grande maioria, os textos "medievais" cujo mercado parecia assegurado. Mas não eram necessariamente esses os que tinham a preferência das bibliotecas eruditas. Em primeiro lugar, encontram-se livros religiosos, que constituem quase a metade da produção incunábula: tratava-se, de uma parte de Bíblias, por outro lado, livros litúrgicos (missais, breviários, livros de horas), enfim, tratados de espiritualidade, livros de devoção, vidas de santos, etc., em latim ou em língua vulgar. Outra categoria bem provida: a gramática; porém tratava-se de obras elementares (o *Donato*, o *Doctrinale* de Alexandre de Ville-Dieu, os *Dísticos* de Cato, etc.) que eram dirigidos tanto aos alunos das escolas primárias quanto aos estudantes da faculdade de artes; eles puderam servir para a melhoria dos ensinamentos de base, não para a renovação cultural das elites. Vinha finalmente a literatura profana, geralmente em língua vernácula: enciclopédias e florilégios,

21 - Vide C. Bozzolo, E. Ornato, "Les bibliothèques entre le manuscrit et l'imprimé", em *Histoire des bibliothèques françaises*, tomo I, op. cit., p. 333-347.

crônicas, versões mais ou menos modernizadas das canções de gesta ou dos romances cortesões, para uso, sem dúvida, de um público aristocrático, que se aproximavam com obras decididamente populares, do gênero dos almanaques e outros "calendários dos pastores"<sup>22</sup>.

Em compensação, os textos eruditos, dos quais existiam, sobretudo nas cidades universitárias, centenas de manuscritos, não tiveram a não ser elegantemente e com frequência tardamente as honras da impressão. Nem as *Sentenças* de Pedro Lombardo, nem os grandes doutores da escolástica, de Tomás de Aquino e Alberto, o Grande, até Gerson, foram impressos em Paris antes de 1500; aquelas edições que lhes foram oferecidas, depois de 1480, vieram da Alemanha ou da Itália. Poder-se-ia dizer o mesmo de Aristóteles ou dos *Corpus* e comentários de direito romano e canônico. Os textos jurídicos, que ocupavam um tal lugar nas bibliotecas eruditas da Idade Média, praticamente não representam mais de 10% das edições incunábulas, produzidas principalmente em Lyon ou na Itália. Ou seja, foram os textos propriamente humanistas, quer dizer, os clássicos (latinos e, cada vez mais, os gregos) e as obras de autores italianos recentes que teriam sido os livros impressos mais procurados pelos letrados, inclusive na França ou na Inglaterra, porque precisamente os manuscritos lá eram raros. Os primeiros livros editados na Sorbonne, no prelo de Ulrich Gering (que teria sido aconselhado por Fichet e Heynlin) em 1470-1472, assinavam quase tudo desta categoria: Gering começou por um manual italiano de arte epistolar, aquele de Gasparin de Bergame, depois ele editou Salluste, Cícero, Perse, Juvenal, etc., ao mesmo tempo que os modernos (os *Elegantiae* de Lorenzo Valla e a *Rhétorique* do próprio Fichet). Mas deve-se recordar que, desde 1472, esse mesmo Gering deixara a Sorbonne e, tendo transferido sua oficina para a Rua Saint-Jacques, ele retornou aos textos universitários mais tradicionais e, sobretudo, às obras de piedade<sup>23</sup>.

22 - Vide L. Febvre, H. J. Martin, *L'apparition du livre*, nova edição, Paris: 1971, p. 351-365.

23 - D. Coq, "Les incunables: textes anciens, textes nouveaux", em *Histoire de l'édition française*, tomo I, op. cit., p. 203-227.

Em suma, que se pode, acredito, concluir que, desde os primeiros decênios de sua existência, a imprensa alargou consideravelmente o público da cultura escrita. Os meios populares, pelo menos urbanos, não se conservariam mais à parte do mundo do livro; os oficiais subalternos (sargentos, notários, etc.), os simples vigários tiveram, dali por diante, a possibilidade de constituir para si próprios um embrião de biblioteca, ainda que fosse com apenas uma dezena de volumes. Vê-se, por toda parte, entre 1480 e 1530, multiplicarem-se essas "bibliotecas mínimas", de acordo com a expressão de Pierre Aquilon<sup>24</sup>. Além disso, a tipografia certamente permitiu um efetivo progresso cultural nos meios aristocráticos. Vê-se então constituírem-se belas bibliotecas, principalmente literárias e vernáculas. A isso deve-se evidentemente aliar o novo impulso então proporcionado às grandes bibliotecas principescas.

Mas, no que concerne aos homens de saber, colocando-se à parte, sem dúvida, uma elite de humanistas geralmente italianos estimulados por novas idéias e sempre curiosos de novos textos, não se percebe em que medida, antes de 1500, os progressos do livro impresso modificaram as proporções ou a composição das bibliotecas. Como sempre injusto e, ao mesmo tempo, clarividente, Michelet apreendeu bem essa ambigüidade inicial da imprensa: "Se nós publicamos a Antigüidade, nós publicamos e republicamos bem de outro modo a Idade Média, sobretudo, os livros de estudos, os resumos, as sinopses, todo o ensinamento de idiotices, os manuais dos confessores e dos casos de consciência; dez Nyder<sup>25</sup> contra uma *Iliada*; para um Virgílio, vinte Fichet."<sup>26</sup>

Mais objetivamente, pode-se, sem dúvida, ver ali uma prova suplementar da força e da coerência da cultura letrada do fi-

24 - P. Aquilon, "Petites et moyennes bibliothèques", em *Histoire des bibliothèques françaises*, tomo I, op. cit., p. 285-309.

25 - Teólogo dominicano alemão (1380-1438), conhecido como autor de *Fornicartus seu myrmecia bonorum*, que consagrou longas passagens à bruxaria.

26 - J. Michelet, *Oeuvres complètes*, tomo VII, Paris: 1978, p. 85.

nal da Idade Média. Apesar de seus limites e dos sinais bem perceptíveis de esclerose, ela seria ainda suficiente para criar a consciência de si dos homens de saber, o que nos leva agora a investigar a obra da sociedade de seu tempo.

## segunda parte

# O EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS



A idéia de um uso desinteressado dos saberes, de uma cultura geral que objetivasse o pleno desabrochar da personalidade individual, era, como vimos, bastante estranha às concepções medievais de educação. A Idade Média era mais atenta às finalidades sociais desta última, por outras palavras, aos usos práticos que poderiam fundados sobre os conhecimentos adquiridos. Estes, de acordo com sua própria natureza, desenhariam os contornos de competências específicas para as quais nós estamos, em geral, bastante dispostos a reconhecer uma eficácia concreta, mesmo que naturalmente, outros critérios, que não os das capacidades intelectuais, complementares e com maior frequência concorrentes - tais como o nascimento e as relações de fortuna, idade e experiência -, fossem também considerados quando se tratava de designar aqueles sobre quem recairiam os exercícios das principais funções sociais e políticas.

Quais eram os domínios para os quais as sociedades do final da Idade Média reconheceram um valor particular - na ausência de uma verdadeira exclusividade - às competências fundadas sobre a superioridade dos saberes discursivos? Tais competências eram vistas como restritas às tarefas de execução ou elas davam àqueles que eram seus portadores um certo papel na própria elaboração das decisões iniciais e de sua justificação ideológica? Será que elas se exerciam apenas no nível das instâncias superiores da sociedade medieval - dito de outra maneira, elas não teriam um papel fundamental entre as mãos e a serviço de uma elite - ou será que elas eram difundidas também junto aos estratos mais modestos e mais largos da sociedade e, se assim for, constituíam elas instrumentos de uma ordenação generalizada ou seriam, ao contrário, fator de contestação e mudança?

Essas são as principais questões às quais procuraremos responder nesta segunda parte.

## capítulo IV

### SERVIÇO DE DEUS, SERVIÇO DO PRÍNCIPE

Os conhecimentos que os homens de saber possuíam, de maneira mais ou menos aprofundada, e já estudados neste livro, tinham todos eles aplicações práticas. Tais aplicações geralmente não era separáveis, na mentalidade daquele tempo, da noção de serviço. Com efeito, repugnava-se, então, não apenas a idéia de uma cultura desinteressada, mas também aquela de um saber cujo detentor utilizasse a seu modo e exclusivamente para seu próprio benefício pessoal. *Scientia donum Dei est, unde vendi non potest*: a ciência é um dom de Deus, que não poderá ser vendido. Esse adágio constante na Idade Média implicava, certamente, a condenação de todo uso "lucrativo" do saber, quer se tratasse do ensino pago ou de consultorias jurídicas, científicas ou médicas efetuadas mediante pagamento. Teólogos e canonistas acabaram por reconhecer que, se era considerado normal que o homem de saber recebesse da sociedade (quer dizer, da Igreja ou do Príncipe ou, na ausência destes, de quem eventual-

---

1 - Vide G. Post, K. Giocarinis, R. Kay, "The medieval heritage of a humanistic ideal: *scientia donum Dei, unde vendi non potest*", *Traditio*, 11 (1955), p. 195-234.

mente fosse desfrutar desses conhecimentos) uma justa remuneração por seu esforço, destinada a permitir que ele vivesse de maneira decente e conforme as exigências de seu Estado, esta mesma remuneração seria, em contrapartida, repreensível por tirar dos dons recebidos de Deus um proveito especulativo, o que viria a desviar para fins essencialmente terrestres um dinheiro que teria sido melhor aproveitado em favor dos pobres ou do culto divino.

Naturalmente, essa posição teórica, trabalhosa e elaborada por homens entrincheirados entre a doutrina cristã tradicional (reforçada por certas máximas antigas) e as exigências concretas de seus colegas ávidos de consideração e de promoção social, está longe de ter sempre sido respeitada na Idade Média. Apesar das ponderações que acabo de me lembrar, inúmeros homens de saber procuravam tirar o máximo proveito possível de suas competências intelectuais. Muitos deles, nós veremos, instalar-se-ão por sua própria conta, diríamos hoje em dia, como profissionais liberais, pelo menos de maneira provisória ou episódica, com o intuito de poderem exercer, da mais lucrativa maneira possível, a atividade para a qual eles haviam sido formados.

Considera-se que, mesmo em semelhante caso, a esperança de ascensão, com fins de carreira, para algum cargo onde o exercício das competências intelectuais não seria mais uma obrigação econômica, mas um dever assumido em virtude do próprio cargo conferido (*ex debito officii*), parece ter sido uma perspectiva muito solidamente ancorada no coração dos homens de saber do final da Idade Média<sup>2</sup>. Portanto, é exatamente sob esse ângulo da profissão que melhor se pode, ao que me parece, abordar o estudo dos campos de competência que eram abertos para os homens cultos das sociedades daquela época.

2 - Esse atrativo pelos cargos públicos, vindo como coroa-mento, freqüentemente menos lucrativo porém mais honorífico, das carreiras conduzidas anteriormente a título privado, foi bem destacado por J. R. Strayer em seu estudo prosopográfico sobre *Les gens de justice de Languedoc sous Philippe le Bel*, Toulouse, 1970.

## I. DOCERE AUT APPLICARE

Em um de seus *Quodlibets* (I, 35) datado de 1276, Henri de Gand, que foi no final do século XIII o mais célebre professor secular de teologia da universidade de Paris, perguntava-se se valeria mais, para um jovem doutor em teologia, permanecer na universidade e consagrar-se ao ensino ou, ao contrário, deixar o pequeno mundo protegido da *alma mater* e colocar seu conhecimento adquirido a serviço da ação pastoral e administrativa para maior proveito das almas cristãs confiadas à Igreja (*Utrum melius sit stare in studio, spe plus proficiendi, sufficienter, instructum quam ire ad procurandum animarum salutem*). Sua resposta era imprecisa, embora, no conjunto, Henri julgasse mais útil que a pessoa dotada para o ensino permanecesse na universidade, onde sua palavra abarcaria um raio infinitamente maior do que se ela exercitasse seus talentos apenas na instância de uma simples igreja particular<sup>3</sup>.

Um século mais tarde (em 1386-1388), eis um doutor por decreto da mesma universidade de Paris, Armeilh du Breuil - que, além disso, seria futuro arcebispo de Tours - em processo com seus colegas da faculdade de direito canônico. Estes procuravam afastar do colégio "professores regulares" da universidade - e, no caso específico, privá-lo dos direitos e rendas correspondentes, alegando que ele não cumpria verdadeiramente as obrigações de tal encargo; a que Armeilh du Breuil replicava que ele deveria, ao contrário, vangloriar-se por haver podido, ao longo dos anos, alternar o ensino magistral e o serviço ora do papa (como auditor das causas do Palácio apostólico), ora do rei (como mestre das petições da casa real)<sup>4</sup>.

Esses dois exemplos são suficientes para recordar que naquela época, pelo menos para todos os homens de saber portadores de diplomas universitários, o ensino era o primeiro e mais evidente de seus domínios de competência e, conseqüente-

3 - *Henrici de Gandavo opera omnia*, V, *Quodlibet I*, editado por R. Macken, Louvain-Leyde, 1979, p. 195-202.

4 - Os autos do processo são publicados no *Chartularium Universitatis Parisiensis*, editado por H. Dénifle e E. Châtelain, tomo III, Paris, 1894, n° 1528 a 1531, 1546.

mente, a forma de serviço em direção à qual eles iam naturalmente ao deixar os estudos, com frequência muito longos, sendo que, além do mais, os cargos de docência eram raramente percebidos na Idade Média como impeditivos do exercício simultâneo ou sucessivo de outros tipos de funções eclesiásticas ou laicas.

Isso era particularmente verdadeiro para os mestres em artes. Geralmente jovens (esse grau obtinha-se normalmente por volta dos vinte anos), muitos mestres em artes, sobretudo entre aqueles menos abastados, ensinavam durante alguns anos após a obtenção de seu diploma. Uns tornavam-se mestres de alguma escola, urbana ou rural, de gramática; outros permaneciam na universidade e tornavam-se regentes da faculdade de artes. Um documento parisiense datado de 1283 ou 1284 deixa entender que havia, na ocasião, por volta de cento e vinte mestres *actu regentes* na faculdade de artes<sup>5</sup>. Essa cifra elevada não me parece inverossímil, mas chega a ser, inclusive, esclarecedora quanto ao fato de, apesar de o estatuto teoricamente impor dois anos de regência obrigatória, nem todos os candidatos que recebiam o grau em artes efetivamente ensinavam. De todo modo, raros eram aqueles que, assim como o célebre Jean Buridan (1300-1360), atestado como regente em artes desde 1325 até sua morte, permaneciam durante toda sua vida nessa situação. No final de alguns anos, um pequeno pecúlio amontoado, a maior parte dos mestres em artes deixavam a universidade ou então se inscreviam como estudantes em uma faculdade superior. Talvez continuassem ainda por algum tempo a ensinar, mas não isso não representava para eles nada além de uma situação provisória para garantir um complemento de renda.

Os estudos superiores eram, como sabemos, muito longos (entre seis e quinze anos, de acordo com as normas estatutárias, segundo a faculdade e a universidade em questão), se bem que aquilo que não deveria ser mais do que um tempo de formação no início de carreira e tornava-se, por vezes, senão um fim em si, pelo menos a fase mais longa da vida de certos homens de saber. Se muitos abandonavam a rota ou conseguiam, mais ou

5 - *Chartularium Universitatis Parisiensis*, op. cit., tomo I, Paris, 1889, n° 515.

menos legalmente, graduar-se nos prazos determinados, outros se eternizavam, especialmente se eles pudessem ter a chance de obter os proventos de alguma confortável prebenda sem obrigação de residência ou mesmo um quarto e uma bolsa em um colégio. Era, por outro lado, possível interromper a qualquer tempo seus estudos para exercer um cargo oficial, para depois retomá-los a fim de se apresentar aos exames. Nas ordens mendicantes, as instâncias dirigentes faziam voluntariamente apelo aos irmãos entregues aos estudos, para confiar-lhes as viagens para pregações ou para funções administrativas.

Uma vez seus estudos superiores concluídos, aqueles que haviam conseguido chegar ao título supremo, o doutorado, poderiam ter a expectativa de permanecer na universidade como professores. Encontra-se, de fato, aqui, originalmente, o significado dos graus universitários: o bacharelato sancionava o progresso dos estudantes avançados, doravante admitidos para proferir eles mesmos algumas lições; o conjunto da licença - mestrado ou doutorado - que reunia, ao mesmo tempo, a autorização eclesiástica para o ensino (*licentia docendi*) e a integração oficial em um corpo de mestres (sob a forma de um ato inaugural de ensino), era primitivamente destinado a assegurar o recrutamento de novos professores. Se, em seguida, os títulos universitários tomaram um valor muito mais amplo de diplomas que garantem um certo nível de conhecimento e, conseqüentemente, de competência intelectual e eventualmente profissional, eles não perderam, por tal razão, aquele lugar de instrumentos de cooptação de novos mestres.

Infelizmente, não se conhece perfeitamente o corpo docente das universidades medievais<sup>6</sup>. O número exato dos professores nas diversas faculdades e universidades é frequentemente difícil de determinar, bem como a renda que eles recebiam pelo ensino (honorários pagos pelos estudantes, direitos de exame, salários pagos pelos poderes públicos). Parece, de qualquer maneira, que eles se tinham em alta conta quanto à sua dignidade

6 - J. Verger, "Les professeurs des universités françaises à la fin du Moyen Âge", In: *Intellectuels français, intellectuels hongrois: XIII-XX<sup>e</sup> siècles*, dirigido por J. Le Goff e B. Köpeczi, Budapest-Paris, 1985, p. 23-39.

e que, por seu turno, a sociedade da época, tanto em seus círculos dirigentes quanto nos demais níveis, não lhes atribuía marcas de estima e consideração, na falta de uma remuneração verdadeiramente generosa. Talvez se pudesse generalizar o que escreveu Dante Zanetti a propósito dos professores da universidade de Pádua no século XV: "A universidade conferia o prestígio, não a fortuna".<sup>7</sup>

Do conjunto, apenas uma minoria de doutores tornar-se-ia efetivamente professores, sobretudo em direito, onde, como veremos, inúmeras outras vias, igualmente prestigiosas e mais lucrativas, abriam-se aos titulares desse título tão invejado. A proporção daqueles que escolhiam o ensino era, talvez, um pouco mais elevada em teologia, onde as possibilidades de carreira fora da universidade eram mais raras, e em medicina, onde, pelo menos para aqueles que residiam em alguma cidade universitária, ensino e prática médica eram plenamente compatíveis. Em Montpellier, por exemplo, havia sempre uma boa dezena de regentes em medicina para um conjunto de estudantes que raramente ultrapassava uma centena. Mas, salvo precisamente a medicina, a carreira docente de tais regentes não parece ter sido muito longa; em Paris, no princípio do século XIV, os doutores em teologia, ainda que mais estáveis do que os outros, praticamente não ensinavam por tempo superior a uma dezena de anos.<sup>8</sup> Se considerarmos que se trata de um valor médio, isso significa que uma boa parte dos docentes de universidade abandonavam suas cadeiras no final de alguns anos para ocupar outras funções. Em certos casos - doutores tornando-se bispos ou cardeais - tratava-se de uma evidente promoção social; mas em outros, as razões iniciais, pelo menos no tocante ao prestígio social, são menos claras. Deve-se, sem dúvida, pensar que os interessados não consideravam efetivamente a atividade de ensino

7 - D. Zanetti, "A l'Université de Pavie au XV<sup>e</sup> siècle: les salaires des professeurs", *Annales ESC*, 17 (1952), p. 421-433.

8 - W.J. Courtenay, *Teaching careers at the University of Paris in the thirteenth and fourteenth centuries* (Texts and studies in the history of mediaeval education, XVIII), Notre Dame: 1988, p. 29.

como um verdadeiro ofício suscetível de ocupar toda uma vida. Seus anos de magistério eram tidos como conjugados a seus anos de estudos, período que eles próprios encerravam ao cabo de algum tempo, com o intuito de passar a uma outra fase de sua existência ou, pelo menos, de sua carreira.

Esse quadro é um pouco alterado no século XV. Em muitas universidades - particularmente nas universidades de menor importância ou de criação recente -, observa-se, então, a nítida distinção de dois grupos. Existe primeiramente um pequeno grupo estável de "professores regulares" que assumem, ao mesmo tempo, o encargo de gestão da universidade, os cursos magistrais e a organização dos exames. Pouco numerosos - em Avignon, por exemplo, havia apenas quatro -, esses professores regulares viviam do ensino e permaneciam por muito tempo nessa função. Por vezes, atraídos por um melhor salário, eles passavam de uma universidade para outra; era, sobretudo, na Itália, onde as cátedras assalariadas haviam sido criadas pelas comunas desde finais do século XIII, que as cidades disputaram, assim, os serviços dos melhores docentes. Em outros lugares, os professores, sobretudo em artes e em direito canônico, permaneceram com muita frequência clérigos cujo benefício eclesiástico assegurava, pelo menos parcialmente, a subsistência. Começaram igualmente a ser criados, no final da Idade Média, postos - modestamente remunerados, porém, estáveis - de professores de colégio.

Face a tais mestres quase profissionais, podia também ser encontrado um segundo grupo, mais flutuante, de professores "extraordinários". Recentemente portadores de diploma, estes ministravam apenas algum ensino menos importante ou à guisa de substituição; não podiam ter assento nem nos conselhos universitários nem nos júris de exames. Alguns estavam à espera de um lugar nos colégios dos doutores regulares, mas muitos deixavam bem rapidamente o ensino para ocupar outros tipos de funções.

Quais teriam sido as conseqüências dessa evolução? É possível, mas não certo, que a emergência de pequenas oligarquias de professores regulares tenha propiciado a esclerose do ensino e que os professores extraordinários, mais jovens e menos convencionais, tenham sido mais apreciados pelos estudantes.

É possível, mas não certo, que os professores regulares, mais velhos, mais dependentes dos poderes externos, mais ligados aos notáveis locais tenham tomado menos para si a defesa da autonomia universitária. De qualquer maneira, pode-se estar certo de que o professor profissional, com seu específico modo de vida, seus tiques de linguagem, suas redes próprias de relações profissionais e familiares, tornou-se, no final da Idade Média, um dos tipos sociais nos quais se investia, mesmo aos olhos dos contemporâneos, a figura do homem de saber. Mas, como veremos, ele estava longe de ser o único.

## 2. HOMENS DE SABER, HOMENS DE IGREJA

No decorrer da Idade Média, a maior parte das escolas e das universidades do Ocidente foram instituições eclesásticas ou controladas pela Igreja. Note-se que, não somente nas faculdades de teologia, mas também nas escolas de artes e de direito canônico, a proporção de padres e religiosos era elevada e, de qualquer modo, estudantes e professores, que tivessem ou não recebido as ordens sagradas, portavam a tonsura e seu estatuto era correspondente, notadamente no plano fiscal e judiciário, àquele dos clérigos. Não surpreende que até o final da Idade Média tenha sido no seio da Igreja que a maioria dos homens de saber puderam fazer carreira.

Rigorosamente, poder-se-ia sustentar que todos os homens da Igreja eram homens de saber e que eles possuíam a identidade dos dois grupos. Mas embora esse esquema não tenha sido completamente estranho à ideologia clerical da alta Idade Média<sup>9</sup>, ele praticamente já não tem pertinência para a época que aqui nos interessa. Entretanto, por paradoxal que pareça, havia certamente muito menos clérigos e religiosos completamente ignorantes em nossa época do que na alta Idade Média ou mesmo nos séculos XII e XIII. Todavia, o letrado não se definiria mais, dali por diante, pela simples pertença ao clero

9 - Vide, H. Grundmann, "Litteratus-illiteratus. Der Wandel einer Bildungsnorm vom Altertum zum Mittelalter", *Archiv für Kulturgeschichte*, 40 (1958), p. 1-65.

nem pelos saberes elementares (ler, escrever, cantar) que todo padre ou monge deveria ser capaz de dominar. Exigiam-se dele conhecimentos e técnicas intelectuais de nível superior e que não eram mais de natureza exclusivamente eclesástica. Havia, além disso, em grande número, pelo menos em determinados países, os leigos letrados. O grupo dos homens de saber ultrapassava, portanto, a antiga clivagem clérigos/leigos. Ele era representado por uns e por outros, constituindo a linha de demarcação dos estatutos pessoais de uma elite intelectual relativamente homogênea e percebida como tal por seus contemporâneos. Para dizer as coisas mais simplesmente, podemos pensar que, no final da Idade Média, um cônego graduado em direito canônico era - e se sentia -, sob múltiplos aspectos, tanto social quanto intelectualmente, mais próximo de um leigo graduado em direito civil do que de um simples padre do interior.

Nós devemos, portanto, procurar restringir, no próprio seio do clero, o grupo daqueles que, por sua cultura, seus estudos, seus diplomas, seus bibliotecas, suas competências, suas funções, até suas maneiras de se exprimir e de se comportar, sobressaíam-se sobre os outros clérigos ou religiosos que definiam simplesmente por pertencer à ordem eclesástica, suas obrigações litúrgicas e seus poderes sacramentais.

Globalmente, a proporção das pessoas de saber no próprio seio da Igreja aumentou bastante nos últimos séculos da Idade Média. Mas o nível atingido foi bastante variável de acordo com as categorias de clérigos consideradas, e, além do mais, o crescimento não ocorria no mesmo ritmo nem com a mesma intensidade para os diversos países do Ocidente.

Naturalmente, é no alto clero que a presença dos homens de saber foi, de longe, a mais forte. Nós dispomos hoje em dia de estudos prosopográficos bastante numerosos para poder adiantar algumas cifras significativas.

Foi desde meados do século XII que os clérigos formados nas escolas de Paris e de Bolonha começaram a possuir um certo espaço na cúria romana. Seu lugar não cessou de crescer, desde então, para culminar sem dúvida na época do papado de Avignon (1305-1378). Numerosos trabalhos colocaram em evidência a complexidade e a eficácia do aparelho administrativo e fiscal do qual aquele conseguiu se dotar - em detrimento, é

verdade, de seu esplendor espiritual. Esse aparelho foi inclusive suficientemente sólido para sobreviver ao Cisma de 1378 e permitir aos pontífices rivais manter sua autoridade durante cerca de quarenta anos, cada um em sua obediência, antes de terem de se inclinar diante do Concílio geral.

Uma tentativa de mensuração global permite-me calcular, de maneira ao menos aproximativa, o que pode ser o lugar dos homens de saber no âmbito do governo central da Igreja no apogeu do papado administrativo de Avignon, quer dizer, no tempo dos papas Clemente VI (1342-1352), Inocêncio VI (1352-1362) e Urbano V (1362-1370)<sup>10</sup>. Pode-se considerar que, naquela altura, cerca de quarenta doutores e licenciados, quase sempre em direito, dirigiam os principais organismos da Cúria (Chancelaria, Câmara Apostólica, Confessionário, Audiência das causas do palácio apostólico), mesmo que possamos encontrar também, ao lado deles, alguns prelados da alta nobreza ou parentes próximos do pontífice.

No nível subalterno, o pessoal da administração pontifical representava por volta de trezentas pessoas. É mais difícil calcular o quantidade de graduados e antigos estudantes; pelo menos para a Chancelaria, 20 a 25% parece uma porcentagem plausível. E, seja como for, é provável que até mesmo os tesoureiros, notários e secretários do papa que não haviam passado pelas universidades pudessem ser considerados como "homens de saber" tomando-se tanto a complexidade das tarefas que eles desempenhavam quanto o caráter bem informado, cosmopolita e educado da sociedade paroquial no seio da qual eles viviam.

Esta sociedade efetivamente não se limitava aos escritórios oficiais da administração. Se os serviços propriamente domésticos ou militares do palácio pontifical não deviam abrigar muitos letrados, estes, como contrapartida, não faltavam nas camarilhas pessoais - les *famillae* - do próprio papa e dos cardeais. Nesses últimos, graduados e antigos estudantes represen-

10 - Eu retomo aqui minhas conclusões de J. Verger, "Études et culture universitaires du personnel de la curie avignonnaise", em *Aux origines de l'État moderne: le fonctionnement administratif de la papauté d'Avignon* (Coll. De l'École française de Rome, 138). Roma: 1990, p. 61-78.

tavam em média 20% de efetivos (dos quais, é verdade, somente um terço de licenciados ou doutores de uma faculdade superior). Mais importante ainda, talvez, para explicar o alto nível de cultura da cúria de Avignon (alto nível que não impedia evidentemente uma certa timidez diante de novas idéias, especialmente diante do humanismo) era a presença, permanente ou episódica, em Avignon, dos prelados e dos embaixadores, dos médicos dos papas ou dos cardeais (frequentemente provindos da universidade vizinha de Montpellier), de doutores em teologia franciscanos ou dominicanos reunidos pelo papa em comissões para examinar certos assuntos delicados, etc.

Se buscamos delinear um pouco mais os contornos do grupo dos homens de saber que gravitavam ao redor da cúria de Avignon, dois traços imediatamente se destacam. O primeiro é o lugar preponderante dos juristas (civilistas, aliás, tanto quanto canonistas), às custas dos teólogos e dos simples filósofos ou reitores da faculdade de artes. O segundo, é a origem majoritariamente francesa - e frequentemente, para ser mais preciso, de Limousin e Languedoc - desses homens, ainda que não seja excepcional encontrar dentre eles italianos, às vezes alguns ingleses. Os graduados provinham, desse modo, sobretudo das universidades de Toulouse ou de Montpellier e, em menor proporção, de Paris ou de Orléans. É claro que, de acordo com um movimento iniciado a partir do século XIII e que durou até finais do século XV, o papado atraiu uma parte considerável das elites intelectuais do clero francês. Supõe-se, pois, que será com nostalgia que, sobretudo no Midi, este verá, após o Cisma, esgotar essa fonte, que parecia infindável, de posições tão bem-remuneradas quanto prestigiosas<sup>11</sup>. Não lhe restará mais do que se submeter com melancolia às carreiras puramente locais ou buscar do lado do rei da França e de sua corte, ao preço da docilidade política, os favores e as honras que recentemente Avignon dispensava.

Isso, com efeito, não quer dizer que os papas do século XV não tenham mais recorrido aos homens de saber. Mas a perda

11 - J. Gazzaniga, *L'église du Midi à la fin du règne de Charles VII (1444-1461) d'après la jurisprudence du Parlement de Toulouse*. Paris: 1976.

de influência do papado fora da Itália ocasionaria, mais e mais, a limitação do acesso das carreiras curiais para os próprios italianos. Os estudos sobre a Cúria romana do século XV não são - até onde eu conheço - suficientemente avançados para poder que se possa fazer aqui apanhados globais, como os que existem sobre o século XIV. Recordemos somente que a partir dos pontificados de Nicolau V (1447-1455) e Pio II (1458-1464), um certo número de humanistas, especialmente toscanos, começaram a encontrar empregos na corte pontifical, assim como Lorenzo Valla (1407-1457) ou Platina (1421-1481), compendiador da chancelaria e depois bibliotecário do papa. Os pontífices não renunciavam, portanto, aos serviços dos homens de saber. Mas nem todos eram igualmente favoráveis às novas idéias - Paulo II (1464-1471) lhes foi inclusive violentamente hostil - e, no conjunto, torna-se bastante difícil precisar como, além de algumas individualidades brilhantes, se poderia qualificar o nível cultural do conjunto da cúria romana do *Quattrocento*.

Se, do nível pontifical, nós passarmos para aquele das igrejas locais, fortes disparidades nacionais ou regionais aparecem, acentuadas talvez pelo desigual avanço das pesquisas históricas<sup>12</sup>.

Era o reino da Inglaterra, embora pouco populoso e urbanizado, que possuía, na Idade Média, um conjunto importante de escolas, de universidades, de colégios, e de *Inns of Court*, onde se encontrava o clero mais instruído. Dentre os bispos, passa-se de 51% de antigos estudantes de Oxford ou Cambridge no século XIII para 70% no XIV e 91%, ou seja, a quase totalidade, no século XV. Esses graduados eram, em sua maioria, os canonistas, mas podemos sublinhar a presença notável entre eles dos doutores em teologia (40% no século XV). Tais porcentagens elevadas de clérigos instruídos eram encontradas não apenas entre os cônegos - 80% de cônegos graduados em York no século XV - mas até, em um nível mais modesto, no simples

12 - Nas páginas que seguem, as cifras citadas são tiradas, salvo indicação contrária, do capítulo de P. Moraw, "Careers of graduates", in: *A history of the university in Europe*, vol. 1, *Universities in the Middle Ages*, editado por H. de Ridder-Symoens, Cambridge, 1992, p. 144-179.

clero paroquial: desde o princípio do século XIV, de acordo com as dioceses, 7 a 26% dos curas eram oriundos da universidade, cifras aparentemente bastante baixas, mas na realidade excepcionais para a época medieval. Para tornar as coisas ainda mais surpreendentes, entre 1451 e 1500, 40% pelo menos - e talvez, na realidade, bem mais - dos antigos estudantes de New College, o principal colégio de Oxford, fizeram depois carreira no clero paroquial.

Se passarmos agora para o continente, existe sem dúvida lugar para colocar em paralelo, no coração da Europa ocidental, os velhos países - essencialmente a Itália e a França - onde a existência de antigas tradições escolares permitiu a promoção relativamente precoce de autênticos homens de saber no seio do clero, pelo menos do alto clero, e os países mais jovens e um pouco periféricos, que, por longo tempo, conservaram as estruturas eclesásticas e sociais arcaicas e nos quais o atraso em matéria de formação intelectual dos homens de Igreja não foi recuperado a não ser tardia, e, sem dúvida, imperfeitamente: tratava-se, antes de tudo, dos países germânicos e dos países eslavos, húngaros e escandinavos.

Durante um longo período, o clero francês esteve bastante atrasado, se comparado ao inglês, o que é surpreendente quando se sabe que, além do mais, uma boa parte dos próprios clérigos ingleses recebia sua formação intelectual nas escolas de Paris e de Orléans. No tempo do rei Filipe Augusto (1180-1223), apenas 20% dos bispos franceses e menos ainda entre os cônegos de um cabido tão importante quanto aquele de Laon eram *magistri* (em uma época em que os cabidos ingleses tinham correntemente mais de 40% de cônegos graduados)<sup>13</sup>. Somente a partir de 1250, no tempo de São Luís, os homens de saber parecem ter se assentado firmemente no alto clero francês; a taxa dos bispos *magistri* eleva-se em 41%, enquanto se generalizam os tribunais da oficialidade

13 - J. W. Baldwin, "Studium et regnum: the penetration of university personnel into french and english administration at the turn of the twelfth and thirteenth centuries" in: *Revue des études islamiques*, 44 (1976) [número especial: *L'enseignement en Islam et en Occident au Moyen Age*], p. 199-215.



quase sempre presididos por um licenciado ou mesmo um doutor em direito.

Em breve, a instalação do papado em Avignon reforçará ainda mais a posição dos clérigos provenientes da universidade no seio do clero francês. Os recursos e expectativas pontificais concedidos ao reino da França pelos papas João XXII (1316-1334) e Benedito XII (1334-1342) foram, respectivamente 25% e 33% dentre os mesmos, para titulares de graus universitários. Isso não corresponde naturalmente à proporção de graduados no seio do clero francês tomado em seu conjunto, dado que as porcentagens acima revelam apenas os benefícios eclesiásticos conferidos pelo papa, embora se possa bem adivinhar, através das elevadas cifras - já que milhares de indivíduos faziam parte delas - que a política de benefícios dos papas de Avignon fez de tudo no sentido de promover os letrados no seio do clero francês. É verdade que - este é o reverso da medalha - os graduados assim designados pelo papa iriam com frequência engrossar o rol dos clérigos não residentes que acumulavam vários cargos, mal vistos pelos simples fiéis por preferirem seguir seus estudos, gravitar na órbita de um cabido catedral ou procurar um emprego em uma repartição de Avignon, a ocupar a incumbência pastoral para a qual eles haviam teoricamente sido nomeados.

Não se dispõe ainda de informações sistemáticas sobre o recrutamento e a formação do episcopado francês nos séculos XIV e XV. No tocante aos cabidos catedrais, algumas boas monografias - cujos resultados não devem ser, contudo, generalizados sem precaução - permitem seguir a irresistível ascensão dos homens de saber no pequeno mundo dos cônegos. Em Laon, em um dos mais poderosos cabidos seculares do norte da França, a porcentagem de graduados passa de 45% em fins do século XIII para 65% um século mais tarde, de modo a culminar em 86% em 1412, no final de dois séculos de progressão contínua<sup>14</sup>. Cifras também importantes foram estabelecidas em Tournai (64% de graduados em 1330-1340). Em certos cabidos do Midi também, encontram-se, no tempo dos

14 - H. Millet, *Les chanoines de chapitre cathédral de Laon: 1272-1412* (Coll. De l'École française de Rome, 56). Roma: 1982, p. 87-95.

papas de Avignon, de 30 a 60% de graduados e antigos estudantes<sup>15</sup>, cifras também notáveis, por se tratarem, acima de tudo, de juristas, enquanto os percentuais de Laon ou de Tournai anteriormente citados levam em conta, pelo menos em parte, simples mestres em artes.

Não se dispõe de dados tão precisos para os cabidos catedrais italianos do final da Idade Média. Alguns estudos muito parciais parecem apresentar cifras surpreendentemente medíocres (menos de 20% de graduados em Parma ou em Pávia no final do século XIV). Em Roma, os graduados parecem, com muito custo, ter tomado um lugar em meio aos caçulas de famílias nobres ou patricias; em um cabido tão prestigioso quanto aquele de São Pedro, composto aproximadamente por 80% de nobres, somente 15% dos cônegos, entre 1277 e 1500, passaram pela universidade e não havia entre eles, no total, mais do que 9% de graduados<sup>16</sup>.

Ainda que comparável, a evolução se fez de maneira um pouco diferente nos países germânicos do Império, bem como sobre as margens nórdicas da velha Europa medieval (Escócia, Escandinávia, países eslavos e Hungria). A Igreja, durante longo tempo, guardara ali as estruturas "feudais" e os cargos do alto clero permaneceram assim apanágio exclusivo da alta nobreza, de maneira que se continuou durante longo tempo a encontrar nesses países bispos e cônegos bastante ignorantes, que levavam um gênero de vida pouco apropriado para as obrigações de seu estado. Quanto àqueles que desejassem adquirir uma boa formação intelectual, e esses existiam,

15 - J. Verger, "Les chanoines et les universités", in: *Les mondes des chanoines (XI-XIV siècles)*. Toulouse: 1989, p. 285-307, *spéc.* p. 302-303.

16 - Ver em *I canonici al servizio dello Stato in Europa, secoli XIII-XVI / Les chanoines au service de l'État en Europe du XIII au XVI siècle*, dirigido por H. Millet, Mouton-Rouart, 1992; os estudos de G. Battioni, *Il capitolo cattedrale di Parma (1450-1500)*, p. 61-72, M. Pellegrini, *Il capitolo della cattedrale di Pavia in età sforzesca (1450-1535)*, p. 73-92, e R. Montel, *Les chanoines de la basilique Saint-Pierre de Rome (fin XIII<sup>e</sup> siècle-fin XVI<sup>e</sup> siècle): esquisse d'une enquête prosopographique*, p. 105-118.



deveriam, na ausência de universidades locais, emigrar para obter seus diplomas em Paris e, sobretudo, em Bolonha onde eles sempre povoaram as prósperas e bem organizadas "nações germânicas". A aparição, em fins do século XIV, de universidades nos países do Império e do norte da Europa só lenta e progressivamente modificou essa situação. Os nobres que monopolizaram sempre os postos mais importantes continuavam a ir estudar, quando o faziam, na França ou na Itália. Quanto às universidades autóctones, elas formavam, antes de tudo, mestres em artes, dos quais muitos não poderiam pretender mais do que uma simples cúria paroquial. Certamente, houve no século XV, melhoria do nível intelectual médio do clero na Europa do Centro e do Norte, mas tal melhoria não modificou profundamente nem o recrutamento social nem as práticas culturais do alto clero. Em Roskilde, no principal cabido do reino da Dinamarca, a proporção dos cônegos que haviam passado pela universidade se elevou de 55% para 76% entre 1367-1430 e 1431-1493, mas, geralmente, tratava-se apenas de um insuficiente verniz cultural: menos da metade desses antigos estudantes obtiveram um simples mestrado em artes e quase nenhum chegou a alcançar uma faculdade superior. Estudos menos precisos trouxeram, para alguns cabidos alemães, resultados comparáveis: em Mayence, por exemplo, entre 1260 e 1503, 42% dos 415 cônegos identificados passaram pela universidade, embora apenas 38, ou seja, 9%, tivessem obtido um grau.

Para terminar esse olhar panorâmico, caberá, por fim, poder analisar a situação dos países ibéricos. A informação disponível acerca do tema, pelo menos aquela que é acessível na França, é, infelizmente, bastante precária. Ela parece refletir uma situação intermediária entre os modelos inglês ou francês, de um lado, alemão, de outro. Tomemos o exemplo de Valladolid, cidade sem bispado, mas provida de uma universidade e capital, de fato, até o século XIV, da monarquia castelhana. Entre os cônegos e os beneficiários da principal igreja de Valladolid, Santa Maria la Mayor, não encontramos, de 1369 a 1425, mais do que 5% de graduados, sempre em direito. Entre 1425 e 1480, essa proporção saltava para 22%, enquanto as principais paróquias da cidade passavam a ser, desde então,

servidas por bacharéis<sup>17</sup>. Nós reencontraremos essa evolução - atraso inicial e recuperação tardia e incompleta, porém rápida - quando nos referirmos adiante aos *letrados* a serviço da monarquia. Podemos, sem dúvida, tomá-la como característica da situação espanhola em geral.

O que nós temos dito até o momento diz respeito, acima de tudo, ao clero secular e a certos cabidos urbanos de cônegos regulares. A situação era bastante diferente no mundo dos monges e dos frades mendicantes, mais homogênea, talvez, no âmbito da Cristandade, embora muito contrastante de uma ordem para outra.

Ao longo de toda a Idade Média, os mosteiros abrigaram, em suas escolas, suas bibliotecas e seus *scriptoria*, a maior parte dos homens de saber daquela época. Mas, daquele antigo monopólio que há muito tempo havia terminado, bem pouco sobrevivia no final da Idade Média. Seria, de fato, excessivo acreditar que o monaquismo estava em completa decadência nos séculos XIV e XV e que as antigas abadias não acolhiam mais do que as pessoas menos apresentáveis das linhagens aristocráticas. Alguns mosteiros, particularmente os *Chartreuses*, eram ainda capazes de suscitar autores espirituais de alta elevação. Outros, como St Alban's na Inglaterra ou Saint-Denis na França, permaneciam lugares de produção de uma historiografia monárquica e um homem como Michel Pintoin, o autor recentemente identificado de *Chronique du Religieux de Saint-Denis*, nossa melhor fonte narrativa sobre o reino de Carlos VI (1380-1422) é simultaneamente a prova da mestria na escrita e de uma acuidade de julgamento que testemunham o alto nível da cultura tanto literária quanto histórica, política e religiosa<sup>18</sup>. Mas se nada indica que o mesmo Michel Pintoin tenha feito estudos universitários, as principais ordens monásticas haviam, na verdade, acabado, bem ou mal, por se abrir à nova cultura erudita, que era, no entanto, bastante alheia às suas tradições. Desde

17 - A. Rucquoi, *Valladolid au Moyen Age (1080-1480)*. Paris: 1993, p. 435.

18 - Ver a introdução de B. Guenée, "Michel Pintoin, as vicissitudes de sua obra", na reedição em três volumes da *Chronique du religieux de Saint-Denis*, publicada e traduzida por L. Bellaguet. Paris: 1994.

meados do século XIII, os Cirtercienses depois os Cluniacenses fundaram um colégio em Paris, a fim de poder enviar alguns jovens monges para seguirem os cursos da própria faculdade de teologia ou até, ainda que isso fosse teoricamente proibido, de direito canônico. Outros colégios monásticos apareceram nos anos seguintes também em Paris, em Oxford e em Toulouse. Sua existência mantinha-se contudo difícil. Faltava o dinheiro e, apesar dos apelos pontificais, especialmente aqueles de Benedito XII, abades e cabidos mostravam pouco zelo em desenvolver os modernos estudos no seio das ordens. A proporção de graduados de universidades em meio às populações monásticas raramente ultrapassava, ao que parece, os 3 ou 4% dos efetivos e os principais abades continuavam a ser recrutados na alta aristocracia mais do que entre os doutores.

Completamente oposta, pelo menos aparentemente, era a situação das ordens mendicantes. Desde o início, São Domingos fizera dos estudos gramaticais, filosóficos e teológicos um elemento essencial, não apenas da formação dos jovens frades pregadores, mas até da espiritualidade de sua ordem e, após algumas hesitações, os Franciscanos seguiram pelo mesmo caminho. Pregadores e Menores eram, como vimos, dotados de um conjunto complexo e hierarquizado de *studia* dos quais os mais importantes se integravam nas faculdades universitárias de teologia. Priores, cabidos e ministros provinciais e gerais administravam cuidadosamente tais instituições de ensino, tanto no tocante ao seu financiamento quanto no concernente à escolha dos estudantes ou à designação dos professores. No final do século, Carmelitas e Eremitas de Santo Agostinho adotaram, por seu turno, um sistema análogo. Ainda que tais *studia* tivessem visto passar no final da Idade Média centenas de estudantes<sup>19</sup>, não se poderá daí concluir que todos os irmãos mendicantes eram, nessa época, grandes intelectuais. Deveria haver, em

19 - Assinale-se, como exemplo, que as únicas províncias germânicas da ordem dos Carmelitas (*Alemania superior et inferior et Saxonia*) enviaram 3349 irmãos para os *studia* universitários de teologia entre o fim do século XIII e início do XIV, dos quais 122 se tornaram doutores (F. B. Lichteig, *The german carmelites at the medieval universities* [textus et studia historica Carmelitana, 13]. Roma: 1981, p. 416).

todas as ordens, uma maioria de *fratres communes* que não receberam mais do que a formação mínima assegurada em cada instituição para o leitor conventual. Porém é verdade que a espiritualidade mendicante sempre valorizou o estudo e considerou os doutores como iluminados e chefes naturais das ordens. Como bem demonstrou André Vauchez, antes dos movimentos de estrita observância do século XV, a simplicidade do *idiota* ignorante jamais foi tida aqui como mérito e muito menos como virtude<sup>20</sup>. Os quadros das ordens mendicantes (priores, ministros, conselheiros, pregadores gerais) - quaisquer que tenham sido sua origem social (pensando bem, freqüentemente mal conhecida) - são sempre recrutados, de maneira quase exclusiva, entre os doutores e licenciados em teologia. É inútil insistir na importância dos autores mendicantes na produção teológica do fim da Idade Média. Deve-se a eles, em Paris e em Oxford, 63% dos comentários bíblicos conservados para o século XIII e 83% para o XIV; sua parte, é verdade cai para 67% no século XV por complexas razões que mesclam, sem dúvida, um certo declínio das ditas ordens, ou, no mínimo, a ascensão no interior das mesmas de tendências "observantes", menos voltadas para a produção escolástica - e uma incontestável renovação da teologia secular<sup>21</sup>. Seu papel era igualmente considerado no domínio da prédica: eles representam 85% dos pregadores cuja atividade foi atestada na França setentrional no século XV<sup>22</sup>.

Poucos, na Igreja e mesmo fora dela, tiveram, indubitavelmente, no final da Idade Média, um lugar equivalente ao dos sábios e letrados. Isso não impede que eles estivessem longe de exercer o quase monopólio do qual haviam desfrutado os monges da alta Idade Média. O serviço do príncipe, tanto

20 - A. Vauchez, *La sainteté en Occident aux derniers siècles du Moyen Age d'après les procès de canonisation et autres documents hagiographiques* (Bibl. des écoles françaises d'Athènes et de Rome, 241). Roma: 1981, p. 460-472 ("Valorisation de la culture").

21 - J. VERGER, "L'exégèse de l'université", In: *Le Moyen Age et la Bible*, dirigido por P. Riché e G. Lobrichon. Paris: 1984, p. 199-232, espec. p. 231.

22 - H. Martin, *Le métier de prédicateur à la fin du Moyen Age: 1350-1520*. Paris: 1988, p. 72-75.

quanto o serviço de Deus, requeria, dali para a frente, as competências dos homens de saber.

### 3. UMA IDADE DE OURO DOS LEGISTAS?

A oposição entre serviço de Deus e serviço do príncipe - ou, se preferirmos, do Estado - está longe de dar conta da oposição entre clérigos e leigos. Se nos países mediterrânicos, o pessoal político e administrativo empregado pelas cidades e pelos príncipes estava já bastante laicizado nos derradeiros séculos da Idade Média, isso não acontecia na Europa do Norte. Tanto pelo fato de os laicos letrados serem ainda bem poucos numerosos quanto por ser cômodo para o poder secular fazer apelo aos clérigos cuja remuneração era assegurada pela Igreja e, muitos servidores do Estado eram aqui homens de Igreja e, cônegos, bispos ou abades. Cabe sublinhar que a Igreja, e em particular o papado, não parecia se opor a tal situação que iria, contudo, ao encontro das antigas interdições canônicas contra a prática, por parte dos clérigos de disciplinas profanas. Parece até que, do século XIII ao século XV, os papas haviam voluntariamente outorgado benefícios eclesiásticos ao clérigos já engajados no serviço dos príncipes e recomendados por eles. Pode-se interrogar sobre as causas dessa generosidade: desejaria a Igreja um meio de guardar uma certa influência nas novas estruturas de Estado em vias de se constituir? Tratar-se-ia, antes, como já se sugeriu, de um verdadeiro "desafio lançado pela nobreza" (Hélène Millet)<sup>23</sup>, detentora tradicional do poder político, e, se assim for, por quê?

De qualquer maneira, não é muito difícil colocar em evidência a importância da ajuda aqui concedida, em certa medida, gratuitamente, pela Igreja ao Estado.

---

23 - H. Millet, "Les chanoines au service de l'État: bilan d'une étude comparative", in: *L'État moderne: genèse, bilans et perspectives*. Editado por J. Ph. Genet, Paris: 1990, p. 137-145, *spéc.* p. 143.

Os serviços prestados aos príncipes e às cidades por parte de cônegos e bispos eram de vários gêneros. Podia tratar-se antes de serviços de natureza doméstica e pessoal, guardando uma certa coloração religiosa (confessores, capelães, familiares), ou, ao contrário, de serviços que davam clara prioridade à esfera pública e laica (oficiais de justiça ou de finanças, embaixadores).

Os reinos da Inglaterra e da França são os dois Estados onde os clérigos por mais tempo ocuparam um lugar importante entre os servidores da monarquia, sobretudo no nível central. De fato, essa tradição de clérigos a serviço do Estado não desapareceu completamente desses países, a não ser com o próprio Antigo Regime.

Na Inglaterra, não apenas o chanceler do reino era quase sempre um prelado, quase sempre arcebispo de Canterbury, mas os serviços centrais da monarquia, chancelaria, "*Banc du roi*" (Tribunal Supremo) e *Échiquier* eram amplamente compostos por clérigos, pelo menos até finais do século XIV. Até nos cabidos bem distantes da capital como Exeter ou York, uma forte proporção de cônegos (32% no primeiro caso, 53% no segundo) exerceu, durante os séculos XIV e XV, ofícios públicos<sup>24</sup>.

Na França, na época de Filipe, o Belo (1285-1314), um inquérito prosopográfico sobre o pessoal dos órgãos centrais do governo, tanto do Palácio quanto dos serviços administrativos, demonstrou que 273 dos 1884 funcionários recenseados, ou seja, 15%, eram cônegos (a que se deve acrescentar alguns bispos e outros religiosos)<sup>25</sup>; eles estavam presentes por toda a parte e não apenas como capelães e confessores. De fato, eles representavam mais da metade dos notários e secretários da chancelaria, dos mestres de Contas, dos conselheiros do Parlamento. Em seguida, tais porcentagens baixaram, mas lentamente.

---

24 - Ver em *I canonici*, op. cit., os estudos de R. B. Dobson, "*The Canons of York Cathedral: 1400-1500*", p. 15-26, e de D. N. Lepine, "*The canons of Exeter Cathedral: 1300-1455*", p. 27-46.

25 - Ver em *I canonici*, op. cit., o estudo de E. Lalou, "*Les chanoines au service de Philippe le Bel: 1285-1314*", p. 219-230.

te; no Parlamento, a paridade entre conselheiros clérigos e conselheiros leigos foi rigorosamente mantida até meados do século XV. No início do mesmo século XV, a metade dos cônegos de Laon acumulava suas prebendas com um cargo a serviço do rei ou de um príncipe de sangue; acrescenta-se que os cônegos assim empregados pelo príncipe eram geralmente aqueles que possuíam diplomas universitários.

Esses clérigos graduados e servidores de Estados praticamente não sofreram a política "galicana" (diminuição da obediência, entre 1398 e 1408, Sanção Pragmática de 1438) que privava o papa do usufruto de benefícios eclesiásticos franceses: o rei e os grandes, que recuperaram largamente os direitos de colação, não os esqueceram na distribuição de favores e de rendimentos.

Na Itália, em compensação, o pessoal das chancelarias, das administrações e dos tribunais foi laicizado muito cedo. Sem recorrer à Igreja, em 1224 Frederico II fundava em Nápoles o *studium* de retórica e de direito que deveria formar os funcionários de que se tinha necessidade para governar o reino da Sicília. Nos séculos XIV e XV as chancelarias e os tribunais das cidades italianas apareciam essencialmente povoados por secretários e juizes laicos provenientes de Bolonha e de outras universidades jurídicas da península. Os clérigos eram quase sistematicamente colocados à parte das atividades políticas e administrativas. Mesmo em São Pedro de Roma, e note-se que se tratava aqui de caso muito particular do Estado pontifical onde não poderiam ser distinguidos serviço da Igreja e serviço do Estado, apenas 19% de cônegos foram encarregados de cargos públicos, dos quais apenas 1% de cargos estritamente laicos.

Seja como for, quer se tratasse de clérigos ou de leigos, o número dos servidores do Estado cresceu por toda parte no final da Idade Média (apesar das fortes diferenças geográficas e cronológicas), e aí está o dado maior da história social e política dessa época. Tal fenômeno foi mesmo bastante espetacular para que os contemporâneos tivessem tido a tendência de exagerar sua importância e rapidez. Periodicamente, os Paramentos ou as assembléias dos Estados denunciavam o número excessivo dos funcionários e o peso demasiado que eles representavam para as finanças urbanas ou principescas; algumas medi-

das de reforma foram então tomadas para limitar o seu número, mas o movimento repercutiu logo de maneira panorâmica pelos Estados do final da Idade Média porque, na realidade, sobretudo as grandes monarquias nacionais, eram ainda notoriamente sub-administradas e não podiam dispensar os serviços daqueles homens devotados e competentes - ou pelo menos assim considerados - que eram os homens de justiça e das finanças.

A administração central do reino da França, se deixarmos de lado o Conselho - organismo político, o Palácio - organismo doméstico - e o comando do exército, não empregava praticamente, por volta de 1350, mais do que 250 pessoas (uma centena no Parlamento, sessenta na Chancelaria, o resto nos diversos serviços financeiros e monetários) e a cifra praticamente não aumentará antes de 1450 e o final da Guerra dos Cem Anos<sup>26</sup>. É verdade que a maior parte daqueles funcionários, colocando-se à parte o pessoal das finanças encarregado da Assistência ou do Tesouro, mereciam a qualificação de "homens de saber"; a quase totalidade dos conselheiros do Parlamento e os mestres de contas eram licenciados ou doutores em direito. Muitos dos notários e secretários do rei também o eram, ou, talvez, pelo menos, mestres em artes. De qualquer maneira, o simples fato de haverem longamente freqüentado os meios da corte e do palácio (e da catedral, para aqueles dentre eles que eram clérigos) lhes havia plenamente proporcionado a ocasião de se dotarem de uma boa cultura tanto jurídica quanto retórica; de Gervais de Bus, autor do *Roman de Fauvel* por volta de 1314, até os "primeiros humanistas franceses" do tempo de Carlos VI, numerosos foram os indivíduos da Chancelaria que desempenharam um papel importante no desenvolvimento da literatura e do pensamento político francês.

Em poucas palavras, os serviços da administração central do reino, concentrados em Paris na *Île de la Cité*, representa-

26 - Este parágrafo e os seguintes inspiram-se fundamentalmente nos trabalhos de F. Autrand, *Naissance d'un grand corps de l'État: les gens du Parlement de Paris (1345-1454)*. Paris: 1981; e em "L'apparition d'un nouveau groupe social", in: *Histoire de la fonction publique en France*, dirigido por M. Pinet, tomo I, *Des origines au X<sup>e</sup>me siècle*. Paris: 1993, p. 311-443.

vam um meio de alta cultura ao mesmo tempo que uma saída particularmente atraente, tão prestigiosa quanto bem remunerada, para os melhores graduados das faculdades de direito francesas. Compreende-se que eles tenham feito de tudo para assegurar o monopólio a si próprios, aos seus parentes e amigos. As relações pessoais tornavam-se, no final do século XIV, o complemento indispensável do diploma para fazer carreira a serviço do rei e os *homines novi* rapidamente se tornaram raros nos organismos centrais da monarquia.

O quadro é um pouco diferente se olharmos do lado da província; quer dizer, os funcionários do Patrimônio e da administração das baillias e senescalias. Isso representava efetivos, difíceis de calcular, de alguns milhares de pessoas. Durante longo tempo, não havia ali muita gente que merecesse a qualificação de "homens de saber": nem os baillios nem os senescais, nobres e militares, nem os rendeiros, nem os coletores de impostos, homens de finanças com comportamento geralmente diligente, nem a massa dos meirinhos, quase iletrados e encarregados, sobretudo, de exercer penhoras e prisões. Mesmo os pequenos periodistas e tabeliães que povoavam os escritórios da administração real eram de uma modesta competência que praticamente não ia além da escrituração dos seus registros.

A baillia de Senlis, modesta porém próxima da capital, que foi estudada de maneira exemplar por Bernard Guenée, oferece uma imagem que pode ser, sem dúvida, transposta para inúmeras outras regiões do reino da França<sup>27</sup>. Até cerca de 1450, não se encontram doutores em direito na baillia de Senlis, sendo que havia no máximo uma dezena de licenciado, mais frequentemente advogados, dos quais alguns foram bem-sucedidos em se tornar baillios ou lugares-tenentes da baillia, advogados ou procuradores do rei. No restante, simples práticos sem cultura, meirinhos e procuradores de origens obscuras. Entre 1400 e 1500, no arroubo de reconstrução do país, os funcionários se multiplicaram, mas também, dentre eles, os graduados que são doravante vinte ou trinta e devem por vezes aceitar, pelo menos no

27 - B. Guenée, *Tribunaux et gens de justice dans le bailliage de Senlis à la fin du Moyen Age (vers 1380-vers 1550)*. Strasbourg: 1963.

início da carreira, os postos bastante modestos de escrivães, prebostes, ou guarda-selos. A evolução não estaria, aliás, em seu final: por volta de 1550, havia de oitenta a cem licenciados em direito na baillia de Senlis, pequeno mundo que se tornara característico por seus hábitos provinciais, calma existência e ambições bloqueadas. O crescimento do Estado, multiplicando os ofícios, estimulou a produção de homens de saber. Mas como se deve entender isso? A difusão capilar da cultura erudita pelos escalões mais modestos da sociedade provincial, ou a desvalorização dos títulos acadêmicos e a frustração dos graduados prometidos a tristes lazeres, à rotina intelectual e a destinos sem futuro?

O rei não era o único na França que empregava funcionários e que oferecia eventuais possibilidades de carreira para os juristas. Os príncipes - que possuíam o apanágio do sangue real, sendo ainda proprietários de grandes feudos -, os prelados enquanto senhores temporais, as comunas, dispunham todos eles de um aparato de governo que reproduzia mais modestamente aquele do soberano, com a tripartição (serviços domésticos do palácio, conselho, os próprios serviços administrativos classicamente divididos em chancelarias, tribunais e escritórios financeiros). A principal diferença é que aqui os indivíduos se contavam às dezenas e não às centenas, além de o lugar atribuído às pessoas cultas, ao lado dos pais, familiares ou simples práticos, ser freqüente e pobremente avaliado. Mesmo os principais do nível do ducado da Bretanha mantiveram, até final do século XV, instituições bastante sumárias nas mãos de um pessoal político de competência limitada. Apenas os duques da Borgonha conseguiram edificar um verdadeiro Estado capaz de oferecer um número apreciável de empregos aos graduados em direito provindos das universidades de Orléans, de Dole ou de Louvain<sup>28</sup>.

O que acabamos de dizer da monarquia francesa se aplica, sem dúvida, *mutatis mutandis*, à monarquia inglesa. É mais in-

28 - J. Bartier, *Légistes et gens de finance au XV<sup>e</sup>me siècle: les conseillers des ducs de Bourgogne sous Philippe le Bon et Charles le Téméraire*. 2 volumes. Bruxelles: 1955-57.

interessante para nosso propósito perguntar o que se passou durante esse mesmo período em países mediterrânicos que haviam sido, desde o século XII, o berço do renascimento do direito romano e o ninho geográfico e cultural onde os legistas haviam conquistado desde essa época um lugar importante no cenário social e político, mas que não viu, no final da Idade Média, serem edificadas construções de Estado tão sólidas quanto as grande monarquias nacionais da França e da Inglaterra.

Na França do Midi, onde as primeiras menções de juristas (*jurisperiti, causidici*) e de professores *legum* datam da segunda metade do século XII, tanto nos principados feudais quanto nas cidades de consulado ou de cabidos catedrais, e onde o século XIII viria se constituir um sólido ensino autóctone de direito romano, existia ainda, no início do século XIV, no momento em que aqueles países ingressavam doravante na órbita capetíngia, uma quantidade impressionante de juristas leigos muitas vezes titulares de licenças ou de doutorados universitários adquiridos na própria região ou na Itália. Joseph R. Strayer contou 189, dentre os quais, pelo menos, 98 doutores ou "*jurisperitos*", no Languedoc no tempo de Filipe, o Belo (1285-1314), sendo que alguns deles - como Guillaume de Nogaret, Guillaume de Plaisians ou Pons d'Aumelas - conseguiram seguir brilhantemente suas carreiras até Paris<sup>29</sup>; do mesmo modo, para Avignon e para o Condado avinhonês, Jacques Chiffolleau conseguiu recensear 272 juizes (à exclusão de outras categorias de homens de lei), quase todos graduados, no século dos papas de Avignon<sup>30</sup>. Mais tarde, uma vez o papado dividido em Roma e o acesso aos órgãos centrais da monarquia francesa açambarcados pelos graduados de Paris e de Orléans, as esperanças de carreira para os homens de saber meridionais tornaram-se mais aleatórias e isso foi, sem dúvida, uma das causas do relativo declínio das faculdades meridionais de direito no século XV. Aos juristas provençais e do Languedoc, não restava praticamente nada além de carreiras bem mediócras na administração das se-

29 - J. R. Stryer, *Les gens de justice du Languedoc*, op. cit.

30 - J. Chiffolleau, *Les justices du pape: delinquance et criminalité dans la région d'Avignon au XIV<sup>e</sup>me siècle*. Paris: 1984. P. 285-317.

nescalías ou vinculados aos consulados urbanos. A serviço desses últimos, eles poderiam, além do mais, tornar-se, no momento certo, agentes eficazes de resistência ao progresso da autoridade real. Mas era, apesar de tudo, um combate na defensiva que não poderia, enquanto tal, preencher suas ambições. Servir o rei sem trair as tradições e as particularidades da "pátria de Languedoc" correspondia mais à suas expectativas e, a esse respeito, a aparição dos Parlamentos de província (Toulouse em 1443, Grenoble em 1453, Bourdeaux em 1463, Dijon em 1476, Aix-en-Provence em 1501) e os postos prestigiosos que eles ofereciam aos melhores juristas locais são particularmente bem-vindos.

Na mesma época, a Itália e a Espanha viviam evoluções contrastantes. Na Itália do Norte e na Toscana triunfavam senhores urbanos e cidades-Estados a serviço dos quais se postavam secretários humanistas e doutores em direito, algumas vezes aparentados das velhas famílias do patriciado mercantil, às vezes providos de troncos mais modestos recentemente imigrados do *contado* vizinho<sup>31</sup>. Na mesma época, na Itália do Sul e na Península Ibérica, ao final de um longo período de guerras e de dificuldades, iniciava-se com os reis católicos uma unificação territorial e monárquica (1479 - Castela, Aragão, Duas Sicílias), ainda imperfeita em 1500, mas que exigia já a instalação de um aparelho administrativo moderno. Foi nesse contexto que, no século XV, apareceu, na Espanha, a figura do *letrado*, prometido a um belo futuro tanto social quanto literário. Os *letrados* constituíam, na realidade, um grupo bastante heterogêneo. No vértice, vinham os grandes funcionários da monarquia, freqüentemente instalados em Valladolid: juizes da *Audiencia real*, *contadores mayores* (mestres de contas), que supervisionavam os proventos ordinários e extraordinários do Estado, secretários da Chancelaria, referendários das cortes. Outros *letrados*, ou talvez os mesmos, exerciam as principais magistraturas municipais (alcaldes, *regidores* e *corregidores*) que, em Castela, estavam submetidos pra-

31 - L. Martines, *Lawyers and statecraft in Renaissance Florence*. Princeton: 1968.

ticamente todos à nomeação do rei<sup>32</sup>. Enfim, as famílias da grande nobreza tinham seus próprios notários e secretários (*escrivãos*) que geralmente, ao mesmo tempo, faziam parte de suas clientelas domésticas de protegidos ou *criados*. O ingresso dos *letrados* foi particularmente notório em Castela, indício da preponderância política que esse feio em breve exerceria no seio da Espanha unificada. Em Aragão e na Catalunha, em compensação, onde os representantes do Estado sempre se opuseram vigorosamente aos progressos da autoridade real, eles teriam um lugar menos importante, enquanto em Navarra instituições muito mais sumárias contentavam-se em recorrer a um punhado de licenciados e de bacharéis<sup>33</sup>. Em Portugal, finalmente, os juristas laicos representavam apenas 18% dos funcionários da administração central no século XIV<sup>34</sup>, embora seu papel houvesse aumentado no século XV.

Observa-se semelhante ascensão dos homens de saber a serviço de príncipes territoriais e de cidades nos países do norte da Europa, onde se modernizam então estruturas políticas que, por muito tempo, permaneceram arcaicas. As administrações locais ofereciam, uma gama bastante ampla de empregos, indo dos modestos cargos de secretários nas pequenas cidades, para as quais se dirigiam inúmeros mestres de artes, até os postos de conselheiros nos tribunais do Império para onde iam doutores em direito, muitas vezes graduados em universidades italianas.

Enfim, por toda a Europa, príncipes e cidades, embora ainda não fossem tão acolhedores para com os homens de saber quanto a Igreja, empregavam, a seu serviço, um crescente número de letrados, particularmente juristas. O nível de competência, bem como o prestígio e a remuneração desses homens, era variável, embora o exercício de um cargo público significasse, para todos, um ponto comum de referência em torno do qual se começava a cristalizar, no século XV, o sentimento de constituir um grupo social específico, o qual seria, em seguida, conhecido, na França, por classe de toga.

32 - Vide A. Rucquoi, *Histoire médiévale de la Péninsule Ibérique*. Paris: 1993, p. 308-322.

33 - B. Leroy, *Le royaume de Navarre: les hommes du pouvoir, XIIème-XVème siècle*. Biarritz: 1995, p. 208-212.

34 - A. L. de Carvalho Homem, *O desembargo régio (1320-1433)*. Porto: 1990, p. 471-472.

#### 4. CONCLUSÃO: ALGUNS MATIZES NECESSÁRIOS

Das páginas precedentes, o leitor terá apreendido, sem dúvida, um esquema bastante simples, e, no cômputo geral, previsível, que poderia ser assim resumido: o final da Idade Média viu, ao mesmo tempo, dois fenômenos alimentando-se um ao outro: a transformação da Igreja em uma monarquia administrativa centralizada e o nascimento dos Estados laicos modernos. Não podendo se satisfazer com o apoio dos grupos dominantes tradicionais, a saber o clero e a nobreza "feudais", Igreja e Estados cada vez mais recorriam às novas categorias de servidores, cuja incondicional fidelidade se aliava a competências técnicas fundadas sobre o domínio do escrito e das disciplinas da cultura letrada. Essa promoção dos homens de saber naturalmente provocou, como contrapartida, o próprio crescimento de seu grupo e das instituições de ensino onde eles eram formados. Daí em diante, a tarefa principal do historiador das sociedades políticas e das elites culturais do final da Idade Média será, resguardado por um instrumental prosopográfico, reconstituir, se possível de maneira quantitativa, o crescimento paralelo dos aparelhos administrativos, religiosos ou leigos, e dos letrados que lhes asseguravam o funcionamento.

Esse esquema geral não é falso. Ele corresponde, aliás, à ambição afixada pelos poderes políticos da época, por exemplo quando eram fundadas novas universidades destinadas a fornecer os juristas e os letrados competentes dos quais se afirmava ter necessidade. Confirmando, em 1413, a fundação da universidade de Aix, o conde de Provence declarava, por exemplo, que ele o fazia "(...) para que enfim os homens de estudos, plenos de saber e de virtude, tomassem o encargo da coisa pública e velassem melhor por seus interesses."<sup>35</sup>

35 - (...) *ut tandem studiosi viri moribus et scientia decorati reipublicae, et eidem salubriter consularent* (M. Fournier, *Les statuts et privilèges des universités françaises depuis leur fondation jusqu'en 1789*, tomo III. Paris: 1892, n°1578).



A visão um pouco mecanicista de evolução social e cultural sugerida por tal esquema convida, entretanto, a alguns matizes necessários.

Antes de mais nada, de que natureza eram exatamente os "serviços" prestados pelos homens de saber a Deus e ao príncipe, à Igreja e ao Estado? Eles os serviam, é um fato, mas não se serviriam também deles? Ainda que atribuíssem um peso especial para as noções teóricas e avaliassem melhor que os outros a força das idéias, os homens de saber da Idade Média não devem ser considerados como abstrações, definidas apenas pela conjunção de uma competência e de um ofício; eram seres de carne e osso, com suas ambições, seus interesses, suas amizades. Deve-se ter em conta todos esses fatores para julgar com equidade seu papel na sociedade do tempo.

Segundo matiz a se ter presente na reflexão: será que havia necessariamente uma ligação funcional entre a competência intelectual dos homens de saber e as tarefas que eles cumpriam? A resposta é evidentemente negativa. Eu não falo aqui das defasagens entre as disciplinas estudadas - direito romano, teologia escolástica, medicina galênica - e as práticas sociais posteriores desses homens<sup>36</sup>; pode-se admitir que, nessa época, se considerasse que uma formação de alto nível, ainda que relativamente abstrata, podia, naquilo que dava acesso ao próprio espírito das disciplinas, ser, em seguida, aproveitada em práticas concretas heterogêneas, costumeiras e empíricas. Eu me interrogo, em contrapartida, sobre o tipo de competência reconhecida a todos aqueles - certamente, a maioria dos homens de saber, pelo menos da metade norte da Europa - que não haviam recebido nada além de uma formação gramatical e lógica, coroada, quando muito, por um mestrado em artes<sup>37</sup>. Em si, o mestrado em artes praticamente não abria grandes possibilidades: ele permitia tornar-se mestre de escola (e, como vimos, muitos mestres-escolas não o possuíam), a rigor, escrivão, secretário, escrivano. Mas, de resto, ele simplesmente garantia o bom conhe-

36 - Vide, *supra*, p. 40.

37 - Jacques Verger, "Pour une histoire de la maîtrise ès-arts au Moyen Age: quelques jalons", *Médiévales*, 13 (1987), p. 117-130.

cimento do latim, noções de lógica e de filosofia, uma certa aptidão para o pensamento abstrato e para o manejo, ativo ou passivo, da escrita, enfim, a experiência de uma particular sociabilidade, aquela das escolas, dos colégios e das universidades. É de se crer que esse tipo de formação, com o qual se contentavam dois terços de estudantes parisienses e quatro quintos, pelo menos, daqueles das universidades alemãs, era por si mesma percebida como fundadora de uma competência intelectual, ainda que fosse desprovida de qualquer dimensão técnica ou profissional. Era assim que o resto - quer dizer, por exemplo, eventuais conhecimentos religiosos ou até jurídicos - podia ser adquirido a partir dali, progressiva e empiricamente.

Deve-se, desse maneira, resguardar-se de determinadas ilusões documentais. É verdade que os juristas e acessoriamente os teólogos ocupam o primeiro lugar neste cenário, com seus títulos ruidosos e seus belos diplomas - nós pensamos nos sumptuosos pergaminhos, realçados pela pintura, que, no século XV, as universidades de Bolonha e Pádua entregavam. Mas por detrás da grande e orgulhosa figura do doutor, o homem de saber medieval foi, mais freqüentemente, o modesto mestre em artes, aquele simples *magister* - título para o qual Conrad de Megenberg sublinhava, com correção, a ambigüidade, em seu *Economico*, III, (por volta de 1354)<sup>38</sup> - cujos conhecimentos bastante elementares constituíam, no entanto, uma bagagem comum, fundamento de uma prática social específica.

Será que essa prática social - e isso constituirá nosso terceiro matiz aplicado ao esquema geral indicado acima - era, por outro lado, sempre direcionada a serviço da Igreja ou do poder secular? Evidentemente não. Fosse por espírito de independência, fosse por busca de lucro ou por falta de postos, muitos ho-

38 - *Magister nomen est equivocum ad plura* (Konrad von Megenberg, *Werke. Ökonomik (Buch III)*, editado por S. Krüger [MGH, *Staatsschriften des späteren Mittelalters*, III, 5/3]; para Conrad de Megenberg, com efeito, a palavra *magister* recobria três elementos distintos - o título universitário (*titulus*), o saber efetivo (*res*) e o reconhecimento social (*nominatio*) - sendo que muitos dos *magistri* não possuíam mais do que um ou dois.



mens de saber na sociedade medieval optaram por uma prática privada, por vezes diretamente ligada à sua formação anterior, por vezes mais inesperada (e, por essa razão, difícil de ser descoberta). Esse uso individual e privado das competências intelectuais deve também ser levado em consideração por quem desejar reconstituir de maneira completa o papel dos homens de saber nas sociedades medievais sem retornar aos *cursus honorum*, por mais brilhantes que eles possam ter sido, das carreiras eclesiásticas ou políticas.

Com o intuito de explicitar e aprofundar tais matizes, eu acabo de indicar a que serão consagrados os próximos capítulos deste livro.

## capítulo V

### SABER E PODER

Nós acabamos de passar em revista as principais funções que as sociedades ocidentais do final da Idade Média mais comumente designaram aos homens de saber, sem, jamais, ao que parece, lhes haver reservado monopólio absoluto. Convém agora interrogarmo-nos sobre a natureza exata de tais funções.

À primeira vista, tratava-se de funções relativamente técnicas, correspondendo, em seu aspecto prático, às disciplinas intelectuais anteriormente incorporadas. Somente o caso dos bacharéis e dos mestres em artes, cuja cultura gramatical e lógica não correspondia a nenhum saber-fazer imediatamente utilizável, é como vimos, um pouco mais complexo. Mas dos outros, esperava-se sempre, de uma maneira ou de outra, que eles se apresentassem por escrito, que eles julgassem, que eles administrassem. Os homens de saber redigiam cartas e ordenações, pregavam e advogavam, dispensavam a justiça, verificavam as contas ou administravam os assuntos temporais das igrejas ou dos príncipes. Em outras palavras, e como indicava o próprio título de nosso capítulo anterior, tratava-se sempre de servir um mestre – individual ou coletivo –, de providenciar ou aplicar decisões ou regulamentos para aqueles, que eram, verdadeiramente falando, os detentores do poder.

O papel dos homens de saber seria reduzido a isso? Não disporiam eles de uma certa margem de liberdade? Não estavam eles nunca associados, em algum nível, à própria elaboração de decisões, à definição de regras, ao exercício do poder? Não disporiam eles de uma certa capacidade de interpretação e de iniciativa e de uma certa autonomia de ação? Sempre servindo os interesses de seus mestres, será que eles não tiveram a possibilidade de defender os seus próprios? Procurar responder essas questões é o objeto do presente capítulo.

## I. SABER E IDEOLOGIA

Nas sociedades medievais, como em qualquer época da história, bem raros foram os poderes, religiosos ou laicos, que não provaram a necessidade de acompanhar sua ação por um certo esforço de legitimação ou justificação ideológica. Todo tipo de meios podia ser colocado a serviço da ideologia e da propaganda políticas: a arte, sob todas as suas formas, os rituais públicos a literatura vernácula, oral ou escrita, a história. No tocante à Idade Média ocidental, foi principalmente a partir do século XII, que se desenvolveu a idéia de se recorrer também aos recursos da cultura erudita tal como esta havia sido definida no primeiro capítulo deste livro e, assim, de apelar para os homens de saber nesse esforço de produção ideológica. O *Politicus* (1159) representa aqui uma etapa capital; nesse, que foi na Idade Média o primeiro grande tratado específico - senão laicizado - de filosofia política, Jean de Salisbury explicava que o príncipe, se desejasse realizar um bom governo em seus Estados, não devia ceder nem às intrigas dos cortesãos nem à sua própria fantasia, as quais só poderiam conduzi-lo à tirania. Devia, pelo contrário, seguir os conselhos dos "filósofos", quer dizer, dos doutores provenientes de escolas e compenetrados no que havia de melhor, nas belas-artistas, na dialética, no direito, na ciência da Escritura. Foi ele que colocou em moda o adágio "um rei ignorante é quase um asno coroado" (*Rex illiteratus est quasi asinus coronatus*), que será, até o final da Idade Média, um dos lugares-comuns mais citados de toda literatura política.

Para dizer a verdade, nesse domínio como em muitos outros, foi sem dúvida a Igreja quem desbravou o caminho para os poderes laicos. Desde o final do século XI, a querela do sacer-

dócio e do Império conduziu os papas (e, pela repercussão, os imperadores) a buscar na teologia e no direito romano a justificação de suas pretensões à autoridade suprema. A intensa produção que disso resulta em um e em outro campo se prolongou até o século XII, com o papa Alexandre III (1159-1181) e o imperador Frederico I Barbarossa (1155-1190), depois, no século XIII, no tempo das lutas entre Frederico II (1220-1250) e os papas Gregório IX (1227-1241) e Inocêncio IV (1243-1254). No curso dessa última fase do conflito, os teólogos mendicantes viam agregar sua voz àquela dos canonistas romanos para sustentar a causa da *plenitudo potestatis* pontifical. No século XIV, a relativa retração do poder imperial e o funcionamento muito desconfiado da máquina administrativa dos papas de Avignon colocaram por um tempo em vigília a reflexão eclesiológica, mas aquela voltaria a ocupar o primeiro plano a partir de 1378 com o Grande Cisma do Ocidente e a crise conciliar que se prolonga até meados do século XV, enquanto se eterniza o concílio de Bâle. Filosofia, teologia e direito foram novamente encarregados de fornecer, aos partidários dos diversos papas, sob a superioridade do concílio os argumentos próprios para fundar a causa que eles sustentavam. De qualquer modo, fosse nas universidades, nas camarilhas dos príncipes ou nas dos pontífices rivais, multiplicavam-se os tratados e panfletos "do cisma", "do concílio", ou do "papa".

Do lado dos poderes seculares, para além da literatura pró-imperial já mencionada, os progressos da ideologia política acompanharam, sem dúvida, e até precederam aqueles da renascença efetiva do Estado e da soberania do príncipe.

Os reis Plantagenêt da Inglaterra foram os primeiros a recorrer, desde o século XII, junto com autores como o próprio Jean de Salisbury, Giraud de Barri ou Gautier Map, todos eles puros produtos das escolas de seu tempo e teóricos da monarquia ao mesmo tempo que críticos impiedosos dos cortesãos e dos nobres sem cultura<sup>1</sup>. Na França, o culto dinástico e a historiografia foram, por longo tempo, os principais suportes ideológicos da política dos Capeto. Foi sob São Luís que alguns juristas,

1 - Vide E. Türk, *Nugae curialium. Le règne d'Henri II Plantagenêt (1145-1189) et l'état politique*. Genève: 1977.

como Pierre de Fontaines ou Jean de Blanot, começaram a empregar, com vistas à afirmação da soberania do rei, "imperador em seu reino", o apoio do direito romano. Vinte anos mais tarde, o aristotelismo político, interpretado no sentido mais monárquico possível, veio fornecer uma segunda caução, de natureza filosófica, para a edificação do Estado moderno. Filipe, o Belo (1285-1314), que em sua juventude tivera entre seus preceptores um dos maiores mestres de filosofia e de teologia de Paris, o Augustin Gilles de Rome, autor do *De regimine principum* (Do governo dos príncipes), foi, sem dúvida, o primeiro a resolver utilizar sistematicamente os recursos da cultura erudita a serviço da ação política da monarquia. Sua longa e vitoriosa querela com o papa Bonifácio VIII para afirmar a total independência do rei em relação ao poder temporal, foi acompanhada da publicação de inúmeros tratados e panfletos favoráveis à prerrogativa real.

A orquestração ideológica da política real foi impulsionada, em seu mais alto nível, no tempo do rei Carlos V (1364-1380). Seu codinome "Sábio" (*savant*) mostra bem que os próprios contemporâneos foram sensíveis para esse aspecto da ação real. Carlos V era efetivamente um homem de cultura. Ele criou e instalou no Louvre a "biblioteca real" onde história nacional, direito público e filosofia política encontraram seu lugar ao lado de livros religiosos e de literatura vernácula. Ele amava cercar-se de um círculo de intelectuais, freqüentemente provenientes da Universidade de Paris, que Françoise Autrand agradavelmente chamou de "o clube do rei"<sup>2</sup>, verdadeiro órgão informal, não de decisão (esse papel permanecia reservado ao Conselho), mas de reflexão geral sobre a natureza e as finalidades do Estado e da ação política. Esse círculo reunia-se habitualmente, em torno do rei, para conversas que, ao mesmo tempo, eram cultas e amigáveis. Ele produzia também, certamente sob direto comando do soberano, um determinado número de obras muito bem apresentadas, onde se exprimiam de maneira bastante completa as concepções políticas (soberania do Estado e inalienabilidade da coroa, necessidade do conselho e do consenti-

2 - E. Autrand, *Charles V le Sage*. Paris: 1994, p. 728.

mento, eleição dos funcionários, plena autonomia do político em relação aos religiosos, etc.), que Carlos V se esforçou por colocar concretamente em prática no governo de seu reino. Dessas produções, nós já citamos as traduções de Aristóteles por Nicolas Oresme e o *Songe du vergier* de Évrard de Trémaugon; podemos acrescentar a tradução do *Policraticus* por Denis Foulechat, aquela da *Cidade de Deus* de Santo Agostinho por Raoul de Presles etc.

Os tratados teóricos, cuja difusão deveria ser limitada, não eram os únicos veículos da ideologia política. Cabe acrescentar, de um lado, os panfletos e folhetos de propaganda, de outro, os textos diplomáticos. A redação desses últimos foi cuidadosamente elaborada no seio das chancelarias, na mesma proporção em que eles eram, por sua própria natureza, suscetíveis de atender um vasto público e de fazer compreender concretamente os temas mais clássicos da propaganda real: preâmbulos de cartas e ordenações, considerandos de sentenças solenes, cartas de comissão dadas a inquiridores ou a comissários reformadores, etc. Frederico II e os papas do século XIII haviam já mostrado a dimensão ideológica contida nessas fórmulas; os príncipes do final da Idade Média não esqueceram essa lição.

Durante o reino de Carlos VI - colocando-se à parte Filipe de Mézières (1327-1405), cuja cultura de cavaleiro autodidata não permite, aliás, situá-lo exatamente entre os homens de saber aos quais nos referimos aqui - o esforço de propaganda foi recuperado pelos príncipes da flor-de-lis, que disputavam entre si o poder que lhes era concedido pela extravagância do rei. Os duques de Borgonha e de Orléans rivalizavam-se para se vincular aos serviços intelectuais mais reconhecidos. O primeiro foi mais hábil nesse jogo e, enquanto o duque de Orléans ganhava sobretudo a seu favor a fidelidade de administradores e de militares, o duque de Borgonha obtinha apoio tanto de universitários eminentes, como Jean Gerson, quanto de autores quase profissionais como Christine de Pisan, uma das raras mulheres

3 - Cf. *Le forme della propaganda politica nel Due e Trecento*, editado por P. Cammarosano (Coll. De l'École Française de Rome, 201). Roma: 1994.

como Pierre de Fontaines ou Jean de Blanot, começaram a empregar, com vistas à afirmação da soberania do rei, "imperador em seu reino", o apoio do direito romano. Vinte anos mais tarde, o aristotelismo político, interpretado no sentido mais monárquico possível, veio fornecer uma segunda caução, de natureza filosófica, para a edificação do Estado moderno. Filipe, o Belo (1285-1314), que em sua juventude tivera entre seus preceptores um dos maiores mestres de filosofia e de teologia de Paris, o Augustin Gilles de Rome, autor do *De regimine principum* (Do governo dos príncipes), foi, sem dúvida, o primeiro a resolver utilizar sistematicamente os recursos da cultura erudita a serviço da ação política da monarquia. Sua longa e vitoriosa querela com o papa Bonifácio VIII para afirmar a total independência do rei em relação ao poder temporal, foi acompanhada da publicação de inúmeros tratados e panfletos favoráveis à prerrogativa real.

A orquestração ideológica da política real foi impulsionada, em seu mais alto nível, no tempo do rei Carlos V (1364-1380). Seu codinome "Sábio" (*savant*) mostra bem que os próprios contemporâneos foram sensíveis para esse aspecto da ação real. Carlos V era efetivamente um homem de cultura. Ele criou e instalou no Louvre a "biblioteca real" onde história nacional, direito público e filosofia política encontraram seu lugar ao lado de livros religiosos e de literatura vernácula. Ele amava cercar-se de um círculo de intelectuais, freqüentemente providos da Universidade de Paris, que François Autrand agradavelmente chamou de "o clube do rei"<sup>2</sup>, verdadeiro órgão informal, não de decisão (esse papel permanecia reservado ao Conselho), mas de reflexão geral sobre a natureza e as finalidades do Estado e da ação política. Esse círculo reunia-se habitualmente, em torno do rei, para conversas que, ao mesmo tempo, eram cultas e amigáveis. Ele produzia também, certamente sob direto comando do soberano, um determinado número de obras muito bem apresentadas, onde se exprimiam de maneira bastante completa as concepções políticas (soberania do Estado e inalienabilidade da coroa, necessidade do conselho e do consenti-

mento, eleição dos funcionários, plena autonomia do político em relação aos religiosos, etc.), que Carlos V se esforçou por colocar concretamente em prática no governo de seu reino. Dessas produções, nós já citamos as traduções de Aristóteles por Nicolas Oresme e o *Songe du vergier* de Évrard de Trémaugon; podemos acrescentar a tradução do *Politicus* por Denis Foulechat, aquela da *Cidade de Deus* de Santo Agostinho por Raoul de Presles etc.

Os tratados teóricos, cuja difusão deveria ser limitada, não eram os únicos veículos da ideologia política. Cabe acrescentar, de um lado, os panfletos e folhetos de propaganda, de outro, os textos diplomáticos<sup>3</sup>. A redação desses últimos foi cuidadosamente elaborada no seio das chancelarias, na mesma proporção em que eles eram, por sua própria natureza, suscetíveis de atender um vasto público e de fazer compreender concretamente os temas mais clássicos da propaganda real: preâmbulos de cartas e ordenações, considerandos de sentenças solenes, cartas de comissão dadas a inquiridores ou a comissários reformadores, etc. Frederico II e os papas do século XIII haviam já mostrado a dimensão ideológica contida nessas fórmulas; os príncipes do final da Idade Média não esqueceram essa lição.

Durante o reino de Carlos VI - colocando-se à parte Filipe de Mézières (1327-1405), cuja cultura de cavaleiro autodidata não permite, aliás, situá-lo exatamente entre os homens de saber aos quais nos referimos aqui - o esforço de propaganda foi recuperado pelos príncipes da flor-de-lis, que disputavam entre si o poder que lhes era concedido pela extravagância do rei. Os duques de Borgonha e de Orléans rivalizavam-se para se vincular aos serviços intelectuais mais reconhecidos. O primeiro foi mais hábil nesse jogo e, enquanto o duque de Orléans ganhava sobretudo a seu favor a fidelidade de administradores e de militares, o duque de Borgonha obtinha apoio tanto de universitários eminentes, como Jean Gerson, quanto de autores quase profissionais como Christine de Pisan, uma das raras mulheres

2 - F. Autrand, *Charles V le Sage*. Paris: 1994, p. 728.

3 - Cf. *Le forme della propaganda politica nel Due e Trecento*, editado por P. Cammarosano (Coll. De l'École Française de Rome, 201). Roma: 1994.

suficientemente versadas nas disciplinas eruditas para que possamos associá-la ao grupo das pessoas de saber. Alguns letrados permaneceram duradouramente fiéis à causa borguinhona, outros acabaram por afastar-se dela, sobretudo após o assassinato do duque de Orléans (1407), fosse para reunir um bastante ilusório terceiro partido reformador, fosse para aderir ao clã armanhaque. Era incontestavelmente para este que se dirigia, por exemplo, a simpatia dos secretários humanistas da Chancelaria nos primeiros anos do século XV, assim como Jean de Montreuil (1354-1418), cujos tratados políticos (*A toute la chevalerie*, *Traité contre les anglais*) sustentavam vigorosamente, frente à Inglaterra, a política "nacionalista" do partido de Orléans. Em 1418, quando o duque de Borgonha foi nomeado senhor de Paris, a maior parte pagava, quer com a própria vida, quer com um exílio definitivo, esse engajamento que se tornara, no decorrer dos anos, abertamente anti-borguinhão.

Contudo, tal ruptura não interrompeu completamente essa corrente ideológica. A partir dos anos 1430, se o duque de Borgonha Filipe, o Bom, debruçou-se sobre as formas de propaganda, tanto as literárias quanto as mais tradicionais (crônicas e literatura cavaleiresca)<sup>4</sup>, o rei Carlos VII fez novamente apelo aos autores políticos capazes de desenvolver os argumentos filosóficos e jurídicos necessários para fundamentar sua legitimidade, e além disso, para justificar a política cada vez mais autoritária, talvez quase "absolutista", que ele havia empreendido para reconstruir o Estado monárquico, sempre perseguindo vitoriosamente a reconquista dos territórios ocupados pelos ingleses. Os especialistas possuem geralmente um julgamento sem indulgência sobre tal produção, estimando que, cada vez mais, as argumentações aproximativas a serviço de uma propaganda descarada substituíam as fortes análises jurídicas e políticas do século precedente; apenas Jean Juvénal des Ursins (1388-1473) - esse austero advogado do rei autor de diversas "proposições", "exortações" e outras "deliberações" dedicadas a

---

4 - Ver o conjunto de textos publicados sob o título *Splendeurs de la cour de Bourgogne: récits et chroniques*, sob a direção de D. Régner-Bohler. Paris: 1995.

Carlos VII - encontra um relativo perdão aos olhos daqueles historiadores que, em compensação, eram particularmente severos com um Jean de Terrevermeille, outro advogado do rei (em Beaucaire) cujos *Tractatus contra rebelles suorum regum* de 1419 foi definido como "uma apologia da obediência imposta aos indivíduos...face ao rei onipotente", um Robert Blondel, preceptor do segundo filho de Charles VII (*Les droits de la couronne de France*, 1450) ou, no final do século, o chanceler humanista Guillaume de Rochefort que se gabava, em 1484, da "infatigável prontidão para a obediência" por parte da nação francesa<sup>5</sup>. Deve-se ver nisso um primeiro exemplo de "traição dos homens de letras" em uma longa e difícil história de relações entre os intelectuais e o poder político na França?

Seja como for, importa para nosso propósito precisar corretamente a origem sociológica desses homens de saber, para quem o serviço do príncipe, geralmente muito bem remunerado, não tomou a forma (ou melhor, não apenas) do exercício de tal ou qual cargo administrativo, mas de elaboração de uma ideologia de Estado destinada a justificar, sob coloração de "reforma do reino", o retrocesso das antigas liberdades, em proveito de uma acepção sempre mais larga da soberania real.

Muitos, notemos, não assinaram suas obras, que permanecem para nós anônimas. Poderíamos nos interrogar sobre as causas dessa discrição. Alguns agiram, sem dúvida, espontaneamente, quer por "patriotismo", ou "regalismo" sincero (para empregar um vocabulário um pouco anacrônico), quer para se fazer destacar aos olhos do príncipe e conseguir seus favores. Era, sem dúvida, esse o caso de Pierre Dubois, antigo estudante de Paris e de Orléans que se tornaria um advogado bastante obscuro da bailia de Coutances na Normandia e que, entre os anos 1300-1310, produziu uma dezena de pequenos tratados nos quais sustentava, sem reservas, a política de Filipe, o Belo, como o faria também tanto em seus ataques contra Bonifácio VIII ou contra os Templários, quanto em seus projetos de Cruzada (ou pelo menos aqueles que atribuíam a ele). Essa

---

5 - J. Krynen, *L'empire du roi: idées et croyances politiques en France: XIII-XV<sup>e</sup> siècle*. Paris: 1993, p. 384-414.

lealdade irrepreensível não foi, aliás, recompensada. Talvez o rei jamais tenha tomado conhecimento dos textos de Pierre Dubois<sup>6</sup>.

Outros autores vinham diretamente da universidade; Christine de Pisan nos informa assim "*que le roy Charles [V] amast science et l'estude, bien le monstroït à sa très amée fille l'Université des clers de Paris (...) La congregacion des clers et de l'estude avoit en grant reverence; le recteur, les maîtres et les clers solempnelz, dont y a maint, mandoit souvent pour oïr la doctrine de leur science, usoit de leurs conseilz de ce qui appartenoit à l'espiritualité, moult les honnoroit et portoit en toutes choses*"<sup>7</sup>. Outros autores, enfim, pertenciam já a tal ou qual organismo administrativo quando o príncipe fazia apelo ao talento de sua pluma. A maior parte foi, assim, diretamente solicitada pelo príncipe. Ignoramos evidentemente qual seria a parte respectiva, desse seu consentimento, do interesse bem delimitado e qual parte provinha de sincera convicção, sendo que ela mesma estaria apoiada, senão sobre um consenso geral, pelo menos sobre uma poderosa corrente de opinião. Ignoramos também até que ponto o real comandatário esboçava por antecipação o esquema da obra solicitada ou, ao contrário, deixava para o autor uma margem de liberdade que poderia eventualmente lhe permitir ultrapassar os desejos de seu mestre e fornecer-lhe os argumentos, e até os conceitos que ele não havia ainda sequer sonhado.

Caberá para poder responder a tais questões cercar de maneira direta a personalidade e a cultura do próprio príncipe. O "rei sábio" do final da Idade Média não era certamente o *rex illitteratus* ridicularizado por Jean de Salisbury, embora, como praticamente não possuamos para essa época escritos autênticos verdadeiramente provindos de uma pluma real, torne-se difícil dizer em que medida o príncipe podia discutir de igual para igual com os homens de saber ou preferia deixá-los com o

campo livre para desenvolver suas idéias, com a condição de que estas fossem condizentes com o sentido geral por ele desejado.

Nós desenvolvemos um pouco o exemplo francês que nos é mais familiar, mas, na maior parte das monarquias europeias, encontraremos, inclusive, entre os séculos XIII e XV, um ou mais príncipes "sábios" que souberam se cercar de letrados a quem eles encomendavam as obras de ideologia ou propaganda destinadas a favorecer seus esforços de modernização do Estado.

Desde os anos 1260, o rei de Castela Afonso X (1252-1284), que também é considerado "Sábio" (*el Sabio*), havia feito alguns legistas formados em Bolonha compilarem a célebre coleção jurídica das *Siete Partidas*, de inspiração fortemente romana e que se tornaria muito em breve a base do direito público espanhol, antes mesmo de ser promovida, no século seguinte (1348), ao estatuto de código de leis oficial e ensinado como tal nas universidades. Outros príncipes ibéricos do final da Idade Média saberão ao mesmo tempo fazer legitimar pelos doutores de Salamanca ou de Coimbra tanto o reforço do Estado quanto os primeiros projetos de expansão ultramarina. Como exemplo, citaremos o rei Duarte I de Portugal (1433-1438), autor de grandes compilações legislativas (*Ordenações do senhor rei D. Duarte e Livro das leis e posturas*), e seu irmão caçula, o infante Henrique, o Navegador (1394-1460), cujo interesse pelas matemáticas, por astronomia e por geografia nós conhecemos.

No Império, a propaganda imperial, ainda ativa no tempo de Henrique VII, Luís da Baviera (o provável inspirador e o modelo do *Défenseur de la paix*, composto em 1324 por Marsílio de Pádua, ele próprio antigo reitor da Universidade de Paris que se tornara vigário imperial na Itália) e Carlos IV de Luxemburgo, periclitará em seguida. Contudo, os príncipes territoriais, bem como os italianos (os Médicis em Florença, os Sforza em Milão, os Este em Ferrare, Afonso V em Nápoles) e os alemães (os duques da Baviera, os Eleitores palatinos os *margraves* de Bade), até mesmo quando seus poderes tomavam a forma de uma brutal tirania ou não ultrapassavam uma escala local e bastante modesta, tomavam frequentemente a precaução de cercarem-se de doutores e de letrados a seu serviço. Concebe-se que,

6 - Ver a introdução de Pierre Dubois, *The Recovery of the Holy Land*, traduzido por W. I. Brandt. New York, 1956.

7 - Christine de Pisan, *Les livres des faits et bonnes mœurs du sage roy Charles V*. Editado por S. Solente, tomo II, Paris: 1940, p. 46-47.

nesse contexto, o debate entre defesa das liberdades cívicas, redescobertas pela leitura de Cícero, e a adesão ao mecenato principesco teria sido um daqueles que mais agitaram o mundo dos humanistas italianos, especialmente toscanos, no século XV<sup>8</sup>.

Podemos apresentar outras referências ainda emprestadas tanto da história inglesa – como por exemplo, aquela do tempo do rei Ricardo II que fazia com que os juristas de seu círculo, como Robert Tresilian, presidente do Banco do rei, procurassem justificar sua política de poder pessoal hostil ao Parlamento e aos grandes barões<sup>9</sup> – como de países mais longínquos como a Polónia de Casimiro, o Grande (1333-1370), ou a Hungria de Mathias Corvino (1458-1490) com seus chanceleres humanistas provenientes das universidades de Viena ou de Bolonha, Jean Vitéz e Pierre Váradi<sup>10</sup>.

Naturalmente, as disciplinas eruditas não forneciam a única base, talvez nem sequer a principal, da legitimação ideológica do Estado moderno. Na França como em outros lugares, todos os tipos de elementos tradicionais, retomados fundamentalmente da antiga cultura cavaleiresca, lhe foram também integradas, ao mesmo tempo que as crenças mais populares, religiosas ou morais, históricas ou míticas, adequadas para suscitar a adesão afetiva das populações para a idéia nacional e para a dinastia que ela encarnava<sup>11</sup>. Todavia, permanece, para nosso propósito, o fato de o final da Idade Média assistir aos homens de saber inaugurar, pelo menos alguns dentre eles, uma forma intelectual de engajamento político que ia bem além do exercício das funções judiciárias ou administrativas habituais.

8 - Na base de uma enorme literatura acerca desse tema, encontram-se os trabalhos de H. Baron e especialmente de seu maior livro, *The crisis of the early Italian Renaissance. Civic Humanism and republican liberty in an age of classicism and tyranny*, 2 volumes, Princeton: 1955.

9 - S. B. Chrimes, "Richard II's questions to the judges", in: *Law quarterly review*, 72 (1956), p. 365-390.

10 - L. S. Domonkos, "Ecclesiastical patrons as a factor in the hungarian Renaissance", in: *New review of east-european history*, XIV/1-4 (1974), p. 100-116.

11 - C. Beaune, *Naissance de la nation France*. Paris: 1985.

## 2. DO SERVIÇO AO CONSELHO

No fólio 1 do maço 2902 da Biblioteca real de Bruxelas, que constitui-se um exemplar de apresentação da tradução da Ética de Aristóteles, uma iluminura mostra-nos o mestre Nicolas Oresme ajoelhado em frente a Carlos V, ao rei que senta majestosamente, com a coroa sobre a cabeça, sob o pátio real, o autor oferece respeitosamente o livro que acaba de compor "*du commandement de très noble et très excellent prince Charles, par le grâce de Dieu roy de France*". Mesmo tendo cumprido uma tarefa mais nobre do que a simples escrituração, mesmo dispondo de uma certa liberdade de inspiração, o ideólogo que colocasse seu talento a serviço das escolhas políticas de seu mestre esperando recompensa, estava ainda em posição de dependência. Sua ciência e sua competência são reconhecidas, embora utilizadas para finalidades que lhe são impostas.

Teriam os homens de saber do final da Idade Média se conduzido para além dessas posições sempre subordinadas? Teriam eles participado pessoal e diretamente do exercício do poder? A resposta a essa questão não é simples e cabe outra vez diferenciar efetivamente o caso da Igreja daquele dos Estados seculares.

Para a Igreja, a resposta é incontestavelmente afirmativa a partir, pelo menos, de meados do século XII. De fato, até finais da Idade Média, um grande número de papas, de cardeais, de bispos, de abades, foram recrutados na alta e por vezes muito alta, aristocracia. Porém, como vimos no capítulo precedente, o domínio de uma boa cultura teológica ou jurídica, sancionada a partir do século XIII pela posse de títulos universitários, tornara-se igualmente um eficaz critério de promoção no alto clero. O papa Alexandre III (1159-1181), ainda que não se deva mais hoje em dia identificá-lo com o canonista Rolandus, foi o primeiro de uma longa linhagem de papas cultos provindos das escolas de Bolonha. Outros, como Inocêncio III (1198-1216), haviam, antes, estudado teologia em Paris. O mais eminente, a esse respeito, foi, sem dúvida, Inocêncio IV (1243-1254), canonista de grande renome, que ofereceria, como papa, a edição definitiva de seu *Apparat sur les Décrétales*. Os papas da segunda



metade do século XIII, como aqueles de Avignon, ainda que fossem personalidades menos brilhantes, foram, praticamente todos eles, também antigos doutores em direito ou teologia.

A ascensão dos homens de saber no Sagrado Colégio prosseguiu naturalmente, entre os séculos XII e XIV. Sem dúvida, ela não foi, de maneira alguma, linear, com alguns papas sendo manifestamente mais favoráveis do que outros em relação aos homens de estudo. Mas havia já dez *magistri* dentre 34 cardeais nomeados por Alexandre III e a época dos papas de Avignon termina com um Sagrado Colégio composto ao menos por metade de licenciados e doutores<sup>12</sup> - e, sem dúvida, na realidade, bem mais do que isso.

Talvez o papado e a Cúria do século XV constatassem ambos um certo recuo daquelas posições, com a grande nobreza italiana tornando-se a força dos órgãos dirigentes da Igreja; não faltava, no entanto, mesmo nessa época, entre os pontífices e os cardeais, juristas reconhecidos, teólogos eminentes (Nicolas de Cues) e humanistas de primeiro plano, colecionadores de belos manuscritos gregos e latinos ou eles próprios autores (como os papas Nicolau V ou Pio II, o cardeal Bessarion).

Eu não retomo aqui o lugar igualmente importante ocupado pelos graduados no episcopado, encontrando-se estes à frente das sedes mais importantes. É suficiente recordar, por exemplo, que a sede episcopal de Canterbury, que era a cabeça da Igreja na Inglaterra, viu sucederem-se, do século XII ao XIV, letrados da qualidade de Anselmo d'Aosta, Stephen Langton, Robert Kilwardby, John Peckham e Thomas Bradwardine. Por seu turno, as ordens mendicantes eram governadas por equipes de doutores em teologia. Como já salientamos, apenas o monaquismo tradicional escapou das restrições dos graduados sobre as funções dirigentes.

Se não há qualquer dúvida acerca da grande ajuda exercida pela formação intelectual para a promoção desses homens de saber - já que não poderíamos atribuir apenas a ela, porque intervinham também questões de origens sociais, de afinidades

---

12 - Vide *supra*, p. 117.

políticas e de personalidade - deve-se, na mesma proporção, concluir que, por causa disso, eles governaram a Igreja (ou as igrejas locais que lhes eram confiadas)? Homens de saber que se tornavam homens de poder. Era, antes de tudo, em virtude da autoridade e das responsabilidades pastorais das quais eles eram investidos e de como estas eram definidas pelo direito canônico, que eles tomariam doravante suas decisões e efetuariam sua aplicação. Suas armas eram, em uma certa medida, as do saber - a extensão dos conhecimentos, a pertinência do julgamento, a capacidade de convencer - mas também aquelas do poder - o arsenal de sanções canônicas, as riquezas temporais da Igreja e seus meios de coerção, aí compreendidos os militares, legitimados pelo direito ou pelo uso. Para falar com franqueza, pode-se dizer que a existência de eminentes professores de teologia nas escolas parisienses explica o fato de Stephen Langton ter tomado a frente dos barões ingleses revoltados contra o rei João Sem Terra em 1215 ou de Eudes Rigaud ser revelado, enquanto arcebispo (de 1248 a 1275), um administrador particularmente eficaz da província eclesiástica de Rouen? A Igreja medieval certamente transferia uma boa parte de seu destino para as mãos dos doutores e dos sábios - os devotos, os místicos, os heréticos a criticavam na ocasião -; mas nem por isso ela se tornaria uma "república de professores" nem uma moderna tecnocracia.

A tentação, entretanto, existia, pelo menos na época da crise conciliar. A falência do magistério pontifical, as retratações do Sagrado Colégio tinham então convencido um certo número de mestres da universidade, particularmente teólogos parisienses, que lhes cabia tomar diretamente em mãos a resolução da crise, talvez, mais duradouramente, uma parte, pelo menos, do governo da Igreja. A reflexão eclesiológica sobre o papel do Concílio, apoiada, ela própria, sobre o desenvolvimento do aristotelismo político, dava a tais pretensões certas bases teóricas. A Universidade de Paris (note-se, apesar da sua oposição à de Toulouse; portanto, nem todos os universitários eram conciliaristas) começou por intervir através de seu próprio chefe com o intuito de impor ao governo real e à Igreja da França a "diminuição da obediência" perante o papa de Avignon (em 1398 e em 1408), e, em seguida, o enfraqueci-



mento no Concílio geral. No seio desta, em Pisa, (1409) e, sobretudo, em Constance (1414-1417), os delegados das universidades, apresentados como tal, muito ativos nas assembléias e nas comissões, puseram-se a avaliar tanto a escolha dos procedimentos quanto a preparação da legislação conciliar. Tais esforços redobram-se no concílio de Bâle (1431-1449), quando a retirada progressiva de grande número de bispos deixara o campo livre para as manobras e ambições reformadoras dos doutores.

O funcionamento e a obra dos concílios de Constance e de Bâle foram objetos de apreciações divergentes por parte dos historiadores, sendo que aqueles que se inscrevem em uma tradição religiosa ou cultural ultramontana eram sempre muito mais severos do que os historiadores liberais e/ou protestantes. No tocante aos concílios de Pisa e de Constance, seu relativo sucesso (eles tiveram êxito no Cisma propriamente dito) é geralmente atribuído a crédito dos bispos, que souberam tomar, quando necessário, políticas realistas, mais do que aquelas dos universitários, logo assustados com suas próprias audácias reformadoras, e, além disso, inquietos pelas eventuais consequências financeiras da desapareição das provisões pontificais em matéria de benefícios<sup>13</sup>. Em compensação, o concílio de Bâle produziu, sob o impulso de teólogos parisienses, uma obra legislativa abundante e freqüentemente interessante, mas não pôde escapar da paralisia política. Deve-se, portanto, concluir que ocorreu um completo fracasso de uma assembléia dividida, impotente face ao duplo movimento de restabelecimento da autoridade pontifical e do embargo do poder principesco sobre as Igrejas nacionais? Os historiadores anglo-saxões insistem, apesar de tudo, na fecundidade das idéias adiantadas em Bâle e sobre o descrédito, definitivo em determinados países, lançado pelo concílio sobre o papado centralizador oriundo da Reforma gregoriana; uma outra Reforma da

13 - Esta foi, de qualquer modo, a tese sustentada por R. N. Swanson, *Universities Academics and the Great Schism*. Cambridge: 1979.

Igreja tornar-se-la doravante possível é os tempos estavam próximos dela<sup>14</sup>.

Os Estados leigos, sem dúvida, jamais conheceram seriamente, a tentação de um governo de assembléias dominadas por doutores. Se os homens de poder puderam exercer algumas formas de poder, isso só podia ocorrer quando eles se colocavam como conselheiros do príncipe. O conselho é, na Idade Média, um dado fundamental da vida política. A própria palavra designava ao mesmo tempo uma das obrigações recíprocas que ligava o senhor e seu vassalo (o vassalo devia aconselhar-se, tanto quanto possível, com seu senhor, o qual não devia tomar nenhuma decisão importante sem haver solicitado o conselho de seus homens) e o organismo, de composição bastante flexível e mais ou menos ampliada (grande conselho, conselho restrito, conselho secreto), no seio do qual eram examinados todos os assuntos sobre os quais o senhor ou o príncipe requeriam precisamente o conselho dos seus. Dentre estes, distinguem-se vassallos propriamente ditos e simples funcionários ou familiares que o senhor convidava especialmente para "o conselho" e aos quais ele podia delegar, de maneira provisória ou permanente, entre duas reuniões da corte dos vassallos, o exame de algumas questões e o julgamento de certos processos. É, naturalmente, no âmbito dessa segunda categoria de conselheiros que os homens de saber podiam ser chamados para o conselho do príncipe. Eu deixo de lado os organismos especializados (Exchequer e Banco do rei em Westminster, Câmara das Contas e Parlamento em Paris) que são destacados do Conselho na Inglaterra desde o século XII, na França em finais do século XIII. Tais organismos possuíam um papel principalmente administrativo e nós já falamos sobre isso. Detenho-me aqui no Conselho propriamente dito, como organismo de deliberação política por excelência no seio do qual eram tomadas, "pelo rei e pelo conselho", as decisões mais importantes. Salvo nos períodos de cri-

14 - J. W. Stieber, *Pope Eugenius IV, the Council of Basel and the secular and ecclesiastical authorities in the Empire: the conflict over supreme authority and power in the Church*. Leyde: 1978.

se política durante os quais os delegados da nobreza ou das cidades puderam desejar controlar a própria composição do Conselho, o príncipe o convocava normalmente quando ele o desejava, quando ele bem entendia. Será que os homens de saber estavam ali presentes?

Eles poderiam ser consultados, como um corpo, particularmente no caso dos universitários. Filipe, o Belo, foi quem, em primeiro lugar, criou o hábito de consultar a Universidade de Paris como uma "nova fonte de autoridade"<sup>15</sup> para lhe fazer examinar certas questões, formular os avisos e, definitivamente, sustentar uma política real. Os mestres parisienses deveriam assim se pronunciar em 1303 sobre o conflito entre o rei e o papa Bonifácio VIII, e depois em 1308 sobre a questão dos Templários. O uso não se perdeu mais e até o final da Guerra dos Cem Anos a Universidade de Paris desempenhou um papel político não negligenciável; nós a veremos particularmente, durante o Grande Cisma, trabalhar para impor ao governo real a "diminuição da obediência" e a solução conciliar, para, em seguida, aderir progressivamente, em sua maioria, à causa borguinhona, aprovar o Tratado de Troyes (1420) e a dupla monarquia anglo-francesa antes de contribuir com bastante vigor, por libelos de uma rara violência, à condenação de Joana d'Arc (1431).

Fora de Paris, o principal exemplo que se pode citar de um papel político importante ocupado por universidades é aquele de Praga. Do meio universitário de Praga saíram Jean Hus e seus amigos reformadores. Após sua morte, os mestres de Praga se reencontraram, todos juntos, na corrente mais moderada da revolução hussita, esta que, combatendo ao mesmo tempo o extremismo taborita e a armada imperial, não cessou de restabelecer a união com a Igreja (1436). Ao longo de toda a crise, os universitários de Praga comportavam-se, pois, a um só tempo, como intérpretes do movimento nacional e reformador tcheco, ao mesmo tempo como conselheiros naturais e inspira-

15 - Para retomar a expressão de S. Menache, "La naissance d'une nouvelle source d'autorité: l'université de Paris". In: *Revue historique*, 544 (1982), p. 305-327.

dores políticos primeiramente do rei, depois da nobreza e do patriciado que havia tomado o poder na Boêmia<sup>16</sup>.

É inútil acrescentar que tanto quanto Paris ou Praga, no domínio político como no domínio religioso, as ambições políticas das universidades experimentaram enorme reviravolta na segunda metade do século. O fim do Cisma e das guerras hussitas, a restauração na França, da autoridade real permitiram ao soberano, sempre cerceando os privilégios da universidade, prescindir dos conselhos que esta podia pretender lhe oferecer como instituição autônoma.

De maneira mais cotidiana e mais comum, os homens de saber podiam também participar do Conselho a título pessoal. Mas eu não conheço praticamente nenhum exemplo no qual os universitários tenham sido diretamente chamados de suas cátedras para o Conselho. Quando os graduados ali apareciam, era, mais frequentemente, sobretudo no início, na condição de conselheiros eclesiásticos. Sempre havia algum prelado que tinha assento no Conselho e tais prelados eram também doutores em teologia e em direito. No Império, na França, na Inglaterra, nos séculos XII e XIII, os conselheiros eclesiásticos possuíam um peso bastante grande. Quando deixa a França para sua última Cruzada (1270), São Luís entrega o governo de seu reino para um leigo, o senhor de Nesle, e dois clérigos, o abade de Saint-Denis e o bispo de Paris.

A partir do final do século, o percentual de leigos aumentou regularmente entre os conselheiros do rei, sem que os homens da Igreja fossem por isso completamente eliminados. São conhecidos os célebres legistas de Filipe, o Belo, geralmente provenientes das faculdades de direito de Orléans ou do Midi. Além disso, para todos que não eram leigos (ou que, ao contrário, não eram juristas, como alguns conselheiros importantes de Filipe, o Belo, tal como Enguerrand de Marigny), deve-se prontamente distinguir, como o mostraram F.J. Pegues e J. Favier<sup>17</sup>, os "legistas administradores", simples funcionários vinculados a

16 - F. Smahel, *La révolution hussite, une anomalie historique*. Paris: 1985.

17 - E.J. Pegues, *The Lawyers of the last Capetians*. Princeton: 1962; e J. Favier, *Les légistes et le gouvernement de Philippe le Bel*, In: *Journal des savants*, 1969, p. 92-108.

organismos administrativos, locais ou centrais, da monarquia, e os "legistas políticos" que, assim como Pierre Flote ou Guilherme de Nogaret, tiveram efetivamente assento no Conselho. Eles puderam ali exercer uma influência importante, embora jamais duradouramente dominante, estando em minoria em relação aos parentes do rei e aos nobres de elevada estirpe.

O Conselho do rei guardará esse tipo de composição, com doses variáveis, até o final da Idade Média: alguns conselheiros clérigos, alguns grandes funcionários que haviam geralmente feito estudos de direito, como o chanceler ou o presidente da Câmara de Contas (embora, Jean Coitier, que ocuparia essa função na época de Luís XI, fosse médico) e uma maioria de homens de ação, que pertenciam ora à família real, ora à grande ou média nobreza. O estado de guerra quase permanente que conhecerão os reinos da França e da Inglaterra a partir dos anos 1340 favorecerá, aliás, os conselheiros providos de competências militares, quer dizer, alguns magistrados ou senescais, o condestável, os marechais, os almirantes. No total, mesmo considerando-se o fato de alguns graduados, clérigos ou leigos, haverem ocupado, num momento ou noutro, um lugar importante (tais como Guillaume de Melun, arcebispo de Sens, Jean d'Angerant, bispo de Chartres e depois de Beauvais, Jean de Dormans, bispo de Beauvais e, mais tarde, cardeal, ou ainda Jean de La Grange, abade de Fécamp depois cardeal no início do reino de Carlos V, ou bem, sob Luís XI, os bispos d'Angers e d'Albi, Jean Balue e Jean Jouffroy, e alguns parlamentares tais como Hélie de Tourette, Mathieu de Nanterre ou Jean Dauvet<sup>19</sup>) não resta qualquer dúvida que a nobreza enquanto tal representava, na França, bem como em outras monarquias do Ocidente - e ainda por longo tempo - a classe política dominante, aquela que era verdadeiramente responsável por decisões importantes e extraía maior proveito (em termos de apanágio, de títulos, de pensões, etc.) de sua proximidade em relação ao poder. Aliás, mesmo os clérigos graduados e os juristas que eram convidados

18 - F. Autrand, *Charles V le Sage*, op. cit., p. 688-712 e P. R. Gaussin, *Louis XI, un roi entre deux mondes*. Paris: 1976, p. 150-152.

a ocuparem altas funções e tomarem assento no Conselho, eram frequentemente, eles próprios, nobres.

A análise que P. R. Gaussin efetuou sobre a composição do Conselho sob Carlos VII, entre 1418 e 1461, ilustra bem, ao que me parece, nosso propósito: dentre os 283 indivíduos que nele tiveram assento em um momento ou em outro, e uma vez colocados à parte 15 casos mal identificados (5%), constata-se a primazia da nobreza, a grande e muito grande nobreza de um lado (eram 58 indivíduos, ou seja 20%), pequena e média nobreza de militares e cortesãos de outro, (eram 87, ou 31%); prelados (59, ou 21%) e funcionários (65, ou seja 23%) representam apenas uma minoria, substancial, é verdade, mas não se pode esquecer de que muitos deles eram também de origem nobre<sup>19</sup>.

Naturalmente, grandes senhores e príncipes de sangue que formavam o círculo mais próximo do rei possuíam seus próprios conselheiros e clientes; dentre os quais reencontraremos os homens de saber, de quem eles solicitavam conselhos, e os colocavam generosamente nos principais organismos da administração real quando eles já ocupavam posição dominante no Conselho. Raymond Cazelles demonstrou bem a sucessão dos diversos clãs - borguinhão, normando etc. - que assim se sucederam no favor real no tempo de Filipe VI e João, o Bom<sup>20</sup>. Cada um contava com seu lote de prelados e de graduados, mas apenas raramente estes iriam exercer diretamente o poder.

Lancemos uma vista d'olhos sobre os outros principados e monarquias européias do final da Idade Média. É verdade que na Inglaterra o chanceler era praticamente sempre um bispo graduado em Oxford, mas alguns altos barões, muitas vezes aparentados do rei, dominavam habitualmente o Conselho. Na Península Ibérica, os *letrados* em plena ascensão invadiram, na mesma época, os órgãos centrais da monarquia. Alguns deles, como no princípio do século XV, os *contadores mayores* de

19 - P. R. Gaussin, "Les conseillers de Charles VII (1418-1461): essai de politologie historique". *Francia*. 10 (1982), p. 67-130.

20 - R. Cazelles, *La société politique et la crise de la royauté sous Philippe de Valois*. Paris: 1958. E Id., *Société politique, noblesse et couronne sous Jean le Bon et Charles V*. Genève/Paris: 1982.

Castela Fernán Alfonso de Robles e Alfonso Péres de Vivero, ambos de origem modesta, realizaram belas carreiras conjugadas a espetaculares ascensões sociais<sup>21</sup>. Mas foram raros aqueles que - como João das Regras, doutor em Coimbra, chanceler e principal conselheiro do "mestre de Avis", coroado rei em 1385 sob o nome de João I<sup>22</sup> - chegaram, de fato, ao auge do poder.

Acontece o mesmo nas cidades, fundamentalmente nas cidades-Estados independentes da Toscana, da Itália do Norte ou, na Alemanha, do mundo Hanseático. Em Florença, por exemplo, se os graduados ou os clérigos letrados povoavam a chancelaria e os diversos outros serviços administrativos da comuna, calcula-se que, no início do século XV, os homens de lei e os notários representavam apenas 10% do pessoal verdadeiramente influente nos conselhos, sendo ainda que inúmeros dentre eles eram aparentados de famílias de banqueiros e de mercadores que constituíam o essencial da oligarquia dominante<sup>23</sup>.

Nas simples comunas e outros "vilarejos" dos reinos da França e da Inglaterra, onde o governo municipal se resumia ao exercício de uma autonomia fiscal e judiciária bem controlada pelos funcionários do rei, o acesso aos cargos de inspetores públicos e aos consulados abria-se, com maior ou menor parcimônia, para os homens de saber. Se todas as cidades recorriam voluntariamente a juristas como juizes, conselheiros jurídicos ou procuradores, oradores ou embaixadores ou ainda assessores encarregados desta ou daquela função técnica, eles não eram tão bem admitidos no que dizia respeito à própria direção da cidade, em virtude, fundamentalmente, de não pertencerem às mais antigas famílias da cidade e, por tal razão, poder-se suspeitar de eles não serem suficientemente atenciosos com os interesses específicos dessa cidade - suspeita alimentada pelo

21 - A. Rucquoi, *Valladolid au Moyen Age (1080-1480)*. Paris: 1993, p. 289-291.

22 - Vide A. L. de Carvalho Homem, "O doutor João das Regras no Desembargo e no Conselho Régio (1384-1404) - Breves Notas", In: *Estudos de História de Portugal: homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, volume I, Séculos X-XV. Lisboa: 1982, p. 241-253.

23 - G. Brucker, *The civic world of early renaissance Florence*. Princeton: 1977, p. 269.

fato de muitos desses juristas pretenderem acumular ou alternar funções municipais e cargos a serviço do príncipe. O reino da França ofereceu ao século XV todo leque de soluções possíveis. Em Montpellier, os cônsules provenientes do mundo do comércio e dos ofícios recusaram obstinadamente, até o final da Idade Média, que o menor lugar em seu seio fosse ocupado por eleitos dos "legistas, advogados e notários"<sup>24</sup>. Em compensação, em Toulouse, capital de uma senescalia depois sede de um parlamento, os homens de lei penetraram nas assembleias religiosas desde o século XIV, permanecendo geralmente minoritários (por volta de 22% no tempo de Carlos VI)<sup>25</sup>. Em Lyon, pelo contrário, as grandes famílias dos homens de lei conseguem, a partir de 1450, suplantarem quase completamente os herdeiros dos mercadores como cônsules da cidade<sup>26</sup>. Em Paris, finalmente, o prebostado dos mercadores e a almotaçaria, possuídos, no século XIV, por homens de negócios como Étienne Marcel, passara, desde 1412, para as mãos dos homens de lei ligados à corte e à administração real: entre 1420 e 1500, sobre os vinte e quatro prebostes dos mercadores, não se conta mais do que dois cambistas e um mercador; os outros tinham vindo do Parlamento (12), da Câmara de Contas e demais serviços financeiros (7) ou do Palácio (2); dezesseis, em particular, todos do Parlamento, eram titulares de um grau universitário<sup>27</sup>.

24 - Como testemunha, um longo processo que se eternizaria diante do parlamento de Toulouse de 1448 a 1470 e cujas peças essenciais são conservadas pelo Arch. Com. de Montpellier (FF 75-76).

25 - Ph. Wolff, *Commerces et marchands de Toulouse (vers 1350 - vers 1450)*. Paris: 1954, p. 541.

26 - R. Fédou, *Les hommes de loi lyonnais à la fin du Moyen Age. Étude sur les origines de la classe de robe*. Lyon: 1964, p. 279-292 e 375-396.

27 - J. Favier, *Nouvelle histoire de Paris: Paris au XV<sup>e</sup> siècle (1380-1500)*. Paris: 1974, p. 420-430.

### 3. ESPÍRITO DE CORPO

Se considerarmos sobretudo os leigos, e colocados à parte alguns sucessos individuais excepcionais, os homens de saber não conquistaram, pois, o supremo poder no final da Idade Média. Os professores ou os funcionários tornar-se-iam, por vezes, conselheiros, mas muito raramente decididores, como diríamos hoje. Contudo, é verdade que o exercício direto das responsabilidades políticas superiores não era o único meio através do qual eles podiam se valer para fazer sentir sua influência sobre a evolução da sociedade e do Estado.

Efetivamente, em seus simples papéis de funcionários e conselheiros, e sempre se apresentando como fiéis executores da política do príncipe, eles poderiam, de fato, ter algum peso, graças às solidariedades internas dos grupos que formavam, a seu espírito de comunidade, à estabilidade e à continuidade que eles haviam conseguido adquirir e que lhes possibilitava galgar discretamente alguns degraus em sentido mais condizente com suas idéias e ao mesmo tempo mais favorável a seus interesses. A idéia de que a administração não era neutra, de que os servidores do príncipe - e, em primeiro plano, entre eles, os graduados - não apenas exauriam as finanças públicas por seu número excessivamente grande, mas, na prática cotidiana dos assuntos de jurisprudência, arrastavam insidiosamente o Estado em direção ao reforço constante das prerrogativas dos funcionários às custas de antigas liberdades do país (quer dizer, da nobreza e das cidades), foi vigorosamente abraçada, na França, desde a grande crise política dos anos 1356-1358; nos Estados Gerais, denunciava-se em alto e bom som o "partido dos funcionários", o qual permanecia basicamente independente, pronto para recuperar, alguns anos mais tarde, as posições perdidas.

O ataque repetiu-se várias vezes, de maneira recorrente. Em 1380, sob o pretexto das revoltas urbanas, os tios do jovem rei Carlos VI intitularam-se conselheiros de Carlos V. Estes retomariam o poder em 1388 com o início do reinado pessoal de Carlos VI. Tais "Marmousets" - assim os qualificavam, por gozação, seus adversários - esforçavam-se por retomar a política do "partido dos funcionários", bastante constante, é verdade, des-

de meados do século, no que diz respeito ao reforço da soberania monárquica e de uma racionalização cada vez mais rigorosa da administração e da justiça reais. Mas, desde 1392, os Marmousets voltaram a dar lugar aos partidários dos duques. Esse últimos, por sua vez, tinham todos partidários nos diversos corpos de funcionários e de homens da justiça, mas foi, sem dúvida, o duque de Orléans que mais assumiu para si a política centralizadora e autoritária de modernização do Estado outrora enaltecida pelos conselheiros de Carlos V. Compreende-se, portanto, que a crítica ao número excessivamente grande e aos abusos dos funcionários tornou-se um dos emblemas da propaganda borguinhona e, em 1413, o princípio diretor do "regulamento maior", projeto de reforma confuso e ultrapassado que, pelo que se sabe, jamais foi aplicado.

A própria repetição dos ataques contra o partido dos funcionários já revela, há muito, a sua ineficácia. Contra a versatilidade das assembleias e as intrigas políticas que desorganizavam periodicamente a composição do Conselho, os servidores do Estado podiam efetivamente opor as solidariedades internas do seu grupo, apostando na estabilidade.

Tais solidariedades remontavam com frequência aos anos de juventude e de estudos. Os homens de saber eram formados nas mesmas universidades, e, em Paris, nos mesmos colégios. Eu já assinalei o lugar essencial que tais colégios de Navarra e de Dormans-Beauvais e, em menor proporção, aquele de Montaigne, de Presles ou do Plessis desempenharam a partir do reino de Carlos V na formação dos servidores da monarquia francesa. Aqueles que eram graduados em direito civil haviam também passado pela universidade de Orléans, onde um sistema eficaz de "nações" reforçava as solidariedades entre os estudantes de uma mesma origem geográfica. Na Inglaterra, um colégio como King's Hall (Cambridge) parece ter sido, do mesmo modo, um lugar de formação privilegiada para inúmeros oficiais da coroa. No país flamengo ou germânico, as relações há pouco travadas por ocasião das viagens de estudo no exterior e a lembrança de experiências vividas em comum em Paris, Orléans e Bolonha eram o cimento de certos grupos de graduados e de juristas. Existia, então, em Ypres, na Flandres, uma confraria de antigos alunos da universidade de Paris, que se encarregavam, entre ou-

tras coisas, de pagar bolsas aos jovens compatriotas que partiam para estudar na mesma universidade<sup>28</sup>.

As relações estabelecidas nos tempos de estudo prolongavam-se ao longo de toda a existência. A frequência contínua dos mesmos escritórios e dos mesmos tribunais, as trocas quotidianas garantiam que se compartilhassem os mesmos hábitos mentais, as mesmas maneiras de viver e de sentir, os mesmos gostos, as mesmas devoções. Aos elos institucionais viriam juntar-se, com frequência, elos familiares e as afinidades de vizinhança. Constata-se que, em inúmeros grupos de funcionários, ao final de uma ou de duas gerações, a maior parte das famílias se associavam em casamento, e os recém-ingressos, sem jamais desaparecerem totalmente, tornavam-se raros. No Parlamento de Paris, François Autrand viu suceder-se ao "tempo dos legistas e dos advogados", que deviam sua promoção à sua competência pessoal e à sua devoção a serviço do Estado, o "tempo dos aliados", que extraíam do rei o direito à cooptação, sustentando-se entre eles e cimentando seu acordo pelo casamento de seus filhos, e, enfim, o "tempo dos herdeiros", que é aquele das linhagens triunfantes onde a transmissão hereditária dos cargos por resignação ou por venalidade vai, pouco a pouco, tornar-se a regra<sup>29</sup>.

O exemplo do Parlamento de Paris, que é, sem dúvida, um caso extremo, não deve ser incondicionalmente generalizado. Outros grupos de funcionários, como aquele das finanças, já não conseguem a mesma estabilidade. Outros, ainda, embora coerentes sob o aspecto cultural e social, não foram capazes de se constituírem como grupos eficazes de pressão política. Para tomarmos o caso da França, nem as pessoas da universidade, vítimas, desde 1440, da desconfiança do poder real, nem os juristas do Midi - afastados dos ofícios centrais da monarquia e reduzidos a cultivar sua impotente nostalgia de um passado enter-

---

28 - R. Trio, "A Medieval students confraternity at Ypres: the Notre-Dame Confraternity of Paris Students". In: *History of universities*, 5 (1985), p. 15-53.

29 - F. Autrand, *Naissance d'un grand corps de l'État: les gens du Parlement de Paris (1345-1454)*. Paris: 1981, p. 53-108.

rado, aquele dos consulados independentes e, sobretudo, dos papas de Avignon que lhes haviam distribuído funções e prebendas sem conta<sup>30</sup> - não puderam tirar do século XV proveito político de suas solidariedades institucionais.

Por toda a parte, evidentemente, os homens do Parlamento, que se tornavam as elites assumidas das pessoas de saber e de poder, tinham, sozinhos, o controle da situação. O rei lhes havia abandonado, precisamente, o controle e a regulação dos privilégios que fundavam a autonomia das universidades, consagrando, assim, sua vitória sobre eventuais rivais; e no próprio Midi os graduados locais não viram mais salvação, a não ser na criação de parlamentos provinciais que lhes reabririam enfim, em um nível de dignidade suficiente, os caminhos do serviço do príncipe.

Tal evolução não significou necessariamente a degradação da competência intelectual das pessoas de ofícios nem de seu sentido de Estado e de serviço público. Eleição e cooptação dos funcionários, sempre garantindo os interesses das famílias, eram proteções contra nomeações arbitrárias. Mas elas agiram, seguramente, no sentido de reforço do espírito de corpo e suscitaram a criação de castas, agarradas a interesses e a seus privilégios correspondentes a seus específicos serviços judiciais ou administrativos no seio da máquina governamental. A constituição de grandes corpos de Estado, cujos membros eram unidos pelas solidariedades que eu acabo de lembrar, permitiu reduzir-se ao mínimo os efeitos de depuração consecutivos nas lutas de clãs que se afrontavam na própria cúpula do Estado. Ela, sobretudo, permitiu que fosse elaborada, se não uma teoria, pelo menos uma prática política que, definitivamente, para além dos acasos das guerras e das revoluções palacianas, será, fora de qualquer fase de crise aguda, aplicada com uma real constância durante os séculos XIV e XV, no sentido de um reforço regular do Estado monárquico.

---

30 - A fronda, no câputo geral ineficaz, das elites, especialmente eclesásticas, do Midi é bem caracterizada em J. L. Gazzaniga, *L'église du Midi à la fin du règne de Charles VII (1444-1461), d'après la jurisprudence du Parlement de Toulouse*. Paris: 1976.

Príncipes, grandes senhores e chefes de guerra, reagrupados em ligas e partidos, poderiam bem agitar-se diante da cena, defrontarem-se em sangrentas lutas de clãs e intermináveis vinganças (Armanhaques, e Borguinhões, Praguerie e guerra do bem público na França, Guerra das Duas Rosas na Inglaterra, inumeráveis querelas dinásticas, guerras civis e revoltas nobiliárquicas na Espanha) ou sonhar com explorações cavaleirescas e cruzadas. Na retaguarda, juristas e funcionários, convencidos doravante de serem "membros do corpo do rei", participando, de algum modo, de sua majestade, e protegidos, no exercício de suas funções, pela sua salvaguarda especial, perseguiram obstinadamente, senão silenciosamente, o "bem da coisa pública", quer dizer, a obra de edificação do Estado moderno, com tanta tenacidade quanto mais eles tivessem consciência de, ao mesmo tempo, colocar em funcionamento as teorias cujos estudos de filosofia e direito lhes houvessem ensinado a superioridade e de tirar por si próprios, em termos de enriquecimento e de prestígio social, o máximo proveito dessa evolução da qual eles eram simultaneamente os instrumentos e, em larga medida, os atores.

## capítulo VI

### O MUNDO DA PRÁTICA

Pelos capítulos precedentes, o leitor terá talvez ficado com a impressão de que, nas sociedades do final da Idade Média, os homens de saber e em particular, entre eles, os titulares de graus universitários situavam-se decididamente do lado das elites sociais e políticas. Preenchendo as fileiras do alto clero e os órgãos superiores da administração principesca, eles teriam como principal função - e por principal ambição - servirem a Igreja e o Estado e exercerem sobre os grandes desse mundo uma influência mais ou menos direta. Eles podiam desfrutar de uma certa liberdade intelectual e reivindicar uma real autonomia para o grupo social que eles próprios constituíam; não deixavam de tirar partido dos elementos dirigentes da sociedade e, a esse respeito, eram mais inclinados a colocar sua cultura a serviço da ordem estabelecida - e de sua eventual modernização - do que de colocá-la em questão.

Quanto a pôr em prática decisões inspiradas ou concebidas por homens de saber, isso teria sido, não sem desdém, abandonado aos práticos de fraca cultura, que praticamente não sabiam ler nem escrever: baixo clero e monges ignorantes, meirinhos brutais, prebostes sem escrúpulos, coletores de impostos gananciosos, tabeliães capazes apenas de recopiar incansavelmente os mesmos formulários, barbeiros e cirurgiões de um empirismo arriscado, etc.



Mesmo não sendo completamente falsa, uma tal visão das coisas leva a um reducionismo caricatural, deixando subentendido, de um lado, que os homens de saber eram completamente alheios à "prática", e, de outro, que os "práticos" eram completamente alheios à cultura erudita. Trata-se de um duplo preconceito que eu gostaria de retificar nas páginas seguintes.

## 1. CULTURA ERUDITA E PRÁTICA PRIVADA

Seria bastante delicado - e talvez nulo, em meu entendimento, arriscar calcular para o final da Idade Média, ainda que em escala estritamente local, a relação entre o conjunto de homens de saber e aquela das posições disponíveis sobre o "mercado de empregos" das carreiras administrativas e eclesiásticas. Do século XIII ao XV, um e outro cresceram, a grosso modo, de maneira paralela, mas com fortes distorções. Em certas ocasiões, sobretudo nos séculos XIII e XIV, as competências procuradas por vezes faziam falta: os bispos queixavam-se por não encontrarem, ao menos entre os seculares, os mestres em teologia dos quais se tinha necessidade para manter em atividades sua escola catedral e muitos advogados eram ainda desprovidos de qualquer formação teórica. Contudo, ao contrário, no século XV, a multiplicação das novas universidades parece ter, algumas vezes, criado uma ameaça de saturação e os titulares de graus universitários acabaram por aceitar situações relativamente modestas; os licenciados em direito sentam-se nos tribunais secundários, os bacharéis em teologia são, pelo menos na Inglaterra, curas de aldeias.

A essa dificuldade para aceder a um ofício ou a um privilegiado, inúmeros outros fatores virão juntar-se para convencer certos homens de saber a consagrarem-se a uma atividade privada. Qualquer que tenha sido o prestígio social dos cargos públicos ou das dignidades eclesiásticas, não se pode excluir que isso tenha sido, em determinados casos, compensado pelo gosto de uma certa independência pessoal ou pela esperança de grandes proveitos extraídos de uma clientela privada. De qualquer maneira, serviço privado ou serviço público não eram for-

çosamente incompatíveis; em ambos os casos, podia-se dedicar a um e a outro sucessivamente, alternativamente ou mesmo simultaneamente: o advogado tornava-se juiz, o professor de direito ou de medicina completava seus proventos fazendo diagnósticos ou consultas.

As atividades privadas abertas aos homens de saber estavam, como as funções públicas, ligadas às disciplinas estudadas, o que lhes limitava *ipso facto* o campo porque, como vimos no primeiro capítulo, muitos dos saberes úteis no domínio privado, particularmente saberes técnicos ou econômicos, não eram ensinados nas escolas ou nas universidades. Para nos atermos às disciplinas canônicas da cultura erudita permanece o fato de que os gramáticos e os mestres de artes, quer fossem eles clérigos ou laicos, podiam tornar-se preceptores ou mestres-escolas, juristas, advogados ou procuradores; os médicos cuidavam de suas clientelas particulares; apenas os teólogos, todos eles padres ou religiosos, permaneciam fora do circuito das atividades liberais.

É difícil fixar o número de envolvidos nessas profissões, já que estes não eram forçosamente reagrupados em ofícios organizados cujos membros, por vezes isentos de impostos, não apareciam sempre, por tal razão, em documentos fiscais. Mas, ao menos na cidade, eles parecem ter reunido em geral um número relativamente significativo de pessoas. Os lugares dos tribunais reais conheceram, às vezes muito bem, um certo número de advogados: havia uma dezena deles em Toulouse, todos licenciados em direito, na segunda metade do século XV, desde a criação do parlamento<sup>1</sup>, e uma simples cidade de baillia como Senlis contava praticamente outro tanto - onze em 1465, dos quais nove licenciados em leis, para apenas alguns milhares de habitantes<sup>2</sup>. Nem todos doutores em medicina encontravam

1 - M. Allibert, "Les avocats devant le Parlement de Toulouse à travers les registres d'audience (1444-1483)". In: *École nationale des Chartes: positions des thèses...* 1989. Paris: 1989, p. 7-15.

2 - B. Guenée, *Tribunaux et gens de justice dans le bailliage de Senlis à la fin du Moyen Age (vers 1380-vers 1550)*. Strasbourg: 1963, p. 192.

uma regência universitária ou um emprego financiado pelo círculo de algum poderoso; era, assim, necessário para eles instalarem-se por sua conta e assinarem contrato com uma daquelas comunas que tinham por costume retribuir um ou dois médicos municipais, de acordo com um uso bastante comum particularmente nos países mediterrâneos<sup>3</sup>. Estudos concernentes a diversas cidades da Itália, da França ou da Inglaterra chegaram a resultados que supunham ter em torno de um médico por mil habitantes; essa taxa bastante fraca - mas que é duplicada ou triplicada se levamos em conta cirurgiões e barbeiros - corresponde, entretanto, à presença de inúmeras dezenas de praticos em todas as cidades<sup>4</sup>.

Há um outro ponto que se deve ter presente quando se deseja avaliar o lugar e a influência dos homens de saber da sociedade daquele tempo. Cabe recordar que a atividade e o papel social desses homens não se conduziam exclusivamente pela prática profissional, religiosa ou laica, pública ou privada, descolada de sua competência intelectual. Que essa prática tenha sido regida, como aquela dos universitários ou dos juizes, por um calendário teoricamente imutável (dias úteis, dias feridos, férias) ou estivesse adaptada a maior ou menor urgência de necessidades, restava sempre tempo livre para o homem de saber compartilhar da existência quotidiana de seus contemporâneos.

Consumidor, ele negociava suas compras de grãos e de pano no mercado. Proprietário, ele geria suas casas na cidade e suas terras no campo, ele vigiava seus locatários e seus rendeiros. Vivendo de seus rendimentos, ele colocava seu dinheiro em parcelas de rebanhos, de moinhos e de barcos. Devoto, ele se misturava à vida de sua paróquia ou de sua confraria. Burguês, enfim, ele participava, senão da defesa da cidade, porque seu es-

3 - Vide J. Shatzmiller, "Médecins municipaux en Provence, Catalogne et autres régions de l'Europe méridionale (1350-1400)". In: *Les sociétés urbaines en France méridionale et en Péninsule Ibérique au Moyen Age*. Paris: 1991, p. 329-336.

4 - D. Jacquart, *Le milieu médical en France du XIIème au XVème siècle*. Genève: 1981, p. 237-257.

tatuto privilegiado o dispensava freqüentemente de portar armas e de assegurar a ronda, pelo menos nas festividades urbanas e da administração municipal; ele sentava-se, portanto, em meio aos concidadãos, nos conselhos e nas assembléias das cidades e dos bairros e exercia muitas vezes, como vimos, os ofícios comunais.

A documentação não permite facilmente dizer como se comportavam em circunstâncias semelhantes nossos homens de saber. Conformar-se-iam eles, a partir do momento em que não mais estavam no exercício de suas funções, às maneiras mais comuns de sentir e de agir ou bem continuariam a se distinguir, de alguma maneira, por suas atitudes, sua linguagem, e até seus modos de se portar? Sem pretender deslindar uma questão complexa, pode-se, ao que me parece, formular ao menos a hipótese que em todas essas ocasiões da vida cotidiana eles puderam fazer passar discretamente, talvez inconscientemente, alguma coisa de sua cultura e de seu modo de ser (confiança na força do escrito, jurisdicção, racionalidade etc.).

## 2. OS INTELECTUAIS INTERMEDIÁRIOS

Nós temos privilegiado até aqui os homens de saber no sentido relativamente estrito que havíamos já definido na introdução deste livro e que corresponde bem, acreditamos, a uma percepção específica que os próprios homens daquela época possuíam. Sem assumir rigorosamente essa delimitação de nosso objeto arriscaríamos, contudo, a falsearmos seriamente as perspectivas.

Atrás desse grupo relativamente restrito, talvez sempre provindo, como dissemos, das universidades ou das escolas de nível equivalente (*studia* mendicantes, *Inns of Court* inglesas, ou *contubernia* humanistas italianos) vinha efetivamente a massa, verdadeiramente bem mais numerosa, de todos os indivíduos de cultura menor, detentores de um saber medíocre e parcelar que, por seu turno, seriam, sem dúvida, completamente incapazes de ensinar, pelo menos em termos discursivos, mas cuja atividade e posição social, chegavam a ser definidas em grande parte por aquele aspecto intelectual de sua competência.

A sociologia, há muito tempo, reparou na existência, em sociedades bastante diferenciadas, desses indivíduos que ela qualifica voluntariamente de "intelectuais intermediários" ou ainda, com Gramsci, de "intelectuais orgânicos"; nem criadores e nem mesmo verdadeiramente transmissores do saber, mas figuras indispensáveis para difundir, em uma escala suficiente - ainda que simplesmente por refração ou por tabela - um determinado número de elementos provindos da cultura erudita e em assegurar sua eficácia social. Tal papel é evidentemente difícil de ser apreendido e, por vezes, mesmo imperceptível, já que falta documentação, como habitualmente acontece para o caso da Idade Média. Não se deve, contudo, deixar de procurar reconstituir alguns dados que permitam perceber sua existência e lhes adivinhar o peso.

Os próprios contemporâneos não os ignoraram completamente. Em seu *Quodlibet I*, questão 35, Henri de Gand fala, com afabilidade de seus "doctores rurales" - dever-se-á traduzi-los por "intelectuais de aldeia"? - e de seus pregadores (Henri de Grand, mestre em teologia, pensava antes de tudo no problema da ação pastoral) que, habitualmente, ignoram os princípios que ensinam ou pregam, embora o fizessem com convicção porque eles sabiam que aquilo do que falavam provinha dos mestres [da universidade]<sup>5</sup>. Não é preciso dizer mais nada.

É fácil fazer a lista de todos aqueles que poderiam figurar na rubrica de "intelectuais intermediários" da sociedade medieval.

Pensemos inicialmente em todos os antigos estudantes que haviam deixado a universidade sem nenhum diploma - ou melhor, com um simples *baccalauréat* ou um modesto mestrado em gramática ou em artes -, muitas vezes após apenas alguns anos, às vezes, alguns meses de estudos. Estava lá sem dúvida, lembremo-nos, a sorte da maioria dos estudantes, dito de

---

5 - *Sicut rurales doctores et praedicatores eorum quae praedicant et docent frequenter ignorant rationes, sed tamen docent confidenter, quia sciunt ea quae docent, a magistris se accepisse* (Henrici de Gandavo opera omnia, V, *Quodlibet I*, editado por R. Macken, Louvain-la-Neuve, 1979, p. 199).

outro modo, de milhares e milhares de indivíduos<sup>6</sup>. Alguns haviam podido vencer os exames, mas a maioria os havia abandonado por serem desencorajados ou por falta de recursos financeiros; é possível também que muitos deles não tenham tido, desde o princípio, outras ambições para além de uma curta passagem pela universidade a fim de adquirir uma vaga familiaridade com as disciplinas eruditas (sem falar da atração da "viagem de estudos" e dos privilégios ligados a condição de *scholaris*). Tais efêmeros estudantes infelizmente escapam quase por completo ao historiador. Mesmo quando eles estavam inscritos em alguma matrícula universitária, é praticamente impossível reencontrá-los depois de sua partida da universidade já que na documentação ulterior seu nome não é acompanhado do título universitário que permitiria identificá-los com segurança. Foi por acaso que descobrimos um processo - como exemplo - de um Jean de Roaix, filho de uma antiga linhagem empobrecida do patriciado de Toulouse, que se tornara um simples cura de aldeia: teria sido, queixava-se ele, com amargura, pelo fato de seus tutores se recusarem a financiar convenientemente seus estudos que ele teve que deixar prematuramente a universidade e contentar-se com uma posição subalterna<sup>7</sup>. Mas quantos outros, em situações comparáveis, não deixaram traço algum na documentação?!

É, porém, pouco provável que todos aqueles que haviam, assim, recebido um mínimo de cultura universitária, mesmo que não diplomados com um grau, e que possuíam talvez, ainda, alguns livros adquiridos no início de seus estudos, não tenham retirado nada nem no nível de seus conhecimentos, nem no estado de espírito, nem mesmo nas relações sociais.

São esses antigos estudantes desafortunados, e outros que jamais ultrapassaram o nível da escola elementar de gramática, os que deverão ocupar os postos dos ofícios que aqui nos interessam: mestres-escolas, dos quais muitos, como dissemos acima, não haviam sequer passado pela faculdade de artes, cirurgiões e barbeiros, procuradores e até mesmo alguns advogados,

---

6 - Vide *supra*, p. 71-72.

7 - Arch. dép. de la Haute-Garonne, Archives du château de Pinsaguel, 6 J 164, f. 207-261v.

sobretudo nas cidades pequenas, curas de paróquias rurais e, a fortiori, vigários e capelães, escrivães e, finalmente, todo gênero enfim de tabeliães de notários. Dentre esses últimos, alguns podiam possuir um mestrado em artes, mas eram raríssimos os que haviam feito um *baccalaureat* em direito: eles formavam-se essencialmente pelo aprendizado na oficina de um notário já instalado. Mas, de resto, não se poderia subestimar a importância não apenas social, mas cultural, dos notários, pelo menos em país de direito escrito; desde 1327, havia 20 notários em Sisteron, para não falar dos 600 notários inscritos em 1338 na *Arte del Giudici e Notai* de Florença, durante o apogeu de seu poder<sup>8</sup>; e durante meados do século XV, em um período bem menos favorável, havia ainda 22 notários em Arles, para cerca de 5000 habitantes, e 78 em Lyon, para uma população quase triplicada<sup>9</sup>. A massa dos registros notariais dos séculos XIV e XV, que sobreviveram nos arquivos meridionais e que representam apenas uma parcela limitada - 25% no melhor dos casos - daquilo que se sabe ter existido, é suficiente para fazer-nos calcular a onipresença desses indivíduos nos países mediterrâneos, instrumentalizando em uma queda de braço as mais miúdas circunstâncias da existência, impondo a todos e a todo momento a referência ao ato escrito e à norma do direito.

É pelo viés de tais personagens, que nenhuma distância reverencial separava do resto da população, que a maioria desta podia receber um eco, ainda que bem apagado, da cultura erudita do tempo e provar em sua existência quotidiana alguma repercussão da aplicação, decidida nos escalões superiores da Igreja ou do Estado, das teorias fundadas sobre essa cultura erudita.

O ato notarial, como dissemos há pouco, e mais amplamente qualquer forma de escrito jurídico ou regulamentar, vei-

culavam discretamente, tanto na forma quanto no conteúdo, alguns dados emprestados do direito romano. E o papel dos notários não ficava por aí, porque lhes cabia habitualmente acumular seu principal ofício com cargos mais ou menos episódicos de *bayles*, escrivães, procuradores, secretários, etc., a serviço de particulares ou de comunidades rurais ou urbanas.

Em um domínio completamente diferente, o sermão mais comum, alimentado por recolhas de *exempla* e de sermões-modelos dominicanos ou franciscanos, recebiam, pelo menos sobre as noções fundamentais, as orientações mais importantes da filosofia e da teologia escolásticas. A prática, enfim, dos cirurgiões e dos barbeiros não era jamais, em tal medida, empírica, posto que ela implicava recurso, ao menos implícito, a esse ou àquele conceito vindo da física e da fisiologia de Aristóteles e Galeno.

### 3. O ALCANCE SOCIAL DOS SABERES: CONTESTAÇÃO OU INTEGRAÇÃO?

É, pois, no nível desses "intelectuais intermediários" que se coloca de maneira verdadeiramente crucial a questão da eficácia política e social dos saberes formulados e difundidos no seio das elites cultas.

Do lado destas, praticamente não havia dúvida quanto à sua vontade de integração. Não que elas tenham necessariamente representado os meios calmos e rigorosamente conformistas. Sabe-se bem que nas cidades universitárias, sobretudo nas maiores como Paris, Bolonha, Oxford, Toulouse ou Orléans, os conflitos entre "*town and gown*", quer dizer entre a população urbana e os professores e estudantes, mesmo aqueles das faculdades superiores, sem ser, longe disso, permanentes, não eram excepcionais. Os universitários formavam uma massa turbulenta de homens jovens, solteiros, quase sempre estrangeiros na cidade, orgulhosos de sua ciência e de seus privilégios, que lhes pareciam garantia de impunidade, e não hesitavam em provocar grandes escândalos nas ruas e nas tavernas, prestes a passar às vias de fato, na ocasião, com os sargentos da ronda, os lojistas e os criados dos hotéis nobres ou fidalgos. Essas desordens, por vezes sangrentas e até mortais, consumavam-se frequentemente, em embates físicos, em detrimento dos universi-

8 - R. Aubenas, *Étude sur le notariat provençal au Moyen Age et sous l'Ancien Régime*, Aix-en-Provence: 1931, p. 72; L. Martines, *Lawyers and Statecraft in Renaissance Florence*, Princeton: 1968, p. 15.

9 - L. Stouff, *Arles à la fin de Moyen Age*, Aix-en-Provence: 1986, t. I, p. 17 e 144; R. Fédou, *Les hommes de loi lyonnais à la fin du Moyen Age: étude sur les origines de la classe de robe*, Lyon: 1964, p. 160.

tários, embora estes tivessem geralmente sua revanche arrastando seus adversários diante dos tribunais, tanto os da Igreja, quanto os do rei, que, na maioria das vezes, lhes dava razão. No século XV, é verdade, as coisas mudaram um pouco e os juizes reais estiveram menos inclinados a absolver os excessos que pareciam cada vez mais incompatíveis com a ordem política mais estrita que o Estado moderno começava a impor para todos os sujeitos do reino, qualquer que fosse, inclusive, o estatuto pessoal e os privilégios coletivos que pudessem ser reclamados.

Todavia, de qualquer maneira, não se poderia dar a tais desordens uma coloração subversiva. Quando elas não provinham exclusivamente da exuberância da juventude, ela tinham efetivamente, quase sempre, como origem, a afirmação da defesa de privilégios fiscais ou judiciários dos universitários. Não se tratava de um questionamento sobre a ordem estabelecida, mas, pelo contrário, do desejo dos *scolares* de marcar bem sua pertença aos extratos privilegiados da sociedade e não se deixar rebaixar para as fileiras do simples burguês ou, pior ainda, do estrangeiro, do *"aubain"* exposto ao arbítrio das autoridades locais. Aliás, estas últimas e as populações urbanas das quais elas advinham diretamente não se enganavam e, regularmente, nos movimentos populares da Idade Média, os estudantes situaram-se ao lado dos poderosos e dos privilegiados tomando por alvo a vindicta cidadina. Isso é o que se passa em Orléans desde 1251 quando esses tipos de cruzada popular que eram os "Pastorinhos" atingiram violentamente estudantes, bem como bispos e cônegos; e, nos anos turbulentos de 1382-1387, naquela mesma cidade de Orléans, a violência urbana reaparece rapidamente contra os estudantes e seus privilégios. As desordens assinaladas em Oxford em 1355 ("o massacre de Santa Escolástica") ou em Toulouse, em 1332 e 1427, teriam a mesma tonalidade. Em Montpellier, por ocasião da terrível revolta anti-fiscal de 1379 durante a qual foram massacrados os comissários do duque de Anjou, os universitários não se mexeram ou fugiram, mas praticamente não se envolveram naquele protesto que lhes era alheio já que eles próprios escapavam do imposto.

Uma vez saídos da universidade e ingressando em uma carreira do clero ou do funcionalismo, os homens de saber não pareciam ter mais nenhuma tendência para a subversão ou para

a contestação. Realmente, eles tomaram por vezes partido nas lutas de facções que se opunham para o controle do poder na cúpula do Estado ou da Igreja (no tempo do Grande Cisma). Em Oxford, desde o século XIII, alguns universitários parecem se ter colocado ao lado do rei, enquanto outros, tanto em 1215 quanto nos anos 1250, manifestavam, antes, sua simpatia pelos barões revoltados. Em Paris, teria havido entre os universitários, no decurso dos séculos XIV e XV, tanto paladinos da lealdade monárquica quanto partidários do rei de Navarra, do duque de Orléans ou do duque de Bourgogne e dos Ingleses. Tais engajamentos políticos conduziram alguns até a morte ou ao exílio, embora no conjunto eles parecessem haver escapado às depurações mais radicais, mostrando geralmente mais habilidade para aderir ao campo vitorioso do que os chefes de guerra ou os financistas.

Mas aqui também, esses engajamentos políticos não permitem falar de escolha verdadeiramente crítica frente à ordem social e política estabelecida. O que os homens de saber desejavam era melhor servir essa ordem estabelecida, de acordo com suas doutrinas e sem negligenciar seus próprios interesses. A principal censura que eles podiam fazer aos homens de poder não era a de imporem uma ordem injusta ou perigosa, mas de não lhes emprestar um ouvido suficientemente atento e de não lhes arranjar um lugar razoável nos órgãos de poder. Como escreveu Robert Fossier, "mesmo hostis à ordem estabelecida a que eles reprovam por não lhes oferecer suficiente atenção, os universitários pertencem, ou se agregam todos, pouco a pouco, às classes dominantes; (...) sempre contribuindo regularmente para despertar vivas reivindicações sociais, eles condenaram sistematicamente quaisquer recursos à violência que pudessem fazê-las triunfar"<sup>10</sup>. Nas sociedades do final da Idade Média, os homens de saber não eram sempre, como já dissemos, homens de poder, embora eles fossem, pelo menos, homens de autoridade, a quem repugnava a violência, mais inclinados a servir e a melhorar a ordem existente do que a assumir o risco de subverter as hierarquias sociais onde eles próprios

10 - R. Fossier, *La société médiévale*. Paris: 1991, p. 417.

não estavam tão mal colocados e onde eles aspiravam a uma ascensão ainda mais alta.

Não resta dúvida que, em tais condições, eles reconheceram no saber um poder essencialmente integrador e modernizador, que eles tenham visto no mesmo saber o cimento da coesão social e política e que eles não tenham jamais sido tão felizes como no momento em que tiveram por interlocutor um rei "sábio" partilhando suas convicções e aberto para algumas reformas, tal como o rei da França Carlos V.

Aconteceria o mesmo com os "intelectuais intermediários" que foram acima evocados?

A questão convida a uma resposta bem mais matizada. Existiram, incontestavelmente, no final da Idade Média, nesse nível, indivíduos cujo caráter incompleto dos conhecimentos, aliado a um sentimento de inferioridade em relação aos verdadeiros detentores do saber e a consciência da posição socialmente subalterna ou, pelo menos, ambígua onde eles estavam mantidos apesar de suas ambições e dos esforços despendidos para adquirir uma competência intelectual, pôde engendrar um sentimento de frustração, o qual seria, por si, fonte de um pensamento e de uma ação eventualmente contestatórios ou dissidentes. A história das heresias e das revoltas populares do final da Idade Média revela algumas dessas figuras de "intelectuais frustrados" (*"alienated intellectuals"*), como sendo um dos clássicos agentes da subversão latente nas sociedades de ordens do Antigo Regime<sup>11</sup>.

Não que eles fossem encontrados sempre e em qualquer lugar. Certas revoltas, e especialmente as mais breves e mais violentas, como o Motim popular francês de 1358, também a revolta dos "Trabalhadores" ingleses de 1381 ou ainda aquela dos Ciompi de Florença, em 1378, parecem praticamente não ter seguidores além de suas próprias fileiras, eventualmente reunidos por antigos soldados "desprovidos de salários" ou alguns nobres

11 - O tema e a expressão foram, sem dúvida, lançados por M. H. Curtis, *The alienated intellectuals of Early Stuart England*, In: *Past and present*, 23 (1962), p. 25-43.

desclassificados<sup>12</sup>. Porém, em inúmeros outros movimentos, encontramos traços da presença dos letrados ou dos semi-letrados, trazendo, ao mesmo tempo, um embrião de base teórica e uma certa prática da escrita.

Para dizer a verdade, a documentação subsistente tende a ocultar essa ligação entre revolta e *literacy*, para retomar esse conceito dificilmente traduzível de autores anglo-saxões, sendo que os eventuais escritos dos revoltados e dos heréticos foram impiedosamente destruídos, vítimas, talvez, ainda mais do desprezo do que da raiva de seus adversários<sup>13</sup>. Um exame atento dos eventos revela, contudo, sua presença, pelo menos, subterrânea.

Tomemos inicialmente o caso da dissidência religiosa do final da Idade Média. Ela tivera relativamente pouco impacto no reino da França, a não ser nas zonas marginais (os últimos Cátaros do condado de Foix, os Valdenses de Dauphiné), o que certamente confortou a imagem do "muito cristão" rei de França. Em outros lugares, em contrapartida, na Itália, na Inglaterra, no Império, ela tomou provavelmente grande amplitude.

É surpreendente a fraqueza do papel que desempenharam os irmãos mendicantes. Sua cultura teológica e sua formação oratória parecem ter-lhes servido bem mais para justificarem a ordem estabelecida e para recuperar algumas impaciências populares do que para atizar o descontentamento das massas que vinham escutá-los<sup>14</sup>. Foi apenas do lado dos Franciscanos Espirituais, no limite da ruptura com a igreja oficial, que se encon-

12 - Notemos que na lista dos cinquenta principais líderes dos Ciompi inserida em A. Stella, *La révolte des Ciompi: les hommes, les lieux, le travail*, Paris: 1993, p. 90-91, encontra, quando muito, um médico, um notário e um mestre-escola; de resto, um taberneiro, um padeiro, serralheiro e 44 trabalhadores têxteis.

13 - Ver os estudos reunidos em *Heresy and literacy (1000-1530)*, dirigidos por P. Biller e A. Hudson, Cambridge: 1994.

14 - Ver, por exemplo, a análise de temas bastante "recuperadores" do sermão de Florença no tempo dos Ciompi em Ch.-M. de La Roncière, "Pauvres et pauvreté à Florence au XIV<sup>e</sup>me siècle" In: *Études sur l'histoire de la pauvreté (Moyen Age-XV<sup>e</sup> siècle)*, Dirigido por M. Mollat, tomo 2, Paris: 1974, p. 661-745.

tram, pelo menos aparentemente, algumas tendências subversivas. Mesmo assim, elas devem ser observadas de perto; como bem revelou, por exemplo, Jean-Louis Biget, havia sobretudo mercadores, juristas e notários em torno do Espiritual languedociano Bernard Délicieux, leitor de teologia do convento de Narbonne, quando este procurava amotinar a multidão contra os inquisidores de Carcassonne. Essa conjunção paradoxal - que traduz, sem dúvida, o mal-estar das elites urbanas diante do entorpecimento dos poderes do rei e da Igreja no Midi - não representaria, ela mesma, o sinal de uma recuperação mais ou menos consciente na qual o extremismo franciscano vinha socorrer um protesto muito mais regionalista e político do que religioso ou social?<sup>15</sup>

A heresia constituída tem, com mais frequência, encontrado sua origem na doutrina e no ensino dos mestres seculares da universidade, como John Wycliff (1330-1384) na Inglaterra, ou ainda Jean Huss (1369-1415) na Boemia. Embora perseguidos e até, no segundo caso, condenados pela Igreja, esses dois homens não fizeram nascer, enquanto vivos, um verdadeiro movimento religioso popular. Este desenvolveu-se após sua morte, apelando mais diretamente para sua memória.

Na Inglaterra, tratava-se dos Lollardo. Sabe-se que, entre esses pregadores populares nos quais o evangelismo era acompanhado por uma veemente crítica das riquezas da Igreja, encontrava-se um determinado número de antigos estudantes de Oxford, como William Taylor ou Peter Payne. Sem participarem diretamente, no movimento, inúmeros regentes de teologia da universidade, dentre os quais o chanceler Robert Rigg, manifestavam uma certa simpatia por ele e seria necessária uma longa e muito vigorosa retomada da universidade pelos arcebispos de Canterbury para extirpar-lhe definitivamente, no final de aproximadamente trinta anos, todo fermento de heresia. O lollardismo não era, realmente, uma heresia culta, mas o fato de existirem entre seus inspiradores e propagandistas pessoas de saber

15 - J. L. Biget, "Autour de Bernard Délicieux. Franciscanisme et société en Languedoc entre 1295 et 1330". In: *Mouvements franciscains et société française: XII-XX siècles*. Editado por A. Vauchez. Paris: 1984, p. 75-93.

fez com que ele não cultivasse o anti-intelectualismo frequente em tais movimentos. Os pregadores lollardos atribuíram, pelo contrário, uma grande importância à produção e à difusão de grande número de libelos manuscritos e pregaram a tradução da Bíblia em língua vernácula, a fim de torná-la acessível a todos os fiéis (com a condição de que eles soubessem ler)<sup>16</sup>.

Na Boemia, a universidade de Praga mantém-se fiel à memória de Jean Huss. Ela permaneceu, contudo, como vimos, na corrente mais moderada e menos heterodoxa - fora da questão central da comunhão de dois gêneros, colocada em uso pelos teólogos da universidade - do movimento nacional tcheco. Este ocasionou críticas veementes dos Taboritas, que constituem a ala extremista, popular e verdadeiramente revolucionária do hussismo, mas permitiu-lhe preparar, com o concílio de Bâle e o imperador, o compromisso doutrinal sacionado pela *Compactata* de 1436.

Sem romper abertamente com a Igreja, outras correntes de devoção e de espiritualidade, mais ou menos marcadas de misticismo, tais como os "Amigos de Deus" renanos ou begardos e beguinos flamengos, sem falar dos mais tradicionais terciários franciscanos, desenvolveram-se à margem das instituições eclesásticas tradicionais e não sem colocá-las um pouco em evidência. Esse foi especialmente o caso dos Países Baixos e dos Estados borguinhões. Tais movimentos frequentemente tiveram em suas direções homens de uma certa cultura, ainda que não se tratasse de mestres de primeiro plano. Alguns, como Ruysbroeck, o Admirável (1293-1381), eram antes autodidatas; outros haviam passado pela universidade, tais como Gérard Grote (1340-1384), iniciador da *Devoção moderna* e antigo mestre em artes de Paris (ainda que ele expusesse, em seguida, palavras muito duras para o orgulho e a vã ciência de seus antigos discípulos)<sup>17</sup>. Tais correntes devotas eram, aliás, bem-vindas na leitura pessoal e no estudo; alguns, como os Irmãos da Vida Co-

16 - Apresentação e estado da questão em J-Ph. Genet, "Wyclif e et les Lollards". In: *Histoires et géographes*, 294 (abril-maio 1983), p. 869-886.

17 - G. Epiney-Burgard, *Gérard Grote (1340-1384) et les débuts de la dévotion moderne*, Wiesbaden: 1970.



num instituídos por Gérard Grote, edificaram, como vimos acima, uma rede de escolas bastante eficaz e muito inovadora, que se apresentava, sob certo ponto de vista, como uma alternativa a certas esquisitices da escola tradicional.

Os homens de saber, e fundamentalmente os mais modestos dentre eles, tiveram seu lugar nos diversos movimentos ortodoxos ou heterodoxos de reformas que procuraram no final da Idade Média, responder à crise da Igreja institucional e satisfazer as aspirações religiosas dos fiéis, compreendidos estes no sentido de um acesso mais direto às próprias fontes da sabedoria cristã, quer dizer, à Escritura.

Tiveram também seu lugar nos movimentos de contestação política e de revolta. Mais do que quaisquer pregadores itinerantes, é o mundo dos advogados, dos escribas e dos notários que cabe aqui mencionar. Frequentemente desprovidos de títulos universitários, menos confiantes em seu saber e em sua posição social do que os funcionários e os prelados, não desfrutando nem de seus privilégios e nem de seus proventos assegurados, expostos, pois, às flutuações de conjuntura econômica e política, apesar de uma comodidade por vezes real, tais homens não dispunham sequer de suficientes conhecimentos gramaticais e jurídicos e de prática da escrita ao mesmo tempo que lhes faltava habilidade para serem capazes de redigir um manifesto, de compilar um esboço de reivindicações, de discursar em uma assembleia, ou encetar uma negociação. Ainda próximos das fileiras populares das quais eles eram, em geral, provenientes, ganhavam facilmente a confiança destas que, obscuramente conscientes do peso crescente do saber na vida política, dirigiam-se espontaneamente a eles para dar uma forma a suas aspirações e encetar diálogo com as autoridades superiores.

Por volta do final da Idade Média, a figura arquetípica, ainda que excepcional, desses semi-letrados impelidos à direção do movimento popular é certamente aquela de Cola di Rienzo (1313-1354)<sup>18</sup>. Filho de um taberneiro romano, o jovem Cola

18 - J. Cl. Maire Vigueur, "Cola di Rienzo". In: *Dizionario biografico degli Italiani*. Volume XXVI. Roma: 1982, p. 662-675.

aprendeu o ofício de notário com um parente; depois, sempre exercendo sua arte, adquiriu como autodidata uma certa cultura literária, tendo por base historiadores e poetas antigos, e um pouco de direito romano; de uma certa maneira, ele se apegou ao primeiro humanismo italiano, aquele de Petrarca. Em contrapartida, suas convicções religiosas eram bastante banais e tradicionais. Ele tornou-se, então, um dos chefes do partido popular que reagrupava, ao mesmo tempo, mercadores, artesãos, notários e baixo clero contra as famílias dos barões que, na ausência do papa, governavam Roma, tendo por único objetivo seus próprios interesses privados. O programa de Cola era, pelo contrário, o de estabelecer em Roma um regime regular e de equidade em torno do qual pudesse ser reunificada a Itália inteira. Por duas outras vezes (1347 e 1354), Cola conseguiu estar no poder e, com o antigo título de "tribuno", tentou, com grande ostentação de proclamações solenes e de cerimônias públicas sobre-carregadas de alegorias, colocar em prática sua política. Todavia, rapidamente abandonado pelo papa Clemente VI e pelo imperador Carlos IV, ele sucumbiu aos ataques dos nobres e pereceu massacrado pela multidão a 8 de outubro de 1354.

Existiram aqui e ali, no Ocidente dos séculos XIV e XV, outras figuras de líderes populares, menos trágicas e menos destacadas, porém comparáveis, quanto à sua situação social e às suas ambições políticas, àquela de Cola. Citemos apenas uma, bem estudada por René Fédou, a do notário Jean de Condeysie, um dos principais atores da "rebeyne" de Lyon, em 1436<sup>19</sup>. Notário que, partindo da vizinha Dombes para Lyon, sem título universitário, mas bom orador, abastado, graças a um bom casamento, Jean de Condeysie permanecia, contudo, familiar dos homens de ofícios entre os quais vivia e para quem ele redigia; há longo tempo ele manifestava publicamente seu apego ao espírito de comuna tradicional e foi naturalmente que se fez apelo a ele quando o povo lionês se dirigiu, ao mesmo tempo, contra os funcionários reais que pretendiam impor uma nova gabela e contra os ricos cuja fraude sobre a talha, isto é, o imposto di-

19 - R. Fédou, "Une révolte populaire à Lyon au XV<sup>e</sup> siècle: la Rebeyne de 1436". In: *Cahiers d'Histoire*, 3 (1958), p. 129-149.

reto, obrigava a tornar muito pesadas as taxas sobre a consumação. Jean de Condeyssie procurava canalizar a cólera popular e impor o retorno a um governo equilibrado onde os ofícios partilhassem o poder com a oligarquia dos mercadores e dos juristas excessivamente dóceis às ordens reais. Contudo, essa defesa das liberdades comunais era anacrônica; Carlos VII, que não poderia admitir que fosse entravado o esforço fiscal necessário para o prosseguimento vitorioso da guerra, fez com que a cidade fosse ocupada militarmente e Jean de Condeyssie foi preso com outros chefes da "rebelião".

De qualquer maneira, nem os clérigos transformados em pregadores anticlericais, nem os notários improvisados como tribunos populares, podiam ser considerados como verdadeiros representantes de seus grupos. Em sua maioria, os letrados de segundo escalão que se multiplicam no fim da Idade Média parecem ser, sobretudo, ciosos de integração e de promoção social.

No conjunto, eles foram também diligentes para colocar suas competências, em seu nível, a serviço da Igreja ou do Estado.

Os padres de paróquia, apesar da insuficiência freqüente de seus sermões, ofereciam tudo de si para a obra educativa da Igreja, contribuindo, ao mesmo tempo, para multiplicar entre os fiéis um mínimo de cultura cristã, o respeito pela ortodoxia e pelos clérigos, além dos elementos de uma visão de mundo, que, permanecendo bastante disparatada e tradicional, veiculava entre eles vidas de santos, coletâneas de *exempla* e enciclopédias comuns<sup>20</sup>. No prólogo de seus *Contos de Canterbury* (por volta de 1386) Geoffrey Chaucer encarnou, nos versos 467-528, na pessoa de um cura do campo ("parson"), o mais simpático dos trinta e dois peregrinos que ele colocou em cena: esse santo homem não havia estudado na universidade, mas ele sabia de cor a educação de suas ovelhas:

20 - H. Martin, "L'Eglise éducatrice. Messages apparents, contenus sous-jacents". In: *Educatious médiévales: l'enfance, l'école, l'église en Occident (VI-XV siècles)*. Dir. J. Verger [nº especial da revista *Histoire de l'éducation*, 50 (1991)], p. 91-117.

"Era também um homem instruído, um clérigo,  
Que pregava verdadeiramente o Evangelho do Cristo;  
Ele instruía seus paroquianos com zelo."<sup>21</sup>

E como ele juntava o exemplo à palavra, não cessava de fazer progredir aqui embaixo o reino de Deus.

Por seu turno, como se disse, os mestres-escolas leigos, a despeito de seu nível bastante variável, inculcavam os rudimentos da leitura, por vezes da escrita, em uma parcela da população (pelo menos masculina) mais numerosa do que por muito tempo se acreditou.

Por fim, os homens de lei, funcionários reais subalternos e notários foram eficazes agentes da modernização e do reforço do Estado. Para que com efeito, serviria o resgate do direito romano por parte dos doutores, se os notários não o houvessem recolocado em prática? Para que serviriam as prisões do Parlamento e os regulamentos reais, se não houvesse meirinhos para publicá-los e executá-los? Apesar de certas fraquezas individuais e das brutalidades que as populações mal suportam, tais homens contribuíram, em larga medida, para impor por toda a parte o respeito pela regra do direito e a onipresença da justiça e da soberania do Estado. Graças a eles, as noções da fidelidade rendida ao príncipe, da obediência devida ao Estado, e do primado do "bem da coisa pública", efetuadas às expensas das ancestrais "liberdades" e das pretensões dos potentados locais, entraram pouco a pouco nos costumes e, com elas, o receio reverencial do monarca ao mesmo tempo que a idéia de um recurso supremo sempre possível.

Os homens de saber mais modestos de que falamos aqui, desfrutavam cada vez mais de bom grado esse papel no qual, como os graduados da universidade e os grandes funcionários reais, satisfaziam seus interesses e também os de suas famílias.

21 - "He was also a leaded man, a clerk, That Cristes gospel trewely wolde preche, / His parisschens devoutly wolde he teche" (*The complete works of Geoffrey Chaucer*. Ed. Po W. W. Skeat, tomo IV. Oxford: 1894, p. 15 versos 480-482).

Alguns marcavam sua vinculação global ao mundo dos letrados manifestando curiosidades intelectuais que iam bem além dos conhecimentos estritamente necessários apenas à sua "prática". Nós já evocamos as abundantes leituras históricas e jurídicas de Cola di Rienzo e de seus amigos humanistas. Se muitos não possuíam mais do que algumas obras técnicas indispensáveis para seu ofício, outros possuíam bibliotecas que podiam rivalizar com aquelas de graduados. A impressionante lista de 136 títulos deixada por Richard de Bazoques, modesto mestre-escola normando do início do século XV, corresponde, sem dúvida, mais a um tipo de "biblioteca ideal" do que a um inventário de livros efetivamente possuídos ou mesmo lidos<sup>22</sup>. Contudo ela testemunha, pelo menos, os conhecimentos bibliográficos, bastante em dia, da personagem e de seu apetite pelo conhecimento. Outros possuíam realmente bibliotecas não negligenciáveis. Os inventários de livros sicilianos revelam-nos a coleção de 25 volumes de Nicolas de Rabuazio, mestre-escola em Termini, bem como as honradas pequenas "bibliotecas" de alguns notários: 20 volumes em média e até 88 na casa de Stefano de Avillino em 1449; esse notário de Messina não possuía apenas obras de direito, mas sermões e crônicas, um volume de Dante e um outro de Tomás de Aquino<sup>23</sup>.

Alguns elevavam-se inclusive à dignidade de autor. Os melhores advogados e, na Inglaterra, os *Common lawyers* provenientes dos *Inns of Court* produziam as "questões" práticas (como aquelas de Jean le Coq, advogado no Parlamento de Paris nos anos 1370-1400)<sup>24</sup> e os tratados de justiça que eram úteis para consultorias e comentários especializados dos doutores das faculdades de direito. Ali, eles manifestavam, ao mesmo tempo, uma ciência bastante real e uma atenção para os problemas contemporâneos, por vezes uma sensibilidade para com as dificuldades das pessoas simples, bastante condizente com sua situação social intermediária. André Gouron pôs em evidência,

22 - J. Bignami-Odier, A. Vernet, "Les livres de Richard de Bazoques", In: *Bibliothèque de l'École de Chartes*, 110 (1952), p. 124-153.

23 - H. Bresc, *Livre et société en Sicile (1299-1499)*. Palermo: 1971, p. 138-140 e 179-182.

24 - M. Moulet, *Quaestiones Johannis Galli*. Paris: 1944.

assim, a figura modesta mas exemplar de Pierre Antiboul (fl. 1357); depois de alguns estudos em Montpellier, esse "jurisperito" instalou-se como advogado em Daguignan; foi lá que redigiu, nos anos 1340, seu *Traité des impôts* (*Tractatus de muneribus*); amparado simultaneamente por um sólido conhecimento dos autores eruditos e pela experiência de situações concretas de seu tempo, o *Tractatus* de Antiboul é uma vigorosa defesa da igualdade diante do imposto, uma crítica bem argumentada das isenções fiscais indevidas e dos privilégios da aristocracia, bem como das brutalidades dos funcionários e, no total, de acordo com a expressão de André Gouron, a obra de um prático sensível "à miséria rural e às injustiças sociais de seu tempo" que ele imputa às "taras da nobreza provincial e de seus servidores ... [assim como de] certos práticos do tempo acusados de incompetência"<sup>25</sup>; Pierre Antiboul não era tanto um revolucionário nem um demagogo condutor das massas (ou, pelo menos, não teve ocasião de tornar-se um); a ordem política mais justa à qual ele aspirava, ele a esperava sem dúvida, da ação mais eficaz do príncipe - na época, do conde da Provença -; em outras palavras, de um reforço do Estado, não de uma transformação das hierarquias sociais.

Em uma escala evidentemente muito mais elevada, porém em uma perspectiva definitivamente comparável, aquela de um reformismo modernizador favorável ao crescimento do Estado, nós recordamos que o maior jurista e publicista inglês do final da Idade Média, sir John Fortescue (1390-1479), autor dos célebres *De laudibus legum Anglie* e *The Governance of England*, havia se formado em Lincoln's Inn (uma das quatro principais *Inns of Court*) em Londres, e não em Oxford ou Cambridge, e que ele havia, por muito tempo, exercido funções de prático como *sergeant at law* e inquiridor, antes de sentar-se ele próprio no Banco do rei<sup>26</sup>.

25 - A. Gouron, "Doctrine médiévale et justice fiscale: Pierre Antiboul et son *Tractatus de muneribus*". In: *Analecta Cracoviensia*, 7 (1975), p. 309-321 (reimpresso em A. Gouron, *La science du droit dans le Midi de la France au Moyen Age*, Londres: 1984, n° X).

26 - Sobre Fortescue, ver a introdução de Sir John Fortescue, *De Laudibus Legum Anglie*. Ed. S. B. Chrimes, Cambridge: 1942.

Essa aspiração a um saber cada vez mais formalizado aproximando-se da dignidade das disciplinas universitárias, guardando porém um estilo mais prático e mais moderno (os textos são freqüentemente, aqui, em língua vernácula), reencontra-se de maneira particularmente nítida entre os cirurgiões do final da Idade Média. Várias escolas de cirurgia parecem ter existido no final da Idade Média, pelo menos na órbita das faculdades de medicina italianas; sua existência em Paris ou Montpellier é mais duvidosa. Alguns cirurgiões redigiram tratados que prometiam um real sucesso, sendo o mais conhecido Henri de Mondeville cuja *Chirurgia* (1306) foi rapidamente traduzida em francês, em provençal, em inglês, em alemão, etc.

Promoção cultural, promoção social também. A variação de riqueza entre as diversas categorias de pessoas de saber não era forçosamente muito grande, porque, se o ensino ou o serviço de Deus ou do príncipe eram incontestavelmente fontes de prestígio e, de certa maneira, garantia de estabilidade, eles não eram sempre, como vimos, muito bem remunerados. Inversamente, se alguns vegetavam na prática privada, outros práticos que haviam conseguido adquirir uma bela clientela, contrair um matrimônio vantajoso ou completar seus proventos profissionais com outros trabalhos na terra ou no comércio, podiam esperar uma bela comodidade.

Alguns advogados eram bastante ricos. Jean le Coq, já citado, era nobre e possuía, pelo menos, além de pensões e de rendas, cinco senhorios e dois feudos em torno de Paris, mais um palácio e duas ou três casas na própria capital. Para esses advogados abastados, não era, aliás, impossível aceder ao mundo mais respeitado dos ofícios. Se, tanto em Paris como em Toulouse, os advogados perante o Parlamento não parecem muito numerosos para se tornarem conselheiros na própria corte soberana, isso lhes trazia, em compensação, a necessidade de ocuparem, com muita freqüência, as funções de juizes nos tribunais de menor importância.

Notável também era a fortuna de alguns juristas florentinos. Sabe-se, por suas importantes *Ricordanze* que, por volta de 1407, sua prática trazia 350 florins para Ricciardo di Francesco del Bene (1369-1411), ou seja, considerando os salários de alguns cargos públicos e o produto de suas casas e de suas terras,

500 a 600 florins. Recordemos como comparação que, nessa época, o benefício líquido do rario florentino da banca dos Medici não ultrapassava 1100 florins; e, contudo, Ricciardo não tinha reputação de um jurista excepcional; mas pertencendo a uma velha família bem implantada na oligarquia florentina, ele havia conseguido constituir uma grande clientela<sup>27</sup>.

Mesmo entre os notários, nós poderemos encontrar, ao lado de tabeliães necessitados, fortunas apreciáveis, comparáveis àquelas dos homens de lei, aparentemente mais abastados ou negociantes. Em Toulouse, por exemplo, de acordo com os registros de avaliação de 1335, a fortuna de 35 notários compreendia, a grosso modo, de 30 a 934 libras de Tours, que colocava os mais ricos dentre eles no nível dos poderosos mercadores<sup>28</sup>. Em Saint-Flour, em 1380, um certo Durand Sayssset, simples notário sem grau universitário, praticamente não tendo concluído seu estudo ao longo de toda uma existência laboriosa, com 1575 libras de patrimônio imobiliário, precedia todos os outros homens de lei, sendo ele próprio superado apenas por dois mercadores<sup>29</sup>.

Quando eles não chegavam a ascender eles próprios, pelos títulos ou pela fortuna, ao nível dos graduados, dos grandes funcionários ou dos prelados, os homens da prática podiam pelo menos remeter essa ambição para seus filhos. Nós retomaremos no próximo capítulo o processo de ascensão social, mas

27 - L. Martines, *Lawyers and Statecraft in Renaissance Florence*, op. cit., p. 103-105.

28 - M.-Cl. Marandet, "Approche d'un milieu social: le notariat en Midi toulousain aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles". In: *Visages du notariat dans l'histoire du Midi toulousain (XIV-XIX<sup>e</sup> siècles)*. Toulouse: J. L. Laffont, 1992, p. 81-115.

29 - A. Rigaudière, "La fortune des hommes de loi sanflorains d'après le livre d'estimes de 1380" In: *Studia historica Gandensia*, 267 (1986) [*Structures sociales et topographie de la pauvreté et de la richesse aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles. Aspects méthodologiques et résultats de recherches récentes*]. P. 13-49, especialmente página 41 (reimpresso no A. Rigaudière, *Gouverner la ville au Moyen Age*. Paris: 1993, p. 275-318).

pode-se dizer desde já que a frequência das passagens, em uma ou duas gerações, da prática para o funcionalismo tornara-se tal que era necessário ver nela uma fileira clássica de promoção social. Os filhos dos notários ou dos procuradores não dispunham apenas dos subsídios paternos para se dedicar ao caminho dos estudos e das honras. Eles beneficiavam-se também, com muita frequência, de suas origens, de um embrião de biblioteca, de algumas relações e de uma certa familiaridade com as disciplinas intelectuais, ou seja, de um mínimo de "capital social" e "cultural", que, em relação aos recém-chegados, devia realmente lhes favorecer<sup>30</sup>.

Pode-se dizer que se tratava então, efetivamente, de uma promoção interna no próprio seio do grupo das pessoas de saber. A existência e a frequência desse tipo de promoções ilustra a coesão, o dinamismo e a abertura desse grupo. Era, certamente, possível penetrá-lo em diversos níveis. Alguns chegavam diretamente à universidade e ao diploma, às dignidades de prelado e aos grandes escritórios. Em compensação, outros, entre os mais modestos homens da prática, não conseguiram franquear, ou fazer com que fosse franqueado a seus filhos o passo decisivo e ficavam na base do escalão social, até saindo do grupo para retornar ao mundo dos trabalhos artesanais ou das mercadorias. Mas o essencial estava na continuidade estabelecida em torno de um determinado número de práticas culturais comuns.

É bem possível que tenham existido, aqui ou lá, padres livres de qualquer obrigação, advogados demagogos, procuradores ásperez, notários que permaneciam próximos dos meios populares, prestes a colocarem suas competências a serviço de uma crítica mais ou menos subversiva da ordem estabelecida. Na maioria dos casos, porém, os homens de saber, observados por um certo ângulo, teriam tido por mais tempo o sentimento de que a sua própria afirmação passava pela aceitação de seu papel integrador. Eles eram chamados a desempenhar na nova

sociedade que se constituía em lugar da antiga sociedade feudal, um papel essencial, agitando por toda parte, até nos pequenos burgos e nas retiradas regiões dos campos, as redes de enquadramento e de obediência que permitiam aos príncipes, às cidades e à Igreja impor a ordem jurídica que era sua própria razão de ser. Sem eles, quer dizer, sem o concurso voluntário e sua ação cotidiana e multifôrme, o Estado moderno nascente não teria tido os meios de se fazer aceitar e obedecer, e nem mesmo conhecer. Nos novos processos de regulação social e política do final da Idade Média, os homens de saber postaram-se ao lado das elites e é incontestavelmente nestas que a maior parte deles tinha os olhos fixados.

Mas ao mesmo tempo, a existência desse largo leque de "intelectuais intermediários", fazendo reserva e transição entre a ordem estática superior e os simples sujeitos, evitou que os homens de saber não se reduzissem a uma simples casta de mandarins ou de padres, apartados do restante da sociedade e submetidos exclusivamente aos caprichos do príncipe ou de seus próprios desejos egoístas. Foram eles, os *doctores rurales* de Henri de Gand, que asseguraram o alicerce das categorias superiores dos letrados, que lhes possibilitou a inserção na sociedade, proporcionando-lhes uma base suficientemente larga e aberta; e foram eles, também, que tomaram como encargo, de maneira bastante empírica, a difusão, a adaptação concreta e quotidiana e, no total, a recepção um pouco consensual, senão unânime, dos saberes teóricos a partir dos quais eram elaboradas as novas regras do jogo social e político.

30 - A importância desse processo foi particularmente bem avaliada, no tocante à sociedade de Lyon do final da Idade Média, por R. Fédou, *Les hommes de loi lyonnais à la fin du Moyen Age*. Op. cit., p. 153-178.

terceira parte

---

## REALIDADES SOCIAIS E IMAGEM DE SI

Na primeira parte deste livro nós vimos o que possibilitava definir os homens de saber enquanto tais na Europa Ocidental do final da Idade Média. Na segunda parte, quais funções suas competências intelectuais lhes permitiram ter nas sociedades dessa época. Assim, nós pudemos não apenas indicar os papéis que lhes eram destinados, de maneira mais ou menos exclusiva, mas compreender que o exercício de tais papéis se inscrevia, ele próprio, em uma dinâmica social (e política) que era aquela das mutações gerais daquela época. Dito de outro modo, tais papéis eram, em si, papéis novos que não existiam (ou, pelo menos, não da mesma maneira nem com a mesma importância) nos séculos anteriores. Aqueles que os ocupavam os criaram e lhes deram forma por sua própria ocupação.

Mas se os papéis eram novos, os homens também o eram? A aparição sobre a cena social do grupo dos homens de saber teria correspondido a um fenômeno generalizado de ascensão e renovação? As mutações culturais e a emergência de funções até então desconhecidas ou pouco desenvolvidas, teriam permitido aos indivíduos ou às famílias provenientes dos estratos populares e modestos da sociedade se elevarem na hierarquia social e constringerem as elites tradicionais a lhes acolher em seu seio, talvez até a lhes cederem algumas posições? Ou será que teria simplesmente ocorrido uma reconversão funcional dessas antigas elites (que, de qualquer modo, jamais haviam estado rigorosamente fechadas), adaptação e modernização garantindo a continuidade das hierarquias?

Descobre-se facilmente que, na prática, as duas soluções devem ser verificadas, com porcentagens variáveis de acordo com os momentos e os lugares, de modo que será necessário procurar mensurá-las (capítulo VII). Mas, tanto quanto os dados brutos da mecânica social, são importantes também as representações de si mesmo e dos outros que acompanharam os fenômenos de ascensão ou de mutação (capítulo VIII). Qual era a imagem das pessoas de saber no final da Idade Média? Guardaria essa imagem algum traço de suas origens por vezes obscuras? Uma indelével marca clerical? Para fazer esquecer sua ausência de tradição, procurariam eles se assemelhar às cores vivas da antiga nobreza? Ou será que nossos homens de saber já conseguiam na época se distinguir do restante da sociedade, mostrando aquilo que eles, de fato, eram, um composto social novo e complexo, com suas próprias maneiras de viver, de falar e de pensar, seus *habitus* e seus valores, o que significa uma certa consciência de si e de seu papel histórico?

## capítulo VII

### HOMENS NOVOS OU HERDEIROS?

O problema da origem social dos homens de saber do final da Idade Média parece, à primeira vista, um problema simples, no qual as dificuldades desmembram-se, antes de tudo, das insuficiências da documentação. Na realidade, isso ocasiona também algumas dificuldades teóricas, as quais deveremos, em seguida, comentar.

#### I. QUESTÕES DE FONTES E DE MÉTODO

Se o problema da origem de nossos homens de saber se coloca, é porque trata-se, evidentemente, de um grupo novo, em forte expansão nos últimos séculos da Idade Média, preenchendo funções nascidas, elas mesmas, da modernização do Estado, da centralização da Igreja, dos progressos da cultura e, mais amplamente, da complexidade crescente da sociedade e da economia. Era necessário, porém, ao que parece, que os homens encarregados daquelas novas funções saíssem de alguma parte, ou melhor, que fossem provenientes de grupos sociais mais antigos.



Para dizer a verdade, como já disse, é impossível avaliar de maneira precisa o ritmo e a amplitude do crescimento do grupo de homens de saber, que havia, aliás, variado consideravelmente de acordo com os momentos e os lugares. Os próprios contemporâneos eram conscientes desse crescimento mas eles tiveram, sem dúvida, intenção de exagerá-lo. Para remontar, como exemplo, talvez ao menos mal conhecido dos casos, aquele dos funcionários reais na França, as pesquisas históricas parecem indicar que seu número experimentou, em fins da Idade Média, duas fases de crescimento sustentado - os anos 1250-1314 primeiramente (aqueles do próprio nascimento do Estado moderno, de São Luís a Filipe, o Belo), depois a segunda metade do século XV, época de "reconstrução" e reforço do poder real no final da Guerra dos Cem Anos -, mas que, entre essas duas fases, teria havido, apesar de uma denúncia ritual, a cada crise política, da "multidão infinita" de funcionários, uma quase estagnação - pelo menos em números absolutos (porque, é verdade, essa estagnação não impedia uma forte alta relativa já que, na mesma ocasião, a população global do reino diminuiu mais da metade em função das epidemias)<sup>1</sup>.

Um outro fator que exige que se indague sobre o recrutamento social dos homens de saber era que estes eram, ainda, em grande parte, como vimos, homens de Igreja, o que excluía a simples reprodução hereditária do grupo.

De onde vêm, então, as dificuldades? Na verdade, estas são as mesmas de qualquer investigação de história demográfica ou social da Idade Média. Efetivamente não faltam documentos que permitam identificar os parentes dos clérigos e letrados que nós estudamos aqui. Nos países mediterrânicos, os múltiplos contratos, inventários e testamentos contidos nas fontes notariais oferecem abundantes informações sobre os laços familiares. Além disso, cartas e súplicas pontificais, papéis fiscais, arquivos judiciários, coleções de títulos e de rendas, etc. podem

1 - Cf. F. Autrand, "L'apparition d'un nouveau groupe social". In: *Histoire de la fonction publique en France*. Dir. M. Pinet, tomo I, *Des origines au XV<sup>e</sup> siècle*. Paris: 1993. p. 311-443.

render serviços análogos. Mas, além da coleta de tais informações em vias de constituírem os dicionários prosopográficos, (hoje necessariamente informatizados), ser um trabalho de muito fôlego que proporcionou, até agora, apenas resultados muito parciais, podemos temer que seja sempre difícil, talvez impossível, empregar, para tanto, verdadeiros esforços quantitativos, sobretudo considerando-se uma duração verdadeiramente longa.

Com efeito, as fontes que acabo de mencionar, ainda quando não são excessivamente incompletas só muito raramente são seriais; elas não produzem mais do que geralmente fotografias instantâneas, com datas isoladas. Em outras palavras, elas possibilitam avaliar mais ou menos a abertura do leque de origens possíveis, das mais populares às mais aristocráticas. Os mais diversos casos podem ser ilustrados por exemplos mais ou menos acentuados nas cores. Mas praticamente não podemos apreciar a proporção respectiva de cada categoria social e, muito menos, sua respectiva evolução no tempo.

O caráter incompleto da documentação não é, porém, aqui a única causa. De fato, é bem provável que a maior parte das fontes, de acordo com sua natureza, privilegiem este ou aquele tipo de origem social. Globalmente, são evidentemente os mais poderosos e os mais ricos que têm maior probabilidade de aparecer na documentação ou, de qualquer modo, de não permanecer apenas como simples nomes, mas de poder ser identificados e unirem-se às famílias conhecidas por sua história ou sua situação de fortuna. Foi assim que os homens de saber de nascimento nobre, dos quais nós falaremos abaixo, tiveram alguma chance de poder deixar sua marca com uma relativa regularidade; mas, para as outras categorias sociais, tanto urbanas quanto rurais, as indicações são de tal modo aleatórias que parece ser muito difícil submetê-las a um verdadeiro tratamento estatístico.

Deve-se, certamente, acrescentar ao que foi aqui dito - dificuldade de ordem geral - que o vocabulário "social" utilizado por fontes medievais remete, com muito maior frequência, para os estatutos jurídicos do que para as categorias profissionais ou econômicas. É assim, por exemplo, que os arquivos das universidades alemãs do século XV repartiam os estudantes em "ricos" (*divites*) e "pobres" (*pauperes*); mas, de fato, tais palavras

não remetem para uma classificação social, que seria, em suma, bem vaga. Tratava-se simplesmente de distinguir os estudantes contribuintes que pagavam regularmente os seus direitos de inscrição e aqueles que, em virtude de uma pobreza alegada e, talvez, provisória, ficavam isentos. Havia também os *semipauperes* (ou *semidiuites*): eram aqueles que haviam conseguido obter apenas uma tarifa reduzida ou um prazo para o pagamento; vê-se o quanto seria arriscado tirar de uma tal classificação as indicações precisas sobre a origem dos graduados das universidades alemãs<sup>2</sup>.

Mencionemos também a ambigüidade ou a polissemia de algumas palavras correntes do vocabulário social medieval, como *burgensts*, *magister*, ou *clericus*<sup>3</sup>. E a própria noção de nobreza, que muito freqüentemente não distingue a antiga da nova nobreza, estatuto hereditário e notabilidade adquirida, é, como veremos, de um uso igualmente delicado.

No total, parece, contudo, que a história social das populações dos letrados medievais permanece exposta a muitas incertezas.

Uma última dificuldade, não de vocabulário mas de método, deve ser assinalada. O historiador tem tendência de partir dos indivíduos que ele estudou tomados por si próprios e de defini-los socialmente situando-os em relação a seus ascendentes ou a seus descendentes diretos. É assim que ele espera aproveitar as dinâmicas de ascensão ou de reprodução sociais ou,

---

2 - Vide J. Paquet, "Recherches sur l'université 'pauvre' au Moyen Age". In: *Revue belge de philologie et d'histoire*, 56 (1978), p. 301-353.

3 - Por *magister*, ver *supra*, p. 135. *Burgensts* se aplicava ao habitante de qualquer comunidade que tivesse seu próprio direito e cabe recordar aqui que, no final da Idade Média, um país como a Alemanha tinha por volta de 4000 aglomerações, desde *Cologne* ou Frankfurt até todos os pequenos burgos rurais possuindo o estatuto de cidade. *Clericus* podia designar ora um clérigo que houvesse recebido apenas as ordens menores, ora não importa qual membro do clero, ora enfim um letrado provindo das escolas (ainda que fosse casado e levasse um gênero de vida completamente laico).

ainda, a desclassificação progressiva de certos grupos mal adaptados a seu tempo. Mas, sobretudo tratando-se de sociedades fortemente integradas como o eram aquelas do final da Idade Média, é de fato o conjunto das estruturas familiares que deverá ser levado em consideração e particularmente as ramificações colaterais - tios, irmãos, primos - e as linhagens dos parentes por afinidade.

A promoção de um filho de artesão entre as pessoas de saber podia conter variadas significações em se considerando que o filho de artesão não dispunha de nenhuma relação particular ou, ao contrário, tinha já um tio cura capaz de lhe emprestar alguns livros ou de recomendá-lo a seu bispo. A passagem de um filho de comerciante para o mundo da toga e dos homens de justiça não pode ser interpretada do mesmo modo quando isso significava o abandono da antiga vocação familiar ou quando o novo jurista era simplesmente um caçula que escolhera o caminho dos estudos enquanto seus irmãos continuavam a se dedicar ao comércio e aos negócios.

Poderíamos multiplicar os exemplos desse gênero. Não podemos passar silenciosamente pelo problema que eles acarretam, mas é claro que eles perturbam a tarefa do historiador, a consciência do conjunto das relações familiares pesando consideravelmente na investigação prosopográfica e tornando ainda mais aleatória a esperança de obter resultados quantificáveis.

Além do mais, a própria família não é, sem dúvida, aqui uma unidade suficiente. Dever-se-á com efeito procurar reintroduzi-la em meio às inúmeras redes de vizinhança e de clientela que estruturavam todas as sociedades medievais. Retomemos aqui o exemplo do filho de artesão que havia acedido pelo viés dos estudos a uma posição honorável entre as pessoas de saber. Nós seríamos tentados hoje em dia a interpretar essa promoção como um belo exemplo de êxito meritocrático, que se torna possível pelas estruturas relativamente abertas, conservadas, até o final da Idade Média, por instituições de ensino tais como as universidades. Julgamento sem dúvida um pouco anacrônico. Porque havia, na realidade, grandes chances para que esse filho de artesão - quaisquer que fossem, além do mais, suas capacidades intelectuais e suas qualidades de caráter - não pudesse seguir os estudos, a não ser, como disse acima, que tivesse um tio cura e, mais provavelmente ainda, que sua família, por modesta

que fosse, pertencesse à área de influência desta ou daquela poderosa abadia ou porque seu pai fosse um protegido ou talvez um homem de confiança desta ou daquela grande personagem.

Nós somos surpreendidos, por esse exemplo, a ver que inúmeros colégios universitários medievais recrutavam seus membros, para além da família do fundador, em dois ou três vilarejos designados por nomeação (cujo fundador era originário, ou até mesmo o próprio senhor): os lugares eram assim reservados às crianças de Saint-Pierre de Nazac (diocese de Cahors) no colégio fundado, em 1341, em Toulouse, pelo arcebispo de Arles, Gasbert de Laval, e outros para aqueles de Dormans (diocese de Soissons) no colégio fundado em Paris, em 1370, pelo cardeal Jean de Dormans; os dois prelados não haviam se esquecido dos filhos de seus compatriotas menos afortunados; quanto ao colégio de Pégry (Cahors), era, em grande parte, destinado a acolher pequenos gramáticos nascidos nos próprios domínios legados ao colégio por seus fundadores, Hugues e Raymond Pégry (1365)<sup>4</sup>. É evidente que com fortuna e capacidades semelhantes, os filhos dos camponeses dessas aldeias tinham muito mais chance em relação àqueles das cidades vizinhas de chegar à universidade.

É inútil multiplicar esse gênero de hipóteses, sem qualquer validade teórica. Essas que precedem terão sido suficientes, acredito eu, para o demonstrar: múltiplos parâmetros podem entrar em jogo no mecanismo social do final da Idade Média. A interpretação desta última é, todavia, verdadeiramente delicada e arrisca-se, em todo caso, a recusar, ainda por longo tempo, a abordagem estatística. É, portanto, no essencial, em algumas anotações fundamentalmente qualitativas e descritivas que eu me deterei nas páginas que se seguem.

4 - F. Autrand, *Charles V le sage*. Paris: 1994, p. 707; M. Fournier, *Les statuts et privilèges des universités françaises depuis leur fondation jusqu'en 1789*. Tomo I. Paris: 1890, n° 595 e tomo II. Paris: 1891, n° 1435.

## 2. A VEREDA DOS ESTUDOS

A idéia de que os estudos deveriam ser acessíveis a todos e que graças a eles os estudantes pobres e mercedores deveriam poder se elevar a altas funções a serviço de Deus ou do príncipe não era estranha nos últimos séculos da Idade Média. Diversos estatutos universitários, bulas pontificais ou regulamentos reais lhe fizeram eco. Em 1224, o imperador Frederico II havia prometido fortuna (*lucrum*), nobreza (*nobilitas*) e boas relações (*amicitiarum favor*) para todos aqueles que viessem a estudar o direito no *studium* de Nápoles<sup>5</sup>. Por seu turno, em 1336, o papa Benedito XII reprovará aos doutores de Montpellier o desencorajamento de estudantes pobres mas competentes e dignos, que aspiravam legitimamente chegar *ad altiora*, exigindo deles os direitos de exames abusivos<sup>6</sup>.

Confirmando a seu modo essa idéia, alguns romancistas e cronistas a serviço da alta nobreza indignaram-se, por seu turno, com o fato de as pessoas de "pequena extração social" poderem obter o favor real e tomar, junto ao soberano, o lugar geralmente devotado aos representantes das maiores e das mais antigas famílias do reino. Em sua *Chronique métrique* (1316), o poeta Geoffroy de Paris já dizia para os barões de Filipe, o Belo:

"Nous sommes versez a revers  
Et par vilains et par convers [juifs convertis],  
Chetive Gent que sont venuz  
Cum a court mestre devenuz, (...)  
A la court ne nous fait on doit  
Sers, vilans, avocateriaus  
Sont devenuz emperiaus."

5 - Circular para anunciar a fundação do *studium* publicada no *Ryccardi de Sancto Germano notarii chronica*. Editado por C. A. Garuffi (*Rerum Italicarum Scriptores*, VII/2). Bolonha: 1938, p. 113-116.

6 - M. Fournier, *Les statuts et privilèges des universités françaises*, op. cit., tomo II, n° 944.

7 - A. Diverres, *La chronique métrique attribuée à Geoffroy de Paris*. Paris: 1956, v. 6433-6442, p. 212.

"O debate entre o clérigo e o cavaleiro", um gênero literário que remonta ao século XII, guardava toda sua atualidade no final da Idade Média. Sob a pluma dos autores da corte, o cavaleiro, graças a sua força, sua lealdade e sua coragem, saía geralmente vencedor do combate, tal como o Pequeno Jehan de Saintré às voltas com as maquinações do "Senhor Abade" no romance de Antoine de La Sale - ele próprio um produto puro do meio cavaleiresco e cortês - por volta de 1456. Mas que não vê que essas compensações literárias escondiam mal as desventuras na realidade concreta da existência. E em nossa época os arrivistas assim denunciados não eram apenas os prelados mundanos ou os monges devassos, mas fundamentalmente os estudantes hábeis na oratória ou os advogados espertalhões (*maître Pathelin*), enfim, os doutores confiantes de seus diplomas e de sua ciência e convencidos de ser, doravante, indispensáveis para o bom encaminhamento do Estado.

A ambição social era incontestavelmente uma das motivações mais comuns daqueles que se lançavam pelo caminho dos estudos. A própria noção de cultura geral e desinteressada era, como dissemos acima, bastante alheia dos homens dessa época, como lhes era alheia aquela segundo a qual a viagem "para os estudos" podia ser, tanto quanto um instrumento de formação intelectual e profissional, a ocasião de forjar o caráter sempre enriquecendo sua memória da imagem dos lugares visitados e das personalidades reencontradas. Aqueles que se davam ao trabalho de estudar as disciplinas eruditas, de maneira mais ou menos aprofundada, e não dissimulavam o caráter árido dessa aprendizagem, estavam convencidos tanto do prestígio quanto da utilidade social e política desse tipo de estudos, entendendo ser necessário tirar deles o máximo partido para eles próprios, sempre fazendo lucrar as pessoas próximas, as quais haviam freqüentemente contribuído para o financiamento de seus estudos. Porque, sobretudo nas famílias modestas, estimular uma criança para a via dos estudos devia ser uma árdua empreitada para a qual todos contribuíam na medida de suas possibilidades.

Não faltam exemplos de promoções sociais, por vezes, espetaculares pelo viés dos estudos e dos graus. Sem falar da massa de todos aqueles sobre cujo nascimento nós nada sabemos,

aquilo que deve ser o índice, em numerosos casos, de uma origem modesta, recordamos simplesmente aqui alguns exemplos clássicos: os dois grandes teólogos e prelados ingleses do início do século XIII, Stephen Langton e Robert Grosseteste, eram filhos de camponeses, talvez de servos; origem próxima de Robert de Sorbon e, um século e meio mais tarde, para o futuro chanceler Jean Gerson. Quanto ao cardeal Nicolas de Cues (1401-1464), seu pai era um humilde barqueiro do Mosela.

Trata-se ali, note-se, de teólogos cuja bela carreira foi essencialmente eclesiástica. Mas encontraremos exemplos análogos, ainda que talvez menos notáveis e menos numerosos, entre os juristas e os médicos: o escrivão humanista do Parlamento de Paris no final do século XIV, Nicolas de Baye (1364-1419), era um filho de servo que passara pelo colégio de Dormans e seu contemporâneo, Robert Mauger, primeiro presidente de 1413 a 1418, ele também proveniente de Dormans, era igualmente de origem modesta<sup>8</sup>. Quanto ao grande médico Guy de Chauliac (1300-1368) que tratou de três papas de Avignon, a tradição quis que ele fosse, em sua infância, um mero criado de uma herdade em Gévaudan.

Apesar de tudo, esses são casos excepcionais. Contudo há trajetórias familiares mais comuns embora todos eles também significativos.

Tomemos o exemplo de Paston. Essa família do Sudeste da Inglaterra (região de Norwich) deixou uma impressionante coleção de um bom milhar de cartas, escalonadas entre os anos 1440 e 1490, que permitem seguir sua ascensão social por quatro gerações<sup>9</sup>.

Primeiramente, um camponês livre e abastado, que carrega o próprio nome de sua aldeia natal, Clément Paston. Ele tinha apenas um filho, William Paston (1378-1444), para quem ele pôde pagar os estudos de direito em uma *Inn of Court*. Graças a suas

8 - F. Autrand, *Naissance d'un grand corps de l'État: les gens du Parlement de Paris (1345-1454)*. Paris: 1981, p. 75 e 326.

9 - Encontraremos importantes excertos comentados da correspondência dos Paston em *Les Paston. Une famille anglaise au XV<sup>e</sup> siècle. Correspondance et vie quotidienne illustrées*. Paris: R. Virgoc, 1990.

competências de jurista e sempre gerindo as terras herdadas de seu pai e aquelas adquiridas por várias compras, William prosseguiu uma carreira de homem de lei (a serviço do duque de Norfolk e do bispo de Norwich) e de funcionário real que é concluída em Londres, na Corte de Pleitos; ele foi enterrado na Catedral de Norwich. Na geração seguinte, aquilo que era apenas êxito individual se estabiliza e torna-se vocação familiar. Os quatro filhos de William Paston fizeram os mesmos estudos: primeiramente a faculdade de artes em Cambridge, depois a *Common Law* em uma *Inn* de Londres (manifestamente preferida às faculdades universitárias de direito). Dois desses juristas morreram jovens e solteiros, mas dois outros realizaram carreiras semelhantes àsquelas de seu pai: eles foram sucessiva ou simultaneamente conselheiros jurídicos de grandes senhores e funcionários reais. Contudo, a ascensão social prossegue porque os mestres servis eram cada vez mais ricos e os domínios se estendiam, com a ajuda da sorte; John (1421-1466) herdou uma boa parte das terras de seu mestre, o célebre capitão Sir John Fastolf, enquanto seu irmão William Jr. (1436-1496) casou-se com uma filha da boa nobreza e sentou-se no Parlamento.

Na quarta geração, representada essencialmente pelos sete filhos de John, o essencial fora conseguido e o destino familiar se diversifica. A nobreza é completamente atingida, já que dois meninos são armados cavaleiros; eles freqüentavam a corte e geriam suas propriedades; eram também militares que participaram dos combates da guerra das Duas Rosas, expondo-se, aliás, com isso - embora sem perdas excessivas - aos acasos da guerra civil. Um único filho permanece jurista na tradição de seu pai e de seu avô. Outros dois filhos morrem jovens, sendo que um deles se destinava à universidade e à Igreja. Quanto às filhas, se uma se casou com um simples administrador agrícola, aliás bem abastado, a outra desposou o herdeiro de uma bela linhagem de juristas comparáveis aos próprios Paston. Finalmente, no século XVI, os Paston, abandonando definitivamente o direito e seus escritórios, tornaram-se importantes senhores de terra do Norfolk; eles obtiveram, no século XVII, o título das condes de Yearmouth.

Muitos fatores evidentemente se combinaram para assegurar esse exemplo vitorioso e evidentemente tais homens (assim como suas esposas que geriam os bens da família quando seus

maridos estavam em missão ou sentavam-se no Parlamento) não careciam nem de caráter nem de inteligência. Mas não é menos evidente que são suas competências como juristas e, portanto, seus estudos de direito que asseguraram para duas, por vezes três gerações a continuidade de sua ascensão social.

A história dos Paston é notável também sobre um outro ponto. Não é só o exercício dos ofícios reais que explica o sucesso deles, ainda que Londres e a corte os atraíssem como ímãs. É verdade que eles haviam vivido no tempo da guerra das Duas Rosas, quer dizer, em uma época de crise da monarquia inglesa; mas, sem dúvida, não era somente por isso que eles substituíam o encargo do príncipe pelo ofício deste ou daquele grande senhor. Sua fidelidade a tais potentados locais não era, aliás, sempre infalível; mas é certo que eles não imaginavam ter êxito, tanto na esfera do governo central quanto naquelas do seu Norfolk natal, sem se apegarem a uma clientela ou uma clã aristocrático.

A história da família Paston não vem, de modo algum, contradizer os ensinamentos das pesquisas mais gerais que podem ser conduzidas sobre a origem social dos doutores, dos prelados ou dos homens de toga no final da Idade Média. Quer se trate dos homens de lei lioneses estudados por René Fédou ou dos cônegos de Laon, estudados por Hélène Millet, pode-se observar igualmente a importância dos processos de ascensão social - a grande maioria desses homens era de origem obscura ou pelo menos modesta - e o papel decisivo, e geralmente combinado, das relações de clientela ou de família com os diplomas. Em Laon, a diminuição dos cônegos proveniente da velha nobreza (de 26% para 5% entre o início do século XIV e o início do século XV) é exatamente simétrica à ascensão dos graduados (cuja proporção passa de 43% para 86% de cônegos no mesmo espaço de tempo)<sup>10</sup>.

Esses diversos grupos permanecem sempre abertos, até final do século XV, com uma certa porcentagem de recém-chegados de origem relativamente modesta, mas titulares de graus

10 - R. Fédou, *Les hommes de loi lyonnais à la fin du Moyen Age: étude sur les origines de la classe de robe*, Lyon: 1964, e H. Millet, *Les chanoines du chapitre cathédral de Laon (1272-1412)*, [Coll. De l'École Française de Rome, 56], Roma: 1982, spéc. p. 71-100.

universitários. Contudo, esse gênero de ascensão social praticamente não beneficiava indivíduos isolados e saídos, de alguma maneira, do nada. Eles sempre fracassavam, por pretender assumir um lugar de honra entre os homens de saber e, sobretudo fora do clero propriamente dito, poder reunir determinadas condições preliminares.

A filiação a uma clientela ou, no mínimo, a proximidade em relação a um conjunto eficaz de relações e de poderes era uma. O acesso a um mínimo de recursos financeiros era outra. Quando aqueles da família faltavam e o interessado não era - ou ainda não era - bolsista em um colégio ou titular de um benefício eclesástico ou de um trabalho remunerado, ele podia esperar precisamente dos subsídios de um protetor ou de um mecenas. Os próprios reis da França e da Inglaterra, desde o século XIII, não se recusavam a fazer com que os dons de quaisquer estudantes fossem desenvolvidos. Mas, tradicionalmente, eram, de um lado, as pessoas da Igreja e, de outro, os grandes funcionários dos príncipes, uns e outros geralmente eles próprios graduados, que se mostravam os mais generosos para tomar como encargo o sustento de alguns jovens protegidos<sup>11</sup>.

De qualquer maneira, era absolutamente necessário um pecúlio de base para pagar os estudos universitários, sem os quais o acesso aos estratos superiores do mundo dos homens de saber era quase impossível. Isso explica que aqui como alhures a ascensão social ocorria freqüentemente em várias etapas. Em geral - nós já o indicamos no capítulo precedente - a primeira era representada pelo notariado. Era o caso para 17% pelo menos de novas famílias de homens de leis que aparecem em Florença desde 1350<sup>12</sup> e, no caso de Lyon, sem dar as cifras, R. Fédou calcula que os juristas do final da Idade Média eram "majoritariamente de obscura extração notarial - e de origem estrangeira [à cidade em si]". Se acreditarmos nas árvores genealógicas que foram reconstituídas por diversas famílias, o ritmo

de ascensão não era sempre o mesmo: seriam necessárias três gerações para que os Garbot e os Palmier passassem do notariado para o doutorado em leis e para as funções judiciárias; uma única seria suficiente, em compensação, para os Aurillac e os Bullioud. Nem sempre, porém, a vitória acontecia com hora marcada, inclusive no seio de uma mesma família. O exemplo dos Bellièvre, outro nome bastante conhecido dos togados de Lyon, é significativo: dos dois filhos de Antoine Bellièvre, Hugonin proporcionou uma longa linhagem de notários. Barthélemy tomou a via dos estudos, o que possibilitou a seu filho e a seu neto sentarem-se no tribunal do arcebispado de Lyon e, depois, no Parlamento de Grenoble, em que Claude e posteriormente Jean Bellièvre, serão, alternadamente, os primeiros presidentes antes que - suprema vitória - Pomponne Bellièvre, último neto de Barthélemy se tornasse chanceler da França no início do século XVII<sup>13</sup>.

Em consonância com a citação abaixo de R. Fédou, não podemos separar completamente mobilidade social e mobilidade geográfica. Os homens de saber, sobretudo aqueles de um determinado nível, concentraram-se naturalmente nas cidades que tinham funções de capitais, nacionais ou regionais, fosse no plano político ou administrativo, fosse no plano religioso ou cultural. Inversamente, colocando-se à parte os mais modestos - curas, notários, barbeiros, ou meirinhos -, eles eram raros, quando não eram totalmente ausentes, nas simples aldeias ou vilarejos.

A viagem "para os estudos" marcava freqüentemente a primeira fase dessa mobilidade. Alguns permaneciam, aliás, na própria cidade ou iam estudar e faziam carreira e descendência. Esse foi, por exemplo, o caso do limosino Hélié Brolhet, bem conhecido graças a uma sorte de cartulário privado conservada nos arquivos departamentais da Haute-Garonne (E 12005-53). Vindo estudar em Toulouse com uma bolsa no colégio de Périgord, ele adquiriu seu doutorado em leis e tornou-se, na primeira metade do século XV, um dos principais advogados da cidade; seus dois filhos, por sua vez, estudaram direito em Toulouse.

11 - Ensaio recente de P. Trio, "Financing of University Students in the Middle Ages: a new orientation". In: *History of universities*, 4 (1984), p. 1-24.

12 - L. Martines, *Lawyers and statecraft in Renaissance Florence*. Princeton: 1968, p. 69.

13 - R. Fédou, *Les hommes de loi lyonnais à la fin du Moyen Age*, op. cit., p. 153-178 e 416.

Tratava-se ali apenas de uma migração bastante banal, aquela que, em qualquer época, faz descender para grandes cidades do Languedoc as crianças talentosas das terras pobres do sul do Mácio central. Mais espetacular foi, certamente, a aventura do pomerano Jacques Rothschild chamado de "Angeli" (1390-1455), vindo da distante diocese de Cammin para estudar medicina em Montpellier. Ele conseguiu se instalar bem ali, tornou-se professor, depois, durante mais de vinte anos, chanceler da universidade e, casando-se, criou por descendência uma bela linhagem de juristas e de médicos de Montpellier<sup>14</sup>. Poder-se-ia facilmente multiplicar os exemplos.

Outros emigravam para assumir um cargo. Mesmo os simples mestres de escolas de gramática vinham habitualmente do exterior, e, por vezes, de muito longe; em Aix-en-Provence, nenhum daqueles que eram conhecidos no fim da Idade Média eram originários da cidade, e nem mesmo da diocese<sup>15</sup>. É necessário acrescentar a isso que, em certos cargos, tanto laicos quanto eclesiásticos, mudanças rápidas, sancionando, de acordo com o caso, promoções ou desgraças, eram a regra: os papas de Avignon transferiam incessantemente seus bispos de um lugar para outro e o rei da França mudava, quase tão rapidamente, seus magistrados e seus senescais. Acredita-se que muita gente de saber tenha freqüentemente surgido como recém-chegados nas cidades, mal integrados e alheios às tradicionais solidariedades das velhas famílias de notáveis. Estava lá um dos principais agravos que, ainda em meados do século XV, no curso do processo acima citado, os mercadores de Montpellier asseveravam contra os juristas e os notários da cidade, por lhes recusarem o acesso ao consulado<sup>16</sup>.

14 - B. Delmas, "Le chancelier Jacques Angeli (1390-1455) restaurateur de l'université de médecine de Montpellier au début du XV<sup>e</sup> siècle". In: *Actes du 110<sup>e</sup> Congrès nat. des Soc. savantes: Section d'histoire des sciences et des techniques*, tomo II, *Histoire de l'École médicale de Montpellier*. Paris: 1985, p. 39-54.

15 - J. Pourrière, *Les commencements de l'école de grammaire d'Aix-en-Provence, 1378-1413, d'après des documents inédits*. Aix-en-Provence: 1970, p. 28.

16 - Vide *supra*, p. 154.

### 3. RECONVERSÃO, ADAPTAÇÃO, REPRODUÇÃO

Se, de fato, o mundo dos homens de saber, que era, no final das contas, bastante diferente de um país para outro, foi, até o final da Idade Média, um dos meios mais flexíveis e mais abertos da sociedade medieval, ele, entretanto, teve tendência, como todos os grupos constitutivos das elites de seu tempo, a se fechar sobre si próprio e a tornar-se uma casta hereditária. Essa tendência - apesar de tudo, como veremos, sempre imperfeita - resultou nos séculos XIV e a *fortiori* no XV, na constituição de verdadeiras dinastias de médicos e, mais ainda, de juristas que se reforçavam aliando-se entre si mesmas por múltiplas relações de casamentos, o que se pode depreender em inúmeras gerações. Ao tempo dos colegas, sucedeu-se aquele dos herdeiros, o espírito de família vinha driblar o espírito de corporação.

Esse fenômeno, até certo ponto, banal, de "reprodução", não é, contudo, o aspecto mais interessante da história social dos letrados medievais. Na medida em que esses homens, como dissemos acima, foram talhados, no final da Idade Média, para um lugar cada vez mais importante no seio dos estratos superiores da sociedade, podemos nos perguntar se, pelo menos em parte, não teria sido tanto pela ascensão dos homens novos como pela reconversão das elites tradicionais, preocupadas em perpetuar sua antiga primazia apesar das mutações econômicas, políticas e culturais, que esse novo grupo se constituiu.

As investigações prosopográficas fazem com que efetivamente apareçam dois tipos de recrutamento por "deslizamento": horizontal ou, ao menos, oblíquo, mais do que por ascensão.

O primeiro caso é aquele dos homens de saber oriundos do "mercado", no amplo sentido do termo. Esse clássico processo, descrito com bastante freqüência, é geralmente explicado pelo próprio desejo de os mercadores assegurarem a seus filhos, sobretudo na economia retraída e incerta do final da Idade Média, senão um nível de fortuna mais elevado, pelo menos uma situação mais estável e honrada, eventualmente ela mesma uma etapa em direção à nobilitação. Será fácil fornecer os exemplos; vejamos apenas um, aquele dos Le Viste. Tais juristas



que, no final do século XV, eram a mais rica família de Lyon, esperando promover-se em Paris, descendiam de Barthélemy Le Viste, mercador de tecidos morto por volta de 1340<sup>17</sup>.

Mas além da passagem do comércio para os estudos e para os gabinetes não ser, na Idade Média, tão frequente assim como por vezes se tem dito, os exemplos observados sugerem, eles próprios, algumas ponderações na descrição do processo.

Primeiramente, a passagem do comércio propriamente dito para os estudos foi geralmente precedida por um estágio intermediário, aquele dos encargos e ofícios de finanças que possibilitavam já se aproximar, senão do mundo do saber, em todo caso do serviço do príncipe e do poder político. Citemos o caso exemplar dos Ysalguier de Toulouse analisado por Philippe Wolff<sup>18</sup>. Cambistas e mercadores do final do século XIII, os Ysalguier tornaram-se iam conselheiros do senescal e recebedores de impostos reais no início do século XIV, o que possibilita a eles obter as cartas de nobilitação. Desde então, será possível, na segunda metade do século, eles chegarem à universidade; veremos aparecerem os Ysalguier graduados em direito. Servindo o rei, eles serviam também sua cidade e acumulavam os cargos de capitães. Infelizmente, os Ysalguier abandonaram muito rapidamente esse caminho. Desde o início do século XV, a aventura das armas atrai alguns deles nos últimos sobressaltos da guerra dos Cem Anos, enquanto outros preferem usufruir da fidalguia de senhores de feudos, que, mal geridos, os conduziriam à falência a partir da segunda metade do século XV.

Segunda observação indispensável, o abandono do comércio para as carreiras administrativas ou eclesiásticas não foi um fenômeno generalizado, nem no nível global - muitas famílias permanecem fiéis a sua antiga vocação -, nem mesmo no que diz respeito às famílias envolvidas. Se os Le Viste, já citados, parecem ter abandonado, de vez, qualquer atividade comercial

17 - R. Fédou, *Les hommes de loi lyonnais à la fin du moyen Age*, op. cit., p. 335-350.

18 - Ph. Wolff, "Une famille du XIII<sup>e</sup> au XVI<sup>e</sup> siècle: les Ysalguier de Toulouse", *Mélanges d'histoire sociale*, 1 (1942), p. 7-31 (reimpressão em Ph. Wolff, *Regards sur le Midi médiéval*, Toulouse: 1978, p. 233-257).

para se especializarem nos estudos e nos ofícios, nós vemos habitualmente coabitarem em outras famílias, durante várias gerações, seja em linhagens colaterais, seja no seio de cada irmandade, homens de lei e homens de negócios. As genealogias de algumas importantes famílias provinciais reconstituídas por Noël Coulet ilustram bem esse ponto<sup>19</sup>: em Aix-en-Provence no século XV, de acordo com os anos, 20 a 40% dos juristas casavam-se com as filhas dos mercadores e um quarto de seus próprios filhos tornava-se igualmente mercador.

Não se pode, porém, generalizar os casos como aquele de Poitiers, no século XV, cidade onde triunfam as funções religiosas, universitárias e administrativas em detrimento de uma atividade econômica enfraquecida, que permitiram aos homens de lei não apenas assumir de maneira quase exclusiva o governo municipal como também eliminar, pouco a pouco, os grandes mercadores da oligarquia urbana<sup>20</sup>.

Outro fenômeno de deslize, no próprio seio das elites sociais, das posições antigas sobre as novas posições oferecidas pelos estudos e as competências intelectuais, é mais delicado para se descrever. Trata-se daquele produzido no próprio seio da classe da nobreza. Mas aqui, a própria complexidade da noção de nobreza torna a análise difícil.

As coisas são relativamente simples quando se pode mostrar que tal homem de saber era herdeiro de uma antiga linhagem "feudal", de incontestável nobreza e de passado imemorial; o célebre teólogo Gilles de Rome (1247-1316) pertencia à mais ilustre família da aristocracia romana, a dos Colonna, enquanto os condes de Aquino, dos quais provinham São Tomás, eram, no reino da Sicília, de uma nobreza também venerável. Mas tais casos são relativamente raros e, definitivamente, pouco significativos, por se restringirem apenas a alguns caçulas isolados e, de

19 - N. Coulet, *Les juristes dans les villes de la Provence médiévale*. In: *Les sociétés urbaines en France méridionale et en péninsule Ibérique au Moyen Age*. Paris: 1991, p. 311-327.

20 - R. Favreau, *La ville de Poitiers à la fin du Moyen Age: une capitale régionale*. Poitiers: 1978, tomo II, p. 487-541.

qualquer modo, destinados, de acordo com um costume ancestral, a uma carreira eclesiástica.

É, sem dúvida, mais apropriado procurar, entre os homens de saber, aqueles que se agregaram a "velhas famílias", como fez Lauro Martines em seu livro sobre os homens de lei florentinos do final da Idade média, onde ele arbitrariamente escolheu a data de 1350 como linha demarcatória entre "antigas" e "novas" famílias, as primeiras sendo atestadas desde antes dessa data, as segundas - que se dividem elas próprias em famílias autóctones e famílias provenientes do *contado* - aparecem apenas posteriormente<sup>21</sup>. Esse critério permitiu-lhe avaliar em 40% o percentual dos juristas florentinos de origem antiga, ou até nobre.

Mas essa cifra e o próprio método de L. Martines têm apenas um valor relativo já que concentram, sobre uma única data, uma evolução, na realidade, progressiva e contínua. De fato, sempre houve, entre os homens de saber, uma certa proporção de "nobres". Alguns se diziam tais porque o próprio exercício de seu ofício lhes havia autorizado a isso, quer porque tivessem sido oficialmente nobilitados, quer porque eles houvessem se beneficiado de um reconhecimento social espontâneo ligado à própria dignidade de sua função<sup>22</sup>. Outros eram nobres porque seus ancestrais o eram desde mais ou menos tempo. Existiam, efetivamente, muitos meios na Idade Média de aceder à função de nobreza ou, em todo caso, de ser reconhecido nobre; às velhas linhagens castelãs ou cavaleirescas juntavam-se àquelas

21 - L. Martines, *Lawyers and statecraft in Renaissance Florence*, op. cit., p. 62-78 e 482-505.

22 - Pelo menos na França, originalmente, as cartas de nobilitação privilegiavam, muito especialmente, funcionários reais (J. Rogozinski, "Ennoblement by the crown and social stratification in France (1285-1322)". In: *Order and innovation in the Middle Ages: essays in honor of Joseph R. Satterly*. W. C. Jordan, B. McNab, T. F. Ruiz eds. Princeton: 1976, p. 273-291 e 500-515); em seguida, um simples enobrecimento "de fato" (pelo prestígio social, casamentos, compras de terras, etc.) seria suficiente, para os mais importantes, assim como os conselheiros do Parlamento; mas, os simples notários e secretários do rei permanecem sempre muito esperançosos de cartas de nobilitação.

para quem a aquisição de domínios ou o serviço de um príncipe haviam permitido, de direito ou de fato, de se dizerem nobres, de adotarem o modo de vida da nobreza e de reivindicarem seus privilégios. Para algumas regiões, especialmente da Europa mediterrânea, nós colocamos, aliás, no mesmo plano os patriciados urbanos - entendamos por isso os estratos mais antigos, os mais estáveis, os mais próximos pelo gênero de vida dos meios cavaleirescos, da população citadina.

Dessas linhagens aristocráticas ou patricias, algumas permanecem obstinadamente fiéis à sua antiga vocação guerreira ou terratenente. Mas, em outras, o acesso ao mundo do saber pela prática dos estudos acabou por tomar lugar, mais ou menos rapidamente; e uma vez contraído o hábito, raramente ele se perdia. Desde então, a continuidade no tipo de educação e de cultura facilmente alterou-se em função dos gêneros de carreiras pretendidas. Fosse ou não a passagem pelo diploma universitário e um cargo de judicatura a primeira etapa, aquilo que nós chamaremos, em breve, nobreza de toga constituir-se-á, assim, em proveito dos detentores de competências intelectuais superiores, definidos por essa própria competência, bem mais do que pela antiguidade ou pela novidade de sua nobreza.

Falar simplesmente da ascensão social dos homens novos ou da reconversão das antigas famílias "feudais" seria, portanto, simplificar excessivamente. Trata-se, de fato, da progressiva e global adaptação das elites sociais às mutações da cultura do Estado pela conjunção da antiga idéia de nobreza e da valorização das novas formas, civis ou eruditas de serviço do príncipe ou da Igreja.

A partir de então, as grandes famílias de toga tinham naturalmente tendência para se perpetuarem em suas posições dominantes, embora a afirmação desse grupo jamais tenha repousado na Idade Média sobre a estrita reprodução biológica. Ainda que um pouco mais estreitas, as portas sempre se mantiveram abertas para os homens novos, que tardiamente chegavam aos estratos superiores do mundo do saber, cada vez mais ávidos de nele se integrarem. O bloqueio das carreiras, a constituição em estreitas castas hereditárias do mundo das pessoas de saber e seu corolário geralmente denunciado, a saber, o fechamento social das universidades do século XV, são um mito historiográfico, que tende a ser desmentido pelas pesquisas recentes.

A análise esboçada aqui desses fenômenos sociais bastante complexos repousa particularmente sobre o caso exemplar de homens do Parlamento de Paris, bem estudado por François Autrand<sup>23</sup>, a qual não parece ter sido refutada por pesquisas conduzidas sobre outros grupos do mesmo gênero que haviam existido nos últimos séculos da Idade Média nos principais Estados europeus. Nós, por exemplo, sublinhamos a escalada significativa do título de cavaleiro (*gentleman*) para o pessoal laico dos principais serviços administrativos da coroa inglesa no tempo dos reis Henrique V (1413-1422) e Henrique VI (1422-1471)<sup>24</sup>.

Contudo, se os processos eram aqui e ali comparáveis, nem sua cronologia, nem o lugar respectivo dos recém-chegados e dos filhos das antigas famílias, provenientes de linhagens já sólidas de cavaleiros e de doutores, não têm sido os mesmos por toda a parte. Eles variaram de acordo com o nível, a época, e o país considerados. Nas zonas fortemente urbanizadas onde as redes escolares eram antigas, por exemplo, nos países mediterrânicos, belas possibilidades de carreira foram precocemente abertas para homens que não pertenciam à antiga nobreza - mesmo se, por acaso, nesses mesmos países, a prática dos estudos se tenha expandido precocemente na nobreza cavaleiresca, como demonstram todos os estudos sobre os juristas italianos e da Provença dos séculos XII e XIII<sup>25</sup>.

Em compensação, nos países do Império ou até na Europa Central, com estruturas mais arcaicas, onde a antiga aristoc

23 - F. Autrand, *Naissance d'un grand corps de l'État. Les gens du Parlement de Paris*; op. cit., ver, em particular, a terceira parte "Le Parlement et la noblesse", p. 163-261.

24 - R. L. Storey, "Gentleman-Bureaucrats". In: *Profession, vocation and culture in later medieval England: essays dedicated to the memory of A. R. Myers*. Ed. C. H. Clough, Liverpool: 1982, p. 90-129.

25 - Vide, por exemplo, A. Gouyon, "Enseignement du droit, légistes et canonistes dans le midi de la France à la fin du XIII<sup>e</sup> et au début du XIV<sup>e</sup> siècle". In: *Recueil de mémoires et travaux publiés par la Soc. d'histoire du droit et des institutions des anciens pays de droit écrit*, 5 (1966), p. 1-33.

cracia permanece senhora do acesso às posições politicamente importantes e até à cultura erudita, já que esta continua, em al

ligada às viagens de estudos longos e custosos, o lugar dos homens novos entre as pessoas de saber, de resto, menos numerosas que em outros lugares, fica, durante muito tempo, restrito. Existe apenas 5% de nobres entre os estudantes das universidades do Midi da França por volta de 1400, enquanto, no mesmo momento, havia 18% entre os membros da "nação germânica" da universidade de Bolonha e mais ainda (25%) entre os graduados identificados com a diocese de Liège<sup>26</sup>.

Trata-se aqui apenas de estudantes, todavia de debutantes desiguais nas ambições e nas vitórias. Mas o mundo dos homens de saber era, como vimos, fortemente hierarquizado. E quanto mais nos aproximamos das posições dominantes, mais a proporção daqueles que se diziam nobres - da antiga ou da nova nobreza - aumentava. No século XV, era praticamente admitido na França que todos os conselheiros do Parlamento, qualquer que fosse sua origem, eram nobres, as tensões, de resto, naturalmente vivas no próprio seio do grupo de acordo com a maior ou menor antiguidade da nobreza de cada um. Pelo contrário, quando se descendia aos níveis mais modestos, os nobres se faziam raros, tanto porque os filhos de antigas linhagens desdenhavam geralmente tais posições pouquíssimo honradas a seus olhos quanto porque os titulares de tais cargos não podiam tirar deles um suficiente prestígio para fundamentar suas próprias pretensões à nobreza.

Somos, portanto, conduzidos, uma vez mais, à constatação de que a posição social dos homens de saber decorria menos de sua origem do que do valor reconhecido a sua competência e a seu papel político. Era esse complexo jogo de imagens e de representações que autorizava as promoções das quais alguns se beneficiavam, sempre facilitando para os outros mutações e

26 - Cifras extraídas de J. Paquet, *Les matricules universitaires* (Typologie des sources du Moyen Age occidental, 65). Turnhout: 1992, p. 131 e Chr. Renardy, *Le monde des maîtres universitaires du diocèse de Liège (1140-1350): recherche sur sa composition et ses activités*. Paris: 1979, p. 161.

adaptações. É, portanto, logicamente ao "imaginário social" das pessoas de saber do final da Idade Média que nós consagraremos o último capítulo deste livro.

## capítulo VIII

### AMBIÇÕES E REPRESENTAÇÕES

Apesar de suas competências intelectuais, os homens de saber das sociedades medievais praticamente não estavam melhor preparados do que o resto de seus contemporâneos para pensar a novidade, compreendendo-se aqui sua própria emergência. É, portanto, naturalmente em função das taxinomias tradicionais que eles procuraram legitimar sua posição social e foi apenas progressivamente e, por vezes, desajeitadamente, que eles procuraram atribuir valor e reconhecimento àquilo que constituía sua especificidade coletiva.

Se há, entretanto, um ponto sobre o qual eles praticamente jamais estiveram em dúvida, é a convicção de que sua qualificação os situava, de qualquer maneira, nas ordens superiores e privilegiadas da sociedade. Foi, então, ao lado destas - clero e nobreza - que eles, desde o princípio, procuraram referências e modelos que lhes possibilitassem justificar suas ambições e definir os princípios de seu modo de vida.

## I. CLERO

A marca clerical permanece forte sobre a maior parte dos homens de saber até finais da Idade Média - e para além dela. A tendência global foi, efetivamente, do século XII ao século XV, a laicização. Contudo, esse processo seguiu, de acordo com as categorias dos indivíduos e dos países considerados, ritmos bem diferentes.

Desde os anos 1150, os primeiros doutores em direito civil de Bolonha deveriam aparecer, aos olhos de seus contemporâneos, como laicos. Eles eram casados e pais de famílias, viviam do fruto de seus trabalhos (ensino e consultoria jurídica) e a própria desconfiança com que a Igreja tratava sua disciplina, ao mesmo tempo lucrativa, profana e bastante favorável às pretensões imperiais, poderia apenas precipitar a separação entre o mundo dos clérigos e esses primeiros «senhores em leis», cuja posição não cessava, além do mais, de se afirmar no seio das elites urbanas. Pelo menos nos países mediterrânicos, os médicos seguiram desde cedo os juristas no caminho dessa precoce laicização.

Mas não foi assim por toda a parte. Nos países da metade norte da Europa, inúmeros juristas, inclusive civilistas, permaneceram clérigos ainda durante longo tempo, o que os permitia, além do mais, realizarem com frequência, belas carreiras eclesiásticas, apesar do caráter teoricamente profano de sua especialidade. Em Paris, apenas em 1452, os professores de medicina da universidade obtiveram o direito de se casar.

De qualquer modo, a parcela dos homens da Igreja entre as pessoas de saber foi vigorosa, em todos os lugares, até o final da Idade Média, mesmo nas sociedades meridionais, que foram laicizadas mais cedo. Se juristas e médicos tinham aqui a mais alta posição social, não é menos verdade que, mesmo nas universidades dessas regiões, eram as faculdades de direito canônico que conservavam os efetivos mais numerosos, naturalmente, com uma grande maioria de clérigos e religiosos tanto entre os estudantes quanto entre os professores. Em Toulouse, Montpellier e Avignon, os estudantes de direito canônico representavam ainda, no final do século XIV, entre 75% e 57% dos efetivos; se adicionarmos a isso que entre 16% e 29% desses estudantes

eram cônegos regulares ou monges - sem falar dos estudantes seculares já titulares do sacerdócio - é que os professores pertenciam também frequentemente ao clero regular, nota-se que até essas universidades meridionais guardavam, através de suas faculdades de direito canônico, uma forte coloração clerical e que elas deveriam, portanto, aparecer aos contemporâneos como povoadas por clérigos e religiosos, destinados prioritariamente ao serviço da Igreja<sup>1</sup>.

Isto não era, aliás, o único ponto em discussão e recorde-se que até o final da Idade Média e mesmo depois, inúmeros ofícios públicos, especialmente entre os mais elevados (conselho do rei, corte soberana, Câmara de Contas, Exchequer, etc.) continuaram a ser igualmente confiados aos homens de Igreja. Tais empregos não eram, certamente, percebidos, à época, como incompatíveis com sua vocação e com seu estado religioso. Pode-se, contudo, admitir que, sempre servindo lealmente ao príncipe e ao Estado, tais homens de Igreja mantiveram em seus ofícios - a seus próprios olhos, como aos olhos de seus contemporâneos - uma certa coloração eclesiástica.

Poder-se-ia talvez objetar que, nas sociedades do final da Idade Média, a qualidade do clérigo não se limitava aos titulares das ordens maiores obrigadas ao celibato (padres, diáconos e sub-diáconos) e aos religiosos que haviam formulado votos perpétuos. Ela estendia-se, e ainda de maneira quase sempre majoritária, a outras categorias de indivíduos, titulares de ordens menores ou mesmo simplesmente tonsurados que, sempre beneficiando-se de privilégios judiciários e fiscais do clero (pelo menos, teoricamente, porque as justiças laicas eram cada vez menos condescendentes), suportando apenas parcialmente suas restrições, já que, não-se limitando a alguma obrigação pastoral ou sacramental, eles podiam, com facilidade, desfrutar dos proventos eclesiásticos sem que isso atingisse seus benefícios, e

---

1 - J. Verger, "Moines, chanoines et collègues réguliers dans les universités du Midi au Moyen Age I". In: *Naissance et fonctionnement des réseaux monastiques et canoniaux* (CERCOR, Travaux et recherches, 1), Saint-Étienne: 1991, p. 511-549.

eram até autorizados a se casar, com a única reserva de renunciar então aos ditos benefícios.

A nossos olhos, essa franja freqüentemente pletórica da população clerical - aproximadamente 15% da população masculina de uma cidade como Reims no início do século XIV<sup>2</sup> - não parecia possuir um caráter religioso muito acentuado. Mas deve-se avaliar o que representava a "clerezia" aos olhos das mentalidades e das práticas sociais daquele tempo.

Em uma sociedade hierarquizada por ordens, os privilégios clericais, com seu duplo valor simbólico e real, contribuíam largamente para definir o estatuto daqueles que podiam se beneficiar deles. As maneiras de ser que todo "clérigo" deveria adotar para fazer reconhecer seu estado (palavras graves e atitudes nobres, tonsura, vestimentas longas e escuras, recusa do porte de armas) produziam um efeito quase imediato de distinção social.

Mas a "clerezia" era, fundamentalmente, um valor cultural. Não idealizemos, é verdade. Para retomar o exemplo dos já citados habitantes de Reims, Pierre Desportes constatou que inúmeros "clérigos casados" da cidade e das redondezas eram, verdadeiramente, iletrados e que até mesmo os almotacés da corte temporal do arcebispo, clérigos casados provenientes de boas famílias burguesas, se eles sabiam ler o francês e conheciam o direito consuetudinário, ignoravam o latim e rogavam para que o arcebispo e para que os cônegos não utilizassem essa língua nas formalidades, de maneira a não colocá-los em alguma dificuldade.

Permanece que, pelo menos em teoria, e até com bastante freqüência, na prática, "a clerezia" implicava aquilo que, para as outras categorias da população, era apenas um procedimento facultativo, talvez até um divertimento gratuito, a saber,

---

2 - Vidé P. Desportes, "L'enseignement à Reims aux XIII<sup>e</sup> et XIV<sup>e</sup> siècles". In: *Enseignement et vie intellectuelle (IX<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles)*. (Actes du 95<sup>e</sup> Congrès nat. des Soc. savantes, Reims: 1970- Philologie et histoire jusqu'à 1610); tomo I. Paris: 1975, p. 107-122, espec. p. 120-121.

como se viu no primeiro capítulo deste livro, o domínio da escrita e do latim, o conhecimento das disciplinas fundamentais da cultura erudita, a posse de livros. Ora, todos esses saberes conservavam eles próprios uma certa marca religiosa e eram submetidos a uma exigência de ortodoxia mediante a qual o magistério eclesiástico permanecia como único juiz. É verdade que em algumas especialidades, como direito civil e medicina, essa exigência se satisfazia aparentemente sob o baixo custo da invocação ritual da benevolência divina e das tradicionais virtudes cristãs. Porém, mais profundamente, esses saberes continuavam a se inscrever em um quadro que, em seu conjunto, era reconhecido e validado pela Igreja; eles eram ensinados nas escolas e nas universidades fundadas ou confirmadas pela autoridade eclesiástica; eles exaltavam uma ordem cristã da cultura. É significativo que tenham continuado a ser qualificados de "clérigos", pela referência a suas práticas intelectuais específicas, mesmo homens de saber que levavam, além do mais, um gênero de vida completamente laico. Assim, na França falava-se tanto dos "clérigos do rei", quer dizer, escribas e notários da Chancelaria ou da Câmara de Contas, quanto dos "conselheiros clérigos" que, nas cidades, ocupavam as funções de assessores e de juristas ("clérigos e sábios em direito", como dizia, por volta de 1450, um texto lionês) remunerados pelas municipalidades<sup>3</sup>.

## 2. NOBREZA

Se "clerezia" permanecia o estatuto geralmente reivindicado pela maioria das pessoas cultas do final da Idade Média, "nobreza" definia um horizonte que não era, de todo, inacessível, pelo menos para aqueles mais dotados ou os mais ambiciosos dentre eles.

---

3 - A. Rigaudière, "L'essor des conseillers juridiques des villes dans la France du bas Moyen Âge". In: *Revue historique de droit français et étranger*, 62 (1984), p. 361-390 (reimpresso por A. Rigaudière, *Gouverner la ville au Moyen Âge*, 1993, p. 215-251).

O atrativo da referência nobiliária era tanto maior para os homens de saber quanto os nobres eram, como vimos, numerosos em suas fileiras. Nobres de velha estirpe, "reconvertidos" para o ensino ou para os ofícios, nobilitados pelas cartas reais ou pelo simples efeito do reconhecimento social, nobres de última hora, enfim, filhos ou netos de enobrecidos, embriões de uma nobreza de toga longa, na qual a fidelidade à prática dos estudos e dos cargos civis não impedia manter orgulhosamente o "estado nobre" e de arvorar títulos e brasões.

É inútil retomar aqui esses diversos processos sociais, que foram analisados no capítulo precedente deste livro. Deve-se, ao contrário, recordar que esses nobres homens de saber jamais representaram mais do que uma minoria no conjunto do grupo, concentrados em um estreito estrato superior, aquele dos preladados, dos conselheiros do príncipe, dos juizes e advogados das cortes soberanas. Foi apenas nessa elite restrita que eles foram verdadeiramente numerosos, inclusive, sobretudo no século XV, nitidamente majoritários.

Nem a fascinação pelo modelo nobiliárquico entre as pessoas de saber, nem mesmo, aliás, os processos de nobilitação que beneficiaram alguns dentre eles, não se explicam, pois, exclusivamente pela presença nesse meio, a não ser em sua cúpula, de um determinado número de nobres de incontestável - ainda que mais ou menos antiga - nobreza. Aquilo que estava em jogo era, ao que me parece, a noção, em si, de nobreza como paradigma da superioridade social e a pressão criada pela própria dinâmica de um grupo em pleno desenvolvimento.

A aspiração coletiva dos homens de saber à nobreza (ainda que tal aspiração não se concretizasse efetivamente para além de um pequeno número dentre eles) exprimia-se de duas maneiras, evidentemente complementares: reverência e aproximação, por um lado, assimilação, por outro. Manifestava-se cada vez mais ostensivamente seu respeito pela nobreza bem como se afirmava, por outro lado, a nobreza do saber e daqueles que eram seus portadores. Esse duplo e sutil mecanismo aparece mais ou menos claramente atuante em todas as instituições assumidas pelos homens de saber: capítulos religiosos, tribunais, chancelarias, etc. Permitimo-nos daí em conduzir a análise, to-

mando o exemplo das universidades, onde ele se exercia, de maneira até certo ponto nativa, como elemento constitutivo da própria formação das elites intelectuais da sociedade medieval<sup>4</sup>.

Os estatutos universitários dos séculos XIV e XV mostram que diversos privilégios e vantagens eram reservados aos estudantes nobres - com a condição de que eles pudessem provar sua nobreza fosse pela produção de uma genealogia, fosse, de maneira bastante simples, tomando para si o estado nobre (vestimentas de forro, número suficiente de servidores, etc.). Esses privilégios eram, inicialmente, de ordem honorífica, o que significa que eles permitiam aos estudantes nobres sentar-se nas primeiras fileiras das salas de aula e de desfilar ao lado dos graduados, licenciados e bacharéis, nas procissões da universidade. Eles garantiam também vantagens mais substanciais a esses mesmos estudantes nobres: direito de sentar-se ao lado dos graduados nos conselhos da universidade (como se os nobres tivessem tido uma espécie de aptidão natural para a decisão e para o comando), prioridade sobre seus camaradas plebeus para postularem os benefícios eclesiásticos reservados aos universitários. Como contrapartida, uma estrita igualdade era oficialmente mantida entre nobres e plebeus, no que dizia respeito aos regimes de estudos e de condições de acesso aos exames e aos diplomas.

Mas, como vemos, tais privilégios consentidos aos estudantes nobres auxiliavam também os plebeus, pelo menos aqueles que eram titulares de graus e haviam, enquanto tal, colocado à prova suas aptidões intelectuais. Porque os nobres não eram designados a preceder os outros em todas as coisas. Uma

4 - Eu retomo aqui as conclusões de meu estudo "Noblesse et savoir: étudiants nobles aux universités d'Avignon, Cahors, Montpellier et Toulouse (fin du XIV<sup>e</sup> siècle)", in: *La noblesse au Moyen Age (XI-XV siècles): essais à la mémoire de Robert Boutruche*, reunidos por Ph. Contamine: Paris, 1976, p. 289-313. Até prova em contrário, essas conclusões me parecem poder ser estendidas, *mutatis mutandis*, para o conjunto das universidades européias do final da Idade Média.



escala sutil de equivalência era estabelecida entre degraus de nobreza e graus universitários. Os graus menores (*baccalauréat*) ou adquiridos em faculdade menos prestigiadas (artes, medicina) permitiam situar-se no mesmo nível da pequena nobreza; a licença em direito concedia a igualdade com a grande nobreza; enfim, os doutores em direito e em teologia e os reitores vinham sempre sozinhos encabeçando todas as manifestações públicas da universidade, precedendo todos os nobres, qualquer que fosse seu escalão. Um estatuto de universidade de Viena de 1389, destinado a determinar o lugar dos membros da universidade na grande procissão da festa de Corpus Christi, explicava, com muita clareza, esse sistema de correspondência: os mestres em medicina caminhavam com a pequena nobreza (*minores illustres*), os regentes em direito com a média nobreza (*simplices illustres*), os teólogos com os duques e os condes; fechando enfim a procissão, o reitor deslocava-se sozinho, para manifestar, aos olhos de todos, a dignidade sem igual da universidade e do saber<sup>5</sup>.

O tema da equivalência entre saber e nobreza - "Doutorado vale cavalaria", como bem explicita o adágio - não subentende apenas as práticas institucionais sancionadas pelos estatutos. Ele foi explicitamente desenvolvido por um determinado número de comentadores. Tomando o doutorado como expressão concreta da perfeição do saber, diversos autores consideraram que esse grau dava acesso a um verdadeiro *status* ou, melhor ainda, a um *ordo*<sup>6</sup>. A solenidade dos rituais de colação do doutorado (imposição das insígnias doutorais, sermões, beijos trocados entre o examinador e o candidato, festas e presentes, aula magna do novo titulado; etc.) permitia sugerir similitudes diretas com a investidura feudal ou com a iniciação da cavalaria. Na introdução de seu comentário sobre as *Clémentines* (por volta de 1370), Simon de Borsano, doutor *in utroque jure*

5 - Estatuto citado por M. H. Shank, "Unless you believe, you shall not understand". *Logic, university, and society in late medieval Vienna*. Princeton: 1988, p. 23.

6 - Vide G. Le Brás, *Velut splendor firmamenti: le doctor dans le droit de l'église médiévale*. In: *Mélanges offerts à Etienne Gilson*, Toronto-Paris, 1959, p. 373-388.

de Bolonha, que logo se tornaria arcebispo de Milão e depois cardeal, interrogava-se longamente sobre o "estado dos doutores" (*status doctorum*)<sup>7</sup>. Depois de haver recordado os privilégios dos doutores, especificamente em matéria fiscal, Simon de Borsano concluía que a dignidade de doutor lhe possibilitava alçar-se a cavaleiro (*militem doctor precedere debet*, p. 242), e que, se havia ensinado direito durante vinte anos ou mais, ele deveria ser equiparado aos duques e aos condes. Notemos, aliás, que, devidamente fundadas sobre diversas referências do direito romano, tais pretensões haviam já aparecido, um século antes, em Castela, nas *Sete Partidas* de Afonso X, o Sábio (p. II, t. 31, parágrafo 8) e que no século XIV inúmeros juristas italianos e franceses tiram dele os argumentos para se atribuir o título de "senhor em leis" (*dominus legum*) ou de "conde em leis" (*comes legum*).

Quais eram, além das citações retiradas da *lex romana*, as justificativas dessa assimilação do saber à nobreza? Havia, antes de tudo, ao que me parece, a própria noção da dignidade do saber - ou mais precisamente, dos saberes canônicos, herdados da Antigüidade, reconhecidos pela Igreja e ensinados nos *studia generalia*. O direito era, ao mesmo tempo, vetor de uma certa sacralidade, aquela da *maiestas* romana, e regulador soberano da vida social e política; quanto à teologia, ela desvendou o sentido da Revelação e esclareceu de maneira quase infalível, pelo menos acreditou-se nisso até o Grande Cisma, o magistério eclesiástico. O domínio de ciências assim tão elevadas não poderia ser objeto de homens indignos ou mesmo simplesmente comuns; elas enobreciam muito naturalmente aqueles que haviam se voltado, sob o custo de longos e difíceis estudos, para a aquisição do sedimento sagrado para preservá-lo e transmiti-lo a outros pela escrita e pelo ensino. A nobreza dos homens de saber deriva de sua "autoridade" (*auctoritas*).

Porém, ela também estava ligada, especialmente para os juristas, à noção de serviço; ela própria era elemento constitutivo, desde a Alta Idade Média, da noção de nobreza. Bártolo e Bal-

7 - Texto editado, em D. Maffei, "Dottori e studenti nel pensiero di Simone da Borsano", *Studia Gratiana*, 15 (1972), p. 231-249.

du, os dois grandes juristas italianos do século XIV, insistiram sobre o elo estreito e, de algum modo, funcional unindo doutor e príncipe. Simon de Borsano, no texto mencionado acima, acentuava esse aspecto da vocação do doutor, recordando - apoiado em citações do *Code* - que um dos privilégios doutorais era o de possuir acesso direto ao príncipe, à sua corte e aos seus tribunais<sup>8</sup>. Esse tema encontrava tanto mais eco entre os homens de saber do final da Idade Média quanto, sem transformar-se em sua razão de ser exclusiva, o serviço do Estado era efetivamente uma das perspectivas mais comuns dos estudos universitários, como vimos nos capítulos quatro e cinco deste livro. Ora servindo-se o Estado por suas armas de direito - "o jurista é como o cavaleiro de uma cavalaria sem armas", dizia Jacques de Révigny, professor de Orléans no fim do século XIII<sup>9</sup> -, os homens de saber possuíam o sentimento de participar, de certa maneira, da majestade tremenda do príncipe e do bem comum da coisa pública. Tal proximidade implicava, ela também, presunção de nobreza.

Calcula-se, portanto, melhor aquilo que significava para as pessoas de saber, o modelo nobiliário que, ao mesmo tempo, contribuía para desenhar a imagem que eles faziam de si próprios e de seu lugar na sociedade e conferia um objetivo preciso às ambições concretas dos mais empreendedores dentre eles.

A dimensão carnal - o sangue e a hereditariedade - não lhes era, em primeiro lugar, essencial. Tratava-se, antes, de uma nobreza de mérito, atrelada às aptidões e ao trabalho pessoal. Naturalmente, como dissemos, os homens de saber tiveram quase todos tendência de assegurar a continuidade de seu estatuto no seio de suas famílias. Contudo, se o filho do doutor era nobre, isso não ocorria apenas pelo fato de ele ser filho de doutor, mas fundamentalmente porque era, ele também, via de regra,

---

8 - *Item doctori ingredientis ad principis curiam non debet vetari ingressus sed admitti, etiam ad secreta iudicium admitti* (D. Maffei, "Dottori e studenti", op. cit., p. 241).

9 - *Miles inermis milicie* (citado em M. Boulet, *Quaestiones Johannis Galli*, Paris: 1944, p. XCVIII).

um doutor. A nobreza dos homens de saber era, pois, uma nobreza indissociável da competência e da função.

Isto posto, ela também era, evidentemente, como toda nobreza, sinônimo de estabilidade, de privilégios e de consideração social. Em qualquer nível que se situasse, o homem de saber reivindicava com veemência os privilégios, especialmente os privilégios fiscais, que lhe permitiam manter seu nível. A despeito do interesse econômico, a condução desses privilégios era tanto simbólica quanto real. Isso lhe proporcionava inclusive as marcas de respeito e de deferência - epítetos elogiosos, gestos reverenciais - que ele exigia dos outros - estudantes, isentos ou contribuintes - e do gênero de vida ao qual ele se disciplinava, sob pena de decair. Raros eram aqueles que, uma vez ultrapassado o estrato mais modesto, aquele dos melrinhos e dos notários, arriscavam-se como Hugues Jossard a combinar os estudos e os ofícios com a prática do comércio e dos negócios<sup>10</sup>. Filho e genro de grandes lavradores de Arbrèsle, esse bacharel em leis fez uma bela carreira de funcionário que o conduziu até funções de primeiro homem do senescal e do juiz real em Lyon. Ele pôde, então, se fazer enobrecer em 1398. Contudo, isso não o impediu de investir sua fortuna, de modo pioneiro, nas minas de Pampailly, reconstituídas posteriormente por Jacques Coeur; é verdade que, diferentemente do negócio ou do artesanato, a exploração mineira não será jamais considerada para os nobres como uma atividade que acarretasse sistematicamente a perda de nobreza. Seus dois filhos, eles também graduados, abandonaram, contudo, ao mesmo tempo os negócios e as minas para voltarem-se para a gestão de suas terras e para o ofício das armas.

Todavia, se poucos homens de saber transformaram-se em homens de negócios da envergadura de Hugues Jossard, deve-se sublinhar que a maior parte dentre eles não contava apenas com o reconhecimento de suas capacidades intelectuais e dos serviços rendidos ao Estado para se fazer admitir no seio da nobreza, e depois para nela se manter e assegurar a perenidade de

---

10 - R. Fédou, "Une famille aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles: les Jossard de Lyon", *Annales ESC*, 9 (1954), p. 461-480.

sua família. Como outras categorias da população em vias de ascensão social - ricos lavradores, mercadores, burgueses, homens de guerra -, eles não desdenhavam alguns procedimentos, menos específicos, porém experimentados efetivamente para o ingresso na clientela: a corrida aos dotes e aos bons casamentos, a compra de palácios, de mansões e de feudos, o exercício de direitos senhoriais, etc.

Um último traço deve ser sublinhado, mostrando bem a cisão ainda existente entre a imagem que os homens de saber faziam de sua própria nobreza e as realidades sociais da época.

Em algumas famílias, a nobreza reivindicada a título das competências intelectuais permanece passageira e, por tal razão, perde-se rapidamente. Tomemos o exemplo, em Montpellier, da família dos Rebuffi, que possuía numerosos juristas nos séculos XIV e XV. O mais conhecido dentre eles, Jacques Rebuffi, dizia-se, no final do século XIV, "conde em leis". Mas a fortuna da família não iria muito longe; juristas de menor porte, os Rebuffi das gerações seguintes não conseguiram mais esse tipo de título e aparentemente deixaram de ser considerados nobres<sup>11</sup>. Bem mais famosa, a família do glosador bolonhês Odofredo (1200-1265) não teve melhor sorte; no início do século XIV, durante duas gerações, os netos e bisnetos do grande jurista conseguiram obter o título de cavaleiros, mas, em seguida, esse "breve parêntese da nobreza na história dos Odofredi" - como disse Andrea Padovani - fechou-se, e as gerações seguintes foram consagradas, à moda burguesa, ao tráfico das especiarias e das sedas<sup>12</sup>.

Em compensação, nas linhagens dos homens de lei cujo êxito foi mais notável, a prática do estudo e dos ofícios não parece haver, por vezes, durado mais do que algumas gerações. Uma vez a situação da família definitivamente estabelecida, seus membros abandonavam as atividades da toga para se voltarem,

11 - J. Segondy, "Une famille de juristes montpelliérains: les Rebuffi". In: *Fédération historique du Languedoc méditerranéen et du Roussillon. XXXVII et XXXVIII Congrès (Liloux-Nîmes) (1964-1965)*, Montpellier: s.d., p. 143-153.

12 - A. Padovani, *L'archivio di Odofredo: le pergamene della famiglia Gandolfi Odofredi. Edizione e regesto (1163-1499)*. Spolète: 1992, p. 61-62.

de maneira exclusiva, a um modelo nobiliárquico mais tradicional, em que a exploração da terra, de um lado, e o ofício das armas, do outro, eram suficientes. Foi isso que se passou, como vimos acima, na segunda metade do século XV, tanto com os Ysalguier de Toulouse quanto com os Jossard de Lyon e os Paston de Norfolk<sup>13</sup>. Apenas alguns grupos eminentes e já bem individualizados de homens de saber e de ofícios, os indivíduos do Parlamento na França, por exemplo, com famílias como as dos Marle ou dos Orgemont, parecem haver atingido uma posição econômica e social bastante elevada e uma consciência de si suficientemente forte para permanecerem fiéis à sua vocação específica, aquela de uma nobreza de toga prontamente diferenciada de outros tipos de nobreza. Tal consciência, entre os Parlamentares parisienses e outros clérigos do rei, de formar um grupo social não apenas específico, mas estável e homogêneo, exprime-se particularmente em seus testamentos - conservados em grande número para a época de Carlos VI - com a multiplicação das cláusulas destinadas a assegurar, para além da transmissão dos patrimônios, a solidez dos laços de parentesco e de aliança e a perpetuidade da vocação intelectual e política<sup>14</sup>.

Tais casos de continuidade são raros, mas será, entretanto, inexato pensar que a absorção no seio de uma nobreza indiferenciada, no horizonte de algumas gerações, tenha sido a única forma de ambição social de que os homens de saber do final da Idade Média haviam sido capazes.

13 - Vide *supra*, p. 194, 200 e 215.

14 - Vide D. Courtemanche, "Les testaments parisiens sous Charles VI: des écrits sur soi au service de la mémoire collective", *Le Moyen Age*, 97 (1991), p. 367-387.

### 3. UM "QUARTO ESTADO"

Montaigne percebia bem o problema quando ele falava em seus Ensaios (livro I, capítulo XXIII) desse "*quatriesme estat des gens manians les procès*", o qual formaria, dali por diante, "*un corps à part de celui de la noblesse*"<sup>15</sup>. Um século antes, a emergência desse "quarto estado" de homens de saber, homens de leis e de escritórios, era uma realidade social incontestável. Mas até que ponto os contemporâneos - e os próprios interessados - possuíam, na época, consciência que se tratava então do nascimento de um "corpo à parte" no seio da sociedade e não apenas de uma excrescência - para muitos, nociva - imputável aos progressos recentes de um estado subitamente esquecido das prerrogativas tradicionais e legítimas da antiga nobreza e do clero?

Para dizer a verdade, a tomada de consciência de uma especificidade do grupo dos homens de saber não exclui, em hipótese alguma, que eles tenham, para além disso, continuado - como nós acabamos de ver - a se perceberem como clérigos, sempre aspirando à nobreza.

Os preâmbulos dessa tomada de consciência remontam ao passado. Desde o século XII, como bem demonstrou o Padre M. D. Chenu, os clérigos das escolas urbanas, sem renunciar à sua opção eclesiástica, haviam procurado diferenciar-se do restante do clero. Os termos *scolares* e *magistri*, ou, mais ambicioso, aquele de *philosophi*, serviram, desde cedo, para qualificar seu próprio estatuto, esperando que as universidades lhes viessem a oferecer um quadro institucional eficaz, ainda que, sob certos olhares, redutor, já que implicava um controle direto por parte da autoridade eclesiástica<sup>16</sup>. A tomada de consciência pelos juristas, especialmente os italianos - ou influenciados pelo modelo italiano -, do caráter original não apenas de seu saber

15 - Citado por R. Favreau, *La ville de Poitiers à la fin du Moyen Age: une capitale régionale*. Poitiers: 1978, tomo II, p. 487.

16 - Ver em M. D. Chenu, *La théologie au douzième siècle*. 2ª edição. Paris: 1966, capítulo XV, "Les *magistri*, La 'science' théologique", p. 323-50.

mas de sua posição na sociedade e do seu papel político, praticamente também é antiga; podem-se encontrar traços dela desde os primeiros glosadores holandeses.

Contudo, não é certo que essa consciência de si dos homens de saber tenha, em seguida, progredido de maneira regular e contínua. Se seu número vinha crescendo, bem como seu peso social, a sua inserção, cada vez mais estreita, nos quadros, eclesiásticos ou até políticos, mais e mais restritos e o desejo de marcar prioritariamente sua filiação às elites puderam moderar sua emancipação e obscurecer a imagem que eles tinham de si próprios. Alguns pontos, contudo, revelam-se perceptíveis não apenas ao historiador (sempre tentado a abusar das facilidades da atitude retrospectiva), mas, sem dúvida aos próprios contemporâneos, desenhando, com grandes traços, aquilo que podia constituir a especificidade dos homens de saber nas sociedades dos últimos séculos da Idade Média. Para maior clareza, nós classificaremos esses caracteres específicos sob quatro rubricas.

1. - Um primeiro aspecto pode parecer arcaico, mas continua muito marcado, é o aspecto fundamentalmente urbano. O homem de saber, tal como o compreendemos aqui, colocava-se, acima de tudo, como um homem da cidade. Especialmente se colocarmos à parte os simples práticos que, muitas vezes, podiam residir nos vilarejos ou nas aldeias, nós encontramos nos homens de saber essencialmente nas cidades, e até mesmo no coração das cidades. Era lá que eles estudavam, lá que eles exerciam suas funções. Quando não lotavam as escolas, os homens de saber passavam suas jornadas nos lugares públicos e nos domicílios oficiais: as catedrais e suas dependências, os palácios e castelos principescos, as câmaras da cidade e os mercados municipais. Aqueles que não tinham ali seu escritório, frequentavam os cursos e os corredores. Os práticos que recebiam seus clientes em suas oficinas ou seu "estúdio" não podiam, eles próprios, se distanciarem muito dos lugares dos tribunais ou das administrações. Todos os estudos de topografia social que foram conduzidos sobre as cidades de alguma importância no final da Idade Média mostram que os homens de saber residiam nelas, fosse, de preferência no bairro das escolas, quando ali houvesse uma - a Montagne Sainte-Geneviève em Paris -, fosse no antigo coração das cidades universitárias, na proximidade

imediate dos lugares de poder. Em Lyon, por exemplo, a maior parte dos doutores, dos licenciados e dos notários residia no bairro do Palácio, quer dizer, bem ao norte da catedral Saint-Jean, em torno da casa dita de Roanne onde estava instalado o tribunal do senescal<sup>17</sup>.

Além do mais, os homens de saber, como já vimos nos capítulos precedentes, participavam ativamente, tanto quanto podiam, da vida associativa (confrarias) e política das cidades. Por toda a parte, onde as antigas oligarquias mercantis não lhes interditiou o acesso, eles investiram os magistrados urbanos, o que implicava igualmente uma presença constante no coração da cidade universitária.

Sempre conferindo, indubitavelmente, prioridade para a aquisição de imóveis urbanos, os homens de saber, como acentuamos acima, não se recusavam a comprar terras no campo. Todavia, diferentemente de muitos daqueles nobres cujas fileiras, no entanto, procuravam engrossar, eles não pareciam possuir o gosto de residir permanentemente em seus domicílios rurais. Isso seria, freqüentemente, incompatível com o exercício de seus ofícios e de seus cargos municipais.

Esse estreito laço entre os homens de saber e a cidade não parece ter sido, em parte alguma, tão vigoroso quanto em algumas cidades italianas, e particularmente em Bolonha. Nos séculos XIII e XIV, os jazigos dos grandes professores de direito foram erigidos em pleno ar, sobre praças públicas, magníficos monumentos à antiga, com colunas de mármore e baixos relevos, nos quais o esplendor revelava suficientemente o quanto a glória dos doutores era um elemento constitutivo da própria história da cidade e da consciência de si de seus habitantes<sup>18</sup>.

2. Segundo traço característico do mundo dos homens de saber consiste no que chamarei, para ser breve e não sem algum anacronismo, sua profissionalização. A noção poderia, talvez, aplicar-se também ao mundo dos artistas e dos mercadores,

17 - Vide R. Fédou, *Les hommes de loi lyonnais à la fin du Moyen Age: étude sur les origines de la classe de robe*. Lyon: 1964, p. 356-357 e 363-365.

18 - R. Grandi, *I monumenti dei dottori e la scultura a Bologna (1267-1348)*. Bolonha: 1982.

mas, para aquilo que nos interessa, quer dizer, as elites sociais e políticas, certamente existia uma forte diferença entre os homens de saber e os antigos nobres, os quais, mesmo quando serviam o príncipe em determinadas funções, comportavam-se sempre, de alguma maneira, como "amadores", sem formação específica e em tempo parcial. Já os homens de saber caracterizavam-se por uma relação muito diferente com seu trabalho, quer se tratasse de ensino, de cargos públicos ou de prática privada. Para eles, havia uma ligação quase necessária entre sua competência intelectual, ela própria freqüentemente garantida por um diploma, e o exercício de suas funções sociais. Esse laço necessário explica que os homens de saber, diferentemente dos nobres "amadores", não sentiam repugnância pelo caráter freqüentemente austero e técnico de seus cargos, dado que haviam aprendido a dominar essa técnica desde os anos de sua formação. Foi isso que proporcionou, em inúmeras funções administrativas, como ocorreria com muita freqüência no século XIV, o afastamento da antiga nobreza em proveito dos novos funcionários, mais competentes e que, voluntariamente, aceitavam consagrar-se em tempo integral ao serviço do príncipe.

Essa evolução foi mais ou menos marcada de acordo com os países. Na Inglaterra, numerosos cargos públicos continuaram a ser conferidos aos membros da *gentry* local. A França, por seu turno, foi por excelência o país dos funcionários do rei, geralmente alheios, tanto social, quanto geograficamente, às elites locais tradicionais, os quais extraíam, de qualquer modo, sua autoridade simultaneamente de sua competência intelectual e de seu devotamento ao serviço do príncipe, ao mesmo tempo que de seu característico espírito de corpo. Com os funcionários reais franceses do século XIV, surgiria a noção moderna de função pública. Os componentes de tal noção, tomados um a um, são, sem dúvida, freqüentemente de origem eclesiástica<sup>19</sup>. Tomados no conjunto, eles esboçam os contornos de um verdadeiro estatuto prometido a uma notável prosperidade. Para começar, os funcionários podiam seguir, de acordo com comple-

19 - J. Verger, "Le transfert de modèles d'organisation de l'Église à l'État à la fin du Moyen Age". In: *État et Église dans la genèse de l'État moderne*. Ed. J. Ph. Genet e B. Vincent (Bibliothèque de la Casa de Velazquez, 1). Madrid: 1986, p. 31-39.

xas estratégias comandadas ao mesmo tempo pela vontade do príncipe e pela ambições pessoais dos interessados, as etapas de um verdadeiro *cursus bonorum*; sob o custo, com muita frequência, de uma determinada mobilidade geográfica, eles podiam sucessivamente ocupar posições cada vez mais importantes, cujo prestígio ia crescendo paralelamente à remuneração. A noção de carreira, sem dúvida surgindo para os titulares de benefícios eclesiásticos, foi, portanto, estendida para todos aqueles que serviam o príncipe e o Estado.

Do mesmo modo, estivessem eles a serviço da Igreja ou do príncipe, os homens de saber participavam, de algum modo, da majestade destes. Eles foram, portanto, considerados como fazendo parte, em alguma medida, do próprio corpo eclesiástico ou político e, nesse nível, do momento em que eles passavam a atuar no quadro de suas funções, eram vistos simultaneamente como pessoalmente irresponsáveis, e como protegidos pelo caráter sagrado da instituição a que serviam. A Igreja defendia seus clérigos contra qualquer golpe das populações ou dos poderes laicos, o príncipe chegava a considerar como crime de lesa majestade qualquer atentado à pessoa de seus servidores.

Finalmente, um último traço que caracterizava o serviço assegurado pelas pessoas de saber e de toga consistia normalmente em um engajamento progressivamente vitalício e sempre revogável. Ainda que não ignorassem nem as prestações de juramento pessoal de fidelidade, nem a outorga de proventos assentados sobre a terra e outros bens reais, nem mesmo, no final de nossa época, uma certa tendência, por maneiras diversas, à hereditariedade efetiva de cargos, o serviço da Igreja ou do príncipe não se manteve nos séculos XIV e XV dentro dos tradicionais enquadramentos feudais, ainda que renovados sob a forma por vezes chamada de "feudalismo bastardo". Clérigos e funcionários recebiam cada vez com maior frequência seus soldos pagos em espécie e o príncipe podia, a qualquer momento, destituir o funcionário com o qual ele estivesse descontente (mediante a condição, entretanto, pelo menos teoricamente, de tê-lo "ouvido", quer dizer, de lhe ter permitido apresentar sua defesa).

3. - O terceiro traço que nós reputamos específico do grupo das pessoas de saber nas sociedades do final da Idade Média - o que eu chamarei aqui, de maneira, inclusive, um pouco abrupta e anacrônica - é sua politização. Isso não significa, note-se, que todos tenham estado ou mesmo desejassem estar a serviço da Igreja ou do príncipe. Sobretudo nos velhos países de direito romano, que, há muito tempo, reconheciam um lugar para as práticas privadas do saber na regulação cotidiana da vida social e econômica, muitos prosseguiram sua atividade pessoal sem ter a ambição de influenciar o funcionamento geral dos poderes. Contudo, em termos globais, uma maioria de pessoas de saber, sem dúvida, acabou por servir, de uma maneira ou de outra, às autoridades de então, e que, de qualquer modo, mesmo aqueles que exerciam uma atividade privada - como os notários e os advogados -, teriam, mais ou menos conscientemente, o cuidado de promover, através de sua atividade, a instauração de uma ordem fundada no respeito das regras em si mesmas derivadas de disciplinas canônicas da cultura erudita; em outras palavras, formularam as premissas daquilo que hoje nós chamaríamos de estado de direito. Não que o estado anterior tenha repousado, qualquer que seja o julgamento, sobre o exclusivo reinado da força e do arbítrio. Porém, as regras que haviam sido aquelas da sociedade feudal encontraram sua origem em um certo número de noções costumeiras ou religiosas que não provinham, de maneira nenhuma, de considerações racionais. Com a emergência dos homens de saber, começa-se a assistir também à emergência de uma certa racionalidade política.

A "politização" dos homens de saber traduziu-se por seu precoce interesse, perceptível desde o século XII, posteriormente reforçado a partir do século XIII pelo triunfo do direito romano e, em seguida, do aristotelismo, pela literatura política (em seu sentido mais amplo, que incluía, evidentemente, "eclesiologia"), quase sempre presente em suas bibliotecas. Ainda que eles não houvessem sido os únicos a trabalhar por seu advento, nem os únicos a tirar proveito dele, os homens de saber incontestavelmente tiraram partido do Estado Moderno que nascia na Europa nos últimos séculos da Idade Média. A "politização" dos homens de saber foi uma das formas mais surpreendentes de sua modernidade.

4. - Mas é, de fato, pelo lado de sua cultura que se deverá, sem dúvida, buscar, em última instância, aquilo que traduzia de maneira mais nítida a especificidade dos homens de saber do final da Idade Média. Nós comentamos acima o quanto essa cultura devia à cultura eclesiástica tradicional, incluindo o fato de permanecer, no âmbito de todo o debate, sob a supervisão das instâncias eclesiásticas e de suas exigências de ortodoxia. Recordamos também que ela, inclusive, não se recusava, ocasionalmente, a emprestar alguns símbolos da antiga cultura aristocrática e cavaleiresca. Mas isso não deverá ocultar seus aspectos específicos. Tal especificidade não existia apenas no conteúdo em si de disciplinas, particularmente filosofia e direito, cuja emancipação e desenvolvimento, como vimos, a própria igreja não admitia sem reticências! A especificidade estava também nas próprias práticas culturais, ou, dito de outro modo, na relação concreta dos homens de saber com esse saber pelo qual, precisamente, nós os temos definido.

Tais práticas, como dissemos, caracterizavam-se, antes de mais nada, por seu aspecto trabalhoso, técnico, profissional. A prática do saber era, para eles, trabalho com suas regras próprias e seus métodos postos à prova. Sua finalidade não consistia nem na fruição estética do poeta, nem na piedosa ruminação dos religiosos, mas na aquisição e na aplicação de conhecimentos socialmente úteis e dirigidos para finalidades concretas, mais frequentemente políticas.

Por outro lado, as práticas culturais dos homens de saber do fim da Idade Média tiveram uma dimensão evidentemente individual, senão individualista<sup>20</sup>. Ainda que elas implicassem geralmente formas orais e coletivas de aprendizagem - familiares ou escolares -, elas não podiam, em última instância, economizar nem o trabalho pessoal (memorização e escrita), nem a

20 - No volume *The individual in political theory and practice*, editado por J. Coleman, Oxford: 1996, ver particularmente, os capítulos primeiro, "The individual and the Medieval State" por Coleman, p. 1-34; e o capítulo terceiro "The contribution of Medieval Universities to the birth of individualism and individual thought" por Jacques Verger, p. 59-77.

posse pessoal de livros, nem, bem frequentemente, da aquisição de títulos e de diplomas obtidos como resultado de verdadeiras provas assumidas pessoalmente e que garantiam, independentemente de qualquer aceção de pessoa ou de origem, as competências intelectuais de seu detentor.

Esse 'individualismo' - que certamente não foi o único a existir nas sociedades cada vez mais complexas e dinâmicas do final da Idade Média - também imprimiu sua marca própria na devoção dos homens de saber. Clérigos ou leigos, ao que parece, inauguraram um tipo de devoção marcada pela interiorização do sentimento religioso, o relativo desprezo pelas práticas exteriores, a extrema valorização da leitura, da meditação e da oração pessoais, a gravidade, enfim, e a contenção no comportamento, que continuaram ainda, durante longo tempo, a ser sua marca específica face à arrogância dos homens de poder e à ostentação dos homens de dinheiro. É fácil perceber que a *Devoção moderna* e, depois, o evangelismo erasmiano encontraram rapidamente nesses meios um eco favorável.

Mais do que pela importância, de resto bastante variável, de seus proventos ou pela sua posição, aliás imprecisa, na hierarquia social, é, portanto, provavelmente através de sua visão política e de suas práticas culturais e religiosas que melhor se destacam as ambições mais íntimas dos homens de saber do final da Idade Média, bem como a imagem que eles possuíam - e a que ofereciam - de si próprios e de seu lugar social na sociedade de seu tempo.



## capítulo IX

### À GUIA DE CONCLUSÃO: DOS DOUTORES AOS HUMANISTAS – CONTINUIDADE E INOVAÇÃO

A velha idéia romântica de uma radical ruptura entre Idade Média e Renascimento há muito tempo deixou de ter sentido. Sem negar as mutações e novidades consideráveis que apareceram na civilização européia durante os séculos XV e XVI, o historiador coloca hoje a tônica, em primeiro lugar, sobre as continuidades. Em virtude disso, no domínio que aqui nos interessa, ninguém mais leva ao pé da letra os sarcasmos de Lorenzo Valla, Erasmo ou Reuchlin contra a escolástica nem as zombarias de Rabelais sobre os catedráticos da Sorbonne. Se os debates que evocam essas polêmicas tiveram uma incontestável realidade na ordem das disciplinas, não é menos claro que o grupo dos homens de saber, que apareceu nos últimos séculos da Idade Média, não apenas sobreviveu, mas consideravelmente reforçou suas posições no início da época moderna, em uma evidente continuidade social, política e cultural.

Estudar essa nova fase da história dos homens de saber será objeto de um outro livro. Aqui, trata-se apenas, à guisa de

conclusão, de recordar tudo aquilo que, sobrevivendo perfeitamente da herança medieval à reviravolta dos anos 1500, assegurará, inclusive, para os séculos seguintes, ao preço de algumas inovações e ajustes, a continuidade de um fenômeno histórico de longuíssima duração.

## I. DOMINADORES E CONFIANTES EM SI

Em muitos dos países europeus, e particularmente nas grandes monarquias nacionais, o fim do século XV viu, com o reerguimento do crescimento demográfico e econômico, ao mesmo tempo que o final das guerras e dos problemas internos, a retomada do crescimento do Estado. Tal retomada, sem dúvida, foi particularmente espetacular na Espanha unificada dos Reis Católicos lançando-se à conquista do reino de Granada, depois na América, mas observa-se também, na França de Luís XII (1498-1515) ou na Inglaterra dos Tudor. Por toda parte, o desenvolvimento dos órgãos centrais do governo somou-se ao reforço da administração local. Na França, a multiplicação dos parlamentos de província (Toulouse em 1443, Grenoble em 1453, Bordeaux em 1563, Dijon em 1476, Aix-en-Provence em 1502, Rouen em 1515, etc.) fez surgir nas principais capitais regionais, uma elite de legistas bem ancorados na sociedade local e rodeados por todo um mundo subalterno porém ambicioso de escrivães, advogados, procuradores e tabeliões; em Senlis, por exemplo, os dois advogados de 1450 tornar-se-iam dezesseis em 1539<sup>1</sup>. Mesmo se aqui ou acolá, em Lyon ou em Rouen, por exemplo, o progresso econômico permitia a manutenção ou a reconstituição de grandes fortunas de mercadores, os homens de leis, orgulhosos de seus cargos, de seus diplomas e de suas belas bibliotecas, impunham-se, mais do que nunca, em inúmeras cidades, como a classe dirigente por excelência, servindo, ao mesmo tempo, ao rei e a seus próprios interesses.

1 - B. Guenée, *Tribunaux et gens de justice dans le baillage de Senlis à la fin du Moyen Age (vers 1380 - vers 1550)*. Estrasburgo: 1963, p. 384 e 418.

Os juristas não foram, aliás, os únicos a se beneficiarem dessa conjuntura favorável. Por todo lado, padres e religiosos instruídos, médicos, secretários rompidos com as escrituras, mestres-escolas a par das novas idéias chegaram a se empregar, com suficiente facilidade, em número crescente.

Indício claro desse crescimento acelerado do grupo dos homens de saber, as instituições de ensino multiplicaram-se efetivamente na virada dos anos 1500. Se é verdade que as fundações de universidades são um pouco lentas no início do século XVI (26 fundações apenas para toda Europa entre 1501 e 1505, freqüentemente periféricas ou secundárias), os efetivos das antigas universidades, no ocaso de um século XV que, à exceção da Alemanha, havia sido, sem dúvida, um tempo de estagnação, sofrem um vivo aumento desde 1480. No início do século XVI, a universidade de Paris acolhia, talvez, o número inusitado de 12000 a 13000 estudantes (dos quais cinco sextos na faculdade de artes). Por outro lado, novos colégios foram criados enquanto outros, que já existiam, monopolizavam cada vez mais certos ensinamentos. Sobretudo, viu-se então multiplicarem, por vezes rebatizados "ginásios" à moda antiga, escolas e colégios pré-universitários ou não. Em muitas cidades, na ausência de um *studium generale*, as municipalidades doravante dominadas por homens de leis esclarecidos favoreciam a criação de grandes colégios de gramática e de retórica, geralmente de excelente nível, como o colégio de Guyenne em Bordeaux (1533) ou o Ginásio de Jean Sturm em Estrasburgo (1538).

Naturalmente o rápido crescimento quantitativo dos homens de saber permitiu a uma nova geração de "homens novos" franquear um caminho nesse mundo, habitualmente pela via dos estudos ou dos outros processos de ascensão social que já descrevemos nos capítulos precedentes. Contudo, a tendência à estabilização do grupo, reforçada por sua posição cada vez mais assegurada no seio da sociedade, não foi, para tanto, esquecida. Em breve, a venalidade dos ofícios e o enobrecimento generalizado das camadas superiores do mundo dos homens de saber, favorecidos ambos pelos poderes políticos cada vez mais autoritários, acumularam seus efeitos para garantir a hereditriedade dos cargos e um estatuto social privilegiado. Ainda que seu recrutamento social permanecesse suficientemente aberto

- havia ainda menos de 10% de estudante nobres em meados do século XVI e menos de 25% filhos de funcionários, face a uma maioria de filhos de mercadores, de artistas, de camponeses abastados<sup>2</sup> -, as universidades e mais ainda os colégios começaram a servir cada vez mais abertamente para a reprodução das elites sociais. Na Espanha, os seis *colegios mayores* de Salamanca, Valladolid e Alcalá, monopolizados por famílias de grandes funcionários da coroa, tornaram-se um lugar de passagem praticamente obrigatório para os futuros membros dos conselhos reais do governo<sup>3</sup>.

Portanto, as mutações econômicas e políticas que marcam a entrada da Europa na era moderna não questionaram, de modo algum, no conjunto, a avantajada posição social adquirida pelos homens de saber nos séculos precedentes. Confiantes do sustentáculo dos Estados e das Igrejas que não podiam, em hipótese alguma, prescindir de seus serviços, eles apareciam, ao contrário, cada vez mais dominadores e confiantes em si na sociedade de seu tempo. Apenas uma profunda contestação dos saberes sobre os quais repousava sua competência e seu prestígio teria podido abalar essa situação. Mas isso poderia verdadeiramente ocorrer?

## 2. IDEIAS NOVAS, HOMENS NOVOS

De fato, se os homens de saber parecem ter se beneficiado, do século XV ao XVI, de uma impressionante continuidade, tanto no que toca a sua estrutura social quanto no que diz respeito a sua função política, não é menos verdade que a própria definição dos saberes de onde eles extraíam sua especificidade primeira, vinha então se transformando de maneira importante em um tempo relativamente curto.

2 - Jacques Verger (dir.), *Histoire des universités en France*. Toulouse: 1986, p. 182.

3 - Vide A. M. Carrabias Torres, *Colegios mayores: centros de poder*. 3 volumes. Salamanca: 1986.

Contudo, antes mesmo de retomar essas mutações e seu alcance exato, cabe, de início, sublinhar que essas ditas mutações não devem esconder certas permanências, bem amparadas pela solidez das instituições universitárias e pela perenidade das tradições familiares nos meios letrados. As disciplinas, chave da cultura erudita medieval (a lógica de Aristóteles, o direito romano e o direito canônico, a teologia escolástica), permaneceram na base dos programas universitários e, portanto, na formação de uma boa parte das elites intelectuais. Do mesmo modo, apesar das incontestáveis vitórias das línguas vernáculas, o primado do latim como língua ao mesmo tempo sagrada e erudita não foi verdadeiramente colocado em questão. A renovação filológica humanista ofereceu-lhe inclusive um novo impulso.

As novidades intelectuais no campo da cultura erudita não foram menos consideráveis. Surgido na Itália do Norte e na Toscana desde o século XV, o movimento havia conquistado toda a Europa, por volta de 1500, com tanto mais vigor quanto a renovação da *peregrinatio academica* fazia com que afluíssem, para além dos Alpes, estudantes, artistas e letrados de todos os tipos. Recordemos, simplesmente, para sermos breves, que o humanismo primeiramente foi, na essência, um movimento literário e filológico. Restabelecendo a honra das artes da linguagem - gramática e retórica - fundadas elas próprias sobre a frequência assídua aos clássicos, rejeitando o antigo primado da dialética e o áspero tecnicismo dos gramáticos medievais, os humanistas estenderam, em seguida, sua curiosidade para as outras línguas antigas - particularmente o grego e o hebreu, praticamente esquecidos no Ocidente desde a alta Idade Média - e, mais amplamente, para todos os aspectos da Antiguidade tanto hebraica quanto greco-latina. É em meados do século XV que os primeiros helenistas e hebraizantes de qualidade apareceram na Itália; no início do século XVI, eles eram encontrados por toda a Europa. Citemos aqui, a título de exemplo, apenas Lefevre d'Étaples (1450-1537), o editor parisiense de Aristóteles, Reuchlin (1455-1522), o restaurador dos estudos hebraicos na Alemanha, e sobretudo Erasmo (1469-1536), o mais célebre de todos. Se as ciências do *quadrivium* beneficiaram-se bastante tardiamente e em proporção mais limitada da renovação filoló-

gica impulsionada pelo humanismo, as outras disciplinas da cultura erudita foram profundamente transformadas. Na filosofia, tanto natural quanto moral e política, a redescoberta de Platão e dos estóicos veio a colocar um fim no quase monopólio do aristotelismo medieval. Em direito, a filologia humanista incita a uma leitura mais crítica e mais histórica da codificação justiniana. Na medicina, uma melhor compreensão dos textos galênicos precipitou o declínio dos autores árabes. Finalmente, na teologia, a redescoberta dos originais gregos e hebraicos do texto bíblico colocou no primeiro plano a exegese, às expensas da teologia dogmática fundada sobre a aplicação sistemática da dialética aos mistérios da fé. Sustentada pelas aspirações reformadoras da época, o humanismo religioso foi, para a maior parte dos autores dessa corrente, um evangelismo no qual a vontade de reencontrar a pureza da mensagem primitiva de Cristo era, ainda, acrescida por uma crítica ácida (e, pensando bem, bastante tradicional em seu princípio) da Igreja estabelecida, excessivamente rica e excessivamente centralizadora.

A historiografia tradicional opôs voluntariamente os meios humanistas, meios de homens novos, de 'homens obscuros', às elites intelectuais tradicionais, presas às estruturas imutáveis da universidade e adversárias radicais da inovação. É incontestável que a segunda metade do século XV e o início do século XVI foram, por toda a Europa, um tempo de debate intelectual particularmente vivo, tanto mais exacerbado quanto os próprios textos da época não tinham mais medo de se excederem e tomavam rapidamente o comportamento de panfleto virulento ou de manifesto - pensemos, na França em Rabelais - pelos quais alguns historiadores haviam sido enganados. É verdade também que, em todos os domínios, havia conservadores para contestar, senão o próprio princípio, pelo menos a utilidade social das idéias novas e para recordar os perigos, por elas acarretados, de fazer frente à autoridade real ou pontifical. Alguns humanistas foram brutalmente cassados da universidade, como Lorenzo Valla em Pádua em 1433, as obras novas foram condenadas, como aquelas de Reuchlin censuradas pelos humanistas de Colônia, Louvain e Erfurt, e geralmente os regentes das disciplinas humanistas parecem ter se afastado do tradicional quadro universitário para desenvolver seus debates intelectuais e suas publicações em instituições de um tipo inédito - *sodall-*

*tates* e cenáculos amistosos, academias, cursos principescos ou episcopais - que se vê multiplicarem-se, particularmente na Itália, a partir do último terço do século XV. Nesses círculos, os humanistas não eram encontrados apenas entre amadores da bela latinidade e partidários das idéias novas. Eles faziam ali a experiência de uma forma de sociabilidade diferente daquela em vigor nas antigas universidades. Estas haviam colocado o acento sobre os aspectos mais técnicos das aprendizagens escolares ao mesmo tempo que sobre a utilidade social dos diplomas. *Sodallitates* e academias permitiam, ao contrário, esquecer, em alguma medida, essas exigências embaraçosas; o culto da amizade convidava a recusar-lhes a aspereza das disputas dialéticas em proveito de trocas amáveis e o *otium* camponês; o gosto do belo introduzia uma certa gratuidade no trabalho intelectual onde o letrado julgava desfrutar doravante do prazer estético procurado pelas obras-primas da literatura e da arte antigas ou de seus imitadores modernos; enfim, o sentimento reabilitado da natureza incitava a não mais separar os exercícios do corpo daqueles do espírito e a reservar seu lugar para a observação concreta ao lado da compilação incansável das "autoridades".

Diversos trabalhos recentes mostraram, contudo, que essa oposição entre saber medieval e novas idéias era sofrivelmente forçada. Apenas não se deve enganar sobre o quadro ideal da sociabilidade humana esboçado acima a partir de alguns textos programáticos porque esses meios eram, efetivamente, dilacerados pelos conflitos de pessoas eram, efetivamente, tão ferozes quanto aqueles que haviam conhecido as escolas medievais, mas, sobretudo, hoje parece bastante claro que, na primeira metade do século XVI, em todos os países da Europa, a maior parte das universidades acabaram por se abrir, mais ou menos largamente, e, mais ou menos de bom grado, para as disciplinas novas. As faculdades de artes foram geralmente as primeiras a criar os ensinamentos de retórica e de grego, talvez do hebreu; depois, seguiram-se as faculdades superiores<sup>4</sup>. Os colégios tiveram frequentemente um papel importante nessa evolução. Se em Paris a universidade se opunha vitoriosamente, em 1530, à integra-

4 - *Der Humanismus und die oberen Fakultäten*. Weidmann: W. Trusen, 1987.

ção, no seu interior, do 'colégio dos leitores reais' fundado por Francisco I para o ensino das novas disciplinas (grego, hebraico, matemáticas), a universidade de Louvain havia admitido, alguns anos antes, a abertura do *Collegium trilingue* (1517) e, desde o início do século, uma universidade nova igualmente especializada nos ensinamentos de latim, grego e hebraico existia já em Alcalá de Henares. A maior parte dos humanistas haviam, aliás, passado pelas universidades e muitos não desdenharam nem de defender um doutorado, nem de nelas ensinar. O próprio Erasmo, se ele guardava uma lembrança ruim de seus estudos no colégio de Montaigu em Paris, fez um doutorado em Teologia em Turim, ensinou em Cambridge e visitou, no total, quase todas as cidades universitárias importantes de sua época; o célebre médico Paracelso (1493-1541) também possuía três doutorados, não apenas em medicina, mas em direito e em teologia.

As academias e os cursos ofereciam, sem dúvida, apesar de tudo, para aqueles que os freqüentavam, formas tanto de sociabilidade quanto de trabalho diferentes daquelas que se praticavam nas universidades, mas, em geral, eram, efetivamente os mesmos homens que nós encontraríamos nos dois tipos de instituições<sup>5</sup>. Seus interesses se alteraram ou se alargaram, alguns aspectos de seu modo de vida podem ter evoluído, porém suas preocupações sociais e políticas permaneciam as mesmas e eram sempre os juristas e os funcionários, os médicos, os secretários e os notários, os cônegos e os religiosos, pertencendo, geralmente, a famílias consagradas aos estudos desde há uma ou duas gerações, que continuavam a formar o essencial do mundo das pessoas de saber.

Não será necessário alongar-se sobre esse ponto. Meu propósito era apenas o de mostrar que a renovação dos saberes - real, embora parcial - por volta de 1500, não acarretou, para tanto, profundas mutações nem na estrutura nem nas funções sociais e políticas do grupo daqueles que colocavam precisamen-

---

5 - Vide *Università, accademie e società scientifiche in Italia e in Germania dal cinquecento al settecento*. Bolonha: L. Boehm/E. Raimondi, 1981.

te sua razão de ser no domínio desses saberes e no exercício das competências que deles resultavam.

Se o grupo dos homens de saber permanece, portanto, da Idade Média ao Renascimento, substancialmente semelhante a si próprio, sempre procurando adaptar-se a correntes intelectuais novas nascidas alhures, no essencial, em seu seio, ele também começou a ser alargado, englobando categorias de indivíduos que lhe haviam sido, até então, bastante estranhas. Para dizer a verdade, os primeiros sinais desse alargamento são perceptíveis desde o século XV, talvez até desde o século XIV, e, por outro lado, tratava-se apenas de uma tendência que levaria ainda muito tempo para desabrochar plenamente.

Essa ampliação ocorreu em duas direções. Inicialmente, aparece uma elite, ainda restrita, de artesãos (pensamos nas primeiras tipografias e impressores alemães e italianos, dos quais alguns haviam passado pela faculdade de artes), de artistas (Leonardo da Vinci ou Dürer são evidentemente casos extremos, mas significativos), de técnicos, engenheiros - militares ou outros -, arquitetos, alcançar formas suficientemente elaboradas e abstratas de cultura erudita para que se possa qualificá-los doravante de homens de saber. A tipografia certamente desempenhou um grande papel na promoção social e cultural dessas atividades que permaneciam ainda longe, no início do século XVI, de possuir a dignidade das disciplinas religiosas, filosóficas, literárias ou jurídicas tradicionais, mas, incontestavelmente, germinava um novo movimento, de valorização e reconhecimento social dos saberes científicos e técnicos, em linhas gerais, ignorado na Idade Média ocidental.

A outra ampliação concerne à nobreza. Desejo falar aqui da velha nobreza militar ou feudal atada a seus valores tradicionais. Por muito tempo, essa nobreza havia desdenhado, como vimos, a cultura erudita e latina, contentando-se com um verniz bastante superficial - um pouco de literatura vernácula, algumas artes de entretenimento - ostentadas sobre as velhas virtudes cavaleirescas, valentia, honra, generosidade. Os nobres da velha nobreza, bem pouco numerosos, que freqüentavam já a universidade, eram geralmente, na Idade Média, caçulas destinados à Igreja ou reconvertidos para os ofícios da justiça.

Com o Renascimento, as coisas mudaram um pouco, primeiramente na Itália, depois a Norte dos Alpes. De fato, muitos nobres permanecem sem qualquer vergonha, por isso, com uma cultura bastante precária, às vezes até mesmo iletrados, enquanto outros estudavam simplesmente para procurar integrar as fileiras do clero ou aquelas, já bem providas, da toga. No entanto, vê-se então renascer a figura - que, no século XII, havia sido conhecida - do *curialis* educado, do 'cortesão' que, embora guardasse um certo desprezo pelos diplomas e pelos aspectos mais técnicos das práticas escolares e acreditava não sacrificar nada dos charmes tradicionais da vida cavaleiresca (exercícios esportivos ou militares, artes mundanas de entretenimento, erotismo cortês), não desprezava a frequência à universidade, pelo menos de maneira efêmera, tomar de empreitada uma viagem de estudos, geralmente em torno de Paris ou da Itália, colecionar livros, iniciar-se nas novas disciplinas - belas-artes latinas e gregas, eloquência e poesia, curiosidades naturais, talvez, para os mais devotos, as Sagradas Escrituras restituídas em sua pureza original. Baldassar Castiglione (1478-1529), cavaleiro de Mântua, que passou o essencial de sua existência nos cursos principescos de Mantoue e de Urbino, não se esqueceu de introduzir essa dimensão cultural no retrato ideal que seu Livro do cortesão (1524) - o qual conheceria um grande sucesso em toda a Europa da Renascença - desenhara do aristocrata moderno:

"Eu reprovos os Franceses - a galofobia era, desde Petrarca, um dos lugares comuns do humanismo italiano - desses que julgam que as letras prejudicam a profissão das armas, e eu considero que não há ninguém a quem convém mais ser um letrado do que um homem de guerra [isto é, um nobre]. Eu desejo, portanto, que essas qualidades combinadas e auxiliando uma à outra (o que seria bastante conveniente), sejam encontradas em nossos cortesões."

---

6 - Baldassar Castiglione, *Le livre du courtisan*. Paris: Garnier/Flammarion, 1991. p. 87

Essa ampliação dos estudos para categorias sociais novas não se explica apenas como um fenômeno de moda, mas testemunha uma forte posição social do grupo das pessoas de saber, ao mesmo tempo que um grande poder de atração de uma cultura erudita, sem dúvida modernizada em certos aspectos, mas fundamentalmente fiel, em princípio, às suas origens medievais.

Do tempo dos doutores àquele dos humanistas, praticamente não teria havido, portanto, ruptura - quando muito, modernização, adaptação, abertura, sem as quais não haveria dinâmica social. Os últimos séculos da Idade Média já haviam desenhado, e por um tempo bastante longo, o lugar de que nossas sociedades ocidentais disporiam para os saberes abstratos e para todos aqueles que tinham por profissão assegurar sua conservação, sua difusão e, eventualmente, sua aplicação.

Sem dúvida seria possível caracterizar o processo histórico dessa escolha. Sem dúvida, poderíamos reprovar os homens de saber da Idade Média - e a seus herdeiros até o final do Antigo Regime - por haver, por seus preconceitos e egoísmos, reprimido a inovação científica e técnica, retardado o crescimento econômico, reforçado, sem medida, as restrições políticas e religiosas. Deixamos para o leitor julgar. Nós procuramos simplesmente ensaiar neste livro, sem nos atermos a qualquer apreciação moral, a descrição da emergência e da afirmação na cena social de um grupo de homens cujo destino ilustra, de uma certa maneira, aquilo que pode ser o lugar e o alcance da cultura na história.